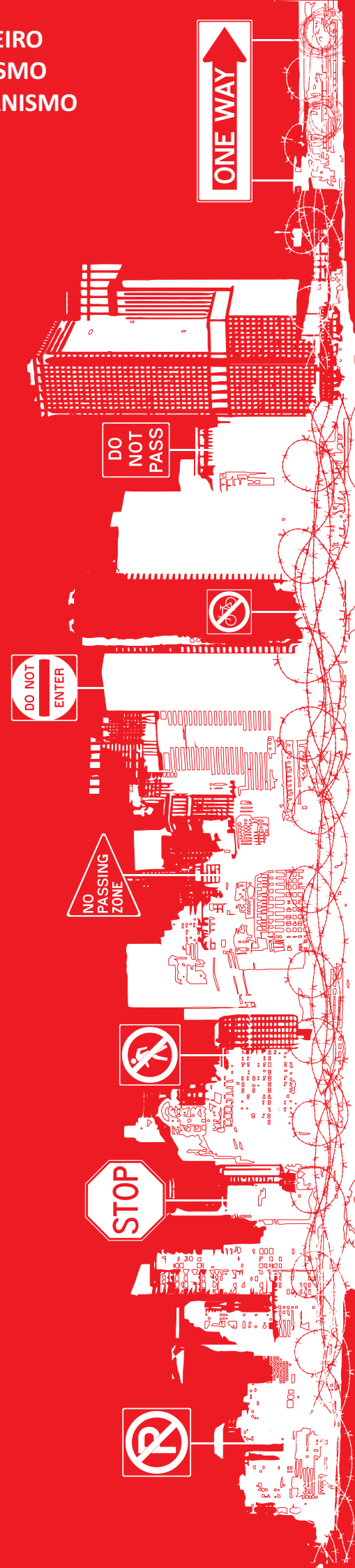


ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA

DUAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE
PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

RAFAEL DA SILVA VERISSIMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

PROURB – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO



**ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA:
DUAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA
VIOLÊNCIA**

RAFAEL DA SILVA VERISSIMO

Dissertação de Mestrado

Orientadora:

Prof.^a Doutora Rachel Coutinho Marques da Silva

**Rio de Janeiro
2012**

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA:
DUAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA
VIOLÊNCIA

RAFAEL DA SILVA VERISSIMO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2012.

V517

Verissimo, Rafael da Silva,

Espaço público e segurança pública: duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência/Rafael da Silva Verissimo. – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2012. 233f. Il.; 30cm.

Orientador: Rachel Coutinho Marques da Silva.

Dissertação (Mestrado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2012.

Referências bibliográficas: p.185-198.

1. Espaços públicos. 2. Segurança pública. 3. Prevenção do crime. 4. Violência. I. Silva, Rachel Coutinho Marques da. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD 711.4

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA: DUAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

RAFAEL DA SILVA VERISSIMO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 2012.

Aprovada por:

PROF^ª. DR^ª RACHEL COUTINHO MARQUES DA SILVA
(Orientadora - PROURB/FAU/UFRJ)

PROF^ª. DR^ª ELIANE RIBEIRO DE ALMEIDA DA SILVA BESSA
(PROURB/FAU/UFRJ)

PROF^ª. DR^ª MARIA PAULA GONÇALVES LYSANDRO DE ALBERNAZ
(UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, por toda ajuda e amparo, pelo carinho e amor incondicional, pelo incentivo constante aos estudos e pela presença nos momentos mais críticos.

Ao meu pai, por me incentivar em prosseguir apesar de tudo e todos e por não desistir nem fraquejar diante dos obstáculos.

À minha orientadora Rachel Coutinho Marques da Silva pelo carinho, paciência e preciosas observações durante minha jornada acadêmica.

À minha insubstituível amiga Verônica Gomes Natividade pelas noites em claro estudando e escrevendo, pelas conversas, vigílias, trocas de informações e momentos de descontração para aliviar a tensão.

À minha paciente amiga Mariana Amorim, pelos valiosos conselhos, pela paciência, abrigo e conforto nas horas necessárias.

À minha turma de mestrado por tudo que vivenciamos juntos.

À Luise Martins pela amizade e incentivo constante e ao meu amigo Márcio Sant'anna pela contribuição preciosa nos momentos críticos.

Aos funcionários do PROURB, Keila, Dona Francisca, Margareth, Marcia, Carlos, pela boa vontade, presteza e carinho com o qual sempre fui tratado.

Aos professores do PROURB, em especial Professora Eliane Bessa pelo auxílio e carinho, Professora Luciana da Silva Andrade pelas sugestões e carinho, Professora Maria Paula Gonçalves Lysandro de Albernaz pela valiosa participação na banca examinadora e Professora Denise Barcellos Pinheiro Machado pela atenção dedicada e oportunidade de intercâmbio concedida.

Aos professores Kees Doevedans e Yves Schoonjans, pela oportunidade de intercâmbio com a Technische Universiteit Eindhoven, contribuindo para o meu aprendizado, conhecimento e vivência durante minha estadia na Holanda. E aos saudosos e inigualáveis amigos Sonia Verducci, Emanuel Serri, Alessandro Parizia, Shan Gao, Laura Stefan, Antonio Montella, Beatrice Crescenzi Lanna e Federica Pontillo.

RESUMO

ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA PÚBLICA: DUAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

A presente dissertação de mestrado avalia o espaço público e seu posicionamento diante da questão da segurança pública através da análise de conceitos e pressupostos de teorias de prevenção do crime e da violência na produção de ambiências urbanas mais seguras. A dissertação é desenvolvida a partir de observações cotidianas do espaço público no tocante à segurança pública tanto em nível individual quanto comunitário. Observa-se também como certos arranjos espaciais têm influência direta sobre a constituição da segurança nos espaços públicos dentro e no entorno imediato.

Tais teorias de prevenção são categorizadas e minuciosamente avaliadas no âmbito do seu foco de ação sempre considerando o espaço público como vetor estruturador da vida urbana. A partir da investigação dos preceitos teóricos, verifica-se qual é a efetividade de cada teoria em estabelecer alternativas e soluções que conformem o domínio do espaço público legitimamente seguro na prevenção do crime e na mitigação das oportunidades criminais e práticas delitivas assim como a observação crítica dos processos teóricos e mecanismos de ação em relação ao ambiente construído que define o espaço público.

ABSTRACT

PUBLIC SPACE AND PUBLIC SAFETY: TWO THEORETICAL APPROACHES OF VIOLENCE AND CRIME PREVENTION

The current master's degree dissertation assesses the city public space and its positioning concern to the public safety issue through the analysis of concepts and assumptions from crime and violence prevention theories in the production of safer urban environments. The dissertation is developed starting from daily observations of the public space concerning to the public safety at individual and community level. One also observes as certain spatial arrangements have direct influence on the public spaces safety inside and into the adjoining surrounding spaces.

Such prevention theories are categorized and thoroughly evaluated to the extent of their focus of action by considering the public space as structuring vector of urban life. Based on research from theoretical precepts, one verifies which is the effectiveness of each theory in establishing solutions that conform the public space domain legitimately safe in the prevention and mitigation of criminal and practical opportunities as well as the critical thought from the theoretical processes and mechanisms of action with relationship to the built environment that defines the public space.

SAMENVATTING

OPENBARE RUIMTE EN OPENBARE VEILIGHEID IN DE STAD: TWEE THEORETISCHE BENADERINGEN VAN MISDAAD EN GEWELDPREVENTIE

Dit academische proefschrift evalueert de relatie tussen stedelijke openbare ruimte en de veiligheid van de stad. Hierbij worden bestaande theorieën over misdaad- en geweldpreventie geanalyseerd om tot de concepten en aannames van dit proefschrift te komen.

De preventietheorieën worden geclassificeerd en geëvalueerd op de grond van hun aandachtsgebied. Bij deze gebieden wordt de effectiviteit van de theoretische voorschriften bepaald op basis van de alternatieven en oplossingen voor het veiliger maken van de openbare ruimte.

Dit proefschrift is ontwikkeld vanuit dagelijkse observaties van de openbare ruimte, veiligheid in de stad en misdaad en geweldpreventie theorieën. Vanuit dit kader wordt een verband opgetekend tussen de bebouwing en de veiligheid van de openbare ruimte.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - ESPAÇO PÚBLICO E SUAS INQUIETAÇÕES	13
1.1 SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS DIMENSÕES CONSTITUINTES	15
1.2 DECLÍNIO DO ESPAÇO PÚBLICO E RECORRENTES INFERÊNCIAS	23
1.2.1 ESTERILIDADE, DEGRADAÇÃO E MONOTONIA ESPACIAL	27
1.2.2 POBREZA, SEGREGAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO	30
1.2.3 INTERNALIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E ARQUITETURA DE CONTROLE	35
1.2.4 VITIMIZAÇÃO E MEDO DO CRIME	41
CAPÍTULO 2 - SEGURANÇA PÚBLICA	46
2.1 SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA	48
2.1.1 GEOGRAFIA DO CRIME: ESPAÇOS DELITIVOS, HOTSPOTS E A SISTEMÁTICA ESPACIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA	57
2.1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APROPRIAÇÃO ESPACIAL	68
CAPÍTULO 3 – CRIMINALIDADE E ARRANJOS ESPACIAIS	74
3.1 CRIMINALIDADE EM CONJUNTOS HABITACIONAIS	75
3.1.1 ESTADOS UNIDOS E EUROPA	76
3.1.2 BRASIL	85
3.2 CRIMINALIDADE EM FAVELAS: O CASO DO RIO DE JANEIRO	94
3.3 ENCLAVES FORTIFICADOS CONTEMPORÂNEOS	106
CAPÍTULO 4 – ABORDAGEM DETERMINISTA	116
4.1 O PIONEIRISMO DE ELIZABETH WOOD	116
4.2 O ESPAÇO DEFENSÁVEL DE OSCAR NEWMAN	117
4.3 PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESENHO URBANO (CPTED)	121
4.4 DESLOCAMENTO DO CRIME	125
4.5 CPTED SEGUNDA GERAÇÃO	126
4.6 O ESPAÇO PÚBLICO EM RELAÇÃO À ABORDAGEM DETERMINISTA	129
4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ACERCA DA ABORDAGEM DETERMINISTA	143
CAPÍTULO 5 – ABORDAGEM HUMANISTA	146
5.1 NECESSIDADE DE USOS PRINCIPAIS COMBINADOS	148
5.2 NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS	149
5.3 NECESSIDADE DE PRÉDIOS ANTIGOS	151
5.4 NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO	152

5.5 O ESPAÇO PÚBLICO EM RELAÇÃO À ABORDAGEM HUMANISTA	154
5.5.1 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE USOS PRINCIPAIS COMBINADOS	154
5.5.2 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS	160
5.5.3 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE PRÉDIOS ANTIGOS	164
5.5.4 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO	166
5.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ACERCA DA ABORDAGEM HUMANISTA	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
BIBLIOGRAFIA	185
ANEXOS	198

INTRODUÇÃO

A presente dissertação se apresenta como o produto de um somatório de observações acerca do espaço público sob o prisma de uma temática que recentemente vem se tornando cada vez mais relevante tanto no meio acadêmico quanto na mídia de forma geral: a questão do crime e da segurança pública.

Nos últimos anos, indagações sobre a importância do espaço público como elemento estruturador da vida urbana têm adquirido um peso de extrema pujança nos debates concernentes à cidade e às políticas urbanas características, apresentando diversas definições e abordagens por vários campos disciplinares. Recentemente tem se observado a introspecção do espaço público frente a diversos fatores como, por exemplo, seu tolhimento em relação à investida da esfera privada, intervenções deficientes executadas pelo poder público, projetos pontuais estéreis, considerável esvaziamento e desmantelamento em razão da falta de conforto ou atratividade, etc. Tal panorama associado à redução do contato físico e das oportunidades de interação social, segregação sócio-espacial, dentre outros, tem intensificado vertiginosamente a sensação de insegurança nos espaços públicos urbanos assim como o aumento da vulnerabilidade de diversas localidades e seus indivíduos.

Por esta razão, o binômio espaço público-segurança tem se tornado uma preocupação vitalmente latente nas discussões que envolvem o processo de planejamento urbano em suas diferentes esferas participativas e distintas escalas de intervenção. Convém relatar no fato de que, consideravelmente, a perversa falta de segurança urbana meio ao caótico e desenfreado mundo global faz urgir a necessidade de medidas interventivas de proteção argutas e eficazes. O discrepante aumento da criminalidade, a ineficiência e desarticulação das instituições legais e as diversas manifestações de violência urbana e intolerância têm intensificado cada vez mais a problemática da segurança urbana. Em razão deste panorama preocupante, muitos esforços têm sido congregados em prol do bem-estar e da segurança cidadã através de estratégias de prevenção e combate ao crime e à violência. Tanto a natureza multifacetada do espaço público e quanto os desdobramentos do crime, tem suscitado o estabelecimento de abordagens pautadas sob o viés multidisciplinar e direcionadas aos diversos aspectos estruturais que envolvem a complexa relação entre espaço público, violência e criminalidade.

O cruzamento de distintas percepções e diferentes perspectivas em relação à problemática do crime auxilia na compreensão da dinâmica sócio-espacial pertinente aos espaços públicos de modo mais abrangente. Da mesma forma, ao considerar certos fenômenos urbanos bastante recorrentes nos diversos tipos de localidade que constituem o tecido urbano, é possível obter interpretações mais acuradas e realistas acerca da sistemática do crime e aspectos da violência sobre a interface espacial. A preciosa contribuição de campos disciplinares arrolados ao urbanismo como a sociologia, geografia, antropologia, criminologia, psicologia ambiental e social, por exemplo, permite ampliar o debate acerca dos possíveis métodos intervencionais, questionando como tais ingerências são amparadas na resolução da problemática da criminalidade e na formulação de soluções que sejam efetivas no certame contra a disseminação do crime e da violência.

Sob esta perspectiva, a presente dissertação tem como objeto de estudo o espaço público no âmbito da problemática da segurança pública. Porém, o enfoque dado busca compreender como a interface física do espaço público tem sido abordada no que se refere à manifestação do crime e da violência em razão do visível desgaste, fragmentação e esgotamento. Por essa razão, o objetivo desta dissertação se constitui em esquadrihar como certas teorias de prevenção do crime lidam com o espaço público e de que modo este é inserido no contexto teórico de cada abordagem. Partindo-se da hipótese de que enquanto certos pressupostos teóricos favorecem a contenda contra o crime nos espaços públicos, outros comprometem seu vigor e vitalidade. Adotou-se como metodologia, a revisão bibliográfica dos preceitos que fundamentam dois tipos de abordagem de prevenção de crime através da análise crítica dos seus limites e suas potencialidades. Procurou-se, também, mostrar um possível estreitamento acerca dos pressupostos que envolvem os métodos preventivos em relação ao urbanismo na busca da manutenção e resgate dos espaços públicos.

Cabe ressaltar que este trabalho não tem a ambição de estabelecer critérios ou expedientes propositivos para a problemática do crime e da violência, mas a partir de uma avaliação crítica das teorias de prevenção que compõe as categorias de abordagem, verificar a eficácia dos conceitos e diretrizes para sanar os infortúnios que possivelmente possam gerar a insegurança, o medo e a vitimização nos espaços públicos urbanos.

Para alcançar o objetivo estabelecido, a dissertação é dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta o aparato teórico sobre as principais dimensões que constituem o arcabouço dos espaços públicos contemporâneos, buscando compreender sua interface múltipla na configuração da estrutura urbana. Além disso, também é instituído um diálogo preliminar com a questão da segurança tanto quanto as principais causas que engendraram gradual declínio dos espaços públicos.

No segundo capítulo, a questão da segurança urbana é aprofundada através da avaliação a respeito da problemática da violência e da postura sintagmática do espaço público em relação à geografia do crime e sua espacialização. Aqui, características circunstanciais de apropriação e uso do espaço público também são consideradas na constituição e ocupação dos territórios e estruturação das práticas sócio-espaciais.

O terceiro capítulo avalia a relação entre o crime e certas tipologias espaciais, isto é, a observação de determinados arranjos espaciais e a dinâmica espacial do crime nestas áreas. Busca-se aqui perscrutar os fatores contributivos (culturais, sociais, antropológicos, etc.) para o aumento dos índices de criminalidade assim como a pertinaz influência dos componentes que estruturam espacialmente a realidade de diferentes localidades na perpetuação das práticas delitivas e na instituição dos padrões sócio-espaciais.

Os quarto e quinto capítulos são consagrados exclusivamente à investigação das categorias de prevenção do crime e da violência aqui representadas por duas abordagens teóricas: a abordagem determinista e a abordagem humanista. Exemplificações práticas acerca da sua implantação aliadas às premissas básicas de cada abordagem são apresentadas sob o ponto de vista descritivo elucidando, sempre que possível, o foco de ação e suas principais características. Após discorrer sobre cada abordagem, ao final dos capítulos correspondentes, efetua-se uma análise crítica a partir de uma minuciosa verificação das potencialidades e limitações dos pressupostos teóricos em lidar com a multilateralidade e particularidades do espaço público como recurso estratégico na prevenção do crime e da violência.

CAPÍTULO 1 - ESPAÇO PÚBLICO E SUAS INQUIETAÇÕES

Nas últimas décadas, o debate acerca do espaço público nunca esteve tão em voga. Frequentemente abordado por diversos campos disciplinares, o espaço público se apresenta como uma questão fundamental nas agendas do urbanismo contemporâneo. Após um período de estagnação e decadência, especialmente em localidades onde os ideais do urbanismo moderno atuaram de forma significativa, o espaço público tem seu valor redescoberto. Entre as décadas de 70 e 90¹, o planejamento urbano vivenciava distintos métodos de experimentação que variavam, por exemplo, desde a concepção das cidades como um sistema de infraestruturas até o redesenho de localidades inteiras pautadas na releitura do planejamento urbano tradicional ou na desenfreada propagação de arranha-céus nos grandes centros urbanos. Paralelamente no Brasil, na fase que ficou conhecida como “Planos sem Mapas”², o urbanista Flávio Villaça observa:

“Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos, se confrontados com os de dez anos antes.”³

Destarte, em detrimento da inexpressividade engendrada por planos deste feitio, significativas transformações ocorreram nas grandes cidades. Intervenções urbanas inócuas, alteração dos padrões habitacionais, surgimento de localidades sem identidades, significativa dilatação entre as disparidades sócio-espaciais, esfacelamento dos espaços públicos urbanos, etc., são alguns dos exemplos que ocasionaram rupturas espaciais em diversos tipos de arranjos urbanos em distintos tipos de localidade. Por estas razões, com o intuito de sanar problemas de ordem comum, o planejamento urbano e o poder público finalmente voltam à cena na busca pela reestruturação do desenvolvimento urbano e melhoria da qualidade dos espaços públicos urbanos das cidades e, por conseguinte, na melhoria do padrão de qualidade de vida dos seus habitantes e de suas respectivas ambiências.

¹ David Gosling & Maria-Cristina Gosling. **The Evolution of American Urban Design: A Chronological Anthology**. London: Wiley-Academy, 2003.

² Flávio Villaça. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil**. In: Csaba Deák & Sueli Ramos Schiffer (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 169-243.

³ Ibid. p. 221

Lawrence Herzog⁴ argumenta que na contemporaneidade as formas básicas de espaço público – ruas, praças, largos, parques, etc. – ou estão se tornando rapidamente obsoletas ou irreconhecíveis. Concomitantemente, teóricos como Edward Soja, Peter Marcuse e Ronald Van Campen também têm reconhecido que as cidades têm se alterado de uma era de descentralização para uma era de *desespacialização*⁵, onde a vida pública tem se reconfigurado de formas muito diferentes. Para Ken Worpole e Liz Greenhalgh⁶, a irrefutável tendência de uma urbanização perversa se dissemina em nível mundial, onde a tessitura física e a infraestrutura, assim como seus processos de governo, parecem debilitados ou esgotados. Por conseguinte, inferências negativas destes processos urbanos recaem diretamente sobre os espaços públicos comprometendo a vitalidade de muitos aglomerados e arranjos espaciais e intensificando, sob uma perspectiva nociva, o medo do crime e da violência e o flagrante sentimento de insegurança.

Sendo assim, o que é o espaço público? Quais são suas principais definições e conceitos? Qual papel o espaço público contemporâneo desempenha na estrutura da cidade? Quais são seus principais atributos? Como é dada a pertinente relação entre espaço público e crescente preocupação acerca da segurança? A partir destes questionamentos, *inter alia*, há muito se tem espreitado a formação de conceitos, teorias e definições acerca das dinâmicas urbanas que envolvem o espaço público produzindo uma vasta literatura sobre o tema. Opiniões suscitadas por acadêmicos relacionados às práticas urbanísticas ora se baseiam em julgamentos remissivos ao seu campo de atuação ora se fundamentam na intercalação de idéias complementares aos demais campos teóricos relacionados acarretando, então, em sobreposições e contradições na formulação do escopo teórico sobre o espaço público. Apesar dos distintos posicionamentos e argumentações sobre o espaço público, na presente dissertação pretende-se investigar como crime e seus desdobramentos se manifestam na extensão da dimensão física dos espaços públicos, porém levando em consideração a dialética existente com outras dimensões relevantes (social, cultural, etc.) vertida sobre sua espacialidade, quando necessário.

⁴ Lawrence A. Herzog. **Return to the center: culture, public space, and city building in a global era**. Austin: University of Texas Press, 2006.

⁵ Ver mais em: Edward W. Soja. **Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory**. London and New York: Verso, 1989; Peter Marcuse & Ronald Van Kempen. **Globalizing cities: A new spatial order?** Oxford: Blackwell, 2000.

⁶ Ken Worpole & Liz Greenhalgh. **The freedom of the city**. London: Demos, 1996.

1.1 SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E SUAS DIMENSÕES CONSTITUINTES

Universalmente, sob o viés do caráter funcional, o significado de espaço público está atrelado ao oposto de espaço privado. Ou seja, espaço público é todo espaço livre urbano cuja acessibilidade e uso, teoricamente, são dados de forma comum, coletiva e irrestrita, no qual a rua é tida como exemplo máximo dentre as existentes variações tipológicas de espaço público no tecido urbano. Kristine Miller⁷, defensora dessa asserção, acredita que o espaço público é importante para que grupos cívicos possam celebrar e protestar possibilitando a existência de uma vida democrática. Para Stephen Carr *et al.*⁸, o espaço público é o palco no qual o drama da vida se desdobra, enquanto Jordi Borja e Zaida Muxí⁹, em uma descrição mais realista, definem o espaço público como o local onde a sociedade se faz visível publicamente reforçando, então, o discurso de Miller.

O espaço público é literalmente o espaço da cidade. É o espaço que credencia e apresenta a cidade ao mundo. Segundo o pensamento de Borja & Muxí¹⁰, em muitos casos, é perfeitamente possível compreender a história de uma cidade através dos seus espaços públicos e dos elementos que compõem e delimitam seu entorno. Monumentos, ruínas, arquiteturas seculares e arquiteturas contemporâneas se misturam às variações tipológicas na intrincada constituição da trama urbana transformando a cidade em um vetor de conhecimento. O espaço público não revela somente fatos sobre sua forma urbana, mas também sobre sua sociedade e cultura. Espaços públicos centenários já deram prova da sua solidez e capacidade de resiliência às grandes turbulências e transformações urbanas decorridas ao longo dos séculos. Estes se mantiveram firmes demonstrando sua importância e se tornando genuínos símbolos citadinos como, por exemplo, a notória Piazza del Campidoglio e a colossal Piazza San Pietro, ambas em Roma na histórica Itália ou a Wenceslas Square¹¹, cenário da Revolução de Veludo em 1989 na atual República Tcheca.

⁷ Kristine F. Miller. **Designs on the Public: The Private Lives of New York's Public Spaces**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

⁸ Stephen Carr; Mark Francis; Leanne G. Rivlin & Andrew M. Stone. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1995.

⁹ Jordi Borja & Zaida Muxí. **El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

¹⁰ Ibid. p.15

¹¹ Sobre a dimensão histórica ver: Matthew Carmona *et. al.* **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design**. Oxford: Architectural Press, 2003; Sobre a Revolução de Veludo ver: Martin Jones *et. al.* **An introduction to political geography: space, place and politics**. London: Routledge, 2004.

Interessa aqui, também, a contribuição de Paula Albernaz¹² no seu posicionamento acerca do espaço público contemporâneo:

“Nas últimas décadas, em um contexto de fluxos globais, o espaço público é considerado o lugar das oposições – carros x pedestres, estacionamentos x espaços livres, mobiliário urbano x pedestres, painéis publicitários x perspectivas panorâmicas – do vazio, do afastamento do convívio social, do perigo e da violência, do distanciamento entre arquitetura e cidade. Contrapõe-se a estas observações, no entanto, demonstrações exacerbadas de opinião pública e expressão desmedida de atividades cotidianas.”¹³

Albernaz¹⁴ também relata que o espaço público pode ser considerado como uma categoria de análise, onde permite o estabelecimento de diversos significados e abordagens. Sob esta perspectiva, o termo espaço público adquire caráter polissêmico admitindo múltiplas leituras e formas de interpretação. Tais conceitos e definições perpassam, principalmente, pelas dimensões física, social, econômica, política e cultural e que, na maioria das vezes, estão intrinsecamente inter-relacionadas. Então, faz-se pertinente descrever brevemente as dimensões do espaço público relevantes ao escopo da dissertação.

A) DIMENSÃO FÍSICA – Tal dimensão é formalmente constituída por outras três dimensões inerentemente associadas na conformação do espaço público e, conseqüentemente, da configuração urbana.

- **DIMENSÃO MORFOLÓGICA**¹⁵ – Se reporta propriamente à organização interna e disposição dos elementos estruturadores do espaço público em questão. Planos verticais e horizontais, mobiliário urbano, equipamentos urbanos, diferenças de nível, limites, etc. constituem a interface espacial do local. Enquadram-se nesta categoria qualidades formais como, por exemplo, harmonia, hierarquia, escalas, etc.;
- **DIMENSÃO VISUAL** – Esta dimensão concerne tanto ao caráter qualitativo dos atributos estéticos providos pela organização dos elementos morfológicos quanto à constituição de atributos perceptivos como, por exemplo, legibilidade, visibilidade, identificabilidade;

¹² Paula Albernaz. **Reflexões sobre o espaço público atual**. In: Evelyn Furquim Werneck Lima & Miria Roseira Maleque (Org). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004, p. 42-56

¹³ Ibid. p. 42

¹⁴ Ibid. p. 43

¹⁵ Para melhor compreensão acerca da dimensão morfológica e exemplos de variações e combinações tipológicas, ver: Robert Krier. **Urban Space**. London: Academy Editions, 1979.

- **DIMENSÃO FUNCIONAL** – *A priori*, tal dimensão se refere ao programa estabelecido para o local assim como sua capacidade de suporte às atividades. Porém, devido às distintas formas de apropriação, o espaço público denota certa mutabilidade dos usos prévios e, por conseguinte, altera seu aspecto funcional original.

A disposição dos elementos morfológicos, variações de traçado urbano, atributos compositivos, delimitações e articulações espaciais, etc., estruturam e consonam a dimensão física do espaço público. Seu papel fundamental está em abrigar as dimensões humanas¹⁶ do modo mais conveniente e compatível à realidade espacial assim como condicionar o local como receptáculo para comportar os mais distintos processos urbanos oriundos das suas outras dimensões¹⁷. A interface física não envolve somente a configuração espacial, mas também possibilidades de apropriação, usos e atividades, padrões de fluxos e o estabelecimento de elos relacionais com as variações tipológicas adjacentes na constituição do sistema de espaços livres.



Figura 01. La Rambla, Barcelona, Espanha. Uma das ruas mais agradáveis do mundo.
FONTE: © Do autor, 2008.

¹⁶ Tais dimensões são categorizadas em: **necessidades** (conforto, descanso, engajamento ativo, engajamento passivo, descoberta); **direitos** (acesso, liberdade de ação, reivindicações, mudança, propriedade) e **significados** (conexões em suas diversas instâncias, estabelecimento de valores, pertencimento, etc.) Mais sobre a eficiência e detalhes de tais dimensões, ver: **CARR et al.**, 1995. op. cit.

¹⁷ Mais sobre a relação entre dimensão física do espaço público e processos urbanos, ver: Pinzon Cortes. **Morphological analysis of the contemporary urban territory: Is it still a relevant approach?** In: F. Van der Hoeven & Jürgen Rosemann. **Urban transformations and sustainability: Progress of research issues in urbanism**. Delft: IOS Press, 2005, p. 95-113.

B) DIMENSÃO SOCIAL – Matthew Carmona *et al.*¹⁸ alegam que espaço e sociedade estão claramente relacionados. De acordo com os autores, é impossível conceber o espaço sem seu conteúdo social e, analogamente, conceber a sociedade sem seu componente espacial. Essa dualidade é considerada um processo contínuo de mão-dupla onde indivíduos criam e modificam seus espaços enquanto, simultaneamente, são influenciados pelos mesmos de formas e intensidades diferentes. A socióloga Sharon Zukin¹⁹ alega que o espaço público é essencialmente o local onde a cultura pública e a vida pública permitem aos indivíduos socializarem de tal modo, que uma cidadania compartilhada seja criada – um senso de identidade que transcende classe, gênero e fronteiras étnicas. Dentre diversos entendimentos e especulações acerca da dimensão social, a assertiva do urbanista Ali Madanipour²⁰ sintetiza sua definição:

“A dimensão social do espaço público lida com as pessoas e suas atividades em criar, utilizar e administrar a vida pública. É considerada sob a partir desta perspectiva como a base material para a vida social não familiar. Esta abrange liberdade de acesso do público e fornece o arranjo espacial para atividades sociais, interação social e a produção e reprodução da sociedade nos contextos social e cultural.”²¹

Contextos sociais e culturais se manifestam em distintas instâncias nos espaços públicos. E estes podem oscilar tanto beneficentemente, conduzindo ao seu florescimento, quanto nocivamente, conduzindo ao seu declínio. Neste último caso, identificado pelo sociólogo Richard Sennett²², tal declínio é efusivamente dado em razão da ausência de sentimentos em relação à vida pública tornando as ações coletivas limitadas e constituindo a existência de grupos com perfis semelhantes em busca de autoafirmação e defesa dos seus próprios interesses. Por tal razão, se instaura o processo de declínio do homem público, do distanciamento da vida pública e redução das oportunidades de ação coletiva, onde, muitas vezes, a resposta é rebatida sobre os espaços públicos e materializada através do descaso das autoridades, distanciamento dos indivíduos e esvaziamento e degradação espacial.

¹⁸ Matthew Carmona; Claudio Magalhães & Leo Hammond. **Public Space - The management dimension**. New York: Routledge, 2008.

¹⁹ ZUKIN, 1993 *apud* Michael Pacione. **Urban Geography: A Global Perspective**. New York: Taylor & Francis, 2009.

²⁰ Ali Madanipour. **Whose Public Space? International Case Studies in Urban Design and Development**. New York: Routledge, 2010.

²¹ Ibid. p. 89

²² Richard Sennett. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



Figura 02 (a-b). Espaço público com distintos usos em harmonia. (a) Lake Anne Village, Washington D.C., EUA e (b) Berlin, Alemanha. FONTE: (a-b) © La Citta Vita (Flickr), 2009.

C) DIMENSÃO ECONÔMICA – Segundo Rob Krueger e David Gibbs²³, o espaço público é um instrumento eficiente para o desenvolvimento econômico local. Este pode promover, por exemplo, a atração de investidores para a localidade gerando, dessa forma, uma concentração de atividades e intensificação da economia. Para Carmona *et. al*²⁴, espaços públicos bem administrados têm impacto positivo sobre o valor das propriedades em seu entorno. Entretanto, segundo Chua Beng Huat e Norman Edwards²⁵, a dimensão econômica não envolve unicamente questões relativas à propriedade, mas também questões atinentes à acessibilidade e distribuição, onde, em troca, ocasionam as dimensões políticas e sociais de utilização do espaço. Diuturnamente, espaços públicos podem ampliar seu valor de ação e contribuir para o desenvolvimento regional, especialmente quando associados ao crescente mercado turístico. Jane Jacobs²⁶ ao examinar minuciosamente o crescimento das grandes cidades e suas economias, defende a natureza das economias locais para manutenção da vida urbana. Sob a condição de bem público, espaços públicos circundados por núcleos economicamente estáveis podem estimular os níveis de investimento não somente para o crescimento do setor econômico, mas também agregar valores às instâncias culturais e sociais, especialmente se estes estiverem amparados por uma boa administração a exemplo do que ocorre em cidades como Glasgow, na Escócia; Bilbao, na Espanha ou Amsterdam na Holanda como forma de estímulo e valorização do capital cultural.²⁷

²³ Rob Krueger & David Gibbs. **The sustainable development paradox: urban political economy in the United States and Europe**. London: Guilford Press, 2007.

²⁴ CARMONA *et al.*, 2003, *op. cit.*, p. 23

²⁵ Chua B. Huat & Norman Edwards. **Public Space: Design, Use and Management**. Singapore: NUS Press, 1992.

²⁶ Jane Jacobs. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

²⁷ Sobre Glasgow e Bilbao ver: Louise C. Johnson. **Cultural Capitals: Revaluating the Arts, Remaking Urban Spaces**. Burlington: Ashgate, 2009; sobre Amsterdam ver: Sako Musterd & Willem Salet (Eds.). **Amsterdam Human Capital**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

D) DIMENSÃO POLÍTICA – Para Zachary Neal²⁸, a dimensão política conota o espaço público como um local de contenção onde muitos indivíduos são excluídos. Tensões sócio-espaciais, disputas territoriais e controle são alguns dos aspectos que envolvem a dimensão política. Sob a ótica de Hannah Arendt²⁹, o termo domínio público – abordado pela autora como esfera pública – se refere a dois fenômenos distintos embora relacionados. Em primeiro senso, público é pautado na idéia de acessibilidade, ou seja, tudo o que vem a público está acessível a todos e pode ser visto e ouvido por todos. Em sua segunda acepção, o termo público é baseado na idéia da comunalidade. É a própria realidade do mundo ao passo que este se apresenta como um bem comum ou de interesse comum para todos, na medida em que é compartilhado por distintos indivíduos que se relacionam entre si.

Sérgio Luís Abrahão³⁰, ao observar as formulações de Arendt, ressalta “que o grau zero do mundo público imposto pelo totalitarismo induz a um isolamento social que corresponde a um espaço desolado, habitado por indivíduos supérfluos, justamente sem lugar, que só pode ser vencido pela ação da vida em público”. Então, se o discurso político é orientado por um regime governamental impositivo, sem, pelo menos, uma participação moderada da sociedade civil, Don Mitchell³¹ argumenta que o espaço público tende a dissipar gradativamente seu ideal normativo, ou seja, o grau de acessibilidade que os espaços públicos possuem em abrigar diferentes indivíduos ou grupos com diferentes relatos e experiências. Sob esta vertente normativa, ainda segundo Mitchell³², a esfera pública é onde o *público* é organizado e representado ou, pelo menos, figurado. Assim, como elemento característico da esfera pública, o espaço público representa a materialização espacial no qual as interações sociais e políticas, atividades e usos de todos os membros do *público* transcorrem. Mediante esta asserção, o espaço público se torna a base material no qual aquartela um rol amplo de opiniões, comportamentos e práticas sócio-espaciais.

²⁸ Zachary Neal. **Seeking common ground: Three perspectives on public space**. In: Proceedings Of The Institution Of Civil Engineers, Urban Design and Planning, Volume 163, Issue 2, 2010, p. 59-66.

²⁹ Hannah Arendt. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

³⁰ Sérgio Luís Abrahão. **Espaço público: Do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.

³¹ O geógrafo Don Mitchell afirma que tal ideal normativo conduz à discussão do filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas sobre a esfera pública normativa e não-espacial, onde esta é mais bem concebida como um conjunto de instituições e atividades que mediam as relações entre sociedade e Estado. Don Mitchell. **The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy**. In: Annals of the Association of American Geographers, vol. 85, Nº 1, March 1995, p. 108-133

³² Ibid.

E) DIMENSÃO CULTURAL – Segundo Madanipour³³, a dimensão cultural se remete à propriedade coletiva dos grupos, aos sistemas de relação de poder na sociedade tanto quanto estes moldam o ambiente construído e a vida diária cotidiana³⁴. Para o autor, espaços públicos são reconhecidos por situarem contextos culturais mais amplos, com ordens e estruturas culturais expressas em termos políticos, sociais, econômicos e simbólicos fornecendo meios para a compreensão e explicação dos padrões observados no espaço. Articulada de forma direta à dimensão social, para Carmona³⁵, a dimensão cultural envolve alterações do arranjo espacial através de intervenções humanas ao longo do tempo, mudanças nos padrões de propriedade fundiária e capacidade de adaptabilidade às circunstâncias variáveis aos quais os indivíduos são submetidos de forma voluntária ou não.

Jon Lang³⁶ faz uma importante observação acerca da dimensão cultural. Avaliando a assertiva de Le Corbusier – Todas as pessoas têm as mesmas necessidades – Lang alega que os modelos para estruturar o ambiente construído, incluindo os espaços públicos, possam ser reduzidos a um número de paradigmas universais. O autor argumenta que padrões de atividades dependem de uma série de fatores e dos papéis sociais desempenhados dentro de contextos culturais específicos da vida cotidiana. Não apenas os padrões de atividades se alteram de uma cultura para outra, mas também os conceitos de privacidade e territorialidade. No decorrer do tempo, as escolhas dos indivíduos têm cunhado culturas locais características ao estruturar e reforçar suas ambiências. Baseadas em experiências prévias, estas escolhas são determinadas por critérios mutáveis e pessoais relacionados às metas, preferências e valores de níveis tanto individual quanto societal que se ajustam ao longo do tempo em relação às necessidades sócio-espaciais e à necessidade da dimensão cultural da cidadania³⁷. Cidadania essa, enfatizada por Borja³⁸, que legitima propriamente o espaço público como o local da identificação, a arena do contato entre os indivíduos, o cenário da animação urbana e, muitas vezes, a base material da expressão comunitária.

³³ **MADANIPOUR**, 2010, op. cit., p. 89

³⁴ Sobre a materialidade da cultura, ver: Paul Knox & Steven Pinch. **Urban Social Geography: An Introduction**. London: Prentice Hall, 2006.

³⁵ **CARMONA et. al**, 2008, op. cit., p. 37

³⁶ Jon Lang. **Urban Design: A typology of Procedures and Products**. Oxford: Elsevier, 2005.

³⁷ Nick Stevenson. **Cultural citizenship: cosmopolitan questions**. Berkshire: Open University Press, 2003.

³⁸ Jordi Borja. **Citizenship and Public Space**. In: Urbanitats N^o 07, Centre of Contemporary Culture of Barcelona, Barcelona, 1998.

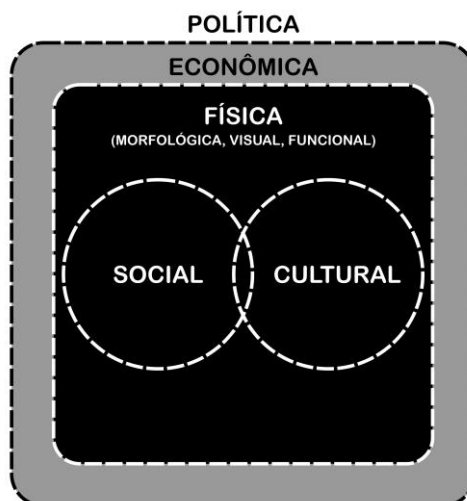


Figura 03. Esquema inter-relacional das dimensões do espaço público. FONTE: © Do autor, 2009.

Na variação tipológica de espaços públicos, seguramente, o grau inter-relacional entre as suas dimensões constitutivas é altamente fortuito. Similarmente, em alguns casos, a suposta hierarquia das dimensões também pode ser considerada relativa. As implicações em razão da relevância ou predomínio de uma dimensão específica sobre as demais alteram o caráter do espaço público. Um exemplo bastante recorrente são espaços públicos administrados por corporações e instituições de capital privado. Na maioria das vezes, estes espaços são concebidos sob o prisma da dimensão econômica e doutrinados por particularidades da dimensão política, ainda que de ordem interna. Tais espaços, em geral, adotam medidas de proteção, vigilantismo e políticas de uso exclusivista com o intuito de manter a ordem e o controle sobre tais espaços. Por conseguinte, comprometem-se os níveis de acessibilidade, presumivelmente universal, em prol de classes mais privilegiadas e coibindo veladamente a permanência de classes mais pobres e grupos marginalizados. Nesse caso, Fran Tonkiss³⁹ afirma que o ideal principal do espaço público é baseado na igualdade de acesso. Em paralelo, a dimensão cultural acompanha esta tendência deturpada e se estrutura mediante aos interesses e às necessidades das camadas elitistas. Do outro lado da moeda, classes menos favorecidas, minorias e grupos marginalizados são prontamente excluídos e privados de acessibilidade e usufruto destes espaços *públicos* geridos por corporativas privadas. Se todas as dimensões estão propriamente vinculadas umas às outras, então, o baixo desempenho ou inoperância de uma ou outra pode comprometer toda a sistemática que envolve a configuração dos espaços públicos.

³⁹ Fran Tonkiss. **Space, the city and social theory: Social relations and urban forms**. Cambridge: Polity Press, 2005.

1.2 DECLÍNIO DO ESPAÇO PÚBLICO E RECORRENTES INFERÊNCIAS

Recentemente a sociedade contemporânea tem enfrentado uma sorte de intimidações no cotidiano da vida pública de seus indivíduos. Assaltos, roubos, sequestro relâmpago, comportamento antissocial, dentre tantos outros miasmas urbanos universais, figuram um inventário de perigos e ameaças que comprometem os níveis de segurança. Enquanto algumas sociedades lidam com transtornos arrolados à ameaça humana, outras, além disso, são forçadas a lidar com ameaças naturais. Nos grandes centros urbanos, ao passo que instituições governamentais, corporações privadas e órgãos responsáveis pelem incansavelmente para deliberar resoluções e metas em relação ao uso do solo dos espaços públicos que atendam seus interesses, frequentemente, boa parcela destes espaços são propensos a se transformar em zonas instáveis onde a imprevisibilidade dos acontecimentos e das oportunidades criminais instila a disseminação do medo e converge a urbanidade⁴⁰, cada vez mais tolhida, em direção a um abismo sócio-espacial igualmente dilatado.

Para as geógrafas Rachel Pain e Susan Smith, o medo transcende os níveis pessoais e sociais, o bem-estar, o emocional e o racional. Pânicos morais destilados por uma sociedade fragmentada são direcionados às categorias consideradas potencialmente perigosas, áreas espacialmente vulneráveis à ocorrência de delitos, atividades criminais e a manifestação de comportamentos reprováveis. “Tais efeitos e tensões exclusórias têm se vertido sobre a vida diária, exacerbando disparidades sociais e espaciais, e contribuindo para a demonização destes grupos sociais que estão no fio da navalha do medo.”⁴¹ A propalada falta de segurança, o atilamento às fontes de perigo e o medo de vitimização sobressaltam a todo e qualquer tipo de arranjo espacial. O crime, o medo e a insegurança reorganizam e reordenam os espaços públicos. Em decorrência deste panorama, é possível notar que pervasivas tendências de controle espacial através da privatização, segregação e práticas exclusórias são cada vez mais frequentes na cidade contemporânea⁴².

⁴⁰ Aqui, urbanidade é definida como o caráter cultural de uma cidade no qual esta fornece aos indivíduos uma identidade coletiva e sentimento de pertencimento. Ver: Anton C. Zijderveld. **Steden zonder stedelijkheid: cultuursociologische verkenning van een beleidsprobleem**. Deventer: Van Loghum Slaterus, 1983.

⁴¹ Rachel Pain & Susan J. Smith. **Fear: Critical Geopolitics and Everyday Life**. Hampshire: Ashgate, 2008.

⁴² Ver mais em: Sharon Zukin. **Landscapes of power: From Detroit to Disneyworld**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1991; Fran Tonkiss. **Space, the city and social theory: Social relations and urban forms**. Cambridge: Polity Press, 2005.

De fato, a insegurança pública, ou a ausência de segurança, se apresenta como um fator complicador para o desenvolvimento em diferentes instâncias e diferentes escalas de intervenção. Ordinariamente, espaços públicos têm sentido os reflexos destas transformações urbanas que avassalam as cidades. A antropóloga Nan Ellin⁴³ afirma que uma das principais causas para o aumento do sentimento de insegurança é o aceleração dos padrões de transformação dos espaços públicos assim como seu declínio. Discorrendo que a forma segue o medo em uma alusão ao pensamento do arquiteto protomoderno Louis Sullivan (*Form follows function*⁴⁴), Ellin argumenta que:

“Assim como o domínio público tem se desenvolvido progressivamente empobrecido, analogamente também tem existido um declínio correspondente em relação aos espaços públicos significativos e o desejo por controlá-los ou privatizá-los. Dado determinado local que uma vez combinado produção, consumo e interação social, o espaço público tem se tornado compartimentalizado.”⁴⁵



Figura 04. “Alguns grama, alguns bancos, isso é tudo. Um exemplo caricatural do que o espaço público tende a ser em Toulouse” – Por Alexandre Delbos, França. FONTE: © Alexandre Delbos (Flickr), 2007.

Em razão das possibilidades engendradas pelo progressivo desenvolvimento da tecnologia no dilatado empenho em controlar os espaços públicos, Albernaz⁴⁶ afirma que tal controle está cada vez mais sistemático sobre a vida dos indivíduos e que tensões na interação social têm impulsionado a um estado de suspeita no espaço público, onde, de certa forma, induz ao desnorteamto dos indivíduos em seus desejos de bem-estar e igualdade na cidade.

⁴³ Nan Ellin. **Architecture of fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

⁴⁴ Louis H. Sullivan. **The tall office building artistically considered**. Lippincott's Magazine, March 1896.

⁴⁵ Nan Ellin. **Postmodern Urbanism**. New York: Princeton Architectural Press, 1996, p. 167

⁴⁶ ALBERNAZ, 2004, op. cit., p. 47

Com obviedade, o esfacelamento do espaço público não ocorre em uma escala avassaladora nem atinge todas suas variantes simultaneamente em uma mesma localidade. Em muitos casos, a produção de novos espaços públicos nem sempre é proporcional a um nível qualitativo desejável e a administração e manutenção dos espaços remanescentes também não são desempenhadas satisfatoriamente. Não obstante, segundo Carmona⁴⁷, se existe uma percepção generalizada a propósito da progressiva degradação da qualidade dos espaços públicos, então é igualmente sensível que se tenha observado nos responsáveis pela manutenção, a preocupação em compreender quais as razões e causas deste definhamento e quais medidas poderiam ser providenciadas para saná-lo o quanto antes. Retomando Herzog⁴⁸, atualmente se ingressa em uma era no qual a cidade, como espaço físico, está sendo desconstruída em um arranjo de formas e tipologias que conforma as necessidades pós-modernas e antigeográficas da sociedade global perfilada pela fragmentação. Indivíduos continuam se deslocando através do espaço, porém estes estão notoriamente menos cientes ou menos dependentes em perceber e sentenciar o real conteúdo do espaço público assim como o valor dos elementos pertencentes ao mesmo.

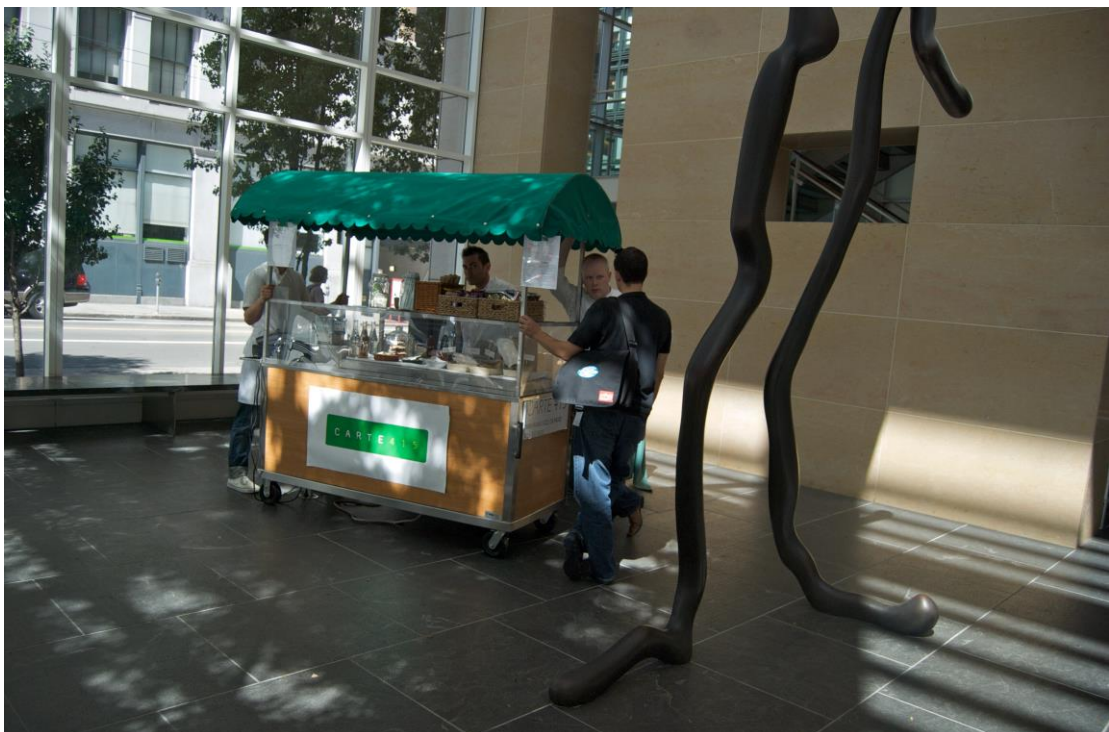


Figura 05. Publicamente visível; privadamente acessível, São Francisco, Estados Unidos.
FONTE: © Steve Rhodes (Flickr), 2009.

⁴⁷ CARMONA, 2003, op. cit., p. 8

⁴⁸ HERZOG, 2006, op. cit., p. 5

“A visão intimista é impulsionada na proporção em que o domínio público é abandonado, por estar esvaziado. No mais físico dos níveis, o ambiente incita a pensar no domínio público como desprovido de sentido. É o que acontece com a organização do espaço urbano.”⁴⁹

Segundo a visão sociológica de Sennett⁵⁰, a perda da vida pública é uma crítica costumeira nos debates sobre o urbanismo contemporâneo, especialmente quando esta é confrontada com a vida pública existente nas formas pré-capitalistas e pré-industriais de desenvolvimento urbano. Anastasia Loukaitou-Sideris e Tridib Banerjee⁵¹ relatam que a vida pública envolve contextos sociais relativamente abertos e universais e que tradicionalmente combina certo número de características as quais são direcionadas em prol do benefício comum. Sennett⁵², ao abordar questões projetuais, declara que a estética da visibilidade – efetuada através da permeabilidade visual entre interior e exterior – e o isolamento social se fundem em grande parte das paisagens urbanas contemporâneas, no qual o paradoxo decorrente do isolamento meio à visibilidade não constitui uma explicação consistente ao gerar a inércia do espaço público. Então, a partir de tal inércia, é possível perceber que, atualmente, diversos tipos de localidade compartilham das mesmas causas ou situações similares no processo de degradação e esvaziamento dos espaços públicos, sendo as mais relevantes elencadas nos tópicos subsequentes.



Figura 06. Incúria urbana analisada por Sennett - Brunswick Centre, Bloomsbury, Londres.
FONTE: © Tim Bradshaw, 2005.

⁴⁹ SENNETT, 1988, op. cit., p. 26

⁵⁰ Ibid. p. 27

⁵¹ Anastasia Loukaitou-Sideris & Tridib Banerjee. **Urban Design Downtown: Poetics and Politics of Form.** California: University of California Press, 1998.

⁵² SENNETT, 1988, op. cit., p. 27

1.2.1 ESTERILIDADE, DEGRADAÇÃO E MONOTONIA ESPACIAL

Observa-se nas cidades contemporâneas, sobretudo nas cidades capitalistas, a proliferação de localidades com espaços públicos estéreis e destituídos de vitalidade, indícios crescentes de degeneração e visíveis sintomas de monotonia⁵³. Monotonia essa, em muitos casos, herdada do planejamento urbano moderno. Sob uma perspectiva suspeita, certos espaços públicos supostamente parecem ter sido desenhados intencionalmente para se conformarem como meros espaços livres sem utilidade, função ou objetivo. Pois, ao invés de se apresentarem como componentes estruturadores da vida social local, tais espaços públicos se revelam como genuínos vácuos ou espaços condicionados ao caráter residual entre as edificações e vias de circulação ratificando-se, dessa maneira, como legítimos fastios espaciais. No estudo do geógrafo Nicholas Fyfe⁵⁴ acerca das tensões, pluralidades e especificidades das ruas, o autor relata que uma série de conceitos e metáforas tem sido cunhada para elucidar essas transformações do espaço público. A morte do espaço público de Sennett, os não-lugares de Augé, o pseudo-espaço público de Mitchell e os espaços da cidade análoga⁵⁵ de Boddy são alguns dos exemplos⁵⁶ destacados pelo autor para ilustrar a condição reducionista que consonam as diversas tipologias de espaços públicos na paisagem contemporânea.



Figuras 07 (a-b). (a) Entorno funesto e inexistência de vitalidade urbana: Conjunto habitacional Sighthill Estate, Glasgow, Escócia. (b) Desolação, sujeira e abandono em Porter Square 'T' Park, Cambridge, Estados Unidos. FONTE: (a) © Tony Rispoli (Flickr), 2008 e (b) © Karen Klinger (Flickr), 2011.

⁵³ Mais sobre os sintomas de monotonia especial em SORKIN, 1992; CARMONA *et al*, 2008 e HOU, 2010.

⁵⁴ Nicholas R. Fyfe. *Images of the Street: Planning, identity and control in public space*. London: Routledge, 1998.

⁵⁵ Boddy considera como espaços constituintes da cidade análoga os sistemas de passagens secundárias, *malls* e estações de metrô. Ver mais em: Trevor Boddy. *Underground and overhead: building the analogous city*. In: Michael Sorkin. *Variations on a Theme Park: The new American city and the end of public space*. New York: Hill and Wang, 1992. p. 123-153.

⁵⁶ Ver mais em: SENNETT, 1994; AUGÉ, 1995; MITCHELL, 1995 e BODDY, 1992.

O panorama desolador e a natureza quase *post-mortem* de uma variedade de espaços públicos são acarretados por razões distintas e em circunstâncias particulares que só podem ser devidamente explicadas diante dos contextos que lhe cabem. Entretanto, certos aspectos de ordem comum são facilmente encontrados na maioria dos espaços públicos extenuados ou em vias de degradação:

- Inexistência ou baixa qualidade da configuração espacial;
- Ausência de iluminação urbana;
- Carência de componentes estruturais in-loco como, por exemplo, equipamentos urbanos, etc;
- Características disfuncionais como, por exemplo, espaço em demasia para nenhum tipo de atividade;
- Ausência de uso acarretando na ausência de indivíduos e, assim, condicionando o espaço ao esvaziamento e gerando aspecto de abandono;
- Má localização e/ou proximidade a zonas mortas ou com perfis igualmente degenerados;
- Ausência de relações com o entorno imediato;
- Crônica propensão à ocorrência de crimes;
- Vandalismo e fragmentação territorial;
- Acúmulo maciço de detritos e lixo e proliferação de focos de doença;
- Carência de manutenção e cuidados tanto em nível local quanto institucional;
- Redução da vitalidade urbana e consequente falta de atratividade.



Figuras 08 (a-b). Degradação, ascosidade e mortificação: Realidade ordinária a muitos espaços públicos.
(a) San Martín Plaza, Caracas, Venezuela e (b) Plaza Italia, Mar del Plata, Argentina.
FONTE: (a) © Angel Rincon (Flickr), 2011 e (b) © Angel Saracho, 2007.

A combinação dos fatores supracitados afeta diretamente aspectos das dimensões morfológica, visual e funcional que constituem a dimensão física dos espaços públicos. Além disso, a atmosfera degradante também atinge sensivelmente o nível de percepção espacial dos indivíduos e, conseqüentemente, promove alterações dos padrões comportamentais. Tal conjectura induz categoricamente tanto à esterilidade espacial (esvaziamento do espaço público propriamente dito) quanto à esterilidade social (não utilização, impedimento e/ou recusa do exercício de atividades por parte dos indivíduos). Do caráter desolador e, algumas vezes, monótono gerado por esse tipo de espaço, a problemática da segurança pública se faz evidente, uma vez que o espaço é destituído da capacidade de congregar indivíduos, manter aceitáveis níveis de ocupação e gerar usabilidade, as oportunidades e ensejos criminais podem eclodir consideravelmente.



Figuras 09 (a-d). Degradação e esterilidade espacial em diversas instâncias e tipos de localidade.
(a) Praça na zona norte de São Paulo; (b) Praça abandonada em Esteio, Rio Grande do Sul; (c) Via Gisotti, Trani, Corato, Itália e (d) Detroit, Estados Unidos.

FONTE: (a) © Cátia Toffoletto, 2011; (b) © clickindiscreto.blogspot.com.br, 2012; (c) © labcitta.wordpress.com, 2012 e (d) © Alex MacLean, 2011.

1.2.2 POBREZA, SEGREGAÇÃO E MARGINALIZAÇÃO

Sob certas circunstâncias, a intensificação dos níveis de pobreza, a dilatação dos padrões de segregação social e espacial e o crescimento da marginalização contribuem significativamente tanto para a deterioração física, principalmente quando não há nenhum tipo de intervenção local ou governamental no cuidado e manutenção, quanto para o esfacelamento dos presumíveis laços sociais dos espaços públicos em questão. Espaços públicos em localidades com este perfil nem sempre são capazes de se conformarem como vetores de coesão social nem como receptáculo para práticas sócio-espaciais justamente em razão dos problemas que assolam a vida dos indivíduos. Desemprego, carência de oportunidades, insalubridade, precariedade dos serviços básicos, etc., sobretudo, em localidades com relevantes índices de criminalidade ou sob o domínio de algum grupo ou organização influente, particularmente aqueles associados ao tráfico de entorpecentes, como ocorre na maioria das metrópoles e grandes cidades. Entretanto, localidades fora do eixo de pauperização e segregação não se eximem do fardo da marginalidade, especialmente em áreas centrais. Com raras exceções, toda localidade contém certa porcentagem de espaços públicos inóspitos, degradados ou em vias de degeneração. Ora pela falta de manutenção, ora pelo desinteresse dos indivíduos em apropriá-los. Algumas localidades em maior, outras em menor grau. Quando apropriados, muitas vezes, tais espaços são ocupados por desabrigados, usuários de drogas, pedintes, prostitutas, dentre outras minorias sociais rotuladas como indesejáveis⁵⁷.



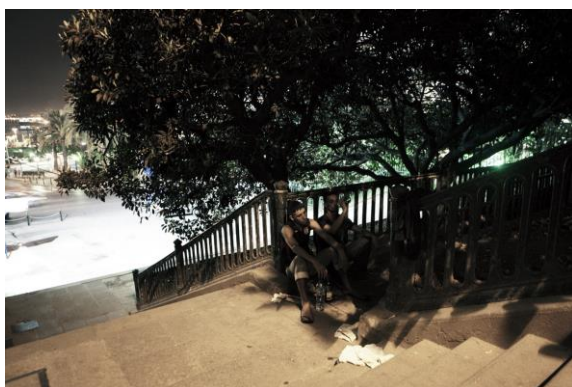
Figuras 10 (a-b). Ocupação do espaço público por *classes perigosas*.

(a) Usuária de drogas acampada na Cracolândia, São Paulo e (b) Prostitutas nos arredores de Moscou, Rússia.

FONTE: (a) © Mahendra, 2011 e (b) © Thomas Peter, 2009.

⁵⁷ Ver mais em: MITCHELL, 2003; AMSTER, 2004; LOUKAITOU-SIDERIS & EHRENFUECHT, 2009 e ORUM & NEAL, 2009.

Ainda que certos espaços públicos não façam parte do cotidiano dos indivíduos que ali residem ou trabalham, indivíduos ou grupos socialmente excluídos não são bem-vindos a compartilhá-los e estão sempre sob um olhar enviesado de suspeita e desconfiança. Estes grupos ou minorias são classificados pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman como *classes perigosas*.⁵⁸ O autor relata que tais *classes perigosas* originalmente eram constituídas por indivíduos *em excesso*, temporariamente excluídos e ainda não reintegrados à sociedade. Porém a nova classificação para tais classes *perigosas* considera que tais indivíduos são incapacitados de reintegração e reputados, para não dizer rotulados, como não-assimiláveis, pois não seriam úteis e nem compatíveis com os padrões ditados por modelos baseados na segregação sócio-espacial. A mínima permanência de tais classes comprometeria a qualidade e utilidade dos espaços públicos. Dessa forma, especula-se que o espaço público vive um impasse cujo estremece sua validação enquanto espaço indispensável à vida urbana e no qual exige a reinterpretação e posicionamento dentro do processo de planejamento. Em muitos casos, a apropriação dos espaços públicos por indivíduos e grupos socialmente excluídos gera uma série de transtornos bastante recursivos em decorrência do comportamento antissocial. De acordo com a criminologista Jane Donoghue⁵⁹, o comportamento antissocial pode ser diagnosticado como uma conduta criminal ou não, onde a pesquisadora classifica o mau uso, desrespeito pela localidade e pelo bem-estar, atos direcionados aos indivíduos e danos ambientais como tipologias⁶⁰ associadas direta ou indiretamente aos espaços públicos.



Figuras 11 (a-b). Uso do espaço público sob a ótica do comportamento antissocial.
(a) Jovens se embriagando e cheirando cola nos espaços públicos de Argel, Argélia. (b) Pedinte romena em Helsinki, Finlândia. FONTE: (a) © Christian Als, 2009 e (b) © Annelis (Creative Commons), 2009.

⁵⁸ Zygmunt Bauman. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

⁵⁹ Jane Donoghue. **Anti-Social Behaviour Orders: A Culture of Control?** London: Palgrave Macmillan, 2010.

⁶⁰ Ver mais detalhes no Anexo I

Supostamente, a condição *res derelicta*⁶¹ de muitos espaços públicos pode funcionar como gatilho inicial e, então, desencadear o processo de degeneração. Teoricamente, a ausência de atributos razoavelmente qualitativos que possibilitem uso e permanência, a apropriação por grupos socialmente excluídos, cíclicas manifestações de comportamento antissocial e a decorrente segregação espacial engendrada por uma ou pelo somatório destas características propende à localidade se tornar suscetível ao insucesso. É nesse contexto que o medo de sair às ruas se intensifica, conforme relatam Worpole & Greenhalgh⁶². Não somente espaços públicos tradicionais como ruas ou praças são percebidos, mas estações de trem e metrô, terminais rodoviários, parques, passarelas, passagens subterrâneas, estacionamentos, etc., que são vistos como locais potencialmente perigosos e muitas vezes são rotulados como zonas interditas (*no-go area* ou *no-go zones*⁶³) em certos horários. Além disso, tais áreas se tornam ainda mais perigosas para forasteiros ou desavisados de plantão que desconhecem ou pouco sabem sobre a realidade da localidade.

Tanto sob a ótica do discurso popular quanto através de dados estatísticos, zonas interditas ou proibidas se intervalam invariavelmente sobre a tessitura física de qualquer tipo de cidade. Estas são de naturezas completamente diferentes e podem variar desde uma modesta praça até arranjos espaciais inteiros e, nas últimas décadas, têm sido frequentemente abordadas por distintos campos disciplinares como, por exemplo, a geografia, o urbanismo e a antropologia⁶⁴. Com efeito, em inúmeras localidades deflagradas e marginalmente estigmatizadas⁶⁵, o espaço público é, sob uma perspectiva cerceada, mais flagrantemente territorializado e ocupado por forças influentes locais que exasperam a polarização social e que, por sua vez, corrói ainda mais o tecido da sociedade, não somente do ponto de vista social e histórico, mas, sobretudo, sob a ótica espacial⁶⁶.

⁶¹ Do latim, significando bem abandonado, tratando-se de coisa vaga, à mercê de quem deseje dela se apropriar. Roberto Senise Lisboa. **Direito Civil de A a Z**. Barueri: Editora Manole, 2008.

⁶² **WORPOLE & GREENHALGH**, 1996, op. cit., p. 18

⁶³ Originalmente, o termo é uma expressão militar para regiões onde as autoridades perderam o controle ou são incapazes de controlar através da lei. Por analogia, no discurso popular, a expressão leva em consideração qualquer área urbana relevantemente perigosa ou local onde seja proibido entrar e/ou tenha sua acessibilidade restrita. Judith Siefring. **The Oxford Dictionary of Idioms**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

⁶⁴ Para maiores detalhes ver: em geografia **SKELTON & VALENTINE**, 1998 e **PACIONE**, 2009; em urbanismo ver **FYFE**, 1998; **MITCHELL**, 2003 e **CARMONA et al.**, 2008; e em antropologia ver **HARGREAVES**, 2007 e **NELL & RATH**, 2009.

⁶⁵ O capítulo 3 abordará mais detalhadamente certos tipos de arranjos espaciais na constituição da localidade.

⁶⁶ **WORPOLE & GREENHALGH**, 1996, op. cit., p. 18



Figuras 12 (a-d). *No-go areas*: Controle e segregação espacializados.

(a) Ideologia e domínio neonazista em Bernauer Straße, Berlin, Alemanha; (b) Assentamento de viciados na Cracolândia da Favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro; (c) Conflitos étnicos e disputas territoriais em Kanaleneiland, Utrecht, Holanda; e (d) European 10 – Proposta de revitalização habitacional em Kanaleneiland. FONTE: (a) © Franz Richter, 2007; (b) © Isabele Rangel/R7, 2012, (c) © Sander Verwer, 2009 e (d) © Dittmar + Bochmann Architects, 2010.

Madanipour⁶⁷ declara que a exclusão social combina carência de acesso aos recursos, tomadas de decisão e narrativas comuns. Já o geógrafo David Sibley⁶⁸ assevera que o distanciamento sócio-espacial contribuiu para a rotulagem de áreas pobres como diferentes dos padrões convencionais ou áreas ameaçadoras às áreas ocupadas por classes mais abastadas, sendo isto uma falta de conhecimento refletida sobre as condições de vida das classes trabalhadoras e seus padrões comportamentais. Análogos posicionamentos colaboram para reforçar a tese de que atualmente se vivencia um período no qual a diversidade de valores e significados da paisagem urbana atravessa uma fase conturbada e intrincada, porém passível de ser solucionada. Por essa razão, Pacione⁶⁹ declara que a paisagem urbana é um produto derivado tanto da cultura quanto da economia e que a compreensão própria das ambiências urbanas deve ser baseada no reconhecimento explícito da sua inerente complexidade.

⁶⁷ Ali Madanipour. **Social exclusion and space**. In: Richard T. Legates & Frederic Stout. **The city reader**. 3rd Edition. London: Routledge, 2003, p. 181-188

⁶⁸ David Sibley. **Geographies of Exclusion: Society and Difference in the West**. London: Routledge, 1995.

⁶⁹ PACIONE, 2009, op. cit., p. 161

Pobreza, marginalidade e exclusão detêm determinantes estruturais (desemprego, saneamento, infraestrutura, habitação, etc.) que devem ser compreendidos dentro do contexto que envolve cada localidade para que, então, sejam avaliadas as limitações e potencialidades dos espaços públicos constituintes.



Figura 13. Estrutura sócio-espaial constituída de crescente pobreza, crime e segregação social em Belsunce, Marseille, França⁷⁰. FONTE: © SYNCHRONICITY, 2012.

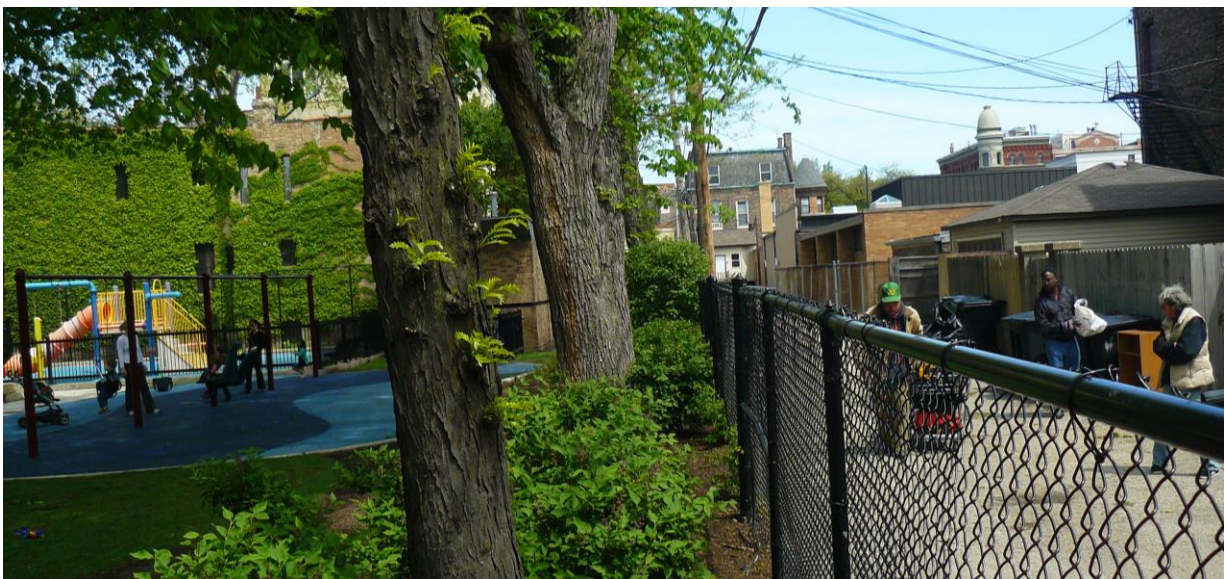


Figura 14. Realidades coexistentes e contíguas. “De um lado, crianças brincam no parquinho com suas mães e papais encontrando novos amiguinhos e criando memórias. Do outro lado, desabrigados, catadores de lixo que não tem casa, dinheiro ou comida. Uma senhora entre os *indesejáveis* pergunta ao fotógrafo: *Você gostaria que eu sorrisse?* O fotógrafo: *Bem, você quer?* Então, ela responde: *Eu preferiria não sorrir.* O jovem pode viver entre os mais velhos, os ricos entre os pobres, os felizes entre os tristes, porém nada disso irá reparar essa discrepância.” Lincoln Park, Chicago. FONTE: © Dakota Rivero (Flickr), 2009.

⁷⁰ Ver mais em: <http://synccity.blogspot.com.br/2012/03/marseille-integrative-model-for-inner.html>. Acessado em abril de 2012.

1.2.3 INTERNALIZAÇÃO, PRIVATIZAÇÃO E ARQUITETURA DE CONTROLE

Privatização e internalização de funções urbanas⁷¹ irremediavelmente coexistem. É praticamente impossível dissociá-los e parametrizá-los isoladamente. Sob a tutela de agentes e incorporadores do capital privado, a internalização tem invertido a ordem tradicional da organização espacial urbana através da transposição de funções para o interior de quadras e empreendimentos promovendo a disseminação de enclaves urbanos e alterando os padrões espaciais e a configuração dos espaços públicos extramuros. Segundo Borja⁷², em razão da criação destas ambiências internalizadas tais como parques temáticos, cidades empresariais, condomínios fechados, etc., há um rompimento das trocas e mesclas sociais levando o espaço público a pagar a fatura destes produtos perversamente antiurbanos e conduzindo a cidade a um triplo processo negativo:

- **DISSOLUÇÃO** – Difusão da urbanidade desigual e o debilitamento ou especialização dos centros urbanos;
- **FRAGMENTAÇÃO** – Exasperação de alguns pressupostos funcionalistas, onde a combinação de um capitalismo desregulado com a lógica setorial da administração pública produz a multiplicação de elementos diversos e monovalentes em um território cortado por grandes infraestruturas e vias de comunicação;
- **PRIVATIZAÇÃO** – Generalização de guetos segundo classes sociais, desde os condomínios de luxo até favelas ou assentamentos precários similares e a substituição de ruas, largos e praças por centros comerciais fechados e restritivos.

Os três processos mutuamente se reforçam contribuindo para o esvaziamento e desmantelamento dos espaços públicos. Converter um espaço público em um espaço privado implica em certos custos sociais no que se refere ao acesso democrático e à responsabilidade pública, pois produz flagrantes níveis de exclusão e segregação espacial intensificando o abismo social e consolidando desigualdades. Dissolução, fragmentação e privatização negligenciam o *produto* cidade, no qual se caracteriza pela densidade das suas relações sociais e pela fusão das diferentes etnias e classes sociais, usos, atividades e manifestações culturais.

⁷¹ Particularmente, habitação, trabalho (incluindo-se aqui, comércio e prestação de serviços) e lazer.

⁷² BORJA & MUXÍ, 2003, op. cit., p. 19

Os efeitos da privatização, há tempos, já vêm sendo debatido e questionado por especialistas e teóricos que lidam com as distintas dimensões do espaço público. As abordagens oscilam desde análises sobre os atributos e elementos do ambiente construído na construção do sentimento de pertencimento territorial dos indivíduos; a desvelada substituição de espaços públicos democráticos por enclave privatizados comprometendo aspectos como heterogeneidade social, liberdade de movimento, proximidade física; militarização do espaço público; e até mesmo com a aniquilação e erradicação do espaço público⁷³. Roger Trancik⁷⁴ alega que a inviolabilidade das empresas privadas tem colaborado significativamente para o processo de formação de espaços perdidos (*lost spaces*) e, por conseguinte, o processo de deflagração dos espaços públicos. Sophie Watson⁷⁵ concorda que a privatização dos espaços públicos os tem exposto a fortalezas militarizadas sustentadas pelo capital e interesses privados e que, quando não, os impactos da privatização têm gerado uma espécie de violência simbólica sobre uma parcela da população urbana, cuja presença enleia os interesses econômicos. Tanto quanto Watson, Madanipour⁷⁶ observa que empreendedores privados esperam que suas *commodities*⁷⁷ sejam seguras o suficiente para investimentos. Por isso, há uma suscetível inclinação em restringir tanto quanto possível todos os níveis de incerteza que possam ameaçar seus interesses.



Figuras 15 (a-b). (a) Artificialidade e consumo no Battery Park City, Nova Iorque, Estados Unidos e (b) Negação de qualquer tipo de relação formal com a rua, Centro de Convenções Sul América (ao fundo), Rio de Janeiro. FONTE: (a) © Jay Fine, 2005 e (b) © Bruno Dulcetti, 2008.

⁷³ Sobre tais abordagens ver ZUKIN, 1991; SORKIN, 1992; DAVIS, 1993 e MITCHELL, 1995.

⁷⁴ Roger Trancik. **Finding Lost Space: Theories of Urban Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1986.

⁷⁵ Sophie Watson. **The public city**. In: John Eade & Christopher Mele. **Understanding the City: Contemporary and Future Perspectives**. Oxford: Blackwell, 2002. p. 49-65

⁷⁶ Ali Madanipour. **Design of urban space: an inquiry into a socio-spatial process**. United Kingdom: John Wiley and Sons, 1996.

⁷⁷ Aqui, o termo é empregado sob a perspectiva político-econômica marxista no qual *commodity* significa qualquer bem ou serviço oferecido como um produto para venda. Ver: Jens-Uwe Wunderlich & Meera Warrier. **A Dictionary of Globalization**. London: Routledge, 2007, p. 88

Sob a ótica exclusória e a logística mercadológica do binômio privatização-internalização, discorrer sobre restrições soa indeclinavelmente como um pleonasmo no que concerne à disseminação dos chamados espaços interditivos⁷⁸. A perniciosa natureza da privatização implica invariavelmente em duas questões consideradas aqui como fundamentais no que se refere aos espaços públicos. Primeiramente, devido ao caráter exclusivista que gira em torno dos empreendimentos privados e à intrínseca veleidade por ordem, verifica-se o exíguo ou a inexistência de vínculo ou relação espacial direta com a ambiência pública imediata ou com os indivíduos que a ocupam. Arrolada a um discurso mixofóbico⁷⁹, a recusa é tamanha que diversos empreendimentos buscam de várias formas evitar o contato direto com a atmosfera pública instituindo articulações entre as edificações ou espaços livres privados. Um bom exemplo para ilustrar essa situação é o cada vez mais recorrente sistema de passarelas interconectoras entre edifícios corporativos. Com a implantação deste recurso, uma vez dentro do empreendimento, a necessidade de contato com o exterior e seus subsequentes usuários é tendente à zero.



Figuras 16 (a-b). Passarelas interconectoras de edifícios e esquiva de contato com o espaço público.

(a) Sistema de passarelas de Minneapolis, Estados Unidos e (b) Citibank Plaza⁸⁰, Hong Kong.

FONTE: (a) © Steve Silverman, 2010 e (b) © Yuki Bowman, 2007.

⁷⁸ Segundo a abordagem taxonômica do geógrafo Steven Flusty, espaços interditivos (interdictory spaces) são aqueles projetados para interceptar, repelir ou filtrar certos usuários. O propósito nítido de tais espaços é dividir, segregar e excluir. Ver mais em: Steven Flusty. **De-Coca-Colonization: Making the Globe from the Inside Out**. London: Routledge, 2005.

⁷⁹ Segundo Zygmunt Bauman, mixofóbico é o indivíduo que tem medo ou receio de estar na presença física de desconhecidos. **BAUMAN**, 2005, op. cit., p. 86-87

⁸⁰ Mais detalhes sobre a questão do controle social no Citibank Plaza, ver: Alexander R. Cuthbert & Keith G. McKinnell. **Ambiguous space, ambiguous rights - Corporate power and social control in Hong Kong**. In: Cities Journal, Elsevier Science, Vol. 14, Nº05, 1997, p. 295-311

Em segundo lugar, adventos tecnológicos se convertem em potenciais artifícios que corroboram na construção da paisagem militarizada gerada pela privatização, por vezes conhecida pelo termo arquitetura de controle. Roletas, catracas mecânicas, detectores de metais, policiamento privado e monitoramento extensivo são alguns dos aparatos frequentemente adotados pela iniciativa privada em atender prontamente às necessidades de proteção da chamada sociedade da vigilância⁸¹. Muitos teóricos, como David Wood *et al.*⁸², por exemplo, têm destacado que o ponto mais importante em relação à prática da vigilância urbana está diretamente relacionado à escala e à complexidade das grandes metrópoles mundiais. Não é somente a latente e cada vez menos oculta presença de componentes de vigilância, mas a intensificação de métodos provenientes da recorrente arquitetura de controle dos espaços públicos e edificações. A progressiva paranóia tem contribuído para a disseminação e construção de localidades regidas por impulsos panópticos. Sob este prisma, na construção da sociedade da vigilância e imposição distintos tipos de controle social, Wood *et al.* observam⁸³:

- Mecanismos geradores de desvio e coibição do grau de periculosidade e possibilidades de ameaça assim como a erradicação de objetos problemáticos;
- Restrições físicas e barreiras inibidoras para controle, manutenção e seleção;
- Retomada de idéias sobre preempção⁸⁴, prognóstico e caráter pré-determinado na seleção dos tipos de usuários pretendidos para determinado recorte espacial;
- Estilhaçamento físico dos espaços urbanos em enclaves fechados e defensivos sustentados por adventos tecnológicos;
- Ampliação do número de corredores expressos destinados exclusivamente ao transporte e avanço dos meios de comunicação.

⁸¹ Sobre a sociedade da vigilância, ver: David Lyon. **The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994; David Lyon. **Theorizing surveillance: The panopticon and beyond**. Devon, UK: Willan Publishing, 2006; Torin Monahan. **Surveillance in the Time of Insecurity**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.

⁸² David Wood; Eli Konvitz & Kirstie Ball. **The Constant State of Emergency? - Surveillance after 9/11**. In: Kirstie Ball & Frank Webster. **The Intensification of Surveillance: Crime, Terrorism and Warfare in the Information Age**. London: Pluto Press, 2003, p. 137-150

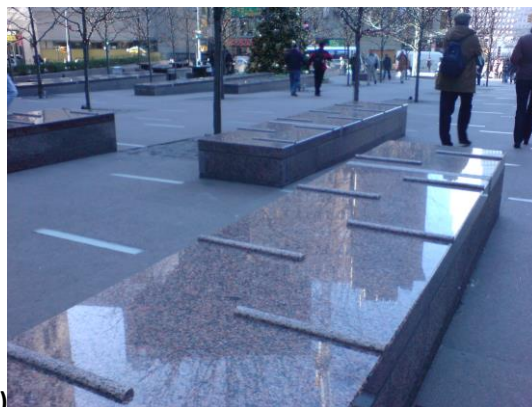
⁸³ Ibid. p. 148-149

⁸⁴ É o direito de preferência que tem o vendedor de um bem no caso do comprador querer vendê-lo após a sua aquisição. Este direito, que também é denominado direito de prelação, pode ser convencional, quando assim for acertado entre as partes, ou legal, no caso da venda de bem desapropriado pelo poder público, por exemplo. Ou seja, se o poder público vender um bem que foi desapropriado, seu antigo proprietário terá garantido o direito de preferência em adquiri-lo pelo preço pago na desapropriação. In: Deocleciano Torrieri Guimarães. **Dicionário técnico jurídico**. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2004.



Figura 17 (a-b). (a) Exemplo da ânsia desenfreada por segurança através dos reflexos da crescente nação eletrônica (CCTV Nation)⁸⁵ e (b) Protesto do artista britânico Banksy em relação à disseminação da nação CCTV, ambos em Londres. FONTE: (a) © Antonio Martinez Corral, 2005 e (b) © Ilaria Lanzoni, 2008.

Se como efeito direto das práticas de controle nos empreendimentos privados ou como indício de uma tendência urbana pervasiva e derradeira, a adoção de medidas restritivas se estende tanto nas delimitações entre domínio público e privado quando nos espaços públicos propriamente ditos. Por exemplo, observa-se a disseminação de bancos e assentos com design diferenciado com o evidente propósito de que indivíduos, especialmente desabrigados, porventura, durmam sobre os mesmos. Também é possível se deparar com intervenções feitas no mobiliário urbano ou elementos construídos do espaço urbano tais com muretas, canteiros, escadas, etc., com o intuito de que skatistas não façam manobras sobre sua interface nem os deteriorem.



Figuras 18 (a-b). (a) Com o intuito de não permitir que desabrigados possam se deitar nos assentos públicos, o design do mobiliário urbano invalida qualquer interesse por parte dos usuários em ocupá-lo devido à falta de conforto⁸⁶. Bristol, Reino Unido e (b) Assentos públicos anti-skatistas. Intervenções como forma de controle do uso de elementos urbanos. Nova Iorque, Estados Unidos. FONTE: (a) © Henry Shaftoe, 2008 e (b) © Jane Mejdahl, 2008.

⁸⁵ CCTV é o acrônimo na língua inglesa para o termo Circuito Interno de Televisão (*Closed-circuit television*).

⁸⁶ Henry Shaftoe. **Convivial Urban Spaces: Creating Effective Public Spaces**. London: Earthscan, 2008.



Figuras 19 (a-f). Artíficos empregados para vetar a utilização da interface pública da arquitetura como extensão do espaço público, Paris, França. FONTE: © Arnaud Elfort & Guillaume Schaller, 2007.

Mike Davis⁸⁷ alega que o desencadeamento da maciça privatização do espaço público e na subsidiação de novos enclaves, muitos destes concebidos via *Disneyficação*⁸⁸, operam como plataformas para os interesses das classes mais abastadas. Entretanto, o artifício de internalizar funções urbanas não reduz nem elimina problemas atrelados à insegurança pública ou medo do crime e da violência, pelo contrário, sulca ainda mais os veios já desgastados do tecido urbano intensificando visivelmente as disparidades sócio-espaciais.

⁸⁷ Mike Davis. **Cidade de quartzo: Escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

⁸⁸ Ver: Alan E Bryman. **The Disneyization of Society**. London: Sage Publications, 2004; Jim McGuigan. **Modernity and postmodern culture**. New York: McGraw-Hill International, 2006.

1.2.4 VITIMIZAÇÃO E MEDO DO CRIME

Falar em medo do crime na contemporaneidade é falar de um tipo de angústia bivalente que compete simultaneamente ao indivíduo, à sociedade e à localidade. Sob estado de alerta, enquanto alguns meramente ignoram os acontecimentos no exterior de suas fortalezas falsamente inabaláveis, outros espreitam acudados por trás de suas cortinas a estranheza mundana proporcionada por uma horda rotulada como abominável e desumanamente reduzida a um único tipo de classe social sob o jargão *Vox unius, Vox nullius*⁸⁹. Tanto quanto a degeneração do espaço público, o progressivo medo do crime não é dado de forma uniforme nem manifestado com a mesma intensidade, pois seu impacto sobre a percepção pública muito depende das variações dos níveis de vulnerabilidade com as quais podem ser desencadeadas. A despeito das oscilações dos níveis de vulnerabilidade, o medo do crime pode ser intensificado pela existência de coeficientes comuns nos distintos tipos de localidades que constituem os aglomerados urbanos e seus respectivos espaços públicos como, por exemplo, a proximidade geográfica de territórios em vias de degeneração ou potencialmente perigosos, trauma devido a algum tipo de vitimização sofrida, histórico de manifestações de crimes e violência na localidade e arredores, relativa suscetibilidade a conflitos sócio-espaciais, etc.

A espacialização do medo do crime e da possibilidade de vitimização pode ser dada a partir do momento em que o espaço público, incerto e fragilizado, presencia o desencadeamento dos processos de internalização por parte da sociedade ao mesmo tempo em que a vida pública, muitas vezes, parece ser conformada plenamente como uma ameaça. Desta maneira, a translação endógena ou recusa pela vida pública urbana, segundo Mike Davis, é o reflexo de uma consequência universal pela segurança da cidade conduzindo o espaço público acessível à sua destruição:

“Para reduzir o contato com os intocáveis, a reincorporação urbana converteu ruas de pedestres antes vitais em canais de tráfego e transformou parques públicos em receptáculos temporários para os sem-teto e miseráveis. A cidade americana, como reconheceram muitos críticos, foi sistematicamente virada pelo avesso – ou, melhor, para o avesso.”⁹⁰

⁸⁹ Expressão em latim que significa *Voz de um, voz de nenhum*.

⁹⁰ DAVIS, 1993, op. cit., p. 207

Teresa Caldeira⁹¹ ao estudar a relação entre cidadania, criminalidade e segregação urbana na cidade de São Paulo, observa que o crime é constituído por uma fala que é frequentemente fragmentada e repetitiva. Essa fala recursiva, contudo, serve para potencializar a sensação do medo, insegurança e inquietação dos indivíduos nutrindo um círculo vicioso no qual o medo é trabalhado e reproduzido e a violência combatida e ampliada.

“O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros⁹². A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção a reação que tolham os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações.”⁹³

Quanto ao medo, Ellin⁹⁴ relata que este nunca esteve ausente da experiência humana e que o processo de construção das cidades sempre amparou a necessidade de proteção do perigo. Bauman⁹⁵, compartilhando o raciocínio de Ellin, descreve que a cidade após ter sido relativamente segura nos últimos cem anos, esta se converteu em um local que se faz concatenar muito mais no perigo do que propriamente na segurança. “Hoje, com uma singular reviravolta em seu papel histórico – e a despeito das nossas intenções ou expectativas originais – nossas cidades em vez de constituírem defesa contra o perigo, estão se transformando em perigo⁹⁶.” Quanto ao grau de vulnerabilidade dos indivíduos, é sabido que mulheres⁹⁷, minorias e grupos étnicos são os alvos mais comuns em relação à predileção dos transgressores. Entretanto, não somente a lacuna entre os gêneros tem diminuído como também é possível perceber uma redução no que se refere às faixas etárias. É uma espécie de proliferação randômica e imprevisível do universo do crime e da violência moldado através da instilação do medo e temor da vitimização sob uma coerção veladamente ilícita.

⁹¹ Teresa Pires do Rio Caldeira. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. Editora 34/Edusp: São Paulo, 2000.

⁹² Ainda que a autora tenha como referência o caso da cidade de São Paulo, este tipo de tendência é comumente encontrado em diversas cidades ao redor do mundo, especialmente em zonas metropolitanas da América Latina.

⁹³ CALDEIRA, 2000, op. cit., p. 27

⁹⁴ ELLIN, 1997, op. cit., p. 13

⁹⁵ BAUMAN, 2005, op. cit., p. 61

⁹⁶ Ibid.

⁹⁷ Doreen Massey. **Space, Place, and Gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

Apesar do medo do crime e da vitimização atingir a uma parcela bastante diversificada da sociedade, grande parte da literatura produzida sobre o tema é prontamente direcionada às mulheres. Fruto legítimo do discurso feminista dos anos 60, o assunto começou a ganhar corpo de forma efetiva a partir dos anos 90, especialmente no campo da geografia humana⁹⁸. No tocante aos espaços públicos, a principal preocupação que gerou um grande número de pesquisas é dada a partir do aumento do número de agressões e crimes sexuais contra as mulheres na ambiência pública. Segundo Elizabeth Stanko⁹⁹, o medo do crime e de vitimização das mulheres é nutrido por vulnerabilidades sociais e espaciais. Para Gill Valentine¹⁰⁰, mulheres desenvolvem mapas mentais de lugares onde possam ser vítimas de algum tipo de assédio sexual ou em razão de alguma experiência passada ou a partir de informações obtidas através de fontes secundárias como, por exemplo, relatos de vizinhos ou a mídia. Vias secundárias, áreas degeneradas e mal-cuidadas, espaços mal iluminados, dentre outras variações, sob a luz do imaginário feminino, se convertem automaticamente em locais potencialmente perigosos na constituição e formação dos mapas mentais. Valentine¹⁰¹ alega que devido ao constante estado de alerta, particularmente à noite, mulheres têm uma consciência acentuada das características espaciais da micro-ambiência urbana levando-as a ajustar seu passo e trajeto de acordo, sobretudo em localidades com as quais não estão familiarizadas ou apresentam pouca ou nenhuma movimentação.



Figura 20 (a-b). A noite é a interface mais crítica e assustadora para a maioria das mulheres. (a) Escadaria em Estocolmo, Suécia. Cidade com um dos maiores índices de estupro na Europa¹⁰² e (b) estacionamento vazio, Alemanha. FONTE: (a) © Joel Höglund, 2011 e © David Ippendorf, 2009.

⁹⁸ Ver mais em STANKO, 1990; PAIN, 1991; DUNCAN, 1996 e PILCHER, 1999.

⁹⁹ Elizabeth A. Stanko. **Women, Crime, and Fear**. In: Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 539, 1995, p. 46-58

¹⁰⁰ Gill Valentine. The **geography of women's fear**. In: Area 21, 1989, p. 385-390

¹⁰¹ Ibid. p. 387

¹⁰² Disponível em: <http://www.thelocal.se/19102/20090427>, acessado em 10 de outubro de 2009.

Ratificando o pensamento de Valentine, Elizabeth H. McConnell¹⁰³ alega que o binômio medo do crime/vitimização possui uma relação bastante direta com o conhecido efeito de propagação, efeito dominó ou efeito Ripple (*Ripple effect*). Tal efeito ocorre quando o medo do crime e/ou a vitimização se dissemina como resultado de informações repassadas sobre a vitimização criminal que tenha ocorrido com outro indivíduo. Dessa forma, a divulgação da vitimização de outrem feita “boca-a-boca” em nível local gera certa apreensão e estado de alerta nos indivíduos. Ao levar em consideração o papel da tecnologia, da mídia e dos veículos de comunicação de massa, a propagação das informações acerca da vitimização pode ser potencializada vigorosamente. Se o modo como tais informações são repassadas aos indivíduos se apresenta de forma negativa, tal carga de informações contribui significativamente para a intensificação do medo do crime ao passo que o incidente adquire proporções universalizadas ao se tornar de conhecimento público.

Segundo a pesquisa de Michele Roccato¹⁰⁴, a vitimização é uma experiência negativa que redundando em alguns tipos de sequelas. Sob o ponto de vista corporal, a vitimização pode acarretar danos físicos em razão de crimes violentos como, por exemplo, roubo seguido de agressão, ataques contra grupos marginalizados ou minorias e, na maioria dos casos, crimes sexuais, sobretudo estupro. Sob a perspectiva econômica pode implicar na perda de importantes recursos financeiros em razão de formas não-violentas¹⁰⁵ de vitimização manifestarem uma imagem negativa como, por exemplo, vandalismo, arrombamento ou furtos. E, finalmente, a vitimização pode desencadear consequências psicológicas severas tais como estresse pós-traumático e psicológico, síndrome do pânico e baixa auto-estima. Esta variação de reações psicológicas e comportamentais ao crime tem comumente despertado “a desconfiança em relação ao outro, o esquivamento com respeito a determinados lugares, tomadas progressivas de ações protetivas alterando os padrões da vida diária e a considerável redução na participação das atividades coletivas.”¹⁰⁶

¹⁰³ Elizabeth H. McConnell. **Fear of Crime and Victimization**. In: Laura J. Moriarty. **Controversies in Victimology**. Cincinnati: Anderson, 2008, p. 91-102

¹⁰⁴ Michele Roccato. **Victimisation and fear of crime**. In: Karen T. Froeling. **Criminology research focus**. New York: Nova Science Publishers, 2007, p. 119-141

¹⁰⁵ Não-violentas pelo fato de não produzirem nenhum tipo de lesão física contra o indivíduo.

¹⁰⁶ MIETHE, 1995 *apud* MADANIPOUR, 1996, op. cit., p. 80

Grande parte das pesquisas sobre o medo do crime e da vitimização geralmente tem seu foco voltado para a interface negativa gerada na sociedade, no temor público ou no impacto da percepção pública das situações de risco e/ou que envolvem níveis de exposição. Com efeito, o medo do crime e da possibilidade de vitimização tem impactos diretos sobre a localidade. A associação de distintas reações individuais defensivas, de certa forma, contribui para a debilitação da vida urbana. Logicamente, indivíduos nunca deixaram ou deixarão de utilizar o espaço público, entretanto quando o crime se manifesta com certa frequência, indivíduos se tornam mais cautelosos e tendem a evitar o contato com a ambiência externa sempre que possível. Pois, o medo do crime e da vitimização ajuda a intensificar os níveis do crime levando indivíduos a permanecerem por mais tempo em suas residências e, então, reduzindo o nível de vigilância nos espaços públicos. Por conseguinte, observa-se o progressivo esvaziamento em detrimento da insegurança e do medo na localidade. Por tal razão, observa-se uma justificável preocupação em relação à segurança tanto dos indivíduos quanto dos espaços públicos, questão abordada no capítulo a seguir.



Figura 21. Construído nos anos 90, o playground abandonado parece não atrair mais a atenção de crianças e jovens em Riga, Letônia. FONTE: © Jatder (Wikipedia), 2007.

CAPÍTULO 2 - SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o advogado Fábio Konder Comparato¹⁰⁷, a etimologia da palavra segurança é originária do latim conformando o seguinte significado:

"No que diz respeito à segurança, o sentido fundamental do vocábulo liga-se à etimologia (se, prefixo = *sine* + *cura*): é a tranquilidade de ânimo, a isenção de preocupações, um bem concreto, a um interesse determinado. Não há segurança em abstrato, mas em relação à vida, ao patrimônio, à criação artística, à salvação eterna, ao amor de uma pessoa, própria identidade cultural e, com efeito, o excesso de segurança acaba por suprimir a liberdade, assim como a total liberdade é a ausência de segurança. A organização, ainda que consentida pelos sujeitos a que se destina, de um sistema completo de garantias, na vã tentativa de eliminar totalmente os riscos, redundando na suspensão prática já não digo de qualquer capricho, mas de qualquer iniciativa, de qualquer criação, de qualquer mudança; pois o controle total dos riscos só existe com a interdição de toda variação individual em relação ao esquema preestabelecido. Por outro lado, a supressão de qualquer norma ou coação externa sobre a vida individual ou coletiva acarreta a eliminação de todas as garantias existentes e a impossibilidade prática de organizar outras." ¹⁰⁸

Pode-se dizer também que o significado do vocábulo segurança está condicionalmente associado ao sentido de proteger ou estar protegido de determinada fonte que possivelmente emane perigo, ameaça ou perda. Por se tratar de uma nomenclatura com caráter etimológico polissêmico, o termo segurança será empregado aqui em virtude da constituição e/ou salvaguarda do direito da segurança em relação à atmosfera urbana, em especial o domínio público. É também importante observar a disposição dos elementos constituintes do espaço público urbano assim como os mecanismos cautelares que validem o estabelecimento de níveis aceitáveis de segurança aos usuários. Além disso, é oportuno o entendimento da relação entre a forma urbana e padrões comportamentais dos usuários na verificação dos níveis securitários regidos pelo ambiente construído como, por exemplo, modos de apropriação espacial, fluxos, permanências, usos, etc. Cabe ressaltar que o termo segurança pública pode ser encontrado com duas acepções distintas em grande parte da literatura inglesa utilizada na presente dissertação, onde estas são denominadas: *Urban/Public Safety* e *Urban Security*.

¹⁰⁷ Fábio Konder Comparato. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

¹⁰⁸ Ibid. p.180

De acordo com Leo Van den Berg¹⁰⁹, no primeiro sentido (*Public/Urban Safety*), segurança diz respeito particularmente à proteção física, como, por exemplo, o ato de se defender contra roubos, violência e outros tipos de transgressões que afetem diretamente uma pessoa, grupo ou local em particular. A segunda acepção (*Urban Security*) diz respeito às ameaças mais intangíveis tais como ataques terroristas, catástrofes, desastres naturais ou guerras. No primeiro sentido é a condição de se estar seguro de algum tipo de risco, perigo ou ameaça; é a qualidade ou estado de não estar presenciando ou se envolvendo diretamente a algum tipo de perigo ou situação de risco. Já no segundo, vai mais além, pois guarda ou assegura a liberdade alheia do perigo ou ansiedade do mesmo. Desta forma, na presente dissertação o termo segurança pública será guiado pela primeira acepção do termo, porém não desconsiderando implicações da segunda acepção quando for necessário.

O debate acerca da segurança pública tem conjurado questionamentos que cingem desde o domínio social até reformas na legislação em busca de soluções efetivas. Em muitas cidades, a insegurança tem obrigado autoridades legais a tentar controlar e solucionar este fenômeno, focando seus esforços no combate à violência e à criminalidade através da força policial e de estratégias repressivas. Investimentos, pesquisas, medidas regulatórias e intermináveis montantes de dinheiro têm sido aplicados para resolução do problema.

A exposição ao perigo que se desenvolve progressivamente na maioria das grandes cidades brasileiras tem privado seus habitantes do exercício da cidadania, fruição dos direitos e garantia da segurança pública previstos em lei pela Constituição de 1988¹¹⁰. Entretanto, devido à sua etérea complexidade, o cabal cumprimento pela garantia da segurança e manutenção da ordem vai além do escopo policial como medida interventiva, sobretudo quando o papel da polícia é limitado e desacreditado por uma grande parcela da população e quando sua atuação é dada de forma mais significativa em áreas ricas de grandes metrópoles brasileiras como São Paulo e Rio de Janeiro. Por isso, atualmente, observa-se um colapso dos mecanismos sociais no espaço urbano que prontamente fornece abertura à atividade criminal e conduz ao suporte e exercício da atividade policial.

¹⁰⁹ Leo Van Den Berg. **The safe city: safety and urban development in European cities**. Burlington: Ashgate, 2006.

¹¹⁰ Ver Anexo II.



Figura 22. Confronto entre moradores e policiais na Marginal Tietê, São Paulo.
FONTE: © Sergio Alberti (Flickr), 2007.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA E VIOLÊNCIA

Segundo a psicóloga Elizabeth K. Englander¹¹¹, a violência é um comportamento presente na humanidade desde a pré-história que tem sobrevivido a despeito das inúmeras e constantes tentativas da sociedade de erradicá-lo. Todavia, nem todo tipo de violência é o mesmo. Em termos gerais, a violência é um tipo de comportamento agressivo com o propósito ou intenção de causar dano, seja este físico ou psicológico. É a intenção que configura a violência como um tipo comportamental danoso. Para o cientista político Stathis N. Kalyvas¹¹², muito embora o conceito de violência possa ser considerado intuitivo, este também pode ser considerado conceitualmente heterogêneo:

“Como um fenômeno social multifacetado, o conceito de violência pode ser amplamente definido além do escopo da violência física. Alguns distinguem entre a violência que preserva a ordem social – conhecida como violência sistematicamente funcional – e a violência que destrói esta ordem – a violência disfuncional. Outros tomam a opressão (ou mesmo competição) econômica e social para instituir a violência estrutural.”¹¹³

¹¹¹ Elizabeth Kandel Englander. **Understanding Violence**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.

¹¹² Stathis N. Kalyvas. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

¹¹³ Ibid. p.19



Figura 23. A violência sempre foi um tema recorrente nas artes. Martírio de São Pedro (1618-20), obra do pintor barroco italiano Domenico Zampieri (1581-1641). FONTE: © Wikipedia.org, 2010.

Independentemente das suas causas e origens, a violência é uma patologia social que também possui seus desdobramentos e níveis de manifestação. Por isso que ao avaliar a questão da violência sob o ponto de vista epidemiológico, Alberto Concha-Eastman¹¹⁴ afirma que esta é, ao mesmo tempo, um problema de saúde e um problema social que tem atingido proporções e dimensões alarmantes em muitos países, especialmente nos países da América do Sul por possuírem as taxas de homicídio mais altas do mundo. Sendo, então, a violência considerada um problema multidimensional, de acordo com o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde¹¹⁵ efetuado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2002, o termo violência comumente adotado é definido da seguinte forma:

“O uso intencional de força física ou poder, ameaçado ou real, contra a si mesmo, outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade que ou resultam em ou têm uma alta probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, malformação ou privação.”¹¹⁶

¹¹⁴ Alberto Concha-Eastman. **Urban Violence in Latin America: Dimensions, Explanations, Actions**. In: Susana Rotker. **Citizens of Fear: Urban Violence in Latin America**. London: Rutgers University Press, 2002, p. 37-54

¹¹⁵ Etienne G. Krug; Linda L. Dahlberg; James A. Mercy; Anthony B. Zwi & Rafael, Lozano. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

¹¹⁶ Ibid p.05

Em 1996, após ser declarada como problema de saúde pública, a violência foi caracterizada em três tipologias distintas¹¹⁷, porém interconectadas, definidas da seguinte forma pelo relatório da OMS:

- A. VIOLÊNCIA AUTODIRECIONADA** – Está subdividida em comportamento suicida e autoabuso. Antigas formas desta violência incluíam pensamentos suicidas, tentativas de suicídio, autopunição e automutilação.
- B. VIOLÊNCIA INTERPESSOAL** – Este tipo de violência se subdivide em duas categorias: violência familiar ou conjugal (seja no âmbito do lar ou fora dele) e violência da comunidade (entre vizinhos ou pessoas que estabeleçam algum grau relacional amigável);
- C. VIOLÊNCIA COLETIVA** – É a violência que atinge os níveis sociais, políticos e econômicos. Diferentemente das duas tipologias acima, esta sugere possíveis motivos para o cometimento da violência por grandes grupos de indivíduos ou por Estados. No aspecto social se incluem os crimes de ódio, ataques terroristas e rebeliões feitas pela população (*mob violence*); no aspecto político se enquadram as guerras, golpes contra o Estado e similares conflitos violentos; e no tocante ao nível econômico estão ataques por grandes grupos motivados por ganhos e lucros com o intuito de romper atividades econômicas, negar o acesso aos serviços essenciais ou criar divisão e fragmentação econômica.



Figura 24. Violência coletiva - Confronto entre manifestantes e policiais nas ruas de Paris, França.
FONTE: © Philippe Leroyer (Flickr), 2008.

¹¹⁷ KRUG *et al.*, 2002, op. cit., p. 6

Entretanto, pode-se considerar que o Relatório Mundial sobre Violência e Saúde não conforma uma classificação apropriada, uma vez que duas categorias de violência comumente ocorridas no domínio público são inclusas inadequadamente na tipologia violência interpessoal. A primeira abarca atos criminais direcionados tanto aos bens privados quanto aos bens públicos como, por exemplo, roubos e assaltos a estabelecimentos de naturezas diversas ou atos de vandalismo contra edificações ou elementos constituintes do próprio espaço público, onde aqui é proposto designá-la como ***violência contra o patrimônio, instituições e/ou corporações***.



Figura 25. Depredação do patrimônio público. São Francisco, Estados Unidos.
FONTE: © Jeremy Ambers (LiveSOMA.com), 2010.

A segunda categoria envolve crimes que são perpetrados diretamente contra os indivíduos, porém, diferentemente da violência interpessoal, a natureza dos crimes aqui cometidos são destituídos de qualquer tipo de grau relacional ou afinidade entre os indivíduos como, por exemplo, latrocínios, brigas, assaltos e roubos ocorridos de forma randômica e que aqui se propõe chamá-la de ***violência transpessoal***, justamente pelo fato dos incidentes serem baseados na anonimidade dos envolvidos. Por isso, a disjunção destas duas categorias é necessária ao passo que, estatisticamente, estas duas tipologias criminais se conformam tanto na pessoalidade quanto na impessoalidade, além de serem as tipologias mais recorrentes nos espaços públicos dos grandes centros urbanos.



Figura 26. Violência transpessoal: Briga entre torcedores do Palmeiras com a polícia antes e após o jogo. Estádio Palestra Itália, São Paulo. FONTE: © Paulo Liebert/AE, 2009

Carolyn Whitzman¹¹⁸ afirma que o medo da violência está diretamente relacionado à questão da cidadania, freqüentemente citada na literatura direcionada à segurança das comunidades como o direito de participação, não somente em políticas formais, mas também nas políticas informais pertinentes à vida da localidade e que também pode ser constituído como o direito à cidade. Retomando o discurso da violência e suas formas de manifestação, sob a perspectiva da geógrafa Tovi Fenster¹¹⁹, uma das formas de violência mais cruéis e brutais de violação dos direitos humanos está diretamente atrelada ao cerceamento da fruição e deslocamento livre no espaço urbano gerando, dessa forma, a condição de *prisão domiciliar*. Seja através da coerção física ou psicológica mediante a instilação do medo ou ameaças, seja através da imposição de normas, valores e significados sócio-culturais verberados sobre os espaços públicos urbanos.

Em geral, a violência está associada a questões como, por exemplo, desordem urbana, desigualdades sócio-espaciais, baixo padrão de qualidade de vida associado à falta de oportunidades, marginalidade, informalidade, dentre outras realidades notoriamente graves. Nesse sentido, é relevante o posicionamento adotado por Caldeira¹²⁰ para compreensão do crescimento da violência no Brasil:

¹¹⁸ Carolyn Whitzman. **The handbook of community safety, gender and violence prevention: practical planning tools**. UK & USA: Earthscan Publishings, 2008.

¹¹⁹ Tovi Fenster. **Gender, Planning and Human Rights**. London: Routledge, 1999.

¹²⁰ CALDEIRA, 2000, op. cit., p. 101

“É necessário considerar tanto o colapso das instituições de ordem (polícia e judiciário) e de tentativas de consolidar um estado de direito, quanto à crescente adoção, tanto por agentes do Estado quanto por civis, de medidas extralegais e privadas para enfrentar o crime. É necessário também examinar as experiências dos moradores da cidade com a polícia e suas percepções sobre ela, assim como suas concepções de direitos individuais, punição e do corpo. O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve fatores como o padrão violento de ação da polícia; descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais e o apoio a formas violentas de punição por parte da população.”¹²¹

Pragmaticamente, a violência pode se manifestar sob a ótica de duas vertentes aqui consideradas: primeiramente, a **violência voluntária** que mediante ao conhecimento das suas origens como, por exemplo, focos de criminalidade e delinquência, delitos, atividades ilícitas e desordem que se manifestem comumente por grupos identificáveis, dominantes e ameaçadores à sociedade dentro de uma periodicidade previsível e que estão, teoricamente, sob alerta das autoridades competentes e da população. Em segundo lugar, a **violência involuntária**, ou seja, a violência que ocorre sem conhecimento prévio de causa, no qual insurge a partir de acontecimentos em caráter excepcional e, que a partir destes estopins inesperados, a violência se manifesta temporariamente alterando a dinâmica sócio-espacial por um determinado espaço de tempo. Outro ponto relevante se refere ao grau de exposição de indivíduos e grupos vulneráveis aos reflexos e impactos proporcionados pela manifestação da violência urbana. Segundo o Departamento de Assuntos Sociais e Econômicos das Nações Unidas¹²² a definição para o termo vulnerabilidade é dado da seguinte forma:

“Por natureza, vulnerabilidade pode ser vista como um estado de alta exposição a certos riscos e incertezas, em combinação com uma capacidade reduzida de se proteger ou se defender contra esses riscos e incertezas e lidar com suas conseqüências negativas. Existe em todos os níveis e dimensões de sociedade e forma uma parte integrante da condição humana, afetando indivíduos e a sociedade como um todo.”¹²³

¹²¹ CALDEIRA, 2000, op. cit., p. 101

¹²² UNITED NATIONS. **Report on the World Social Situation: Social Vulnerability: Sources and Challenges**. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2003.

¹²³ Ibid. p. 14

Segundo o pesquisador Douglas North *et al.*¹²⁴, laureado com o Prêmio Nobel de Economia em 1993, todas as sociedades enfrentam e sempre enfrentaram o problema da violência. Nenhuma sociedade resolve o problema da violência eliminando a violência. Na melhor das hipóteses, a violência pode ser contida e administrada, pois sua manifestação é dada em múltiplas instâncias e dimensões. Sob essa perspectiva, a violência pode ser expressa tanto através de investidas físicas quanto ameaças coercivas de investidas físicas, no qual tanto o ato propriamente dito quanto a ameaça são considerados formas de violência. Assim, a propensão de indivíduos e grupos em se sentirem vulneráveis a uma determinada fonte ou forma de violência depende muito das circunstâncias e do contexto aos quais estes estão envolvidos.

Segundo os pesquisadores holandeses Kees Koonings & Dirk Kruijt¹²⁵, a fragmentação e deterioração do espaço urbano através da desigualdade, insegurança e medo associados ao aumento da violência são frutos da coexistência de contraditórios elementos sociais e espaciais dentro de um mesmo espaço sócio-demográfico. Tal correspondência se apresenta de diversas maneiras e em distintos níveis oscilando igualmente sobre o grau de vulnerabilidade de indivíduos e grupos às ameaças violentas bem como seu posicionamento responsivo em relação às investidas aos quais são subordinados, privando ou limitando, dessa forma, sua liberdade de ação.

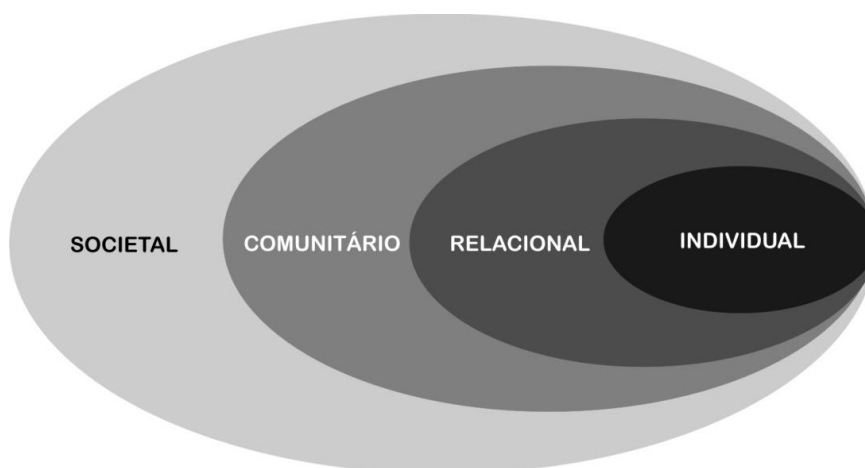


Figura 27. Modelo ecológico para compreensão da gradação da violência.
FONTE: © Do autor com base em KRUG, 2002.

¹²⁴ Douglass C. North; John J. Wallis & Barry R. Weingast. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. New York: Cambridge University Press, 2009.

¹²⁵ Kees Koonings & Dirk Kruijt. **Fractured cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America**. London: Zed Books, 2007.

É possível compreender a natureza multifacetada da violência ao explorar relação entre fatores individuais e contextuais e, também, considerar a violência como um produto de distintos níveis de influência no comportamento:

- **NÍVEL INDIVIDUAL** – Neste nível, procura-se identificar fatores da história biológica e pessoal que um indivíduo reflete em seu comportamento. Além de fatores biológicos e demográficos, fatores tais como impulsividade, baixo conhecimento educacional, abuso de substâncias e histórico prévio de agressões e abusos são considerados. Em outras palavras, neste nível o modelo ecológico é focado nas características do indivíduo que intensifique a probabilidade de ser vítima ou perpetrador da violência;
- **NÍVEL RELACIONAL** – O segundo nível do modelo ecológico explora como as relações sociais proximais, como, por exemplo, relações com seus iguais, parceiros e membros familiares ou com interesses em comum, aumentam o risco de vitimização violenta e perpetração da violência;
- **NÍVEL COMUNITÁRIO** – Este nível examina o contexto da comunidade na qual as relações sociais estão imbuídas – tais como escolas, locais de trabalho, associações, cooperativas, etc. Também procura identificar que características nestes arranjos estão associadas às vítimas ou perpetradores da violência. Alto nível de mobilidade residencial, heterogeneidade e alta densidade populacional são exemplos destas características, onde cada uma destas, de alguma forma, ilustra certo grau de associação com o crime e a violência;
- **NÍVEL SOCIETAL** – O último nível perscruta os grandes fatores sociais que influenciam as taxas de violência. Aqui se incluem fatores que criam uma atmosfera favorável para violência, ou seja, fatores que reduzam inibições contra os atos violentos e fatores que criem e sustentem lacunas entre diversos segmentos da sociedade ou tensões entre diferentes grupos ou países. É possível destacar fatores como normas culturais que incitem ou apóiem a violência como modo aceitável para resolver conflitos; atitudes que considerem o suicídio como uma questão de escolha individual ao invés de um ato evitável de violência; normas que apóiem o uso de força excessiva através da polícia contra os cidadãos; dentre outras.

É perceptível que a erradicação da violência é uma questão turva e complicada. Por exemplo, a partir de um estudo sobre a violência na Cidade do México, Wil Pansters & Hector Castillo Berthier¹²⁶ alegam que as ansiedades acerca da insegurança e da violência, tanto quanto o fenômeno em si, têm significados que vão além de referentes sociológicos se conformando como um espectro. Tal espectro, por um lado, afeta os diversos estilos de vida tanto quanto alterações no desenho da paisagem urbana e na percepção da insegurança e, por outro lado, generaliza a segregação social e a estigmatização. Por esta e outras razões, é necessário um conjunto de medidas mitigativas, políticas públicas intersetoriais consistentes, monitoramento constante e, acima de tudo, boa vontade tanto por parte das instituições responsáveis. Tanto quanto é necessária a colaboração da população em buscas soluções para atacar a raiz do problema auxiliando na prevenção e combate ao crime e à violência, levando sempre em consideração a multiplicidade dos problemas específicos pertinentes de cada localidade.

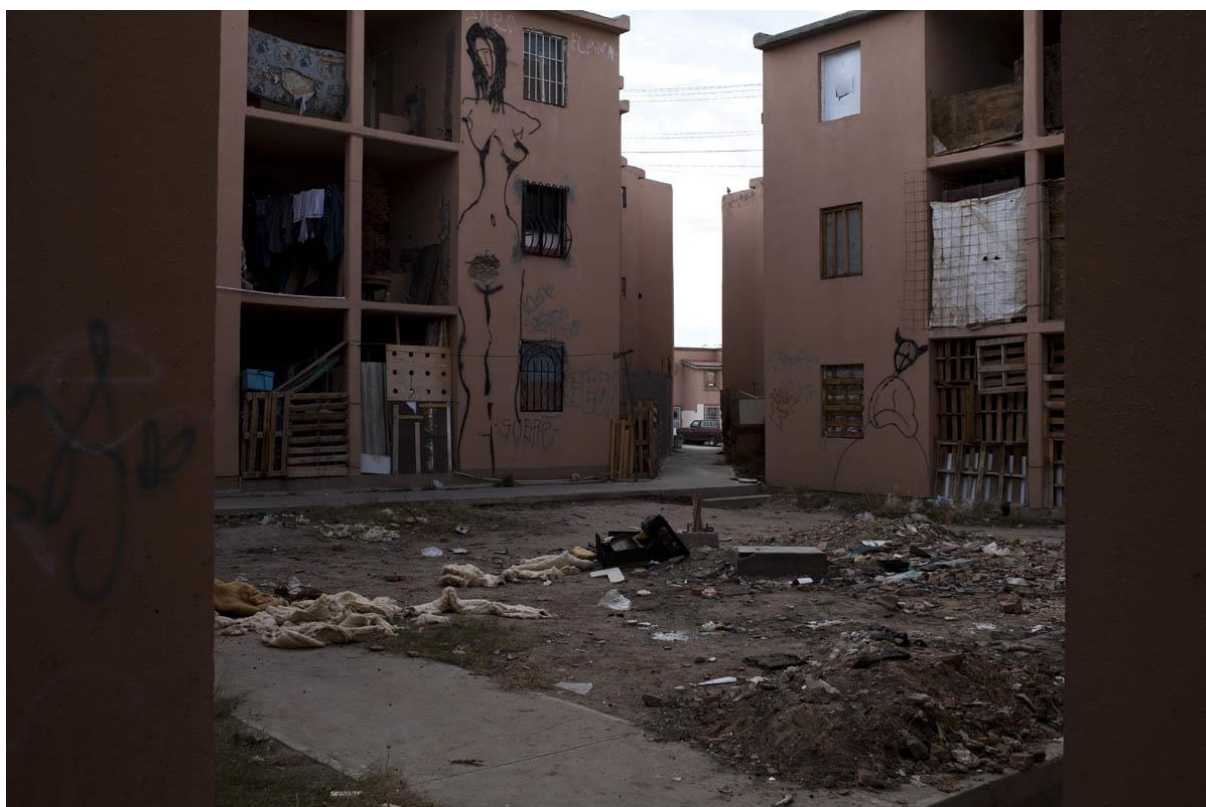


Figura 28. Pobreza e degradação em uma das cidades mais violentas do mundo, Ciudad Juárez, México.
FONTE: © Jerome Sessini, 2009.

¹²⁶ Wil Pansters & Hector Castillo Berthier. Mexico City. In: **KOONINGS & KRUIJT**, 2007, op. cit., p. 36-56

2.1.1 GEOGRAFIA DO CRIME: ESPAÇOS DELITIVOS, *HOTSPOTS* E A SISTEMÁTICA ESPACIAL DO CRIME E DA VIOLÊNCIA

Observando o caráter fragmentado das cidades contemporâneas, é presumível que o arranjo de muitos espaços públicos ofereça condições para o surgimento de certas tipologias criminais através de uma combinação de fatores na constituição do que é conhecido como geografia do crime. Obviamente, a geografia do crime não existe por si só, mas acompanhada igualmente de aspectos sociais, econômicos, demográficos e culturais pertinentes aos espaços públicos e à vida urbana local. Diversas pesquisas apontam uma correspondência biunívoca entre crime e local, ora questionando se locais particularizam o crime e a violência ora esquadrihando quais padrões criminais se adéquam espacialmente¹²⁷. A Escola de Chicago teve importância significativa através dos estudos de Robert E. Park e Ernest Burgess¹²⁸. Para ambos, o crime era considerado um problema social e não uma patologia individual associada ao conceito de espaço. Da mesma forma, os pesquisadores David Herbert e David Evans¹²⁹ alegam que certos tipos comportamentais são passíveis de se traduzir espacialmente e propensos a se enquadrar em determinadas tipologias espaciais como, por exemplo, delinquência juvenil na disputa pelo controle territorial de áreas comunais em um conjunto habitacional. Sob este prisma, é possível afirmar que a geografia do crime se reverbera espacialmente de distintas maneiras e em diferentes circunstâncias. Sendo assim, busca-se ilustrar aspectos da dimensão espacial do crime através do suporte de certas teorias criminais e aspectos pertinentes à estrutura urbana que são ilustrados a seguir.



Figura 29. West End, Cincinnati, Ohio – Uma das vizinhanças mais perigosas dos Estados Unidos com percentual de 267 crimes extremamente violentos em cada 1000¹³⁰. FONTE: © Microsoft Virtual Earth, 2009.

¹²⁷ Ver mais em WEISBURD *et al.*, 2009; SCHNEIDER & KITCHEN, 2004 e MATTHEWS & PITTS, 2001.

¹²⁸ Robert E. Park. *The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment*. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

¹²⁹ David J. Evans & David T. Herbert. *The geography of crime*. London: Routledge, 1989.

¹³⁰ Disponível em <http://www.walletpop.com> Acessado em 19 de maio de 2009.

A) TEORIA DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS (ROUTINE ACTIVITIES THEORY)¹³¹ – Sob a perspectiva mencionada acima, a teoria está diretamente arrolada à dinâmica das movimentações locais, no qual preconiza que o crime é normal e depende de uma oportunidade para acontecer. Segundo Cohen & Felson¹³², a teoria sugere que a maior parte das atividades humanas é, na verdade, um fato recorrente e predominante. Então, ora considerado mundano ora pautado na ausência de controle¹³³, em geral, o crime necessita de três elementos básicos para se manifestar: um transgressor motivado, um alvo ou vítima em potencial e ausência de algum tipo de vigilância ou segurança no local em questão. Atividades permanentes contribuem para moldar a dinâmica dos espaços físicos e sociais assim como conglomerar um público relativamente assíduo. A ausência ou carência de atividades que possam agregar indivíduos gera uma atmosfera desértica e propícia à ocorrência de delitos. Felson¹³⁴ argumenta os ritmos urbanos são importantes para compreender os fluxos e refluxo dos indivíduos no local. Dessa forma, o conhecimento prévio das atividades cotidianas de uma localidade tanto quanto o perfil do público que a frequenta, além de situar o transgressor, também o conduz ao segundo contexto da dimensão espacial do crime.

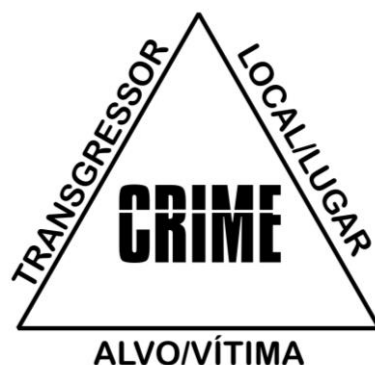


Figura 30. Diagrama situacional do crime
FONTE: Do autor, 2009 com base em FELSON, 1998

¹³¹ Marcus Felson. **Crime and Everyday Life**, 2d edition. Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 1998.

¹³² Lawrence E. Cohen & Marcus Felson. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach**. In: American Sociological Review, Vol. 44, Nº 04, 1979, p. 588-608.

¹³³ Sob a perspectiva binária da inclusão/exclusão, o crime é considerado como um produto de uma desorganização caracterizada pelo desemprego, família debilitada, escolas inadequadas e comunidades desintegradas, e onde o mecanismo casual é simplesmente a falta de controle em cada um dessas arenas estreitamente interconectadas. Ver mais sobre em: Jock Young. **The vertigo of late modernity**. London: Sage, 2007. p.18

¹³⁴ **FELSON**, 1998, op. cit., p. 49



ATIVIDADES ROTINEIRAS

Figura 31. Primeiro contexto das dimensões espaciais do crime: O conhecimento das atividades rotineiras da localidade permite maior mobilização do transgressor no espaço. FONTE: © Do autor, 2009.

B) TEORIA DA PERCEPÇÃO DO ESPAÇO (AWARENESS SPACE THEORY) – A segunda teoria de suporte está diretamente atrelada à Teoria das Atividades Rotineiras. Independente do caráter funcional, atividades necessitam de espaços para se desenvolver e indivíduos efetuam diversos tipos de práticas e rotinas dentro destes espaços. Estas rotinas podem cobrir tanto pequenas quanto grandes áreas dependendo do contexto social e do imperativo espacial ao qual estão submetidas. Segundo Patricia Brantingham¹³⁵ *et al.*, o deslocamento efetuado entre estes espaços faz com que indivíduos estabeleçam rotas em meio aos diversos destinos diários tendendo a seguir tais roteiros repetidamente. Circunstancialmente, isto também se aplica aos transgressores, pois os habilita em avaliar e se certificar acerca das atividades rotineiras desenvolvidas na localidade assim como identificar alvos e vítimas potencialmente vulneráveis às suas investidas. Normalmente, a percepção dos transgressores é orientada em direção às áreas onde a maioria das atividades corriqueiras acontece. Fatores como horários do dia, intensidade de fluxo, vulnerabilidade e fragilidade do alvo (estabelecimento, pontos de ônibus, transporte público, etc.) ou vítima influenciam diretamente no processo de escolha dos transgressores e na estruturação dos métodos de abordagem mais conveniente e viável para ser posto em prática.

¹³⁵ Patricia L. Brantingham; Paul J. Brantingham; Mona Vajihollah & Kathryn Wuschke. **Crime Analysis at Multiple Scales of Aggregation: A Topological Approach**. In: David Weisburd; Wim Bernasco & Gerben J. Bruinsma. N. **Putting Crime in its Place: Units of Analysis in Geographic Criminology**. New York: Springer, 2009, p. 87-107

Ao abordar a questão do medo do crime, Norman Davidson¹³⁶ relata que o dualismo entre transgressão e transgressor tem sido reiterado, embora seja muito menos inclinado à compreensão teórica do comportamento do transgressor e mais focado na pragmática da prevenção criminal e do policiamento. Por conseguinte, o perfilamento geográfico tem sido utilizado como recurso no processo analítico do crime, amparado pelo mapeamento digital fornecido por Sistemas de Informações Geográficas (SIG) para identificar os padrões espaciais do crime.

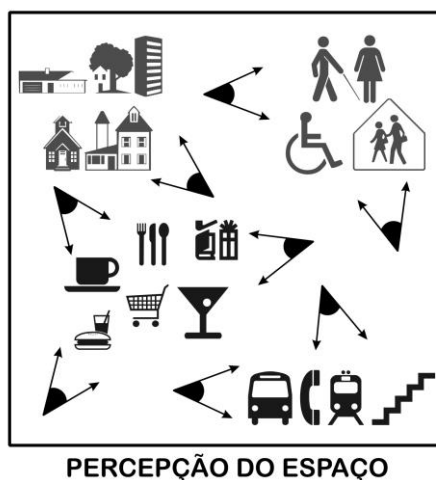


Figura 32. A capacidade perceptiva do espaço dá indícios de quando e como um transgressor pode efetuar uma abordagem. FONTE: © Do autor, 2009.

C) ESTRUTURA DAS REDES SOCIAIS (SOCIAL NETWORK) – A terceira influência se reporta à estruturação das redes sociais existentes na localidade. Considerando que redes sociais são estabelecidas hierarquicamente dentro de uma localidade, quanto mais coesas tais redes sociais se apresentarem, teoricamente, mais resilientes ao crime podem ser. Em tese, localidades socialmente coesas são menos propensas de se tornarem alvos diretos do crime e da violência. Da mesma forma que a retórica reversa recai sobre localidades socialmente fragmentadas, onde a inexistência de afinidades ou ruptura das relações sociais pode desencadear processos sócio-espaciais que culminem no surgimento de atividades criminais. Em paralelo, fatores como frágil composição socioeconômica, rotatividade residencial, intolerância, ausência de controle público, *inter alia*, podem agravar o quadro apresentado por estas localidades.

¹³⁶ Norman Davidson. **Crime and fear of crime**. In: Michael Pacione. **Applied geography: Principles and practice - An introduction to useful research in physical, environmental and human geography**. London: Routledge, 1999, p. 438-449

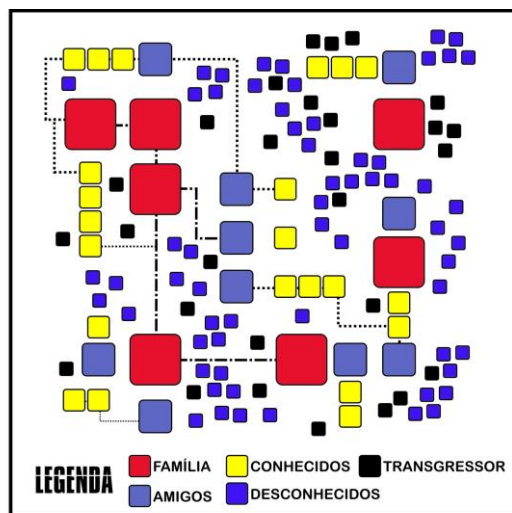


Figura 33. Diagrama genérico de uma rede social. FONTE: © Do autor, 2009.

Associado ao medo do crime e à tendência ao isolamento social e espacial é possível perceber que quando a natureza das relações sociais se fragmenta, esta se torna dispersa e beira a uma constante impessoalidade e indiferença no cuidado da vida comunal. Assim, tais mudanças implicam na dificuldade em estabelecer o controle social na localidade, tornando mais conveniente e fácil aos transgressores identificarem as lacunas deixadas por estas redes sociais e determinarem o melhor modo de efetuar presumíveis incursões.

D) ESTRUTURA E IMAGEM URBANA (IMAGE AND URBAN STRUCTURE) – O último aspecto que configura a dimensão espacial do crime é fundamentado a partir do estudo elaborado por Kevin Lynch¹³⁷ acerca da fisionomia da cidade. Constitutivamente, a estrutura espacial urbana proporciona a construção de imagens e mapas mentais acerca do ambiente construído permitindo aos indivíduos reconhecer os principais elementos constituintes, trajetos, deslocamentos assim como a dinâmica urbana local. Sob este ponto de vista, a criação destes mapas mentais adquire caráter binário, pois tanto assiste aos indivíduos na distinção entre risco real e risco percebido¹³⁸ quanto auxilia os transgressores a identificar quais áreas são mais vantajosas para o cometimento de práticas delitivas com o menor grau de exposição. Lynch identifica que a fisionomia da cidade é constituída por cinco tipos de elementos, os quais são aplicados à dimensão espacial do crime da seguinte maneira:

¹³⁷ Kevin Lynch. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

¹³⁸ O *risco real* associado a um comportamento ou perigo em particular que é determinado pela magnitude da perda caso um percalço ocorra e a probabilidade de que esta perda ou acidente possa ocorrer seja alta. Enquanto isso, o *risco percebido* é relacionado a julgamentos subjetivos acerca de comportamentos, características ou níveis de exposição a prováveis riscos, porém não implicando necessariamente que tal risco de fato ocorra. In: E. Scott Geller. **The psychology of safety handbook**. Boca Raton: CRC Press, 2001, p.76

- **VIAS** – Dentre os diversos tipos de segmentos viários, é possível identificar a oscilação entre a intensidade dos fluxos assim como distintas características formais e espaciais. Vias altamente movimentadas são propensas ao cometimento de atividades delitivas que não requerem esforço e tempo, porém habilidade, como, por exemplo, furto, enquanto vias com menos movimento são inclinadas a crimes que requerem certo intervalo de tempo como, por exemplo, assaltos à mão armada;
- **LIMITES** – Limites desempenham papel fundamental na organização espacial da estrutura urbana estabelecendo demarcações entre a esfera pública e privada. Em relação à dimensão espacial do crime, pelo fato de estabelecerem barreiras físicas e/ou visuais, limites podem encobrir esconderijos, sugerir pontos de emboscada assim como locais para práticas delitivas com vítimas como, por exemplo, estupro ou ocultar possíveis pontos de acesso para o cometimento de crimes contra o patrimônio como, por exemplo, vias secundárias com pouca movimentação que facilitem invasões e arrombamentos;
- **PONTOS NODAIS** – Segundo Lynch, pontos nodais são pontos ou locais estratégicos da cidade através dos quais os indivíduos podem estar ou transpassar. Basicamente podem ser interseções, cruzamentos, espaços públicos, pontos de convergência como terminais de transporte, núcleos de atividades, etc. Em geral, pontos nodais tendem a abrigar concentrações que adquirem significado ao longo do tempo em razão da condensação de algum uso ou atividade ou por apresentar características físicas relevantes. Em altas concentrações de indivíduos é perfeitamente possível a presença de transgressores no meio do público comum em diversos horários do dia aguardando oportunidades para agir;
- **MARCOS** – Tanto quanto pontos nodais também são elementos de referência, porém os indivíduos não interagem com o elemento em si. Podem ser utilizados como elementos complementares aos pontos nodais, especialmente no que se refere ao posicionamento localizacional. Em relação à dinâmica espacial do crime, marcos são passíveis de operar como elementos de orientação dentro da estrutura urbana, auxiliando potenciais transgressores no entendimento geográfico e no deslocamento estratégico traçando prováveis rotas para dispersão e percursos para fuga;

- **BAIRROS** – Dentre diversas formas de classificação, estes podem ser, por exemplo, monofuncionais (bairro residencial), polifuncionais (centros urbanos), especializados (centros de negócios), étnicos (bairro italiano), culturais (bairros boêmios) etc. O caráter funcional de um bairro tende a congrega distntos tipos de público com uma frequência que oscila em razão dos padrões de atividades existentes e das redes sociais constituintes. Raramente bairros inteiros são considerados perigosos ou inacessíveis de antemão. Em geral, padrões criminais espaciais se manifestam em fragmentos espaciais e/ou espaços considerados *a priori* como perigosos, ratificados através de dados censitários ou através da divulgação “boca a boca”.

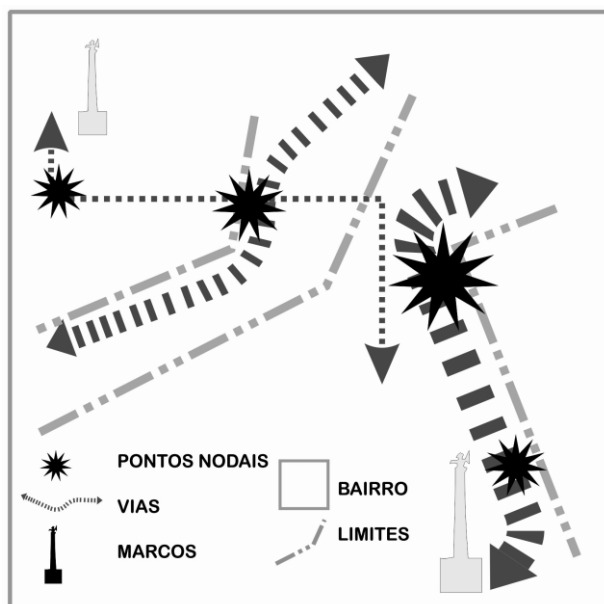


Figura 34. Elementos constituintes da estrutura urbana sob o viés de Lynch (1972). FONTE: © Do autor, 2009.

O arcabouço teórico descrito nos quatro subitens anteriores conforma aspectos que podem ser considerados como interfaces espaciais do crime. Entretanto, para que não se limitar a um caráter puramente determinista, se faz necessária sua complementaridade a partir do estudo efetuado pelo criminologista Lawrence W. Sherman¹³⁹. Em seu estudo, o autor avalia as relações existentes entre a ocorrência de crimes e a localidade, determinando algumas dimensões pertinentes que auxiliam na compreensão da dinâmica espacial do crime, aqui consideradas como *dimensões circunstanciais*¹⁴⁰:

¹³⁹ Lawrence W. Sherman. **Hot spots of crime and criminal careers of places**. In: John E. Eck & David Weisburd. **Crime and Place. Crime Prevention Studies**. Vol. 4. Washington, D.C.: Criminal Justice Press, 1995, p. 35-52.

¹⁴⁰ A dimensão tempo de serviço/desistência (*Career length/Desistance*) não foi levada em consideração por não ser pertinente às implicações espaciais. Ver em Ibid. p.42

- **ORIGEM DO CRIME** (*Onset*) – Esta dimensão examina quais os fatores contribuem para que determinado local se torne um foco de criminalidade ou propenso a abrigar recorrentes atividades delitivas. Por exemplo, se uma praça desde a sua construção nunca sofreu com problemas de assalto como, repentinamente, este padrão criminal começa a se manifestar com mais frequência? A resposta pode ser dada em razão de uma mera casualidade ou simplesmente algum tipo de alteração na dinâmica local no favorecimento de alvos potenciais para investida de um transgressor. A alteração da dinâmica ou rotina local sugere que uma ou mais possibilidades de eventos criminais possa se suceder esporádico ou constantemente;
- **REINCIDÊNCIA E FREQUÊNCIA** (*Recurrence and frequency*) – Tais dimensões evidenciam quando os resultados de uma análise diagnosticam o local como *hot-spot*¹⁴¹. Por exemplo, localidades com baixo vigilantismo e fraca estrutura social são altamente propensas a atrair transgressores e abrigar rotinas criminais. Apesar da similaridade entre o termo reincidência e frequência, esta última se reporta ao número de vezes que um determinado tipo de crime ocorre anualmente, podendo conformar um local como *hot-spot* ou não;
- **INTERMITÊNCIA** (*Intermittency*) – A intermitência está associada a duas questões. A primeira é relacionada ao intervalo de tempo entre os episódios criminais, enquanto a segunda se remete ao que explica a intermitência destes episódios. Consideram-se aqui fatores de ordem externa como, por exemplo, alterações no fluxo de transeuntes ou de rotas de linhas de ônibus, alteração da população na vizinhança, etc. e fatores de ordem interna como, por exemplo, dificuldades econômicas, insuficiência de controle social ou medidas de segurança deficientes;
- **TIPOLOGIAS CRIMINAIS** (*Crime types*) – Esta dimensão sugere que certos locais tendem a especializar certos crimes ao invés de outros em razão de particularidades deste local. Esta dimensão se conforma sob uma perspectiva associada à Teoria das Atividades Rotineiras. Durante o período noturno, por exemplo, passarelas sobre linhas férreas ou passagens subterrâneas sob vias expressas têm seu fluxo de transeuntes reduzido e, com a ausência de policiamento ou controle, tornam-se altamente sujeitas ao cometimento de assaltos.

¹⁴¹ O termo será abordado mais adiante ainda neste capítulo.

Ancorando-se no discurso teórico das interfaces espaciais do crime como parâmetros avaliativos e articulando-o com os pressupostos pregados pelas dimensões circunstanciais, é possível reconhecer um padrão espacial comum na constituição da geografia do crime. Segundo Caldeira¹⁴², o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem. Dessa maneira, este discurso pode ser refraseado à extensão dos espaços urbanos em razão da natureza patente que a espacialidade fornece ao possibilitar a existência de campos de ação para o oportunismo criminal. Ou seja, é possível considerar que a geografia do crime é composta por espaços urbanos, muitos destes resultantes do processo de fragmentação da estrutura urbana, cujos, na presente dissertação, serão denominados como *espaços delitivos*.



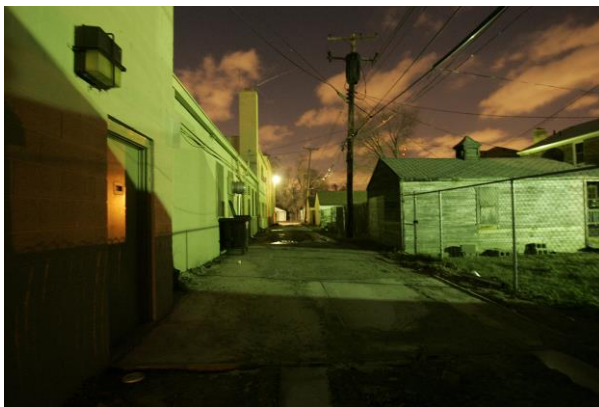
Figura 35. Diagrama inter-relacional entre as dimensões espaciais e circunstanciais do crime na estruturação dos espaços delitivos. FONTE: © Do autor, 2009.

Em um primeiro momento, espaços delitivos¹⁴³ são classificados com espaços livres ou espaços parcamente ocupados, capazes de fornecer suporte espacial para a prática criminal. Caracteristicamente, podem ser tanto de caráter público quanto privado. Espacialmente podem ser espaços ínsitos ou intersticiais aos espaços que abrigam os principais fluxos, pontos de convergência e/ou de aglomeração.

¹⁴² CALDEIRA, 2000, op. cit., p. 80

¹⁴³ Uma relação contendo tipologias de prováveis espaços delitivos se encontra no Anexo III.

Quando afastados de áreas movimentadas, estes se localizam em áreas secundárias ou periféricas. Também podem estar subordinados ou não a algum tipo de edificação, e, em geral, são de fácil e imediata e acessibilidade. Geralmente são tipificados a partir da flexibilidade espacial oferecida pela estrutura urbana. Quando estão subordinados a algum tipo de uso, características vinculadas às atividades rotineiras e redes sociais como, por exemplo, sazonalidade, controle social, intensidade de fluxo e/ou vigilantismo são diretamente influenciáveis no processo de escolha e no comportamento dos transgressores.



Figuras 36 (a-b). Dois tipos de espaços delitivos. (a) Via secundária com movimentação quase inexistente em Chelsea, Massachusetts e (b) caminho peatonal sob via coletora em Hackney Wick, Londres.

FONTE: (a) © Denis Tangney Jr. (Flickr), 2009 e (b) © Alex Sweet (Flickr), 2007.

Em um segundo momento, espaços delitivos podem potencializar o alcance de seu raio de ação quando, em muitos casos, são amparados pelos espaços intersticiais assim como pela arquitetura. Quanto à arquitetura propriamente dita, na maioria dos casos, espaços delitivos podem ampliar seu domínio através de construções desativadas ou abandonadas que podem operar temporariamente como refúgio ou concentração de indivíduos envolvidos com atividades criminais na localidade.



Figura 37. Grandes estacionamentos são áreas relativamente propensas a abordagens criminais durante a noite ou horários com reduzida movimentação, especialmente se houver carência de vigilantismo.

FONTE: © Esben Bøgg Jensen (Flickr), 2009.

Cabe ressaltar algumas diferenças de caráter terminológico presentes no escopo teórico da geografia do crime. Em muitos casos, a literatura inglesa categoriza um rol de tipologias espaciais através da nomenclatura *hot-spots*¹⁴⁴. Geralmente, o termo se refere a locais onde a ocorrência de crimes é tão freqüente que é altamente previsível. Esquinas, becos, estações de trem ou metrô, pontos de ônibus, etc., são exemplos clássicos. Por isso, se faz necessário estabelecer a sutil diferença entre *hot-spots* e espaços delitivos. Enquanto *hot-spots* são espaços categorizados por um alto e razoável índice de criminalidade e violência, em geral ratificados através de dados estatísticos ou conhecimento do público habitual, espaços delitivos são espaços que se convertem temporária e esporadicamente em *hot-spot*.

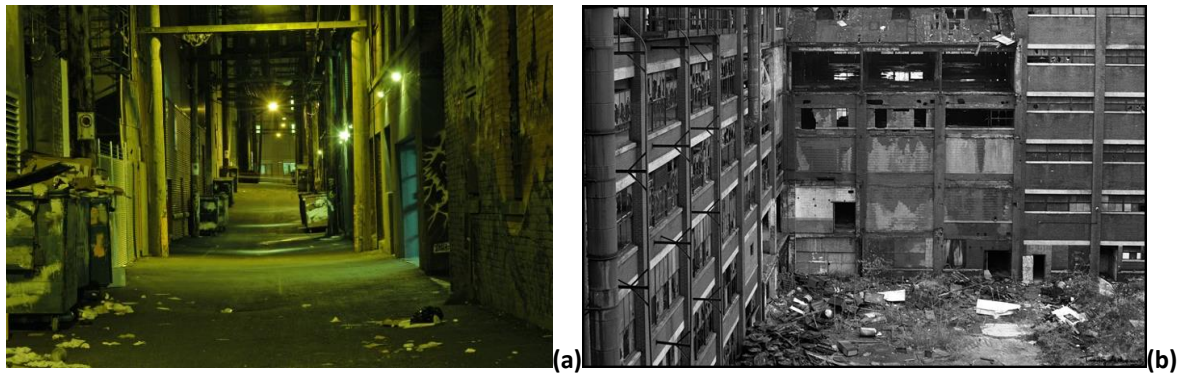
Hot-spots, por natureza, são espaços delitivos, enquanto espaços delitivos giram em torno da flexibilidade e sazonalidade relativas às oportunidades que regem o crime e a violência. Assim, pelo fato de não apresentarem constância na ocorrência de episódios criminais, em alguns casos absoluto desconhecimento dos acontecimentos, espaços delitivos normalmente tendem a surgir e desaparecer com relativa freqüência. Ratificando este discurso, é válido salientar a contribuição de Felipe Sanz¹⁴⁵ ao avaliar e categorizar os espaços delitivos de Madrid. O autor afirma que a distribuição da delinquência, plausivelmente aplicável ao crime e à violência, não é dada de forma homogênea no espaço público urbano. Em decorrência disto, espaços delitivos se apresentam de três modos distintos:

- **ESPAÇOS DELITIVOS ESTÁVEIS** – São espaços urbanos que detêm altos índices de crime e violência já constatados de longa data seja pelo governo, seja pela opinião pública. *Hot-spots* se enquadram nessa categoria;
- **ESPAÇOS DELITIVOS EMERGENTES** – São espaços urbanos que recentemente têm apresentado maior incidência de crimes, delinquência e violência;
- **ESPAÇOS DELITIVOS REGRESSIVOS** – São espaços urbanos que têm apresentado redução das taxas de criminalidade, porém ainda têm registrado certos níveis de insegurança.

¹⁴⁴ Jack R. Greene. *The encyclopedia of police science*. London: Routledge, 2006.

¹⁴⁵ Felipe Javier Hernando Sanz. *Diferentes tipos de espacios delictivos en el municipio de Madrid*. In: Boletín de la Real Sociedad Geográfica. Tomo CXXXVII- CXXXVIII, 2001- 2002, Madrid, p. 203-216.

A coexistência dos diferentes tipos de espaços delitivos é diretamente proporcional às oportunidades derivadas das interfaces espaciais e dimensões circunstanciais do crime. Uma vez que existam condições ideais para a prática de delitos e transgressões, tanto é possível que tais episódios criminais se denotem de forma transitória quanto suscitem na cristalização e intensificação destes incidentes flagiciosos sobre os espaços em questão. Assim, a presta identificação das interfaces espaciais e das dimensões circunstanciais de determinada localidade pode ser considerada como um dos pontos de partida para o estabelecimento de métodos preventivos no combate à geografia do crime e instauração da segurança pública.



Figuras 38 (a-b). Legítimos espaços da geografia do crime.

(a) Via secundária utilizada para consumo e tráfico de drogas além da ocorrência de assaltos e prostituição, Vancouver, Canadá; e (b) fábrica abandonada em Ohio, Estados Unidos.

FONTE: (a) © Wayne Stadler (Flickr), 2007 e (b) © Tracy Adams (Flickr), 2008.

2.1.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA APROPRIAÇÃO ESPACIAL

Segundo o psicólogo Carl Graumann¹⁴⁶, apropriação (do termo original alemão *Aneignung*) foi um termo cunhado na Europa pela psicologia ambiental originalmente sob uma ótica hegeliana-marxista. Para Graumann, no sentido antropológico e histórico, há distintos modos de se nominar, definir, categorizar e avaliar os espaços públicos como apropriados ou inapropriados, livres ou pertencidos, acessíveis ou inacessíveis através de parâmetros como sinais, regras, limites, barreiras, mas também mediante o deslocamento no espaço urbano resultante de caminhos e vias, conquista do solo ou subjugação de outras pessoas através de construções e formas de assentamento na busca pela legitimação de seus territórios.

¹⁴⁶ Carl F. Graumann. **The Phenomenological Approach to People-Environment Studies**. In: Robert B. Bechtel & Arza Churchman. **Handbook of environmental psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2002, p. 95-113

Com base na observação de Graumann, é possível afirmar que o termo apropriação espacial pode suscitar dois sentidos inter-relacionados. No primeiro senso, um indivíduo ou grupo torna determinado espaço público ou recorte espacial conveniente aos seus propósitos se ajustando ou se adaptando ao mesmo sem impor nenhum tipo de autoridade ou normas em relação ao usufruto. Em sua segunda acepção, implica que um indivíduo ou grupo se apodera de determinado espaço público ou recorte espacial, ignorando o direito legal da propriedade, considerando o mesmo como próprio e estabelecendo informalmente regras e leis que atendam às suas necessidades vigentes. Segundo a historiadora urbana Heidi Dumreicher¹⁴⁷, o modo pelo qual o espaço urbano é utilizado, organizado, moldado e aparelhado, expressa certa coerência societal da mesma forma que o significado deste espaço tem para seus indivíduos. Para a autora, a *moldagem do espaço público* é um resultado de interação entre indivíduos e grupos sociais sobre uma dimensão espacial. Dimensão que está sujeita a alterações ao passo que tanto o espaço urbano quanto seus usuários são pautados pela temporalidade. Seja pela aptidão física do espaço urbano, seja pelos anseios e pretensões de seus usuários.

Muitas vezes, em determinado espaço público, a apropriação espacial pode ser efetivada por um ou mais grupos de indivíduos convencionando distintos padrões comportamentais – isolados (não admitindo o ingresso voluntário de outros indivíduos) ou compartilhados (concedendo naturalmente a qualquer um o direito de participação). O modo como o espaço ou recorte é apropriado produz uma sorte de práticas sócio-espaciais ora vernaculares ora oportunistas¹⁴⁸. De tal modo, se a apropriação espacial é feita por indivíduos ou grupos potencialmente perigosos, a rotina dos moradores e usuários habituais da localidade como também a possível influência das respectivas práticas sócio-espaciais sobre o ambiente construído pode ser negativamente alterada.

¹⁴⁷ Heidi Dumreicher. **The appropriation of public space as a space for living: The Waterworld Festival in Vienna.** In: Aygen Erdentug & Freek Colombijn. **Urban Ethnic Encounters: The spatial consequences.** London: Routledge, 2002, p. 192-208

¹⁴⁸ Aqui, conceitualmente, práticas sócio-espaciais vernaculares se referem ao primeiro tipo de experimentação espacial ocorrida no local como, por exemplo, um terreno desocupado ser utilizado como campo de futebol por jovens. Enquanto que práticas sócio-espaciais oportunistas surgem no decorrer do tempo por razões convenientes aos propósitos dos novos grupos que começam a freqüentar a localidade, como, por exemplo, o mesmo terreno utilizado para prática esportiva, ser convertido em um espaço para exposições públicas, feiras ou eventos comunitários. A despeito da existência de uma ou mais práticas vernaculares e da compatibilidade de efetivação de práticas oportunistas, os localismos podem ser preservados. Inversamente, caso não haja compatibilidade entre as práticas, a mais forte e predominante pode prevalecer sobre as demais.

Se for perceptível uma sistemática tendenciosa à demonstração de comportamento antissocial ofensivo, indícios de práticas delitivas e transgressoras como, por exemplo, a venda e/ou consumo de narcóticos ou prostituição, é provável que veladamente se estabeleça a imposição de códigos e leis regidos informalmente por uma espécie de estatuto determinado por chefes contraventores que procuram ratificar ilegitimamente sobre o espaço suas impressões através de intimidações e possíveis incursões físicas que atendam às suas lógicas de apropriação espacial no território, mesmo estes não residindo no local.



Figura 39. Espaço público e extensões públicas da arquitetura sendo apropriados por usuários de entorpecentes. Arredores do centro de Vancouver, Canadá. FONTE: © Jay Black (Flickr), 2007.

Segundo o urbanista Marco Cenzatti¹⁴⁹, características do espaço físico dão forma e até mesmo impõem quais os tipos de práticas espaciais podem ser produzidas no mesmo. Uma feira ou discurso político possuem características muito diferentes se acontecendo numa praça ou em um beco. Na verdade, as limitações físicas de um espaço estreito, tal como um beco ou cul-de-sac, não favorecem a realização de determinados tipos de eventos como feiras, comícios, manifestações, etc. Todavia, justamente pelo fato de se apresentarem confinados espacialmente e não abrigarem um alto contingente populacional, tais espaços são, por natureza, predispostos à produção de espaços sob circunstâncias degenerativas como, por exemplo, a apropriação ilícita por viciados ou traficantes ao estabelecer pontos de venda de drogas ou prostitutas por firmarem zonas de meretrício.

¹⁴⁹ Marco Cenzatti. **Heterotopias of difference**. In: Michiel Dehaene & Lieven Cauter. **Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society**. New York: Routledge, 2008, p. 75-85

Reciprocamente, certos modos de apropriação espacial podem deixar impressões e vestígios no ambiente construído alterando a aparência do espaço físico. Tais vestígios podem ser tanto temporários como lixo ou detritos espalhados pelo chão ou também podem ser permanentes como pichações em edificações e elementos urbanos demarcando o território, manifestando ideologias e identidades simbólicas de grupos dominantes ou simplesmente por vandalismo.



Figuras 40 (a-b). Becos e ruas secundárias desertas podem instilar o sentimento de insegurança e a propagação do crime e violência. (a) Beco utilizado para consumo e tráfico de drogas e ponto de prostituição, parte leste de Vancouver, Canadá; (b) Vicarage Terrace – Nas imediações deste antigo projeto habitacional, traficantes se apropriam da tranquilidade existente nas ruas para vender drogas em Chesterton, Cambridge, Reino Unido. FONTE: (a) © Mike Martin Wong (Flickr), 2007 e (b) © Tom Ellis (Flickr), 2009.

Sob uma ótica pessimista, quando a apropriação espacial do espaço público é feita de forma ilícita por indivíduos ou grupos potencialmente perigosos, esta pode ser efetuada de modo gradativo. À luz de uma perspectiva especulativa, em um primeiro momento, por exemplo, um indivíduo ou grupo se instala no espaço compartilhando com as práticas espaciais vigentes até dado momento. Teoricamente, após reconhecer a dinâmica espacial local e verificar se o espaço atende às necessidades de tal indivíduo ou grupo, é possível que ocorra uma espécie de processo substitutivo de práticas sócio-espaciais na apropriação deste espaço, caso tal indivíduo ou grupo se imponha de modo dominante. Se este espaço não apresenta razoável resiliência, a incursão de práticas sócio-espaciais que, de certa maneira pode ser manifestada como ofensiva ou danosa, possivelmente sobreleva as práticas anteriores e conduz, em certos casos, até a sua completa erradicação e, por conseguinte, altera o controle e domínio territorial daquela localidade.



**Figura 41. Espaços urbanos residuais ou intersticiais podem comportar distintos tipos de atividades ilícitas que comprometam a vitalidade e a segurança pública da localidade. Espaço *in-between* utilizado para consumo de drogas e práticas sexuais. Victoriaville, Quebec, Canadá.
FONTE: © Cassandra Martin (Flickr), 2010.**

Cabe ressaltar que a observação feita no último parágrafo não é tomada como constante ou definitiva, pois nem sempre tal ofensiva de apropriação espacial atinge o objetivo desejado em razão do poder de resistência e do provimento de respostas à altura ou por forças capazes de dificultar a ação destes grupos considerados violentos. Em muitos casos, as incursões de apropriação espacial ilegal acontecem parcialmente e o espaço propriamente dito adquire um perfil flutuante fazendo com que não haja progressos relevantes por estes grupos considerados perigosos em razão da instabilidade que gira em torno do processo de apropriação e legitimação da nova territorialidade. Aqui, esta prática de apropriação espacial pode ser considerada oportunista, porque o indivíduo ou grupo vê naquele espaço um ensejo para se estabelecer ou efetuar seus delitos e transgressões. O ato de caminhar (leia-se *flâneur*) – forma mais imediata de apropriação espacial¹⁵⁰ – possibilita aos indivíduos – conscientemente ou não – observar aspectos da ambiência exterior e constatar como o espaço público pode ser ao mesmo tempo acolhedor e repulsivo, singular e múltiplo, ao dar indícios dos acontecimentos e da dinâmica urbana existente propiciando aos indivíduos experimentações e vivências distintas em suas jornadas diárias.

¹⁵⁰ Inaê Elias Magno Silva. **Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília**. In: Cronos, Natal-RN, Vol. 9, Nº 1, Jan/Jun 2008, p. 35-64.



Figura 42. O ato de caminhar pelas ruas como forma mais imediata de apropriação espacial.

Antigo Porto de Montreal, Canadá.

FONTE: © Nicholas Rowe (Flickr), 2006.

Obviamente, cada caso é um caso e cada modo de apropriação espacial é vinculado às peculiaridades do contexto em questão em relação aos interesses dos indivíduos e grupos constituintes. Sendo assim, a relação entre espaço público e segurança em certa localidade está diretamente atrelada à dinâmica urbana existente, pois uma série de lógicas sócio-espaciais é produzida moldando e ajustando o espaço físico. Os efeitos provenientes da estruturação do ambiente construído ao redor do espaço público podem propiciar tanto atividades de caráter legítimo constituindo certos níveis securitários como também atividades de caráter ilegal tornando a localidade mais vulnerável. Segundo o relatório efetuado pela UN-HABITAT¹⁵¹, existe uma seqüência lógica onde indivíduos e localidades são vulneráveis a sofrerem com resultados ou conseqüências negativas, onde os níveis de vulnerabilidade (os quais alguns são mensuráveis) emergem da exposição aos riscos e a capacidade ou incapacidade de responder ou lidar com estes. Distinções podem ser feitas entre vulnerabilidade física (vulnerabilidade acerca do ambiente construído) e vulnerabilidade social (vulnerabilidade experimentada pelas pessoas e seus sistemas sociais, políticos e econômicos), onde conjuntamente formam a vulnerabilidade humana. Dessa forma, a relação entre espaço público e segurança assim como vulnerabilidade e localidade serão abordadas no capítulo subsequente.

¹⁵¹ UN-HABITAT. **Enhancing urban safety and security: global report on human settlements 2007**. UK and USA: Earthscan, 2007.

CAPÍTULO 3 – CRIMINALIDADE E ARRANJOS ESPACIAIS

Seguramente, um dos maiores paradoxos contemporâneos da vida urbana é o distanciamento social versus a proximidade física¹⁵². Uma realidade decadente que se propaga mundialmente por conta de diversas razões como, por exemplo, má administração pública do uso do solo, questões religiosas, padrões urbanísticos incompatíveis com a realidade da localidade, desregulamentação, distribuição irregular de recursos, dentre outros fatores igualmente crassos. Mutilada por razões diversas, a vida pública contemporânea nos grandes centros urbanos e metrópoles mundiais se apresenta mais omissa e mais receosa na relação entre os indivíduos. É possível perceber que esta vida urbana está paulatinamente menos exposta, enquanto a individualidade, seja veladamente mascarada ou deslavadamente categórica, nunca esteve tão em evidência. Frutos de uma urbanização acelerada e caótica, certos arranjos espaciais se conotam negativamente ou por estarem associados ao crime (conjuntos habitacionais e/ou favelas) ou por contribuírem para o esfacelamento e aumento das oportunidades criminais nos espaços públicos adjacentes (enclaves urbanos). A influência destes arranjos, descritos ao longo deste capítulo, não só compromete a qualidade dos espaços públicos como também tem impactos negativos sobre a dinâmica urbana da localidade.



Figura 43. Exemplo de um dos maiores paradoxos do urbanismo contemporâneo: proximidade física versus distância social. Favela do Paraisópolis e bairro do Morumbi, São Paulo.

FONTE: © Tuca Freire, 2004.

¹⁵² Wayne Morrison. **Theoretical Criminology: from modernity to post-modernism**. London: Cavendish Publishing Limited, 1995.

3.1 CRIMINALIDADE EM CONJUNTOS HABITACIONAIS

Nem sempre conjuntos habitacionais tiveram sua imagem associada à criminalidade ou outros tipos de patologias sociais. Entretanto, pelo menos nas últimas quatro décadas, a realidade de muitos complexos habitacionais se alterou consideravelmente. Assim, sob a luz de distintos tipos de abordagem, muitos estudiosos procuraram descobrir as causas que levaram conjuntos habitacionais ao declínio¹⁵³. Jacobs, por exemplo, afirma que muitos conjuntos habitacionais custeados pelo poder público se tornaram um dos piores centros de delinquência e desamparo social do que até mesmo localidades previamente estigmatizadas como cortiços ou guetos.¹⁵⁴

É perceptível que a realidade dos conjuntos habitacionais construídos na Europa, Estados Unidos e no Brasil são bastante peculiares e distintas. Independente da tipologia edilícia, certas características comuns são identificadas tanto no processo de degradação física das unidades quanto no favorecimento do crime e da violência. Pode-se destacar, por exemplo, falta de manutenção dos blocos de apartamentos assim como das áreas comunitárias, parca infraestrutura, alta rotatividade de inquilinos, carência de equipamentos públicos como escolas ou centros comunitários, baixa oferta de oportunidades, carência de investimentos públicos e considerável nível de desorganização social. E, por conseguinte, o desencadeamento de vandalismo, pichações, tráfico de entorpecentes, disputas territoriais, violência e progressivo crescimento da insegurança e do medo tanto no interior dos complexos habitacionais quanto no entorno imediato.

O caráter multifacetado do crime pode ser originado por diferentes razões e não se tem o objetivo de elencá-las e esquadrihá-las minuciosamente. Porém, interessa à dissertação observações pertinentes ao contexto espacial. Tal avaliação se faz necessária em razão de certas características sociais e certos atributos morfológicos que, sob certas circunstâncias, favorecem a maturação de oportunidades criminais e violentas tanto quanto possibilitam investigar e, por conseguinte, estabelecer métodos preventivos para mitigar ou sanar problemas relacionados à insegurança e ao medo.

¹⁵³ Ver mais em **NEWMAN**, 1972; **DAVIES**, 2006; **STOLLARD**, 1990 e **HIRSCH**, 1998.

¹⁵⁴ **JACOBS**, 2000, op. cit., p. 2

3.1.1 ESTADOS UNIDOS E EUROPA



Figura 44. Selva de concreto da utopia comunista em Praga na antiga Tchecoslováquia, atual República Tcheca. FONTE: © Darkling11 (Flickr), 2007

Na Europa, muitos conjuntos habitacionais de baixa renda eram baseados nos preceitos modernistas estabelecidos pelo CIAM¹⁵⁵. Em sua polêmica análise sobre o fracasso da arquitetura moderna, Peter Blake¹⁵⁶ declara que os conjuntos residenciais produzidos pelos empreendedores manufatureiros durante a Revolução Industrial eram claramente projetados para manter os trabalhadores sob controle das companhias. Normalmente, complexos habitacionais produzidos em massa, morfologicamente, se conformavam como extensas fileiras ou agrupamentos replicáveis com padrões geométricos variados sobre gigantescas placas de concreto nos quais os apartamentos eram ajustados e amontoados configurando o arquétipo perfeito para os preceitos modernistas e corbusianos. Na Europa, esta tipologia edilícia, convencionada principalmente como uma panacéia indispensável à urgente reconstrução das cidades devastadas pela Segunda Guerra Mundial, foi vigorosamente difundida e implantada em grande escala, sendo posteriormente adotada por outros países como forma de solucionar problemas de ordem habitacional como Reino Unido, Espanha, Itália ou França, por exemplo.

¹⁵⁵ Fundado em 1928 e dissolvido em 1959, o CIAM - Congresso Internacional da Arquitetura Moderna - foi o repositório de ideias do movimento moderno na arquitetura e urbanismo. Em 1933 Le Corbusier escreveu a Carta de Atenas, onde seu teor definia claramente o que era o urbanismo moderno através de diretrizes, princípios e formulações que poderiam ser aplicadas em nível internacional. Ver: Eric Mumford. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000.

¹⁵⁶ Peter Blake. **Form Follows Fiasco: Why Modern Architecture Hasn't Worked**. Boston: Little Brown, 1977.

Com o passar do tempo, muitos destes conjuntos habitacionais baseados nos princípios ditados pela Carta de Atenas se caracterizaram por se tornarem legítimos focos de delinquência, criminalidade, degradação e pobreza como já havia sido identificado por Jacobs e outros teóricos que severamente criticam o urbanismo moderno¹⁵⁷. Ao avaliar a construção destes empreendimentos residenciais desde os anos 50 na Europa, a historiadora Valentina Zrnić¹⁵⁸ afirma que o criticismo sociológico durante as décadas de 70 e 80 descrevia que conjuntos habitacionais públicos oriundos do urbanismo moderno eram consideradas locais inomináveis e inexpressivos regrados pela monotonia, anonimia e por insignificâncias sociais e morais. Diversos projetos com características formal e morfologicamente idênticas culminaram em fracassos muito piores e, em muitos casos, sofreram danos irreversíveis. Segundo Liane Lefaivre¹⁵⁹, conjuntos deste porte produziram paisagens que eram sinônimos de desumanidade, desolação e devastação e, na maioria das vezes, gradativamente se convertendo em nocivos centros de criminalidade e violência.



Figuras 45 (a-b) – Novi Zagreb, Croácia – Depredação e insegurança.

(a) Um dos blocos de apartamento de Novi Zagreb. FONTE: © Joseph Kerssemeeckers (Flickr), 2008.

(b) Passagens subterrâneas sob as principais vias de Novi Zagreb. FONTE: © Jan Bölsche (Flickr), 2005.

¹⁵⁷ Ver mais em **ROWE & KOETTER**, 1979; **TRANCIK**, 1986 e **ELLIN**, 1996.

¹⁵⁸ Valentina Gulin Zrnić. **Meanings of the city: Zagreb's new housing communities since the 1950s**. In: Richard Rodger & Joanna Herbert. **Testimonies of the City: Identity, Community and Change in a Contemporary Urban World**. Ashgate: Burlington, 2007, p. 97-117.

¹⁵⁹ **LEFAIVRE**, 1980 *apud*. **ELLIN**, 1996, op. cit., p. 22



Figura 46. Obrońców Wybrzeża: um dos conjuntos habitacionais mais extensos da Europa com cerca de 850 metros de comprimento, Gdansk, Polônia. FONTE: © Johan Von Nameh (Flickr), 2005.

Trancik¹⁶⁰ afirma que a implantação de conjuntos habitacionais deste porte geralmente ocasionava considerável perda da qualidade do espaço urbano em decorrência do isolamento e do distanciamento entre as edificações fincadas sobre vastas áreas amorfas e sem a coerente estrutura tradicional de ruas e praças. Como consequência quase universal, o caráter funcionalista do urbanismo moderno engendrou diversas avarias urbanas como, por exemplo, taxas excessivas de terreno livre, crônicas patologias sócioespaciais, monotonia estética e espacial, etc. Isoladamente ou em conjunto, tais avarias apresentaram visíveis sinais de decadência ou depredação e, por conseguinte, propensão ao desenvolvimento e intensificação da criminalidade e da violência. Segundo o arquiteto Kiril Stanilov¹⁶¹, quinze anos após o colapso do sistema socialista, metade dos países constituintes da Europa Central e Leste estão bravamente deixando de lado a antiga forma de regime que lhes dominou e migrando para o perfil das sociedades democráticas. Com o final da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética em 1991, os países do Centro e Leste Europeu foram os que mais sofreram consequências no campo urbanístico, especialmente no que se refere à habitação social. Apesar de todas as recentes mudanças e reestruturações urbanas ocorridas, o urbanismo socialista deixou incisórios vestígios na paisagem urbana dos países do extinto bloco do Centro e Leste Europeu.

¹⁶⁰ TRANCIK, 1986, op. cit., p. 9

¹⁶¹ Kiril Stanilov. **The Post-Socialist City: Urban Form and Space Transformations in Central and Eastern Europe after Socialism**. Dordrecht: Springer, 2007.



Figuras 48 (a-d). Alguns exemplos de conjuntos habitacionais públicos que fracassaram¹⁶².
 (a) Gade View Gardens do arquiteto Ernő Goldfinger, Londres. FONTE: © Richard Partridge (Flickr), 2007.
 (b) Via Anelli: de residência estudantil a asilo, Padova. FONTE: © Alberto Botton (Flickr), 2009.
 (c) Selva de concreto deteriorada em Lyulin, Sofia, Bulgária. FONTE: © Tobias Wolf (Flickr), 2006.
 (d) Greendykes Estate do arquiteto Alexander Steele, Edimburgo. FONTE: © Glenn Innes (Flickr), 2009.

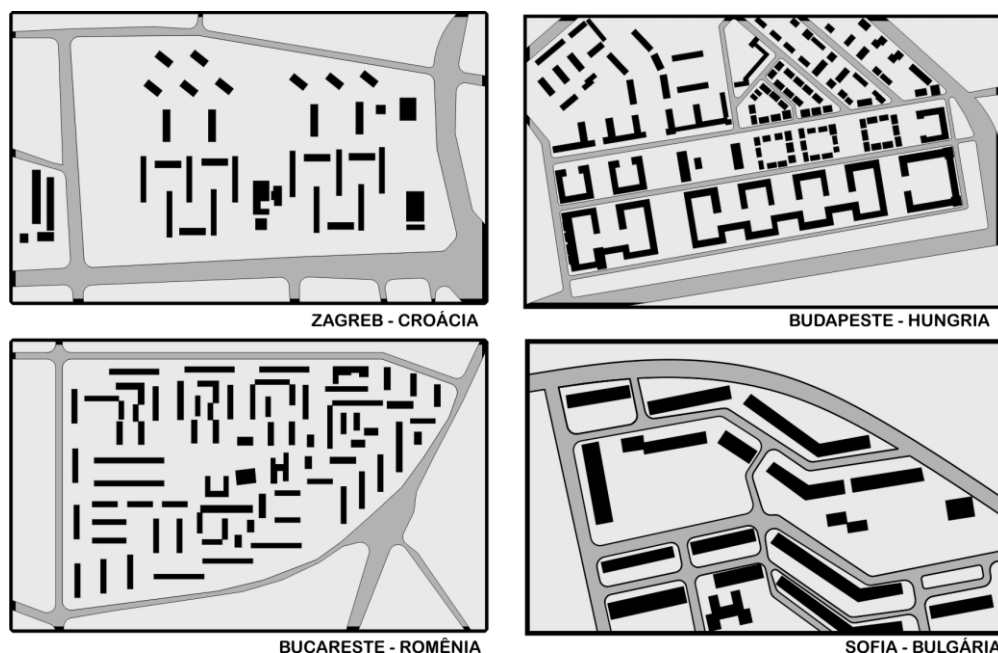
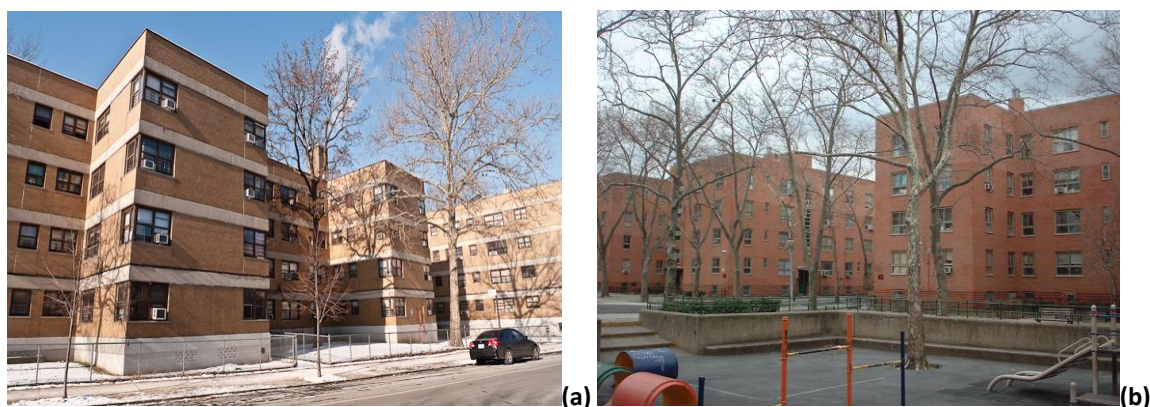


Figura 49. Padrões espaciais recorrente em tecidos urbanos das principais capitais do Leste Europeu.
 FONTE: © Do autor com base em foto aerofotogramétrica, 2008.

¹⁶² Ver mais sobre os projetos ilustrados acima em: (a) Nigel Warburton. **Ernő Goldfinger: the life of an architect**. London: Routledge, 2004; (b) Umberto Melotti. **Le banlieues: immigrazione e conflitti urbani in Europa**. Roma: Meltemi Editore, 2007; (c) Sasha Tsenkova & Zorica Nedović-Budić. **The urban mosaic of post-socialist Europe: space, institutions and policy**. Leipzig: Physica-Verlag Heidelberg, 2006; (d) Miles Glendinning. **Rebuilding Scotland: the postwar vision, 1945-1975**. East Linton: Tuckwell Press, 1997.

No caso norte-americano, segundo Jennifer Stoloff¹⁶³, conjuntos habitacionais públicos foram introduzidos em nível federal através da Lei da Habitação de 1937 (*1937 Housing Act*)¹⁶⁴ visando atender às necessidades das classes operárias da população, particularmente a classes que estavam fora do mercado de trabalho após a Crise de 1929. Um fator agravante é decisivamente notório no que concerne ao desenvolvimento de conjuntos habitacionais públicos nos Estados Unidos – a questão da segregação racial. Stoloff¹⁶⁵ alega que a segregação racial influenciava diretamente no processo de implantação dos conjuntos habitacionais. No ano de 1935 em Nova Iorque, por exemplo, o projeto habitacional Williamsburg Houses foi construído para atender à classe branca enquanto o conjunto residencial Harlem River Houses foi erguido para abrigar exclusivamente à classe negra. Casos similares também podem ser encontrados nas cidades de Filadélfia e Chicago.



Figuras 50 (a-b). Segregação social materializada através de conjuntos habitacionais.

(a) Williamsburg Houses, Nova Iorque, FONTE: © © Andrew Gardner, 2009.

(b) Harlem River Houses, Nova Iorque. FONTE: © Fake is the new real (Flickr), 2007.

Tanto quanto no caso europeu, o pobre e baixo padrão de qualidade edilícia das unidades habitacionais também foi uma das causas da gradual degradação enfrentada pelos moradores dos empreendimentos e também pela vizinhança. Ativistas sociais alegavam que as famílias não teriam condições mínimas de prosperar em uma zona de moradias esqualida e carente, onde os indivíduos frequentemente viviam em cômodos sem janelas ou ventilação.¹⁶⁶

¹⁶³ Jennifer Stoloff A. **A Brief History of Public Housing**. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, August 14, Hilton San Francisco & Renaissance Parc 55 Hotel, San Francisco, CA, 2004.

¹⁶⁴ Ver mais em: Robert A. Hays. **The Federal Government and Urban Housing: Ideology and Change in Public Policy**. Albany: State University of New York Press, 1995.

¹⁶⁵ **STOLOFF**, 2004, op. cit., p. 7

¹⁶⁶ **FRANCK & MOSTOLLER**, 1995 *apud*. Ibid. p.13



Figura 51. Vista aérea da extensão ocupada pelo conjunto habitacional Cabrini-Green, Chicago.

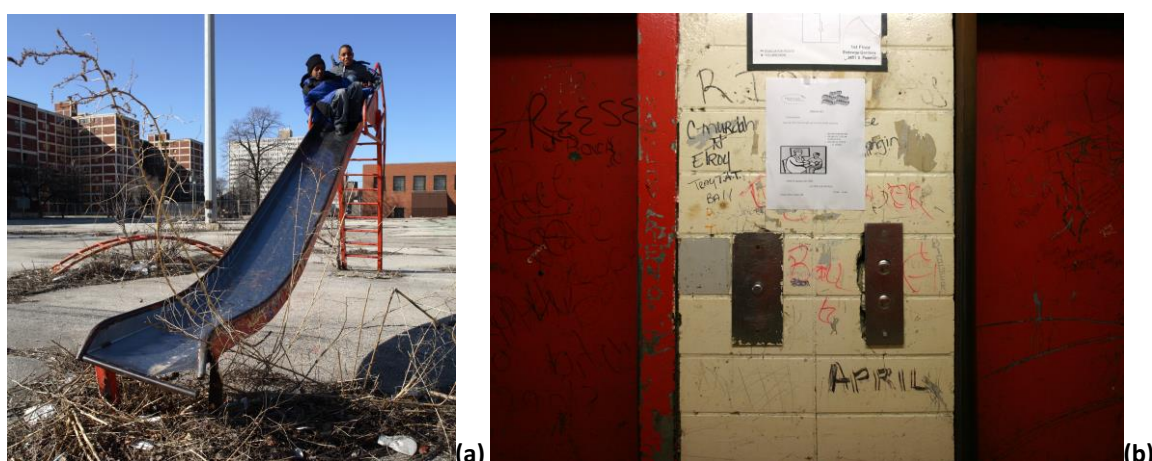
FONTE: © Jet Lowe (Wikimedia), 1999.

Um bom exemplo para ilustrar a realidade de muitos conjuntos habitacionais norte-americanos é o complexo habitacional Cabrini-Green em Chicago. Executado pela Secretaria Autônoma para Assuntos Habitacionais de Chicago (CHA) entre 1942 e 1962, o projeto se situa na Zona Norte da cidade. Com o passar dos anos, a negligência, a pobreza e a violência disseminada pelas gangues locais haviam estabelecido um ambiente insalubre aos moradores tanto nas edificações do complexo quanto nos espaços públicos. Inicialmente, o complexo era estruturalmente integrado e seus habitantes razoavelmente empregados. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial, o panorama se agravou drasticamente quando fábricas localizadas nos arredores do complexo habitacional que aprovisionavam a base da economia local fecharam e produziram demissões em massa. Concomitantemente, a falência da cidade desencadeou a interrupção de serviços fundamentais à localidade tais como patrulhamento formal, interrupção no fornecimento de como água e energia elétrica, manutenção das edificações e equipamentos públicos intensificando vertiginosamente o caos que se instalava e propalando a sensação da insegurança e instilação do medo.



Figuras 52 (a-b) Situação atual do complexo Cabrini-Green. (a) Cabrini-Green Rowhouses e (b) Cabrini-Green Extension. FONTE: © Igor Studenkov (Flickr), 2008.

Os extensos gramados que circundavam o Cabrini-Green foram pavimentados para evitar custos desnecessários com manutenção, lâmpadas queimadas em luminárias e postes eram cronicamente esbandalhadas e sua reposição esquecida por semanas ou meses e apartamentos atingidos por incêndios eram lacrados com tábuas e fechados ao invés de serem restaurados e reocupados. De acordo com Keith Gottfried¹⁶⁷, o vandalismo imperava tão desenfreadamente que, em suas conjunturas mais deploráveis e indigentes, o Cabrini-Green enfrentou graves problemas como, por exemplo, infestação de ratos e baratas, putrefação de sobras e restos nos dutos de lixo – onde certa vez uma pilha atingiu o 15º pavimento – odor de urina e inseticida nos corredores, mau funcionamento dos elevadores, pichações nas paredes assim como problemas básicos vazamento nas tubulações de água.



Figuras 53 (a-b). (a) Espaços recreacionais e (b) interior de um dos blocos existentes. FONTE: © David Schalliol (Flickr), 2007.

¹⁶⁷ Keith E. Gottfried. **Remarks of the Honorable Keith E. Gottfried, General Counsel of the U.S. Department of Housing and Urban Development.** Presentation at the Multi-Housing World Conference and Expo, 2006.

Um vasto repertório de conjuntos habitacionais com perfis similares ao Cabrini-Green pode ser encontrado nas grandes cidades norte-americanas. Contudo, a cidade de Chicago toma larga vantagem no que se refere à produção de conjuntos que falharam copiosamente. Outro exemplo pode ser ilustrado pelo conjunto habitacional Robert Taylor Homes, símbolo do novo gueto¹⁶⁸ na vizinhança de Bronzeville, também construído pela CHA em 1962 com 28 blocos de 16 pavimentos e uma quantia de 4231 unidades habitacionais, o complexo possuía características tipológicas e de implantação idênticas ao predecessor Cabrini-Green.



Figura 54 (a-b). Robert Taylor Homes em processo de demolição. FONTE: © David Schalliol (Flickr), 2008.

Segundo o pesquisador Bradford Hunt¹⁶⁹, o complexo Robert Taylor Homes apresentava sinais de vandalismo e crimes que provavam ser um problema constante em decorrência da existência de gangues também envolvidas com o tráfico de drogas nos blocos do complexo habitacional. Em meados dos anos 60, a inadequada proteção policial conduziu à crescente incidência de arrombamentos, estupros e assassinatos. Não demorou muito e seis anos após sua inauguração, o complexo enfrentou grandes problemas com fornecimento de calefação e energia, serviços, escolas e ocupação. Este histórico perdurou por um longo tempo, e em razão de tantas patologias sociais crônicas, o processo de demolição iniciado em 1998 culminou na destruição do último bloco de apartamentos em 2007 para execução e implantação de um projeto chamado HOPE IV¹⁷⁰. O projeto objetiva a regeneração urbana da área transformando-a em uma comunidade pautada na diversidade de usos e baixa densidade edilícia.

¹⁶⁸ Peter Hall. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

¹⁶⁹ D. Bradford Hunt. **What went wrong with public housing in Chicago? A history of the Robert Taylor homes**. Illinois State Historical Society, Spring 2001.

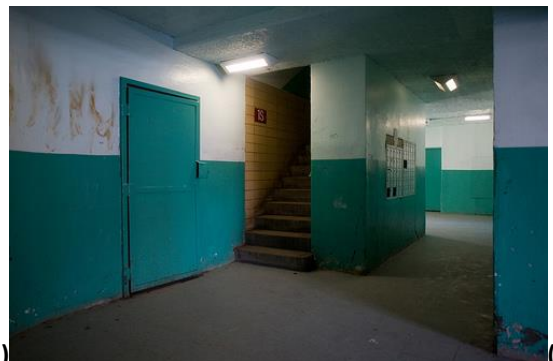
¹⁷⁰ Ver mais em Henry G. Cisneros. **From Despair to Hope: Hope VI and the New Promise of Public Housing in America's Cities**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009.



Figuras 55 (a-b). Stateway Gardens, outro conjunto demolido em Chicago.



Figura 55 (c). Vista aérea do complexo Dearborn Homes, Chicago.



Figuras 55 (d-e). Exterior e interior do complexo Dearborn Homes, Chicago.



Figura 55 (f). O sobrevivente Conjunto Jacob Riis Houses, Manhattan, Nova Iorque.

FONTE: (a) © David Schalliol (Flickr), 2007; (b) © Jamie Kalven (Flickr), 2005; (c) © Microsoft Virtual Earth, 2009; (d – e) © David Schalliol (Flickr), 2007; (f) © Microsoft Virtual Earth, 2009.

3.1.2 BRASIL

No caso dos conjuntos habitacionais brasileiros de baixa renda, o contexto possui tanto particularidades coincidentes, no que se refere à produção em massa de unidades habitacionais, quanto divergentes, no que se refere às características espaciais, sócio-econômicas e sócio-culturais. Em meados dos anos 50, devido ao aceleração do processo de industrialização no Brasil, se presenciou um crescimento desordenado e rápido de diversas cidades como consequência do intenso êxodo rural para os grandes centros urbanos. Durante uma época conhecida como período populista, Susana Taschner¹⁷¹ declara que imediatamente após o Golpe Militar de 1964, o governo federal inicia a produção de unidades habitacionais em massa com o intuito de ganhar legitimidade nos setores populares. Complementando o discurso de Taschner, a pesquisadora Liése Vieira¹⁷² argumenta que não apenas o número de unidades habitacionais fornecidas através das políticas públicas de habitação no Brasil havia sido notoriamente insuficiente, como da mesma forma as características físicas pareciam ter sido insatisfatórias. Em muitos casos, os conjuntos habitacionais públicos brasileiros consistiam tanto de prédios de apartamento como também unidades residenciais unifamiliares.

“Até a década de 80, os conjuntos habitacionais populares brasileiros foram caracterizados por diferentes tipos arquitetônicos: repetitivos blocos de apartamentos, normalmente sem elevador, não ultrapassando quatro pavimentos; casas unifamiliares isoladas em lotes individuais; e casas unifamiliares em fita construídas nos limites do lote. Quanto ao tamanho, foram produzidos conjuntos de pequeno porte, com menos de 500 unidades habitacionais; conjuntos de porte médio, apresentando de 500 a 1000 unidades habitacionais; e conjuntos de grande porte, que são aqueles com mais de 1000 unidades habitacionais. Sua localização é geralmente, mas não necessariamente, na periferia de centros urbanos, em lotes de grandes dimensões, distantes do centro e isolados do conjunto da cidade, muitas vezes não apresentando equipamentos de saúde, educação e lazer nas suas proximidades.”¹⁷³

¹⁷¹ Susana P. Taschner. **Política Habitacional no Brasil: Retrospectivas e Perspectivas**. Cadernos de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), São Paulo: Universidade de São Paulo, Nº 21, set./out, 1997.

¹⁷² Liése Basso Vieira. **Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais**. Dissertação de Mestrado. PROPUR-UFRGS, 2002, 310p.

¹⁷³ Ibid. p.35

Para maior compreensão do contexto brasileiro, importa aqui a fundamental contribuição da arquiteta Thereza Carvalho¹⁷⁴ em seu artigo sobre a identificação dos fatores que contribuíram para o bom e mau desempenho dos conjuntos habitacionais de baixa renda, onde foi avaliada a relação entre a variável física e atributos de ordem sócio-cultural, econômica e normativa, essenciais ao entorno urbano.



Figuras 56 (a-b). Exemplos de conjuntos habitacionais de baixa renda na cidade do Rio de Janeiro.

(a). Conjunto Habitacional Cardeal Dom Jaime Câmara – Padre Miguel

(b). Conjunto Habitacional Presidente Vargas – Guadalupe

FONTE: © Vivercidades, 2008.

É possível perceber a partir das observações de Carvalho¹⁷⁵, características bastante similares aos modelos implantados nos Estados Unidos e Europa. Inicialmente, a artificialidade provida por estes conjuntos habitacionais, pois não mantêm nenhuma relação com a paisagem da cidade que havia se organizado naturalmente. Tal característica pode, também, ser compreendida como uma tentativa, ainda que mal-sucedida da concepção modernista, de racionalização dos conjuntos habitacionais, de uma imposição ao padrão de ordenação espacial, no qual a população *beneficiada* não tem voz ativa no processo de elaboração. Em muitos casos, algum tempo após a entrega do empreendimento, era possível observar inúmeras alterações efetuadas no espaço projetado, seja na unidade habitacional, seja no próprio conjunto habitacional. Tais modificações podem ser entendidas como uma manifestação das aspirações e imposição da identidade dos indivíduos em relação às suas necessidades espaciais no complexo habitacional. Necessidades estas que, em muitos casos, poderiam ter sido fornecidas e supridas pelo governo durante o processo de implantação dos conjuntos habitacionais.

¹⁷⁴ Thereza C. C. Carvalho. **As dimensões da habitação**. Revista Projeto. Nº 77, 1985, p. 95-103.

¹⁷⁵ Ibid. p.96



Figuras 57 (a-b). Degradação e favelização em diversos conjuntos residenciais espalhados por toda cidade do Rio de Janeiro: (a) Conjunto Habitacional Água Branca, Realengo; (b) Vila Operária Salvador de Sá, Estácio.

FONTE: (a) © Marcelo Horn, 2009 e (b) © Wania Corredo, 2009.

Outro ponto comum entre os conjuntos habitacionais brasileiros e os transacionais, conforme observa Carvalho¹⁷⁶, é a defasagem entre a estrutura físico-espacial e a organização social. Tal defasagem pode ser verificada através dos diversos pontos de conflito, sendo estes entendidos como necessidades não atendidas pelos indivíduos, expressas na subutilização ou abandono das áreas e equipamentos ofertados. Além disso, um dos problemas mais recorrentes em conjuntos habitacionais de baixa renda era a (não) conservação dos espaços comunitários. Não muito diferente dos casos estrangeiros, em geral, os espaços comunitários ou são equipados parcamente ou constituídos de áreas livres sem nenhum tipo de utilização formal assim como boa parte dos acessos e circulações externas dos conjuntos. A aniquilação ou supressão de áreas comunitárias para convívio, trocas ou lazer inviabilizaram, de certa forma, o processo de interação social tanto quanto a efetivação das suas respectivas práticas sócio-espaciais.

Outros aspectos coincidentes aos conjuntos transacionais também conformam os conjuntos habitacionais brasileiros na intensificação do processo de marginalização e favelização, e, por conseguinte, a degradação dos espaços públicos e intensificação do crime e da violência no seu perímetro. Tais fatores são elencados da seguinte maneira por Carvalho¹⁷⁷:

- Primeiramente pelo modo como os conjuntos foram disseminados sobre o tecido urbano das cidades. A adoção dos preceitos de um modelo urbanístico internacionalizado por uma prática distorcida não permitia o diálogo do novo empreendimento com o restante da estrutura urbana ao qual estava inserido;

¹⁷⁶ CARVALHO, 1985, op. cit., p. 97

¹⁷⁷ Ibid.

- A má qualidade dos materiais de construção empregados, questionável durabilidade e custos de manutenção;
- A monotonia causada pela maciça padronização das unidades habitacionais e imposta pelos especuladores imobiliários envolvidos alterava significativamente as relações sócio-espaciais;
- A ineficácia dos equipamentos urbanos, quando estes existiam, para atender às demandas do novo contingente populacional;
- A insuficiência ou inexistência de oportunidades para o desenvolvimento da comunidade e socialização.

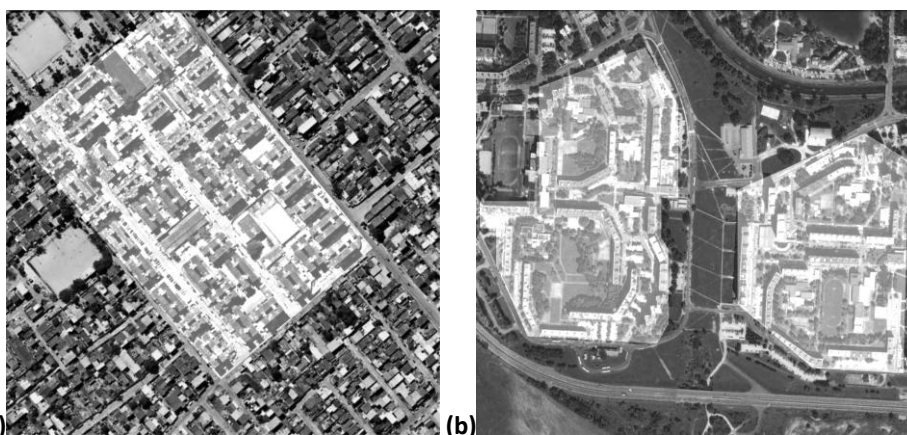
Com o passar dos anos, muitos conjuntos habitacionais de baixa renda passaram a apresentar os mesmos tipos de problemas dos exemplos supracitados: vandalismo, comportamento antissocial, medo do crime e violência, degradação das unidades habitacionais assim como espaços públicos e espaços comunais, *inter alia*. Soma-se a isto, no caso de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, além da miserabilidade e precariedade em que se encontram muitos conjuntos, a progressiva desvalorização dos imóveis. Em decorrência desta depreciação imobiliária, a alta taxa de rotatividade de inquilinos nas unidades habitacionais se torna uma constante¹⁷⁸. Assim, com a redução dos valores, principalmente para locação, certos conjuntos habitacionais se apresentam como um verdadeiro atrativo para criminosos e transgressores, especialmente aqueles envolvidos com o tráfico de entorpecentes que vêem ali a oportunidade para se refugiar dos inimigos e/ou estabelecer transações ilícitas. Especialmente conjuntos com difícil acessibilidade – para prováveis investidas policiais – ou que se localizam estrategicamente próximos a favelas e zonas potencialmente perigosas associadas ao tráfico de entorpecentes. Conjuntos habitacionais em localidades sob a temida e forte influência do tráfico de entorpecentes sofrem severamente com os reflexos dos conflitos. A dinâmica urbana cotidiana é virada pelo avesso em razão dos interesses dos traficantes: o comércio local é fechado, os espaços públicos se tornam legítimas trincheiras e moradores se trancafiam em casa acuados e reféns diante das batalhas travadas entre traficantes locais e criminosos de facções rivais ou policiais.

¹⁷⁸ CARVALHO, 1985, op. cit., p. 97



Figuras 58 (a-b). Traficantes ordenam o fechamento do comércio em (a) Santa Cruz e (b) São Gonçalo.
FONTE: (a) © Jadson Marques/AE, 2011 e (b) © Roberta Trindade, 2010.

É possível observar uma característica bastante peculiar nos conjuntos habitacionais brasileiros, e que, de certa forma, contribui significativamente para o fortalecimento das oportunidades criminais e esfacelamento dos espaços públicos. Em grande parte dos modelos transnacionais a malha urbana do entorno imediato aos conjuntos habitacionais marginalizados não sofreu grandes alterações morfológicas ao longo do tempo, mantendo dessa forma, características físicas do traçado original. Já no caso do tecido urbano do entorno de muitos complexos habitacionais brasileiros, mesmo aqueles localizados distantes dos centros urbanos, foi possível perceber, em muitos casos, uma considerável densificação e alteração dos padrões espaciais. Tais alterações podem ser formais – através da intervenção pública via obras de infraestrutura, programas de reestruturação urbana, etc., ou informais – através de ocupações ilícitas como, por exemplo, invasão de imóveis ou terrenos desocupados ou abandonados, apropriações indevidas do espaço público como, por exemplo, expansões ilegais das edificações sobre áreas públicas e/ou comunais tanto dos núcleos habitacionais quanto de parcelas do entorno ao qual fazem parte.



Figuras 59 (a-b). Diferentes padrões de densidade da malha urbana. (a) COHAB de Realengo, Rio de Janeiro e (b) Conjunto Habitacional em Petržalka, Bratislava, Eslováquia. **FONTE:** © Google Earth, 2009.

No caso da cidade do Rio Janeiro, a densificação do tecido urbano a partir da contiguidade espacial de conjuntos habitacionais dominados pelo tráfico, em muitos casos, funciona como uma espécie de amparo físico às atividades criminais desenvolvidas dentro dos complexos habitacionais. Diferentemente dos modelos transnacionais onde as construções se mantiveram como células autônomas em seus loteamentos, muito em razão da avultosa disponibilidade de áreas não-edificadas existentes aos seus limites e da impossibilidade de construção sobre as respectivas, muitos conjuntos habitacionais brasileiros, após favelização, marginalização e densificação do tecido urbano circundante, produziram ramificações das atividades criminais, em especial, o tráfico de entorpecentes, a partir das liminaridades do aglomerado habitacional. Tais ramificações funcionam como articulações entre os subnúcleos periféricos e a base principal no interior dos complexos habitacionais. Funcionalmente, podem operar como postos de sentinela, bocas de fumo ou depósitos de munições. Estas subunidades podem se camuflar de distintas formas como, por exemplo, depósitos de gás (adulterado) ou quitandas, permitindo certo controle visual sobre a espacialidade da localidade através de *olheiros* infiltrados nos estabelecimentos. Se pertencentes à mesma facção criminosa¹⁷⁹, estas subunidades funcionam como *espaço ofensável*¹⁸⁰ tanto em relação aos possíveis ataques de grupos rivais quanto investidas da própria polícia.



Figura 60. Vista do Conjunto Habitacional da Cidade Alta nos limites com a Avenida Brasil.
FONTE: © Do autor, 2009.

¹⁷⁹ Ver Anexo IV

¹⁸⁰ Ver Anexo V

Dentre um repositório caótico de conjuntos habitacionais brasileiros, um exemplo representativo que se deteriorou e se converteu em uma área altamente violenta e perigosa é o Conjunto Habitacional Cidade Alta, localizado no bairro de Cordovil, Zona da Leopoldina, na cidade do Rio de Janeiro. Originado a partir do programa de erradicação de favelas¹⁸¹ efetuado pelos governos federal e estadual durante os anos 60 e 70, o Conjunto Habitacional Cidade Alta está inserido dentro de um complexo formado ainda pelos conjuntos residenciais Porto Velho e Vista Mar. Atualmente, o complexo habitacional é circundado por diversas favelas e loteamentos irregulares, onde alguns surgiram a partir do deslocamento de antigos moradores do complexo habitacional.

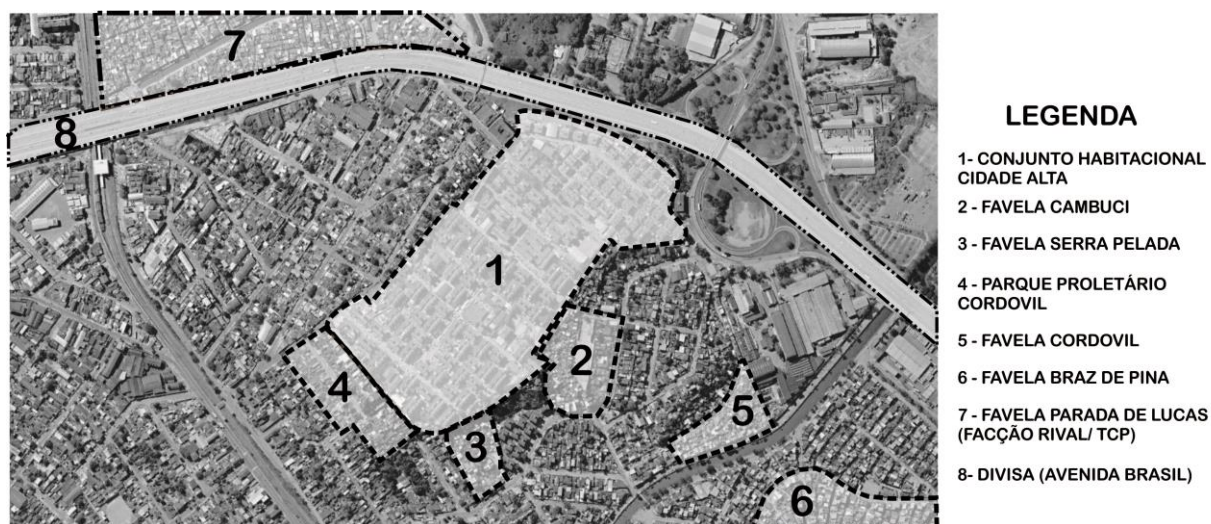


Figura 61. Conjunto Habitacional Cidade Alta e principais favelas existentes no entorno.

FONTE: © Do autor a partir de base aerofotogramétrica, 2009.

Segundo o pesquisador Mario Brum¹⁸², a partir de entrevistas sobre a percepção dos moradores em relação ao local, foi constatada a recorrência de opiniões quase unânimes no que diz respeito ao processo de favelização do conjunto habitacional. O atilamento em relação ao estigma da favelização, no entendimento dos moradores, estava diretamente associado à degradação física dos blocos constituintes do conjunto habitacional tanto quanto o esfacelamento da estrutura social local.

¹⁸¹ Segundo dados de 1970, a população original do conjunto Cidade Alta era constituída por aproximadamente 50% da favela da Praia do Pinto, 19% de outras favelas da zona sul, o restante dos subúrbios da Central, Leopoldina, dentre outras localidades. In: CENPHA/BNH. **Condições de vida em dois conjuntos habitacionais de interesse social: Cidade de Deus e Cidade Alta.** Rio de Janeiro, 1970.

¹⁸² Mario S. Brum. **Cidade ou favela? Visões sobre a favela a partir de depoimentos de moradores no Conjunto Habitacional da Cidade Alta.** In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, Rio de Janeiro: Novembro, 2007.

Por intermédio das observações de Brum¹⁸³ é possível explicar parte do processo de degradação e favelização do Conjunto Habitacional da Cidade Alta através de dois fatores: primeiramente, a descaracterização do conjunto. Esta se deve às intervenções feitas pelos próprios moradores no início da década de 80, tais como *puxadinhos*, ampliações ou extensões de áreas das unidades habitacionais tanto para aumentar o espaço residencial quanto na instauração de estabelecimentos para negócios próprios como, por exemplo, quitandas ou vendinhas. Em segundo lugar, o progressivo aumento do número de favelas no entorno do conjunto. Acrescente-se a este panorama desordenado, a extensiva propagação da militância de facções criminosas ligadas ao tráfico de entorpecentes e o aumento da violência para o inferno se instalar definitivamente na localidade.



Figuras 62 (a-b). Blocos de apartamentos do Conjunto da Cidade Alta voltados para Avenida Brasil.

FONTE: © Do autor, 2009.

Foi possível constatar que no Conjunto Habitacional da Cidade Alta, o aumento da população favelizada aliado à densificação do tecido urbano no seu entorno havia favorecido a fixação de uma facção criminosa e, por conseguinte, o alicerçamento do tráfico de entorpecentes na localidade. Consequentemente, os níveis de segurança das unidades habitacionais e dos espaços públicos foram terminantemente suprimidos em detrimento do medo. A instilação do sentimento de insegurança se agrava ainda mais pelo fato do conjunto se localizar próximo à Favela Parada de Lucas – sob o domínio de uma facção rival no controle e disputa pelo tráfico de entorpecentes na região – mesmo ambas as aglomerações estando isoladas fisicamente pela Avenida Brasil.

¹⁸³ O conceito de favelização empregado pelo autor é visto como o processo onde uma área que surge como parte da cidade formal, por razões diversas, passa a figurar no imaginário local e/ou das áreas adjacentes como favela e mesmo a se tornar objeto de ações do governo tipicamente voltadas para as favelas. **BRUM**, 2007, op. cit., p. 11

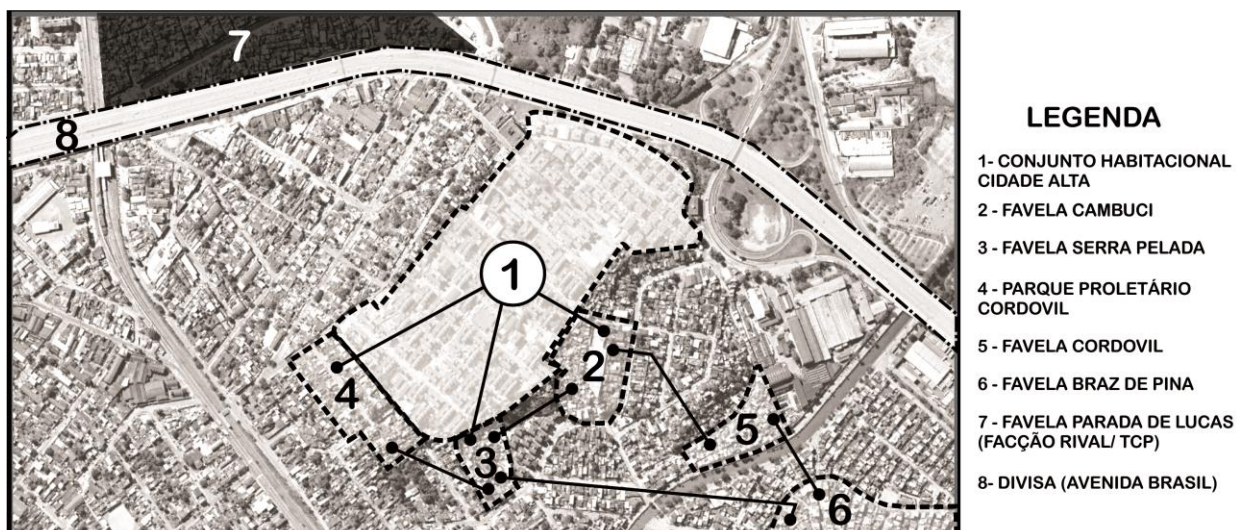


Figura 63. Possíveis articulações espaciais entre os subnúcleos dominados pelo tráfico de entorpecentes no Conjunto Habitacional da Cidade Alta.

FONTE: © Do autor a partir de base aerofotogramétrica, 2009.

É evidente que a influência do ambiente construído degradado e o layout espacial de certos conjuntos habitacionais produziram sequelas bastante sérias no que se refere à vida cotidiana da localidade. Dentro e fora dos complexos habitacionais, a gradual eclosão da vida criminal e regulares manifestações de violência inferem diretamente na coesão comunal ou instauração de laços sociais mais significativos, compelindo a localidade à sua própria sorte. A coerciva presença de criminosos dentro e no entorno dos conjuntos habitacionais assim como o reflexo das atividades ilícitas afeta diretamente tanto funções sociais urbanísticas da cidade (habitação, trabalho, lazer e mobilidade), funções sociais de cidadania (segurança e proteção) e funções sociais de gestão (prestação de serviços como, por exemplo, o serviço de correios). Presumivelmente, ainda que o crime e a violência estejam arraigados à história da cidade, estes não se conformam de modo determinante em razão da sazonalidade que envolve as oportunidades criminais. Em um futuro não muito distante, uma reflexão mais abrangente e detalhada é necessária. Conjuntos habitacionais carecem de uma política urbana mais específica onde tomadas de decisão acerca do desenvolvimento do projeto não se resumam a reprodução maciça blocos e torres de concreto nem desconsidere a pertinente influência dos fatores externos ao empreendimento em questão.

3.2 CRIMINALIDADE EM FAVELAS: O CASO DO RIO DE JANEIRO

Igualmente insalubre e estigmatizado como diversos assentamentos marginais mundo afora, as favelas têm se apresentado como um dos principais focos de criminalidade no Brasil, sobretudo, em detrimento da presença do tráfico de entorpecentes nos grandes centros urbanos e áreas metropolitanas, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Diferentemente dos conjuntos habitacionais de baixa renda geridos e implantados pelo governo ou órgãos privados em parceria com o poder público, a gênese das favelas na cidade do Rio de Janeiro surge espontaneamente por intermédio de classes sociais com baixo poder econômico, a partir da ocupação nas encostas de morros em áreas centrais da cidade, áreas que, até dado momento, não eram utilizadas ou eram descartadas pelo mercado imobiliário. O geógrafo Maurício de Abreu¹⁸⁴ afirma que a década de 40 foi considerada como a época onde houve a maior propagação de favelas na cidade do Rio de Janeiro. Em censo efetuado no ano de 1948 foi constatada a presença de 138.837 habitantes distribuídos nas 105 favelas existentes na cidade. De acordo com Susana Taschner¹⁸⁵, dados censitários efetuados no Brasil em 1980 indicavam que regiões metropolitanas concentravam quase 80% da população favelada e na cidade do Rio de Janeiro 93% da população favelada se instalava na região metropolitana. Já em avaliação censitária efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBEG) em 2000, o número de favelas na cidade havia aumentado para um total de 513 comunidades e abrangendo 1.092.783 habitantes¹⁸⁶, cifra superada apenas pela cidade de São Paulo com a totalidade de 612 favelas em avaliação no mesmo censo. Ao mesmo tempo em que houve o adensamento populacional nas favelas, a população total da cidade do Rio de Janeiro havia se estabilizado. Conforme relata Taschner, este modelo excludente de ocupação já deixava de ser caracteristicamente metropolitano e começava a atingir outros tipos de localidades¹⁸⁷ como, por exemplo, cidades medianas ao longo das principais rodovias de acesso às grandes metrópoles.

¹⁸⁴ Maurício de A. Abreu. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

¹⁸⁵ Susana P. Taschner. **Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas**. Cadernos de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), São Paulo: Universidade de São Paulo, Nº 18, Março/Abril, 1997.

¹⁸⁶ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes**. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, Fevereiro de 2002.

¹⁸⁷ TASCHNER, 1997, op. cit., p. 5

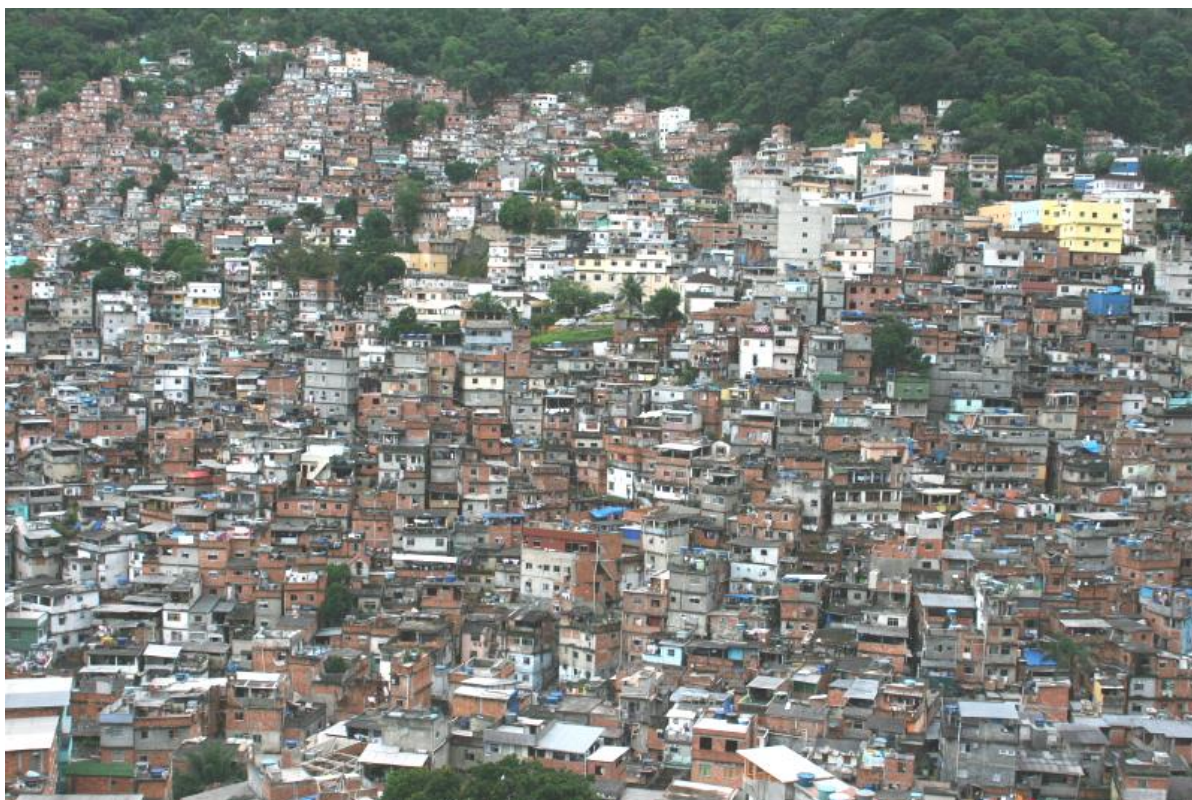


Figura 64. Rocinha – Uma das maiores favelas brasileiras e da América Latina.
FONTE: © Leszek Wasilewski (Wikipedia), 2008.

No caso da região metropolitana do Rio de Janeiro, o reforço da idéia paradoxal entre distância social versus proximidade física se manifesta mais flagrantemente. Bairros nobres e pobres, núcleos urbanos centrais, subúrbios ou zonas periféricas coabitam com a presença materializada de assentamentos marginais violentos e a influência do comportamento degradativo de traficantes e delinquentes sobre a vida dos habitantes. Dessa forma, na fusão entre os distintos fragmentos espaciais que constituem o intrincado tecido urbano fluminense, frequentemente uma considerável parcela dos espaços públicos se apresenta desgastada, mutilada ou invalidada. Em muitas favelas metropolitanas, além da precariedade e da degradação física, espaços públicos operam como canais onde o crime e a violência pode insurgir repentinamente e alterar completamente a rotina dos seus habitantes. A disseminação e consolidação do medo em razão da intimidativa autoridade do narcotráfico – ou influência de algum outro tipo de grupo dominante – no controle de uso das principais áreas públicas e dos principais pontos de acessibilidade se refletem notoriamente na estrutura e organização da dinâmica local.

Em contribuição ao relatório mundial da UN-HABITAT sobre favelas, as pesquisadoras Helia Nacif e Fernanda Magalhães¹⁸⁸ identificam quatro tipos de assentamentos marginais presentes no estudo de caso sobre o Rio de Janeiro.

- **FAVELAS PROPRIAMENTE DITAS** – Estas podem ser definidas como invasões altamente consolidadas de terrenos públicos ou privados com moradias construídas pelos próprios moradores, sem nenhum tipo de infraestrutura ou nenhum tipo de planejamento;
- **LOTEAMENTOS IRREGULARES** – Estes são subdivisões ilegais de terra que não detêm infraestrutura e não estão de acordo com normas de planejamento, mas geralmente possuem algum tipo de ordem urbana física. Tais loteamentos são considerados irregulares, pois ao se submeterem às autoridades de planejamento não atendem aos requisitos urbanos legais e são denominados clandestinos quando não são submetidos às autoridades de planejamento de forma geral;
- **INVASÕES** – Ocupações irregulares de terrenos públicos ou privados, ainda em processo de consolidação. Tais invasões frequentemente ocorrem em áreas ambientalmente frágeis – orla de rios, pântanos, encostas ou em áreas residuais de infraestrutura pública – sob viadutos, estacionamentos, além de autoestradas e rodovias;
- **CORTIÇOS** – Se conformam como habitações sociais formadas por um ou mais edifícios situados em local único e também por cômodos compartilhados em um mesmo edifício. Os cômodos são alugados ou sublocados sem qualquer contrato ou base legal. Seus moradores compartilham cômodos como banheiros, cozinha e lavanderia, quando esta última existe.

As pesquisadoras ressaltam duas características importantes acerca dos assentamentos na cidade: primeiramente, diferentes tipos de ilegalidade são enredados na cidade e, em geral, é difícil reconhecer seus limites; em segundo lugar, dados quantitativos e informações estatísticas são frequentemente disponíveis e estão mais bem organizados e sistematizados apenas nas duas primeiras categorias, enquanto nas demais há uma carência acerca da sistemática que lhe é peculiar.

¹⁸⁸ Helia Nacif Xavier & Fernanda Magalhães. **The case of Rio de Janeiro**. In: UN-HABITAT. **Understanding slums: Case studies for the Global Report on Human Settlements**. London: Earthscan, 2003.



Figuras 65 (a-b). Dois tipos de assentamentos marginais – (a) Invasão de uma antiga fábrica de laticínios em Benfica e (b) Cortiços do bairro da Lapa, Centro do Rio de Janeiro.
FONTE: (a) © Reginaldo Pimenta, 2010 e (b) © Do autor, 2007.

A despeito do carácter pauperizado comum tanto às favelas quanto aos outros tipos de assentamentos marginais, os impactos produzidos sobre a localidade onde se encontram podem ser manifestados de formas diferentes. Pois, o modo como cada assentamento é fixado sobre o tecido urbano produz impressões diferentes e, por conseguinte, implica em diferentes respostas no estabelecimento de relações sociais e espaciais. Primeiramente pela questão relacionada à dimensão ocupada pela volumetria dos assentamentos em questão. Um cortiço, espacialmente falando, não tem o mesmo impacto físico ou visual do que uma favela de médio ou grande porte, por exemplo. Ocasionalmente, cortiços podem estar assentados espacialmente sem manter relações visuais ou físicas diretas com os espaços públicos. Da mesma forma, a organização espacial de um loteamento irregular não é comparável à estrutura de uma invasão sob algum viaduto ou infraestrutura similar.

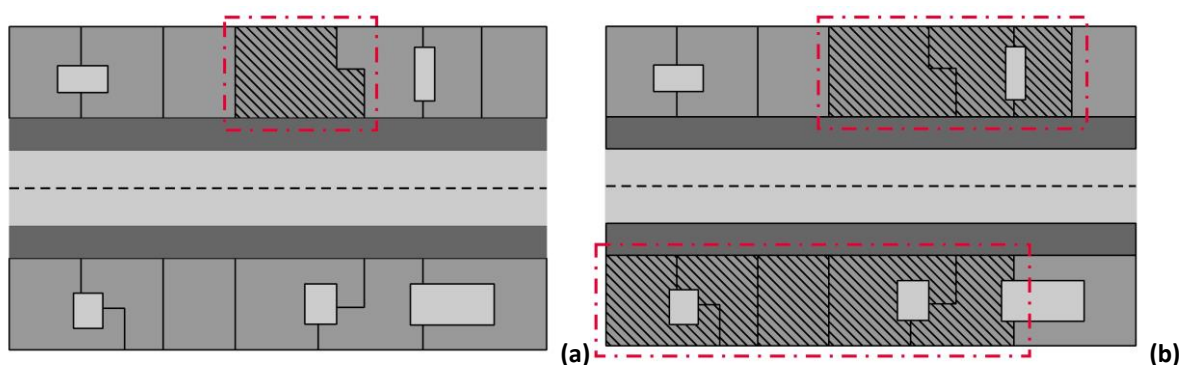


Figura 66 (a-b). (a) Um único cortiço marginalizado não influenciaria a dinâmica urbana de uma localidade quanto possivelmente ocorreria se a mesma abrigasse uma sucessão de vários (b), especialmente se estes formassem o que é conhecido popularmente como *cabeça-de-porco*. **FONTE:** © Do autor, 2009.

O urbanista Tetsuo Kidokoro¹⁸⁹ afirma que assentamentos marginais abaixo dos padrões considerados adequados para subsistência – incluindo-se aqui favelas, cortiços e correlatos – são definitivamente os locais mais vulneráveis dentro das cidades. Geralmente, muitos destes assentamentos se desenvolvem sem a aplicação dos procedimentos básicos de um planejamento formal. Além disso, também esbarram em vulnerabilidades de ordem *física* (exposição a desastres naturais, falta de infraestrutura, proliferação de focos de doenças devido ao ambiente insalubre), *social* (ameaça de despejo ou remoção, acesso inadequado à prestação de serviços públicos e sociais, perda de diversidade cultural) e *econômica* (oportunidade inadequada para materializar capacidade potencial – acesso à educação ou qualificação profissional, mercado de trabalho, recursos financeiros, etc.). Com efeito, o somatório destas ordens inviabiliza a instituição de um padrão de vida minimamente adequado e compromete a estabilização de uma estrutura social coesa.

O domínio do tráfico em diversas favelas no Rio de Janeiro também tem produzido reverberações em bairros e localidades adjacentes. Em muitos casos, imóveis de diversas categorias quando localizados próximos a favelas com altas taxas de criminalidade e violência e, até mesmo, próximos a cortiços ou áreas degradadas, têm sofrido substancial desvalorização no mercado imobiliário. Da mesma forma, estabelecimentos comerciais também têm perdido clientela fazendo com que seus inquilinos ou proprietários fechem as portas mais cedo ou, na pior das hipóteses, tenham de colocá-los a venda. Escolas e estabelecimentos educacionais interrompem a rotina sem data prevista para retomada das aulas. Porém, o ápice da instilação da insegurança é dado principalmente quando ocorrem confrontos entre criminosos e policiais ou entre duas facções rivais pelo controle do tráfico de entorpecentes. Como mencionado anteriormente, o comércio é fechado, seja por ordem dos traficantes ou por iniciativa dos proprietários receosos de retaliações, moradores se trancafiam em seus lares e o trânsito é interrompido. Muitas vezes, o resultado destes violentos certames, além da disseminação do pânico, também pode culminar na depredação do patrimônio público, incêndio de veículos privados e da rede de transporte público e, na pior das hipóteses, vítimas fatais em meio ao fogo cruzado.

¹⁸⁹ Tetsuo Kidokoro; Junichiro Okata; Shuichi Matsumura & Norihisa Shima. **Vulnerable Cities: Realities, Innovations and Strategies**. Tokyo: Springer, 2008.

Tanto no Estado quanto na cidade do Rio de Janeiro, a taxa de vitimização proveniente de crimes violentos sofreu aumento no último trimestre de 2009 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior conforme revela o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro (ISP) em avaliações e relatórios mensais de todas as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP). O Estado do Rio de Janeiro é constituído por 40 AISP, das quais 18 estão localizadas dentro da capital. AISP são divisões geográficas representadas por comandantes dos batalhões da Polícia Militar e delegados titulares das delegacias distritais. Além disso, as AISP também instituíram um Conselho Comunitário de Segurança que, juntamente com a força policial, fica responsável pela avaliação por área da dinâmica criminal, observando ainda a incidência criminal, elucidação de delitos e qualidade do serviço prestado pela polícia¹⁹⁰. Cada AISP está sob o comando de, pelo menos, um batalhão da Polícia Militar e uma Delegacia Legal além de um Conselho Comunitário de Segurança que, em força conjunta com a polícia, se empenha na avaliação da dinâmica criminal, observação das incidências criminais, resolução dos delitos cometidos assim como análise qualitativa do serviço prestado pela polícia nas suas respectivas áreas de monitoramento.

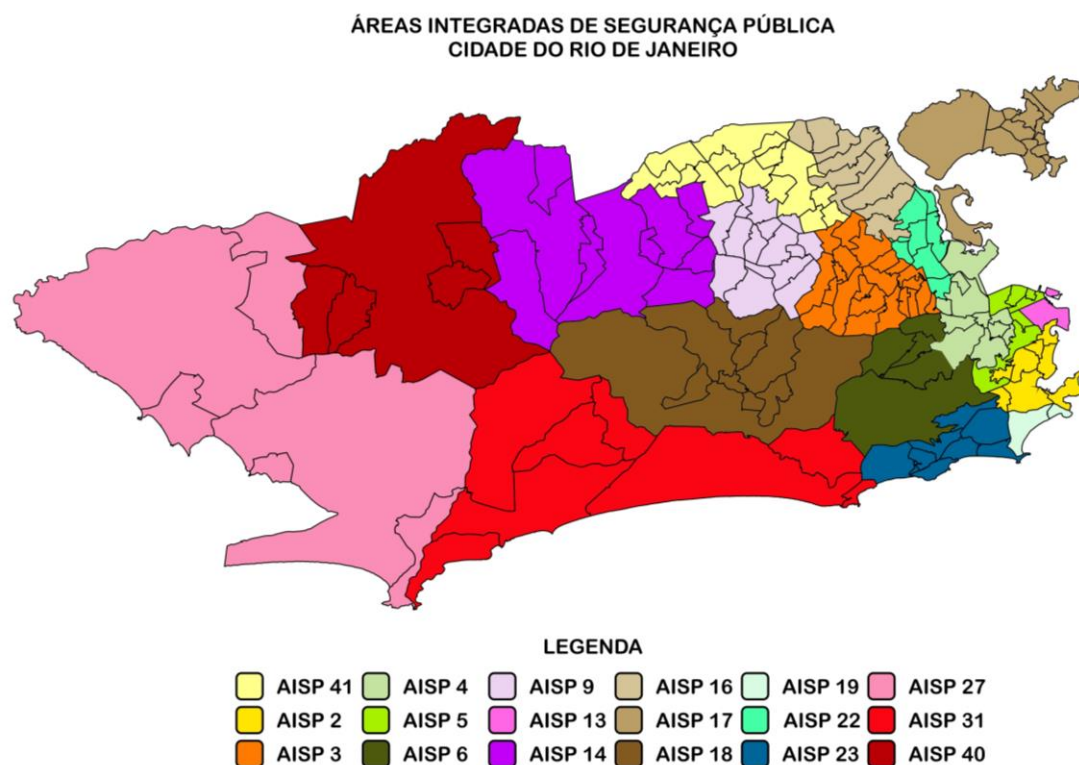


Figura 67. Mapa da Cidade do Rio de Janeiro e suas 18 AISP constituintes¹⁹¹.

FONTE: © Do autor sobre base cartográfica, 2009.

¹⁹⁰ Disponível em <http://www.isp.rj.gov.br> Acessado em 18 de fevereiro de 2012.

¹⁹¹ A relação dos bairros constituintes de cada AISP pode ser verificada no Anexo VI.

Em uma breve análise das taxas de vitimização oriundas de crimes violentos no Estado do Rio de Janeiro, na Tabela 01 é possível perceber que houve uma redução tanto na categoria homicídio doloso quanto na categoria lesão corporal seguida de morte em relação ao ano anterior. Entretanto, a porcentagem nos demais crimes violentos ainda possui números expressivos em relação ao ano anterior tanto no Estado quanto na capital. Também é possível observar que a porcentagem dos crimes cometidos na capital representa mais de um terço da totalidade cometida no Estado do Rio de Janeiro em ambos os anos.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TRIMESTRE – FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL			
Vítimas de crimes violentos	2011	2012	Dif. Abs. ¹⁹²
<i>Homicídio doloso</i>	1152	1113	-39
<i>Lesão corporal seguida de morte</i>	15	06	-09
<i>Latrocínio (Roubo seguido de morte)</i>	22	36	14
<i>Tentativa de homicídio</i>	1161	1293	132
<i>Lesão corporal dolosa</i>	22087	22613	526
<i>Estupro</i>	1239	1171	235
TOTAL	27687	28244	557

Tabela 01 – Dados de vitimização criminal no Estado do Rio de Janeiro.
FONTE: © Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2012.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO

TRIMESTRE – FEVEREIRO, MARÇO E ABRIL			
Vítimas de crimes violentos	2011	2012	Dif. Abs.
<i>Homicídio doloso</i>	391	352	-39
<i>Lesão corporal seguida de morte</i>	9	4	-05
<i>Latrocínio (Roubo seguido de morte)</i>	12	13	01
<i>Tentativa de homicídio</i>	389	508	119
<i>Lesão corporal dolosa</i>	8804	8995	191
<i>Estupro</i>	386	518	132
TOTAL	9804	9585	-219

Tabela 02 – Dados de vitimização criminal na Cidade do Rio de Janeiro.
FONTE: © Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2012.

¹⁹² Dif. Abs. – Diferencial Absoluto



Figura 68. Contiguidade e densidade espacial em algumas favelas da 9ª AISP
FONTE: © Do autor sobre foto aerofotogramétrica Google Earth, 2009.

Observando-se os relatórios fornecidos pelo ISP nas dezoito AISPs da capital do Rio de Janeiro, o percentual de crimes contra o patrimônio¹⁹³ apresenta um somatório superior ao número total dos crimes violentos. Contudo, ao se avaliar o valor acumulado entre Janeiro e Abril, é possível diagnosticar que, apesar de um número absoluto maior de ocorrências de crimes contra o patrimônio, houve uma redução percentual. Supostamente, tal redução pode ser explicada pelo aumento da sensação de insegurança dos indivíduos em relação às crescentes manifestações do crime e violência e a subsequente ação em se proteger das ameaças externas ao se munir de aparatos defensivos em suas propriedades contra possíveis incursões criminais.

CIDADE DO RIO DE JANEIRO

TOTAL ACUMULADO ENTRE JANEIRO-ABRIL			
CATEGORIA	2011	2012	Dif. Abs.
CRIMES VIOLENTOS	13753	13807	54 (+0,39%)
CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	20450	19523	-927 (-4,53%)
TOTAL	34203	33330	-873 (-2,55%)

Tabela 03. Comparativo entre as categorias criminais.
FONTE: © Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro, 2012.

¹⁹³ Segundo o ISP, são considerados crimes contra o patrimônio: Roubo a estabelecimento comercial, roubo a residência, roubo de veículo, roubo de carga, roubo a transeunte, roubo em coletivo, roubo a banco, roubo de caixa eletrônico, roubo de aparelho celular, roubo com condução da vítima para saque em instituição financeira, furto de veículo e extorsão com momentânea privação da liberdade. Não foram considerados aqui extorsão propriamente dita e estelionato por não envolverem nenhuma relação direta com a questão do espaço público. FONTE: **Resumo Mensal por AISP – Abril de 2012**. Em: <http://www.isp.rj.gov.br>, Acessado em 12 de agosto de 2012.

É oportuno ressaltar que, a despeito da grande quantidade de favelas no Rio de Janeiro, nem todas estão associadas ao tráfico de entorpecentes e, por isso, não se conformam propriamente como focos de criminalidade, ainda que tenham de lidar com o estigma da marginalidade. Em contrapartida, lamentavelmente muitas favelas vivem sob a forte influência do narcotráfico dentro e fora dos seus limites. A inextricabilidade das favelas resguarda mais do que problemas formais de ordenamento espacial. Resguarda, também, a privação do exercício da cidadania dos moradores, cerceando a liberdade de ir e vir. Ora acuados por criminosos, através de um panoptismo constante, ora por policiais em operações na busca por drogas ou traficantes que fazem uso da autoridade para manifestações de abuso de poder. Além das vulnerabilidades sociais e econômicas as quais vivenciam cotidianamente, moradores ainda são obrigados a observar alterações estruturais do ambiente construído em razão dos anseios dos criminosos na organização territorial e autoproteção contra incursões policiais com observa o arquiteto Pablo Benetti.”¹⁹⁴

“No interior das favelas os traços mais visíveis desta dura realidade são os muros altos, a eliminação de vegetação e a redução de locais de estar à mínima expressão. Qualquer obstáculo, qualquer saliência transforma-se em potencial esconderijo, trata-se de obter um espaço liso sem rugosidades, sem dobras nas quais o crime possa esconder-se. Uma verdadeira selva de cimento é o resultado desta situação.”¹⁹⁵



Figura 69. Bairro do Cachambi e Favela do Jacarezinho no morro ao fundo – Visão privilegiada do entorno.
FONTE: © Juliana Osternack, 2009.

¹⁹⁴ Pablo César Benetti. **Violência e projeto urbano em favelas**. In: VITRUVIUS Periódico mensal de textos de arquitetura, Maio 2004. Disponível em <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.048/580> Acessado em 20 de maio de 2009.

¹⁹⁵ Ibid.

Em um paralelo entre favelas e condomínios residenciais fechados, Benetti¹⁹⁶ argumenta que, em ambos, a violência altera hábitos e esta também gera ideais. Estruturalmente, em enclaves urbanos, seguranças podem ser demitidos a qualquer momento no caso de negligência. Já em favelas, moradores se tornam reféns dos próprios *seguranças* e suas arbitrariedades. As diferentes facções que constituem o tráfico de entorpecentes nas favelas estabelecem regras próprias – sujeitas a severas punições para quem as transgride – e exigem que seus moradores as sigam à risca. Um exemplo citado por Benetti e frequentemente divulgado pela mídia dá uma noção exata do poderio inoculado pelos traficantes. Em favelas dominadas pelo Terceiro Comando, por exemplo, é estritamente proibido o uso da cor vermelha, pois isto faria uma alusão a uma das suas facções rivais – o Comando Vermelho.

Ora caracterizada entre a formalidade e a informalidade, ora pleiteada entre a remoção e a manutenção, a multifária favela têm subsistido valentemente. Neste ínterim, dentre as estratégias de intervenção exclusivamente dedicadas às favelas cariocas, o Programa Favela-Bairro pode ser considerado como a proposta mais recente ao reconhecê-las como espaços genuínos do tecido urbano da cidade se reportando a um novo momento da dinâmica sócio-espacial da cidade do Rio de Janeiro. É válido salientar, segundo a observação da geógrafa Fany Davidovich¹⁹⁷, que nos termos do Programa Favela-Bairro, é identificada a intenção de dar continuidade aos compromissos da agenda de políticas públicas para a favela assumida pelas administrações precedentes. De acordo com o Decreto 14.332 de 1995, os objetivos do Programa Favela-Bairro consistem em complementar ou construir a estrutura urbana principal da favela e procurar atender todas as condições cabíveis para legitimar as favelas como bairros da cidade sempre que possível considerando o patrimônio construído pelos moradores. Este projeto reforçou a idéia de que as favelas constituem uma real possibilidade de moradia para uma grande parte da população da cidade, e teve a ambição de estabelecer uma intervenção articulada sobre o concurso de vários organismos públicos, rompendo com a lógica de intervenções pontuais de outrora.¹⁹⁸

¹⁹⁶ BENETTI, 2004, op. cit.

¹⁹⁷ DAVIDOVICH, Fany. *Um repensar da favela: tendências e questões*. In: **BOGUS**, Lucia & **RIBEIRO**, Luíz C. Q. *Cadernos Metrópole*, Nº 04. São Paulo: EDUC, 2000. p. 119-133

¹⁹⁸ Rafael S. Gonçalves. **A Política, o Direito e as Favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico**. In: Urbana - Revista eletrônica do Centro interdisciplinar de estudo da cidade/CIEC-UNICAMP, Nº 1, 2006.

Apesar dos esforços congregados e resultados obtidos, o Programa Favela-Bairro peca por não ter considerado a questão do narcotráfico. Ainda incipiente no início dos anos 80, o tráfico começava a ganhar corpo e se infiltrar progressivamente nas favelas cariocas. Uma vez instalados, os traficantes se tornaram autoridades internas afetando as relações sociais dos habitantes da favela. Segundo Gonçalves:

"A maior acessibilidade física às favelas não repercutiu grandes efeitos concretos: as ruas, viadutos e estradas construídas, muitas vezes não são usados por medo ou são sistematicamente bloqueadas com pedras e outros objetos. Além disso, o projeto não procurou incentivar a mobilidade dos moradores do "asfalto" para as favelas através, por exemplo, da valorização do patrimônio cultural e urbanístico destas. É verdade que não cabe à prefeitura atuar na área de segurança pública, porém nenhuma articulação política foi realizada com o poder estadual. Observa-se que, em vários casos, os funcionários da Prefeitura sofreram pressões dos traficantes e tiveram que negociar certos aspectos do projeto. Certamente, a prefeitura procurou legitimar a sua atuação, desvencilhando-se das intervenções da polícia estadual que é historicamente conhecida pela violência e corrupção. No entanto, o que se nota é que a ausência de uma política de segurança pública, conjugada às propostas do projeto Favela Bairro, acabou reforçando o círculo de violência e consolidando uma certa divisão de poder."¹⁹⁹

Benetti²⁰⁰ argumenta que o projeto urbano em favelas, teoricamente, não conseguirá resolver a carência de segurança ou a ausência de policiamento estatal, mas pode ser o ponto de partida para uma estabelecer uma relação diferente entre poder público e favela.

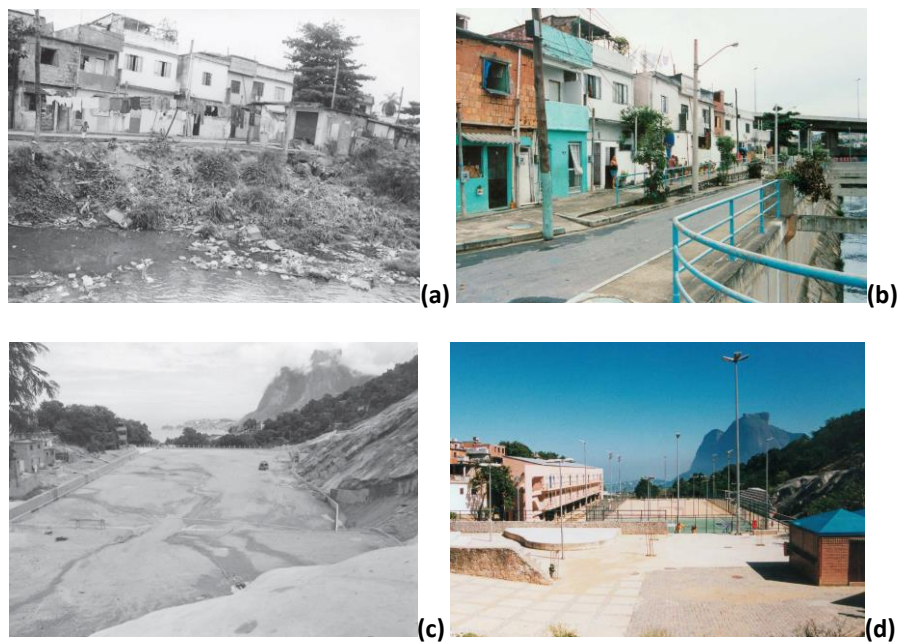


Figura 70. Polícia retira barricadas do tráfico na favela do Dique, no Jardim América.
FONTE: Fábio Costa, 2007. © Jornal Extra Online.

¹⁹⁹ GONÇALVES, 2006, op. cit., p. 17

²⁰⁰ BENETTI, 2004, op. cit.

Intervir urbanisticamente em favelas inspira cuidados assim como artifícios coerentes e habilidade para lidar com um rol diversificado de problemas. É mais do que convencionar a adoção de uma visão extremista de tábula rasa ou prefixar intervenções periféricas e superficiais em sua circunscrição como, por exemplo, a *restauração* de fachadas ou distribuição randômica de canteiros e frades. Por muito tempo o urbanismo se limitou em intervir somente em áreas consideradas formais dentro do tecido urbano da cidade, ignorando a patente realidade que germanava paralelamente pelas favelas. Durante muito tempo, a pretensiosa postura dos planejadores não tem levado em conta um crucial vetor de conhecimento na construção dos espaços da favela e sua desejável incorporação à cidade formal: a substancial participação dos principais beneficiários, os moradores. Por sorte, tal postura distópica tem se dissipado e novos olhares têm sido construídos sobre a perversa, porém verdadeira realidade das favelas na cidade. Tanto quanto qualquer outro tipo de intervenção urbanística é necessário compreender as questões e especificidades que envolvem cada favela, pois cada uma possui “suas particularidades, sua história e seu modo de crescimento diferente em relação ao bairro onde se localiza.”²⁰¹ Particularmente quando a questão da criminalidade e da violência se apresenta como fator determinante no processo de intervenção do assentamento.



Figuras 71 (a-d). Exemplos de comunidades atendidas pelo Programa Favela-Bairro. (a-b) Fernão Cardim, Pilares em 1995/1999 e (c-d) Favela do Vidigal, Leblon em 1997/2001.

FONTE: © PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2003.

²⁰¹ Licia do Prado Valladares. *A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

3.3 ENCLAVES FORTIFICADOS CONTEMPORÂNEOS

Representantes autênticos do infrene processo de globalização, enclaves fortificados, em diferentes instâncias e desdobramentos, têm corroborado pungentemente para a atrofia dos espaços públicos, desestruturação da unidade de vizinhança e, em um raio de ação mais dilatado, para aniquilação da cidade como sistema. Mais do que um fenômeno, enclaves urbanos se tornaram uma tendência crescente a partir da releitura de uma prática urbana tão comum em cidades da era medieval.

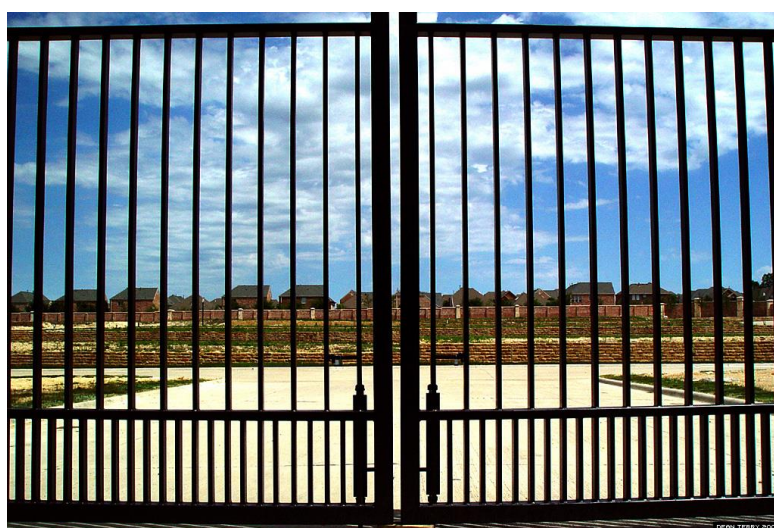


Figura 72. Cartão de visita de um extenso rol de enclaves urbanos – Condomínio Residencial em Plano, Texas, Dallas, Estados Unidos. FONTE: © Dean Terry (Flickr), 2005.

Assim como Manuel Castells, a socióloga Saskia Sassen²⁰² afirma que a globalização é caracterizada por fluxos – fluxos de capital, pessoas, tecnologia, bens consumíveis, etc. Atualmente, cidades têm competido para atingir um status global e, em decorrência, estas têm reconfigurado o ambiente construído gerando as condições necessárias para dar suporte à concentração destes fluxos. Impelidas por esquemas de construções maciças, cidades aspirantes ao patamar mais alto procuram oferecer os espaços necessários para administrar tais fluxos assim como fornecer imagens iconográficas para desempenhar seus papéis no cenário global. Destarte, a materialização da concentração destes fluxos se remete, majoritariamente, à criação destes enclaves fortificados, em geral, compreendidos a partir do “reescalonamento de territórios estratégicos que articulem um novo sistema.”²⁰³

²⁰² Saskia Sassen. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Oxford: Princeton University Press, 2001.

²⁰³ Saskia Sassen. **Locating cities on global circuits**. Environment & Urbanization Vol. 14, Nº 1, April - Globalization and cities, 2002.



Figura 73. Concentração de fluxos – Donau City, Viena, Áustria.
FONTE: © Microsoft Virtual Earth, 2009.

De acordo com Frank Moulaert²⁰⁴ *et al.*, o reordenamento urbano tem desencadeado processos acelerados e espacialmente desiguais através de um tipo de *destruição criativa*²⁰⁵, onde seu impacto tem tornado algumas localidades desordenadas e extirpadas, enquanto, no outro extremo, outras são propelidas ao novo apogeu do dinheiro, privilégio e controle através da imposição de uma nova ordem global de estabilidade, prosperidade e crescimento, porém vilipendiado por outros como o arauto do declínio irreversível.



Figura 74. Villa Montmorency – Enclave urbano residencial na secular Paris, França.
FONTE: © Microsoft Virtual Earth, 2009.

²⁰⁴ Frank Moulaert; Arantxa Rodríguez & Erik Swyngedouw. **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European cities**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

²⁰⁵ Associada ao conceito de inovação social no qual se reporta a novas estratégias, conceitos, idéias e organizações para atender necessidades sociais de todos os tipos. Ver mais em: JESCHKE, ISENHARDT, HEES & TRANTOW, 2011.

Nas últimas duas décadas, de acordo com Caldeira²⁰⁶, a proliferação de enclaves fortificados tem gerado um novo modelo de segregação espacial e transformado a qualidade de vida pública em diversas cidades do mundo onde suas principais justificativas estão atreladas ao medo do crime e da violência. O discurso do medo alicerça estas novas formas de ocupação, estratégias de proteção e se torna uma das principais razões para as recentes transformações espaciais urbanas, implicando na redefinição do papel dos espaços públicos. Enclaves fortificados podem assumir distintas tipologias, porém formalmente reservam características bastante comuns. Normalmente, enclaves urbanos são predominantemente privados e, a despeito do seu propósito funcional, estes compartilham das seguintes características:

- Adoção de barreiras físicas como muros altos, portões, redutores de velocidade, cercas elétricas, vegetação espessa (operando como vedação visual) e artefatos inibidores como arames farpados com lâminas, gradeamento com hastes de pontas afiadas impedindo, dessa forma, eventuais acessos clandestinos e favorecendo o isolamento espacial;
- Adoção de barreiras tecnológicas como câmeras de vigilância espalhadas pelo empreendimento, circuito interno e externo de televisão para monitoramento, alarmes, sensores presenciais, acesso via cartão magnético e telefones intercomunicadores;
- Contratação de firmas especializadas em segurança privada para patrulhamento e monitoramento das áreas comunais, vigilância externa e controle de fluxo dos indivíduos;
- Disseminação de sinais e mensagens exclusórias como, por exemplo, “Não Entre”, “Propriedade Privada”, “Não Ultrapasse”, “Cuidado com o cão”, “Não Estacione”, “Permitido somente aos moradores”, etc.;
- Layout especializado como, por exemplo, redução do número de acessos ao local bem como separação dos meios de acesso entre moradores, empregados e visitantes; portões sem maçanetas; zoneamento pautado na exclusividade dos residentes.

²⁰⁶ Teresa P. R. Caldeira. **Fortified Enclaves: The New Urban Segregation**. In: Setha M. Low. **Theorizing the city: the new urban anthropology reader**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1999, p. 83-107

Outra característica relevante acerca dos enclaves fortificados refere-se à forte tendência de homogeneidade social. Pelo fato de apresentar padrões exclusivistas e a promessa de um novo estilo de vida, enclaves fortificados sinalizam a bandeira do alto status social aos seus abonados clientes. Além de todas as comodidades fornecidas pelo empreendimento, tal condição atrai a atenção das classes mais abastadas, reforçando, segundo Caldeira²⁰⁷, o discurso do distanciamento social e criando meios para a afirmação de diferenças sociais.



Figura 75. A cidade dentro da cidade – Um dos exemplos dentre as diversas tipologias de enclaves fortificados residenciais em Sun City, Arizona, Estados Unidos. FONTE: © Microsoft Virtual Earth, 2009

Em relação à diversidade de enclaves fortificados, os pesquisadores Jill Grant e Lindsey Mittelsteadt²⁰⁸ efetuaram um detalhado estudo acerca das tipologias e principais características pertinentes a cada um deles, onde podem ser classificados da seguinte maneira:

- **ESTILO DE VIDA** (*Lifestyle communities*) – Empreendimentos destinados exclusivamente a atividades de lazer com equipamentos recreacionais como, por exemplo, clubes esportivos, campos de golfe, centros de entretenimento ou estâncias para aposentados;
- **PRESTÍGIO** (*Prestige communities*) – Empreendimentos construídos como símbolos de riqueza e status social. Nessa categoria, se enquadram condomínios residenciais de luxo equipados com um elenco extenso de amenidades como quadras esportivas, piscina, academia, escola, centro comercial, dentre outras;

²⁰⁷ CALDEIRA, 1999, op. cit., p. 88

²⁰⁸ Jill Grant & Lindsey Mittelsteadt. **Types of gated communities**. In: Environment and Planning B; Planning and Design 2004, Volume 31, p. 913-930.

- **SEGURANÇA** (*Security zone communities*) – Empreendimentos construídos tendo como objetivo principal a manutenção da segurança dos seus residentes. Em geral, seus ocupantes refletem a desconfiança e o medo de estranhos. Embora a segurança esteja presente nas categorias supracitadas, neste caso, os próprios moradores corroboram com artifícios e táticas de proteção paralelas ao desenvolvimento como, por exemplo, instalação de mais artefatos protetores.



Figura 76. Estilo de vida: Bosque Real Country Club, México.
FONTE: © Diana Sheinbaum, 2008.



Figura 77. Prestígio: Porter Ranch Estates, Los Angeles, Estados Unidos
FONTE: © Ed Villanueva (Panoramio), 2010.



Figura 78. Zona de Segurança: Condomínio Residencial em São, Paulo, Brasil.
FONTE: © Peter Koelliker, 2010.

Segundo Grant & Mittelsteadt²⁰⁹, na teoria, estas categorias representam tipos ideais que atendem às necessidades de mercados particulares, enquanto, na prática, os enclaves fortificados podem se conformar a partir de variadas combinações de características fornecidas pelos tipos descritos. Caldeira²¹⁰ também compartilha das observações feitas por Grant & Mittelsteadt ao constatar que enclaves fortificados são arranjos urbanos pautados na flexibilidade. Em razão das suas dimensões, aparatos tecnológicos, níveis organizacionais e sistemas avançados de segurança, estas legítimas fortalezas exclusórias detêm todos os recursos privados para se manterem autonomamente em qualquer parte, independente do entorno que as circunde. Observa-se, em alguns casos, que o posicionamento estratégico e geográfico de certos enclaves fortificados urbanos pode estar particularmente arrolado a dois tipos de processo. Em tese, quando alocados fora de áreas centrais da cidade ou inseridos em regiões periféricas estão relacionados a processos de expansão urbana²¹¹, enquanto quando situados em áreas já consolidadas do tecido urbano se remetem diretamente a processos de aburguesamento. Em uma vasta literatura o processo de aburguesamento é comumente adotado através do termo neologístico gentrificação²¹².



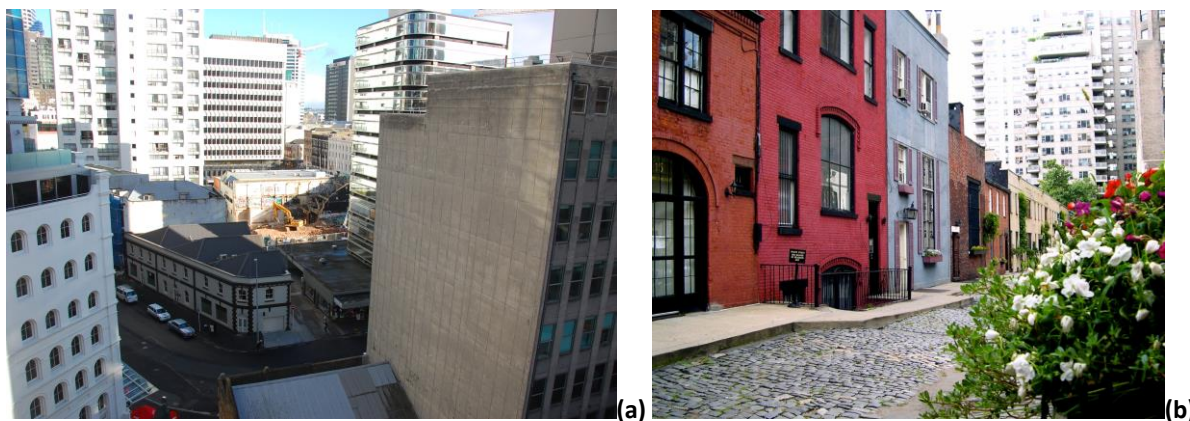
Figura 79. Enclave fortificado residencial em razão da expansão urbana. Derry Road, Ontário, Canadá.
FONTE: © Simon P., 2009.

²⁰⁹ GRANT & MITTELSTEADT, 2004, op. cit., p. 915

²¹⁰ CALDEIRA, 1999, op. cit., p. 87

²¹¹ Ver Robert Bruegmann. **Sprawl: A compact history**. Chicago: University of Chicago Press, 2006; Howard Frumkin; Lawrence D. Frank & Richard Jackson. **Urban sprawl and public health: designing, planning, and building for healthy communities**. Washington D.C: Island Press, 2004.

²¹² Ver mais em: Loretta Lees; Tom Slater & Elvin Wyly. **Gentrification**. London: Routledge, 2008; Neil Smith. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. London: Routledge, 1996.



Figuras 80 (a-b). Enclaves fortificados em razão do processo de gentrificação – (a) Centro de Auckland, Nova Zelândia e (b) Greenwich Village, Nova Iorque, EUA.

FONTE: (a) © Georg Eckardt (Flickr), 2007; (b) © Carl Aylman (Flickr), 2004.

Enclaves fortificados derivados do processo de gentrificação geralmente são empreendimentos privados localizados em áreas deterioradas ou em vias de degradação concebidos paralelamente a projetos de reestruturação urbana. De acordo com sua primeira aceção²¹³, esta regeneração é diretamente relacionada à substituição de camadas menos favorecidas, na maioria das vezes a classe trabalhadora, por classes mais abastadas. Pelo fato das classes desfavorecidas não conseguirem arcar com os altos valores dos aluguéis, isto acaba gerando seu deslocamento para áreas mais recônditas e homogeneizando socialmente as áreas intervindas. Em razão das transformações urbanas ao longo das últimas três décadas, Sassen²¹⁴ alega que, diferentemente da definição original, teóricos e acadêmicos têm convencionado significados mais abrangentes acerca da gentrificação, vinculando-os a processos de reestruturação espacial, econômica e social. Complementarmente, investimentos paralelos como, por exemplo, Áreas de Renovação Econômica²¹⁵ (ARE) e inserção de centros de negócios, entretenimento e lazer podem dilatar ainda mais as disparidades sócio-espaciais e conceder oportunidades delitivas nos espaços públicos em razão do esvaziamento no entorno imediato.

²¹³ O termo gentrificação foi cunhado originalmente por Ruth Glass em 1964 no qual detinha a seguinte definição: “Por gentrificação eu compreendo como o processo pelo qual vizinhanças residenciais da classe trabalhadora são reabilitadas por compradores de imóveis de classe média, senhorios e incorporadores imobiliários. Eu faço a distinção teórica entre gentrificação e renovação. Renovação não envolve a reabilitação de antigas estruturas, mas a construção de novas edificações em áreas previamente desenvolvidas”. GLASS, 1964 *apud* LEES *et. al*, 2008, op. cit., p. 9

²¹⁴ SASSEN, 2001, op. cit., p. 255

²¹⁵ Originalmente conhecidas como BID (Business Improvement District), estas áreas se conformam pela associação entre entidades públicas e privadas na qual as empresas desta localidade obtêm abatimentos nos impostos em troca de benfeitorias na área. Ver: Göktuğ Morçöl; Lortene Hoyt; Jack W. Meek; Ulf Zimmermann. **Business Improvement Districts: Research, Theories, and Controversies**. Boca Raton: Auerbach Publications, 2008.



Figura 81. Koreatown, Los Angeles, Estados Unidos – Área cobijada por incorporadores do mercado imobiliário adeptos ao processo de gentrificação. FONTE: © Microsoft Virtual Earth, 2009.

Em contrapartida, enclaves fortificados derivados do processo de expansão urbana, geralmente, são localizados em zonas distantes dos grandes centros urbanos, onde as taxas de criminalidade e violência são muito baixas ou inexistentes. Segundo a antropóloga Setha Low²¹⁶, em nível societal, uma das principais justificativas que tem levado muitas pessoas a se transferir para estes enclaves fortificados é o crescente medo do crime e da violência nos grandes centros urbanos. Muitos moradores também têm demonstrado grande interesse por enclaves fortificados por almejar uma vizinhança estável, uma propriedade que retenha o valor de revenda no mercado e um local onde possam ter controle sobre sua própria ambiência sem depender do poder público. Caldeira alega que quando associados a shopping-centers, complexos de escritórios, etc., enclaves fortificados representam uma nova forma de organizar diferenças sociais e reforçar o discurso da segregação²¹⁷.

De acordo com Low²¹⁸, a partir do deslocamento fugidio dos indivíduos para enclaves fortificados, principalmente enclaves residenciais, estes não somente reforçam o discurso do distanciamento social e isolamento físico como também se eximem de assumir responsabilidades no cuidado e zelo pela localidade. Estruturalmente, enclaves fortificados também podem agravar a questão da segurança urbana justamente pelo fato de instituir o deslocamento do crime e da violência para as áreas circundantes. Estas áreas adjacentes aos enclaves fortificados tendem a se tornar ermas e potencialmente mais perigosas devido à ausência de pessoas e atividades que possibilitem gerar algum grau de vida urbana relativamente aceitável.

²¹⁶ Setha Low. **The gated community as heterotopia**. In: DEHAENE & CAUTER, 2008, op. cit., p. 153-163

²¹⁷ CALDEIRA, 1999, op. cit., p. 93

²¹⁸ Setha Low. **Urban Fear: Building the Fortress City**. City and Society Nº 9 (1), 1997, p. 53-72.

Em um estudo sobre a prevenção do crime, Gustavo Barreto²¹⁹ argumenta que o modelo habitacional convencionado via enclave urbano demonstra ser um equívoco do conceito de territorialidade e controle de acesso como estratégia para deter o crime. Isto porque o presumível nível de segurança para indivíduos que compartilham e vivem em um espaço rigidamente cercado também é relativo uma vez que o entorno imediato se torna mais propenso ao crime e à violência tornando difícil, quando não impraticável, a tão desejada vigilância natural em razão da presença das rígidas barreiras materiais que separam os dois mundos espacialmente. Ratificando o discurso de Barreto ao observar a cidade sob a ótica dos enclaves fortificados e do consumo, a geógrafa Susan Christopherson²²⁰ argumenta que no processo de criar este mosaico espacial fragmentado entre o seguro e o inseguro, a hierarquia mais extensa da esfera pública e privada tem sido flagrantemente destruída. Assim, tal condição permite gerar espacialmente um sensível processo de desertificação das áreas públicas. Em decorrência, a supervisão deficiente por parte dos órgãos públicos responsáveis, níveis de desordem urbana, aglomeração de moradores de ruas e similares, dentre uma série de outras possíveis causas, podem tornar os espaços públicos destas áreas mais difíceis e onerosos de regenerar e, na pior das hipóteses, de conformá-los como focos de criminalidade, caso sintomas já se manifestem em grau acentuado.



Figura 82. Alphaville em Campinas, São Paulo.

FONTE: © Wikipédia, 2009.

²¹⁹ Gustavo A. Barreto. **Building Community: An Environmental Approach to Crime Prevention**. Dissertação de Mestrado. Louisiana: Louisiana State University, 2001.

²²⁰ Susan Christopherson. **The Fortress City: Privatized Spaces, Consumer Citizenship**. In: Ash Amin. **Post-Fordism: A reader**. Oxford: Blackwell, 1994, p. 409-427

É necessário avaliar cautelosamente em qual contexto os enclaves fortificados estão sujeitos para não estabelecer um parecer generalizado. Por isso, cabe ressaltar que não se pretende aqui categorizar enclaves fortificados como fomentadores diretos do crime e da violência, mas verificar sob quais condições os impactos produzidos por estas cidadelas amuralhadas reverberam espacialmente ao engendrar certos contextos que possivelmente possam favorecer a dinamização das atividades criminais nos espaços públicos.

Há um repertório diversificado de arranjos espaciais que estruturam os distintos tipos de localidade sobre o tecido urbano atualmente. Tais arranjos tanto quanto organizam a vida urbana formal também estruturam paralelamente a geografia do crime. O impacto das dimensões espaciais e circunstanciais do crime, além de comprometer a vida cotidiana dos indivíduos, também compromete a vitalidade dos espaços públicos. Assim, sob este ponto de vista comumente detectado no dilatamento do crime e violência em grande parte dos arranjos espaciais constitutivos das grandes cidades e metrópoles, foi observada ao longo das últimas décadas uma sorte de teorias orientadas e direcionadas ao combate e prevenção do crime. Nos capítulos seguintes são abordadas duas teorias acerca da prevenção do crime com o objetivo elucidar seus princípios, conceitos e pressupostos acerca da promoção da segurança urbana e sua efetivação nos espaços públicos da cidade.

CAPÍTULO 4 – ABORDAGEM DETERMINISTA

Na literatura estrangeira, em alguns casos, a abordagem é conhecida pelo termo *place-based*, onde seu principal argumento gira em torno de que intervenções orientadas pelo determinismo físico através do desenho espacial resultam em alterações de comportamento nos indivíduos. Ou seja, intervenções no espaço físico geram mudanças comportamentais nos indivíduos. Robyne Turner e Jerry Kolo²²⁰ afirmam que o determinismo físico estabelece a disposição das estruturas espaciais e dos usos do solo com o intuito de afetar a dinâmica do espaço social e, por conseguinte, o uso comportamental no espaço. O principal objetivo da teoria determinista é mitigar ou eliminar a influência das oportunidades espaciais na propagação do crime através da incursão de aparatos físicos como mecanismos de proteção e fortalecimento do controle dos moradores em áreas públicas e comunais da localidade.

4.1 O PIONEIRISMO DE ELIZABETH WOOD

Os primeiros passos em relação ao amadurecimento da abordagem determinista têm início nos anos 60 através do trabalho efetuado pela socióloga norte-americana Elizabeth Wood. A pesquisadora realizou um estudo focado na micro-ambiência de blocos de apartamentos em projetos habitacionais públicos nos Estados Unidos. De acordo com Ian Colquhoun²²¹, a avaliação de Wood era pautada na hipótese de que projetos habitacionais públicos deveriam ser projetados com áreas que promovessem a interação entre seus moradores. Além disso, Wood relatava que tais projetos habitacionais nunca empregavam um número razoável de zeladores ou administradores, etc. que pudessem controlar e prevenir a ocorrência de crimes. Segundo a autora, para estabelecer o senso de comunidade, era necessário que negócios locais também pudessem contribuir para o estímulo à segurança através da vigilância. Wood²²² propunha diretrizes de desenho urbano para maior efetivação do controle social como, por exemplo, criação de áreas de convívio social, a instauração de mais equipamentos coletivos à prova de vandalismo e a participação de moradores desempenhando o papel de zeladores e administradores no patrulhamento e cuidado das áreas comunais.

²²⁰ Robyne S. Turner & Jerry Kolo. **Urban Planning and Development**. In: Ronald K. Vogel. **Handbook of Research on Urban Politics and Policy in the United States**. London: Greenwood Press, 1997. p.249-260

²²¹ Ian Colquhoun. **Design out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities**. London: Elsevier, 2004.

²²² Elizabeth Wood. **Housing Design: A Social Theory**. New York: Citizens Housing and Planning Council, 1961.

4.2 O ESPAÇO DEFENSÁVEL DE OSCAR NEWMAN

O termo Espaço Defensável foi cunhado pelo arquiteto e urbanista Oscar Newman²²³ no início dos anos 70. Seu conceito foi desenvolvido a partir de um estudo efetuado em projetos habitacionais de baixa renda nos Estados Unidos onde buscava estabelecer uma relação entre as taxas de criminalidade e o desenho urbano. Newman definia o Espaço Defensável como “um termo sub-rogado para uma variedade de mecanismos – barreiras simbólicas e reais, áreas de influência fortemente definidas, e oportunidades melhoradas para vigilância – que combinados pudesse fornecer uma atmosfera residencial sob o controle de seus residentes²²⁴”. Para tal, o autor se baseava em três aspectos causais para a definição do escopo teórico: a ausência de vigilantismo nas áreas públicas e comunitárias; a anonimidade dos habitantes e a debilidade do layout físico dos conjuntos. Por esta razão, a teoria objetivava reestruturar o layout físico das comunidades habilitando seus moradores em controlar áreas comunitárias e áreas circundantes às suas residências com o intuito de reduzir oportunidades criminais. O autor sustentava a hipótese de que respostas concretas na contenda contra o crime não poderiam ser obtidas unicamente através do incremento da força policial ou seu poderio de fogo. Diante disso, o autor estruturou a Teoria do Espaço Defensável sobre os seguintes preceitos:

A) TERRITORIALIDADE – A territorialidade é definida como “a capacidade do ambiente físico de criar zonas nítidas de influência territorial²²⁵.” Isto é, a territorialidade implica na utilização de barreiras figurativas (simbólicas) ou materiais (físicas) possibilitando a subdivisão dos ambientes residenciais em zonas controláveis pelos seus habitantes. Tal prerrogativa estipula uma hierarquia espacial transicional entre espaços privados, teoricamente mais simples de gerenciar, e espaços públicos, teoricamente mais complicados de supervisionar. Para tal, a territorialidade pode ser alcançada através dos seguintes parâmetros:

- Na medida do possível, todos os espaços tanto dentro quanto fora das edificações deveriam estar sobre o controle ou influência dos próprios residentes;

²²³ Oscar Newman. **Defensible Space: Crime prevention through urban design**. New York: MacMillan, 1972.

²²⁴ Ibid. p.03

²²⁵ Ibid. p.51

- Espaços externos deveriam ser claramente compreendidos como privados quando vistos de fora. Aparatos como muros, cercas e portões, por exemplo, deveriam definir espacialmente a territorialidade, além do uso de dispositivos simbólicos como mecanismo inibidor como, por exemplo, mudanças de nível, recuos, etc.;
- Em projetos habitacionais de alta densidade, escadas internas deveriam servir a um reduzido número de unidades habitacionais como mecanismo de controle, no qual os residentes fossem capazes de reconhecer uns aos outros e, o mais importante, reconhecer os intrusos e potenciais agressores;
- Áreas comuns externas como, por exemplo, áreas recreacionais, gramados, estacionamento, etc. deveriam ser acessíveis o mais próximo possível das unidades habitacionais.

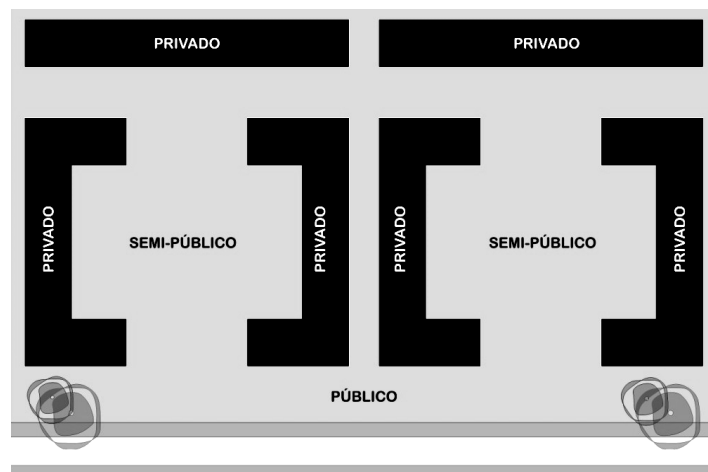


Figura 83. Esboço esquemático relacionado à hierarquia espacial. FONTE: © Do autor, 2008.

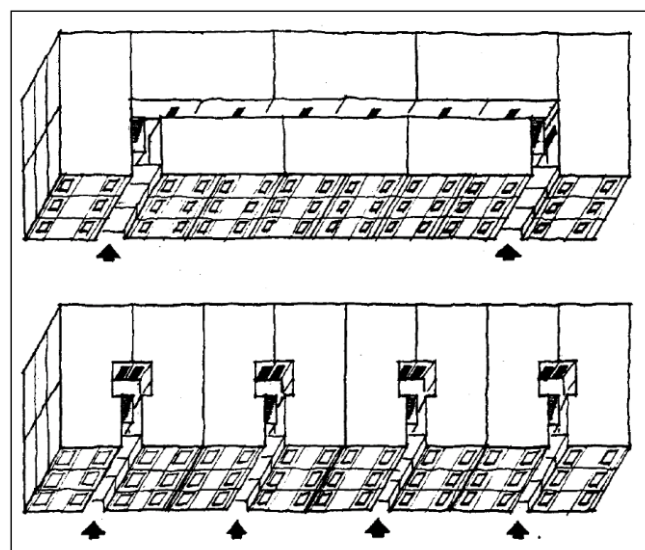


Figura 84. Alteração do número de entradas e escadas como mecanismo de controle. FONTE: © NEWMAN, 1972:71.

B) VIGILÂNCIA – Capacidade que o ambiente físico tem em prover oportunidades de vigilância por seus moradores e agentes²²⁶. Assim, a vigilância permitiria seus residentes inspecionar o que está acontecendo tanto dentro das edificações quanto em sua circunvizinhança. Os parâmetros para obtenção da vigilância são dados da seguinte forma:

- Janelas deveriam ser posicionadas não somente para se adequar ao projeto arquitetônico, mas também deveriam orientadas na inspeção dos espaços externos;
- Os principais acessos das edificações deveriam ser defrontes às ruas de maior movimentação para que pedestres e veículos pudessem perceber presumíveis irregularidades diante das entradas;
- Áreas comuns no interior das edificações deveriam ser vistas e monitoradas também pelo lado externo das edificações;
- Escadas de incêndio deveriam ser envidraçadas e localizadas de modo que pudessem suportar, no caso de uma emergência, o escoamento de todos os residentes.



Figura 85. Arbustos não podados além de obstruir a visão dos moradores podem se conformar como esconderijo para potenciais transgressores, Hilversum, Holanda. FONTE: © Do autor, 2008.

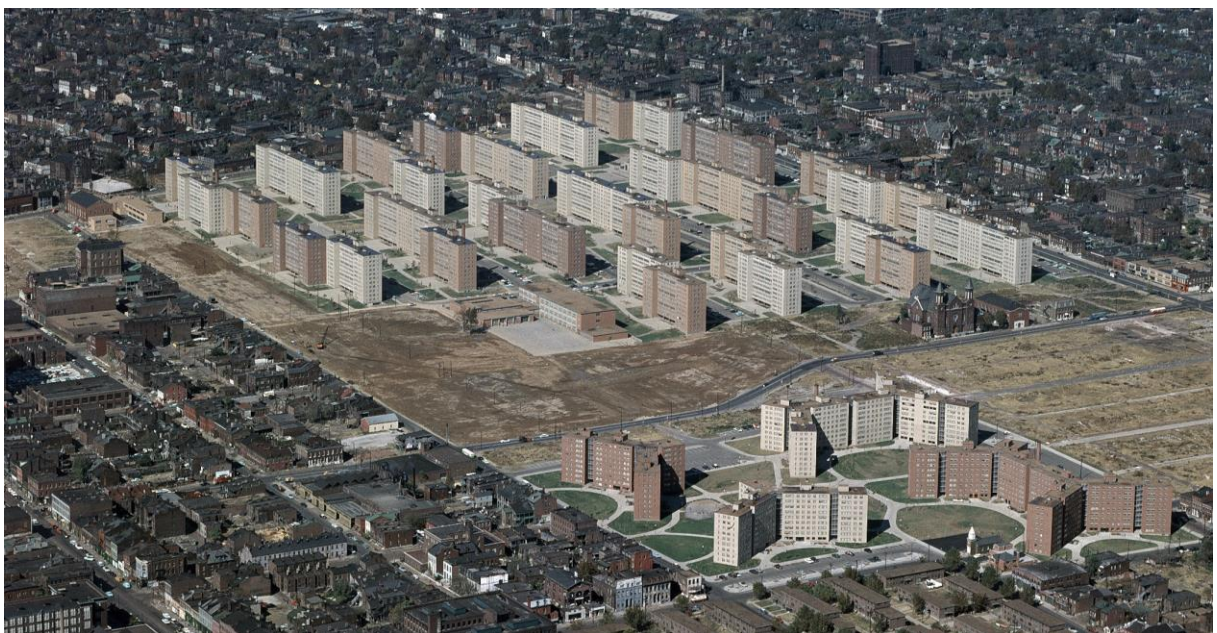
C) IMAGEM E MEIO – Imagem é a capacidade de o layout físico fornecer segurança. Enquanto meio lida com características que possam afetar tal sentimento de segurança como, por exemplo, proximidade a um posto policial ou área comercial movimentada. Em nível arquitetônico, Newman sugere que as edificações transmitam uma imagem segura que iniba a possível abordagem de transgressores, evitando o estigma da marginalização. Quanto ao ambiente externo, a principal preocupação era relacionada aos sinais de incivilidade como, por exemplo, vandalismo e pichações. Dentre as proposições para o alcance da imagem e melhoria do meio, pode-se destacar:

²²⁶ **NEWMAN**, 1972, op. cit., p. 78

- Evitar formas arquitetônicas complexas e layout que salientem a edificação como algo completamente diferente dos padrões, salvo especificidades do projeto;
- Em projetos de grande escala, quando houver um traçado existente, procurar manter as vias relevantes ao invés de fechá-las. Isto auxiliará a manter o esquema de vigilância natural;
- Não permitir que edifícios altos ou de alta densidade bloqueiem edificações destinadas aos habitantes de baixa renda como se estes fossem particularmente vulneráveis ao crime;
- Utilização de materiais resistentes ao vandalismo e a perenidade.



Figuras 86 (a-b). Monotonia e degradação são características cada vez mais visíveis tanto nos espaços comunitários quanto edifícios de muitos conjuntos habitacionais públicos. Les Bosquets, Montfermeil, Paris.
FONTE: © Nicolas Oran (Flickr), 2008.



Figuras 87. Objeto de estudo de Newman – o malfadado Pruitt-Igoe, St.Louis, Missouri, Estados Unidos.
FONTE: © United States Geological Survey, ≈1970.

4.3 PREVENÇÃO DO CRIME ATRAVÉS DO DESENHO URBANO (CPTED)

O conceito de Prevenção Criminal através do Desenho Urbano (*Crime Prevention Through Environmental Design* – CPTED) foi cunhado pelo criminologista C. Ray Jeffrey²²⁷ também no início dos anos 70. De acordo com Robert H. Schneider & Ted Kitchen²²⁸, Jeffrey estabeleceu um modelo de prevenção ao crime baseado nos preceitos de Jeremy Bentham²²⁹. Visto que os ambientes físicos forneciam agradáveis ou dolorosas retroinformações aos indivíduos devido à mudança de comportamento por maximizar ou minimizar suas experiências em relação ao ambiente, isto acabou por gerar elementos para o estabelecimento de uma teoria preventiva do crime. Segundo observações de Schneider & Kitchen²³⁰, cada indivíduo se posiciona ou reage de uma forma absolutamente distinta em decorrência das experiências vivenciadas. Sendo assim, hipóteses de caráter generalista acerca das reações humanas não são necessariamente validadas, uma vez que ambiências similares podem gerar efeitos distintos nos indivíduos. Então, Jeffrey definiu os seguintes princípios da teoria do CPTED:

A) VIGILÂNCIA NATURAL – É a capacidade de limitar a oportunidade criminal intensificando a percepção ambiental dos moradores. Tal capacidade pode ser obtida através:

- Posicionamento correto de portas, janelas e vãos;
- Criação de espaços que possibilitem monitoramento, especialmente em nos pontos de acesso e potenciais pontos invasão;
- Vedações como muros e cercas com visualidade limitada e apropriada à edificação;
- Posicionamento correto de postes, luminárias e outros aparatos securitários que possibilitem o monitoramento noturno, principalmente em áreas consideradas problemáticas como, por exemplo, telefones públicos, pontos de ônibus, pátios, etc.

²²⁷ C. Ray Jeffrey. **Crime prevention through environmental design**. Sage Publications: Beverly Hills, 1971. – Cabe ressaltar que o trabalho de Jeffrey foi efetuado paralelamente ao trabalho de Newman, portanto destituído de qualquer tipo de influência em seu escopo teórico.

²²⁸ Richard H. Schneider & Ted Kitchen. **Crime Prevention and the Built Environment**. London: Routledge, 2007.

²²⁹ Jeremy Bentham (1748–1832) era um filósofo e jurista inglês que difundiu o utilitarismo juntamente com John Stuart Mill e James Mill. O utilitarismo é uma teoria ética ao qual responde questões acerca do que fazer, do que admirar e de como viver, em termos da maximização da utilidade e da felicidade. Bentham também era conhecido pela idealização do panoptismo, que correspondia à observação total, a tomada integral por parte do poder disciplinador da vida de um indivíduo. Em 1789 concebeu o pan-óptico através do projeto de uma prisão modelo para a reforma dos encarcerados. Ross Harrison. **Jeremy Bentham**. In: Ted Honderich. **The Oxford Companion to Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1995, p. 85-88.

²³⁰ SCHNEIDER & KITCHEN, 2007, op. cit., p. 23

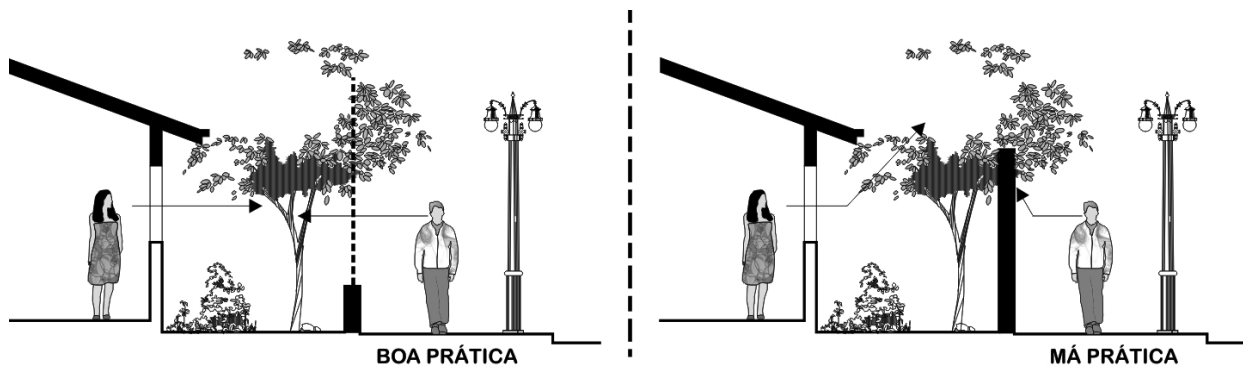


Figura 88. Relações visuais – Uma das recomendações de desenho urbano. FONTE: © Do autor, 2009.

B) CONTROLE DE ACESSO – É a capacidade de mitigar a oportunidade criminal através da restrição e configuração dos níveis de acesso e demarcação clara das hierarquias espaciais constituinte. Os mecanismos mais comuns são:

- Clareza na identificação dos pontos de acesso;
- Redução do número de acessos e com isso redução da permeabilidade espacial;
- Utilização de vegetação densa e/ou espinhosa próxima às janelas;
- Instalação de câmeras de segurança e circuito interno de televisão;
- Posicionamento adequado de varandas, balcões e sacadas;
- Supressão de elementos circundantes que facilitem o acesso às edificações;
- Cercas e muros baixos delimitando as entradas principais e corroborando com a prática da vigilância natural.

C) REFORÇO TERRITORIAL – É a capacidade de intensificar o controle social através da definição hierárquica dos espaços constituintes e estímulo ao cuidado das áreas comunitárias. Dentre os artifícios mais recorrentes, pode-se destacar:

- Adoção de barreiras simbólicas através da personalização do espaço privado;
- Evidenciação das barreiras físicas na delimitação entre os espaços públicos, transicionais e privados;
- Instalação de dispositivos de segurança e aparatos de proteção;
- Utilização de materiais de diferentes procedências nos pisos para identificação visual dos níveis de hierarquia espacial;
- Utilização de desníveis na composição da hierarquia espacial;
- Acentuação dos pontos de acesso através de elementos arquitetônicos, iluminação ou paisagismo;

Similar às estratégias do Espaço Defensável, o escopo teórico e de ação das operações do CPTED se diferencia ao incluir importantes medidas suplementares como, por exemplo, gestão administrativa, manobras espaciais e elementos relacionados à comunicação desenvolvidos para focar a atenção em áreas problemáticas e reduzir o isolamento dos indivíduos e anonimidade, ambos acentuadores da vulnerabilidade dos indivíduos.

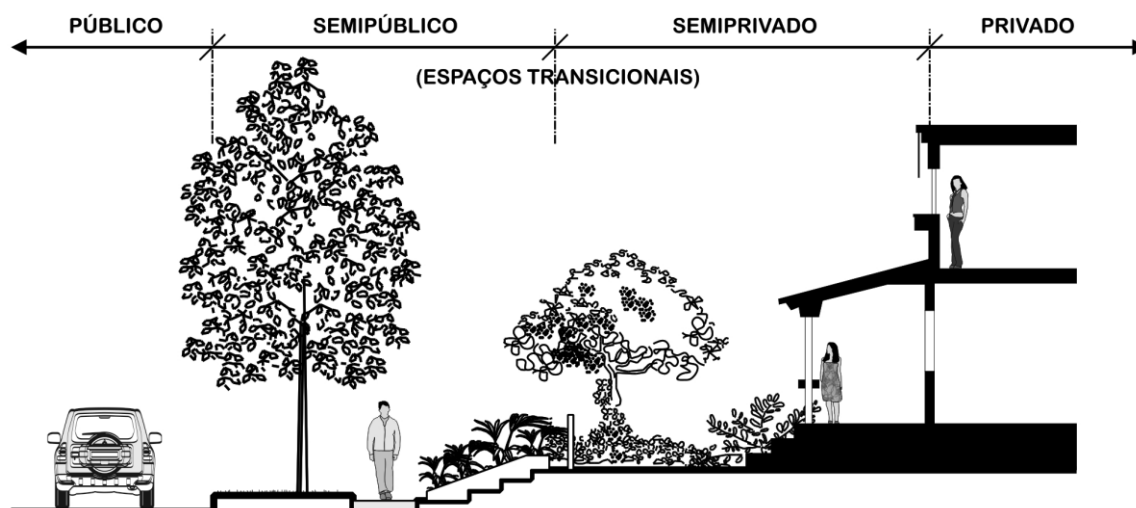


Figura 89. Hierarquia espacial usualmente adotada por adeptos do CPTED. FONTE: © Do autor, 2008.

Um exemplo da aplicação da Teoria do CPTED realizado na América Latina foi feito pelo Ministério do Interior e de Segurança Pública (MISP) e Ministério de Habitação e Urbanismo do Chile (MINVU) em parceria com a Fundação Paz Cidadã na publicação do manual “Espaços Urbanos Seguros” (*Espacios Urbanos Seguros*²³¹). Pioneiro na implantação da prática do CPTED na América Latina, o manual é consistido de três etapas: a primeira estabelece as diretrizes e conceitos gerais acerca das possíveis propostas de intervenção; a segunda etapa delibera um conjunto de ações associadas a um repositório de recomendações técnicas de desenho urbano para que os espaços públicos urbanos possam atender a padrões mínimos de segurança pública visando a redução das oportunidades delitivas assim como a prevenção da delinquência e o combate ao crime; e, da mesma forma que outros manuais fundamentados na teoria do CPTED, a última etapa preconiza a participação e engajamento dos moradores dentro do processo de implementação da proposta objetivando a coesão social da comunidade na contenda contra o crime.

²³¹ MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. **Espacios urbanos seguros: Recomendaciones de diseño y gestión comunitaria para la obtención de espacios urbanos seguros**. Chile, Banco Mundial-Asociación Chilena de Municipalidades-Gobierno de Chile, 2003.

Na Grã-Bretanha, por exemplo, o CPTED tem sido amparado sob uma perspectiva nacional decretada como política urbana às autoridades locais na difusão do programa denominado SBD – Segurança através do Desenho (Secured by Design). A aplicabilidade desta estratégia foi documentada e ilustrada através de estudos de caso. Exemplos podem ser dados através de estudos acerca do uso e ocupação do solo compreendendo áreas residenciais, áreas centrais, estacionamentos, zonas comerciais, zonas institucionais, instalações ligadas ao sistema de transporte (estações de metrô, terminais rodoviários, etc.), parques e áreas recreacionais e localidades com caráter misto. O SBD implantou a teoria CPTED através da criação do manual denominado “Espaços mais seguros” (Safer Places)²³², concebido não somente para intensificar a prevenção do crime, mas também desenvolver na localidade em aspectos como sustentabilidade, atratividade e desenvolvimento local. As diretrizes deste manual são pautadas em sete atributos-chave:

- **ACESSO E CIRCULAÇÃO** (*Access and movement*) – Locais com percursos e entradas bem definidos provendo boa circulação sem comprometer a segurança;
- **ESTRUTURA** (*Structure*) – Os locais devem ser bem estruturados espacialmente e que os diferentes tipos de uso e atividades não gerem conflitos;
- **VIGILÂNCIA** (*Surveillance*) – Locais publicamente acessíveis que sejam mais bem controlados e monitorados pelos moradores;
- **PROPRIEDADE** (*Ownership*) – Locais que estimulem o senso de propriedade e respeito assim como responsabilidade territorial sobre a localidade;
- **PROTEÇÃO FÍSICA** (*Physical protection*) – Locais que incluam, quando necessário, características espaciais e aparatos securitários bem desenvolvidos;
- **ATIVIDADES** (*Activities*) – Locais onde o nível de atividades humanas propicie a diminuição de riscos e intensifique sentimento de segurança durante a maior parte do tempo possível;
- **GESTÃO E MANUTENÇÃO** (*Management and maintenance*) – Locais que sejam assistidos por uma boa gestão e manutenção visando estabelecer propostas que desencorajem atos criminais durante a maior parte do tempo possível.

²³² OFFICE OF THE DEPUTY PRIME MINISTER. **Safer Places - The Planning System & Crime Prevention**. London: Queen's Printer, 2004.

4.4 DESLOCAMENTO DO CRIME

Dentre os diversos vértices problemáticos identificados pelos militantes das teorias deterministas está o deslocamento do crime. A questão do deslocamento é uma das mais difíceis por não apresentar formatos nem padrões definidos, ou seja, a constituição da investida criminal possui um caráter volátil e mutável no espaço público. Segundo o arquiteto e criminologista Randall Atlas²³³, existem cinco formas de deslocamento:

- **DESLOCAMENTO DE LUGAR (*Place displacement*)** – As ações criminais são desviadas de um local para outro;
- **DESLOCAMENTO DE TEMPO (*Time displacement*)** – O problema é transferido de um horário (dia ou noite) ou período para outro (relacionado à sazonalidade de atividades, etc.);
- **DESLOCAMENTO DE ALVO (*Target displacement*)** – O transgressor substitui o alvo. Por exemplo, substituir um roubo em um estacionamento para assaltar casas;
- **DESLOCAMENTO DE MÉTODO (*Method displacement*)** – O transgressor modifica o método pelo qual a violência ou ato criminal é causado. Por exemplo, substituir uma faca por um revólver ou se mostrar mais agressivo ao abordar uma vítima;
- **DESLOCAMENTO DE DELITO (*Offense displacement*)** – Uma infração se altera tipologicamente, tal como transmutar furto.

Tanto quanto as diversas formas de deslocamento são estruturadas sob uma condição negativa por peregrinar por diversos espaços que abrigam o crime, analogamente o CPTED argumenta que também é passível de adquirir outra conotação. Por exemplo, deslocar jovens de escolas em áreas perigosas e transpô-las para centros institucionais complementares à educação. Usuários de entorpecentes, por exemplo, sabem aonde ir. Sinais e códigos são utilizados para advertir quando drogas estão disponíveis. Atlas²³⁴ sustenta a hipótese de que o deslocamento do crime pode ser uma ferramenta efetiva para dissipar atividades criminais, pois a movimentação contínua tende a enfraquecer, ainda que temporariamente, o comportamento criminal de certos indivíduos sob certas circunstâncias favoráveis ao crime.

²³³ Randall I. Atlas. **21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention**. London: CRC Press, Taylor & Francis Ltd, 2008.

²³⁴ Ibid. p.70

4.5 CPTED SEGUNDA GERAÇÃO

A difusão da teoria do CPTED culminou no estabelecimento da sua segunda gênese. Através dos preceitos desenvolvidos por Greg Saville e Gerry Cleveland²³⁵, a segunda abordagem mantém os preceitos de ordem espacial da primeira geração e se apropria da formulação original de Jane Jacobs em relação ao conceito de boa vizinhança e valores localistas como cerne para instauração de espaços mais seguros e prevenção do crime e da violência. De acordo com Saville & Cleveland²³⁶, a segunda geração do CPTED se fundamenta nos seguintes conceitos:

A) COESÃO SOCIAL (*Social cohesion*) – A coesão social busca estimular e intensificar o grau de relacionamento entre os habitantes através de técnicas de comunicação, fortalecendo, então, o cuidado e a manutenção das áreas comunitárias na resolução de conflitos e problemas cotidianos. Dentre os mecanismos para obtenção da coesão social, pode-se destacar:

- Elaboração de eventos e estímulo à participação dos moradores em organizações locais como feiras de artesanato e festivais de música;
- Estímulo da localidade no engajamento para resolução dos conflitos e problemas locais;
- Ampliação de resultados positivos na resolução dos problemas dentro da localidade, como por exemplo, programas de justiça social regenerativos;
- Incentivo ao fortalecimento dos laços de amizade e companheirismo dentro da localidade;
- Fortalecimento de relações extensivas entre as redes sociais existentes na localidade.

B) CONECTIVIDADE (*Connectivity*) – O conceito de conectividade alega que a localidade deve instituir relações positivas com representações externas como, por exemplo, fundos de recursos governamentais. Uma localidade bem conectada se torna parte de um contexto político mais amplo e adquire voz ativa nos processos de tomada de decisões governamentais. Isto significa instruir os membros responsáveis pela localidade no engajamento do planejamento participativo. Dentre os métodos para o alcance da conectividade, destaca-se:

²³⁵ Greg Saville & Gerry Cleveland. **Second-Generation CPTED: The rise and fall of opportunity theory**. In: **ATLAS**, 2008, op. cit., p. 79-90

²³⁶ Ibid. p.81

- Estabelecimento de contatos com representações confiáveis fora da localidade;
- Criação de parcerias com representantes e órgãos que forneçam serviços que propiciem a revitalização da localidade;
- Realização de atividades formais com grupos externos, organizações e localidades congêneras.

C) CULTURA DA COMUNIDADE (*Community culture*) – O conceito de cultura da comunidade é pautado em estratégias que estimulem o pertencimento à localidade. Sob a máxima de Jacobs acerca dos “olhos da rua”, o conceito preconiza a existência de observadores potenciais que se importem com o que estão patrulhando e tomando conta da localidade em que vivem. O fortalecimento cultural pode ser obtido através:

- Programas orientados aos gêneros e minorias, como por exemplo, violência contra a mulher ou idosos;
- Expansão da diversidade social e cultural dentro da localidade;
- Presença e efetividade de gênero e estratégias de igualdade das minorias;
- Prevalência de lugares potencialmente atrativos, festivais e eventos;
- Difusão das tradições locais e intensificação das atividades culturais;
- Estímulo ao sentimento de pertencimento e perceptividade baseados em atributos ou características que tornem os residentes, ocupantes ou usuários prontamente envolvidos com a localidade.



Figuras 90. Dia do embelezamento do quarteirão (Beautification Day) - Moradores e voluntários reunidos para revitalizar áreas públicas e comuns no Harlem, Nova Iorque, EUA.

FONTE: © Dave Bledsoe (Flickr), 2010.

D) LIMITE DE CAPACIDADE (*Threshold capacity*) – A segunda geração do CPTED se apropria do conceito de ecologia social para estabelecer a capacidade da localidade em atender funções particulares ou abrigar atividades específicas²³⁷. Enquanto a primeira geração do CPTED se mune de conceitos baseados unicamente no desenho espacial pra minimizar as oportunidades criminais, a segunda geração agrega aspectos como usos equilibrados do solo urbano e estabilizadores sociais. Estabilizadores incluem áreas seguras de convergência ou eventos que minimizem ou desestabilizem atividades ou locais que possivelmente possam condicionar a comunidade ao desenvolvimento do crime, tal como tráfico ou edificações abandonadas. Dentre os mecanismos recorrentes para a obtenção do equilíbrio pode-se ressaltar:

- Desenvolvimento baseado na escala humana, densidade dos usos do solo urbano e maximização da diversidade;
- Equilíbrio entre os estabilizadores sociais, como por exemplo, jardins comunitários, provisão de espaços para ambulantes e comércio de rua, etc.;
- Congestionamento mínimo versus intensidade máxima de usos;
- Acesso pleno aos recursos sociais e econômicos;
- Redução de elementos geradores do crime e da violência, preferencialmente abaixo dos níveis estipulados pelo ponto crítico, ou seja, redução de focos incitadores da violência e atividade criminal como, por exemplo, terrenos baldios, descampados e/ou edificações abandonadas.



Figuras 91 (a-b). Edificações abandonadas como possíveis focos do crime. (a) Sobrado abandonado em Atenas, Grécia e (b) estabelecimento comercial em La Junta, Colorado, EUA.
FONTE: (a) © Brian Abbott (Flickr), 2007 e (b) © Robby Virus (Flickr), 2009.

²³⁷ SAVILLE & CLEVELAND, 2008, op. cit., p. 84

A segunda geração do CPTED tem em mente que possivelmente nem todos os indivíduos da sociedade possuem fortes sentimentos ou laços territoriais com a localidade. Exceto se tais indivíduos desenvolverem um senso por padrões compartilhados através do comportamento positivo e da sociabilidade. Há uma verdadeira preocupação com os indivíduos e os locais onde vivem, trabalham, estudam ou se divertem. Por isso, para os adeptos da segunda geração do CPTED, a prevenção ao crime só pode ser devidamente alcançada quando as estratégias se englobam mutuamente e são reconhecidas como uma tática holística, isto é, estratégias onde os objetivos possam ser substancialmente atingidos através da cooperação plena dos atores envolvidos sob a forma de participação e comprometimento interativos.

4.6 O ESPAÇO PÚBLICO EM RELAÇÃO À ABORDAGEM DETERMINISTA

Partindo da premissa básica de que o ambiente construído pode influenciar certos tipos comportamentais, ao longo das últimas décadas muitos pesquisadores têm criticado a postura adotada pelos seguidores das teorias de cunho determinista como a teoria do CPTED de Jeffrey e, especialmente, o Espaço Defensável de Newman²³⁸. Normalmente, as críticas alegam que o determinismo físico como forma absoluta de prevenção do crime redundaria na inconsistência e caráter defeituoso de suas conclusões. Esta perspectiva é ilustrada pela urbanista australiana Jean Hillier²³⁹ que, ao avaliar a relação entre políticas de planejamento e crimes contra as mulheres no subúrbio australiano, relata que a abordagem determinista pode legitimar uma “mentalidade de sítio” através de mecanismos pautados no dificultamento de alvos (*target-hardening*²⁴⁰). A questão da defensibilidade espacial como mecanismo para legitimação da territorialidade e defesa não é o problema em si. Mas, os resultados desta prática podem exceder os limites defensáveis e descaracterizar a localidade como uma unidade coesa.

²³⁸ Ver O'TOOLE, 2007; PACIONE, 2009.

²³⁹ Jean Hillier. **Relationships between planning policies and women in Australian suburbia**. In: Oren Yiftachel; Jo Little; David Hedgcock & Ian Alexander. (Eds.) **The power of planning: spaces of control and transformation**. The Geojournal Library, Volume 67. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001, p. 57-75

²⁴⁰ **Target-hardening** é um conceito que se refere ao processo pelo qual as oportunidades criminais podem ser reduzidas através da incorporação de tipos específicos de elementos estruturais de desenho e atributos securitários. O conceito de *target-hardening* é baseado na hipótese que perpetradores criminais serão intimidados quando se torna mais difícil concluir um ato criminal com êxito. O dificultamento associado ao ato criminal pode ser intensificado através de características de desenho espacial e do uso de barreiras físicas de segurança tais como materiais resistentes, iluminação e sistemas de alarme. In: Janet K. Wilson. **The Praeger Handbook of Victimology**. Oxford: LLC, 2009, p.277

É possível perceber que a teoria Newman apresenta algumas lacunas. Primeiramente, tanto quanto Wood, Newman havia fundamentado sua teoria no determinismo físico de arranjos e localidades predominantemente residenciais, limitando, desta forma, sua aplicação em outros contextos que tangem os espaços públicos. Ralph Taylor²⁴¹ alega que Newman forneceu soluções limitadas em relação às verdadeiras preocupações com a problemática do crime. O autor argumenta que as prescrições de Newman parecem prevenir ou reduzir o crime sob determinadas circunstâncias, mas que, na verdade, a aplicabilidade dos conceitos em um escopo mais abrangente pode ser considerada ambígua ou deficiente, particularmente pela desconsideração de aspectos sociais e culturais. Sob esta ótica, uma plausível explicação para a utilização de mecanismos puramente espaciais para a defensibilidade seria a hipótese de que “o ambiente construído é teoricamente mais fácil de manipular do que contextos sociais.”²⁴² Por esta razão, com ligeira exceção para o escopo estrutural da segunda geração do CPTED, a dedicação quase exclusiva às características físicas das localidades negligencia a importância dos processos sociais, culturais e psicológicos. Porém, tão importante quanto os atributos físicos está o somatório das demais variáveis que moldam e estruturam a localidade e vida de seus respectivos moradores e eventuais usuários.

O reforço territorial como cerne da defensibilidade física não exime prontamente nenhum tipo de localidade de ser alvejada por transgressores nem a isenta da ocorrência de crimes. Ao mesmo tempo em que medidas preventivas de cunho espacial podem inibir a ação de certos tipos de transgressores, em alguns casos, podem não surtir efeito algum. Por exemplo, certos perpetradores podem estar “sob influência de álcool ou algum tipo de narcótico”²⁴³ ignorando, dessa forma, qualquer tipo de obstáculo, principalmente se há indícios oportunos para o cometimento do crime. Existem “métodos mais sutis para o reforço da territorialidade e instauração do sentimento de segurança”²⁴⁴ sem que com isso haja a ruptura das relações entre os espaços comunitais pertencentes à localidade e os espaços públicos adjacentes.

²⁴¹ TAYLOR in BECHTEL & CHURCHMAN, 2002, op. cit., p. 413-426

²⁴² Danielle M. Reynald & Henk Elffers. **The Future of Newman's Defensible Space Theory: Linking Defensible Space and the Routine Activities of Place.** In: European Journal of Criminology, Vol. 6 Nº 1, 2009, p. 25-46.

²⁴³ Ibid. p.31

²⁴⁴ CARR et. al, 1992, op. cit., p. 150



**Figuras 92 (a-b). Dois padrões tênues de vedamento espacial sem tensão nem ruptura visual.
(a) Utrecht, Holanda e (b) rua residencial no Chile.**

FONTE: (a) ©Do autor, 2008 e (b) © Ellis Bartkiewicz (Flickr), 2009.

Embora o desenho urbano seja prontamente direcionado à forma física, a atribuição do controle social aos moradores conferindo-lhes iniciativas de proteção contra *intrusos* e *estranhos* através do reforço territorial sob caráter endógeno compromete aspectos da sociabilidade. Além do mais, Newman não leva em consideração que dentro da própria localidade possam existir potenciais transgressores predispostos a agir na primeira oportunidade tanto quanto fora do perímetro. Infratores não são necessariamente ameaças externas e nem apresentam um biótipo serial, principalmente se o arranjo residencial ou localidade aparece como o “resultado de uma atmosfera social instável, mesmo em um local que tenha sido arquitetonicamente projetado para ser seguro²⁴⁵.”

O extremismo deliberado pela defensibilidade espacial e uma imaginável recusa pelo partilhamento e uso de áreas juridicamente públicas em razão do medo do crime e estranhamento dos *outros*, muitas vezes, acarretam na gradual residualização dos espaços públicos e na intensificação dos níveis de insegurança extramuros. Classes mais abastadas são favorecidas por dispor de recursos próprios para custear a instalação de sistemas securitários teoricamente mais eficientes, ainda que em alguns casos, vide enclaves urbanos, reforce alentadamente o estigma da segregação sócio-espacial. Em contrapartida, no outro extremo, classes desamparadas socialmente e desfavorecidas de recursos se subordinam à escassez de suas economias, às arbitrariedades policiais e às políticas públicas na esperança de condições mínimas de segurança.

²⁴⁵ MERRY, 1981 *apud*. REYNALD & ELLFERS, 2009, op. cit., p. 31



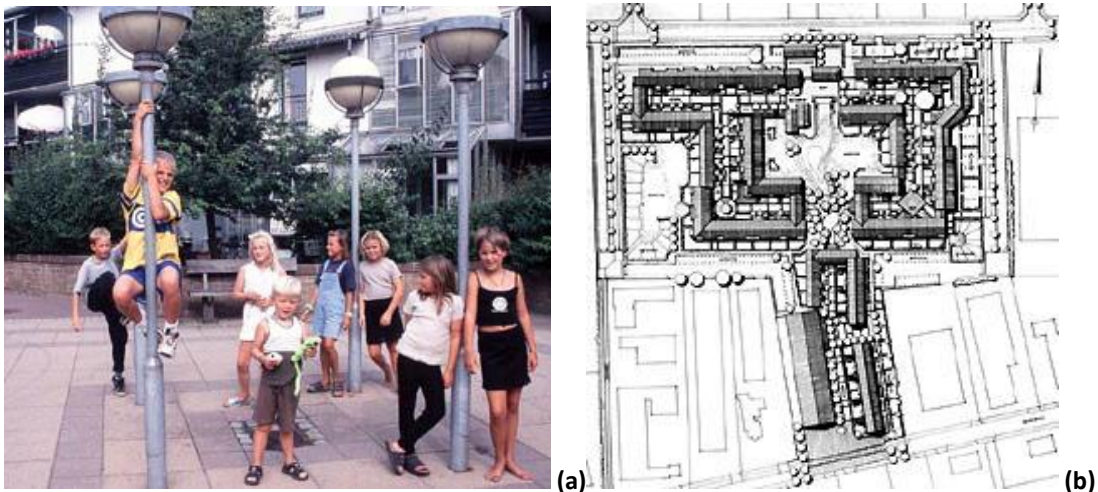
Figuras 93 (a-b). Arame farpado: aparato indispensável em tempos de insegurança. (a) Aparentemente eficaz e respeitado em North Yorkshire, Inglaterra, e (b) ignorado pelos interesses dos transgressores em Atlanta, EUA. FONTE: (a) © Paul Kelly (Flickr), 2009 e (b) © Greg Foster (Flickr), 2009.

Desconsiderar processos sociais também “ignora o fato de que estes mesmos processos determinam o funcionamento territorial²⁴⁶.” Muitas vezes, na busca pela legitimação das suas identidades, os atores sociais, especialmente na América Latina, “resistem à idéia de pertencimento a locais homogêneos e se consideram pertencentes a um espaço social pluralista²⁴⁷”. Então, em razão de uma defensibilidade rígida pautada na não-relação entre as áreas comunais e os espaços públicos, é perfeitamente possível que ocorra uma interferência negativa na estrutura social da localidade. Na maioria dos casos, a interface urbana pública é utilizada como uma extensão física das unidades habitacionais propiciando maior coesão social, articulação espacial e um sensível grau de resiliência ao passo que, teoricamente, indivíduos que se preocupam tanto com o bem-estar pessoal quanto comunitário são capazes de monitorar naturalmente a vizinhança a qual pertencem. Um bom caso para exemplificar a boa relação entre espaços comunais e espaços públicos pode ser ilustrado através do Conjunto Habitacional Sibeliusparken no município de Rødovre, região oriental da Dinamarca. Constituído de unidades habitacionais para famílias de baixa renda, o conjunto conta com uma sucessão de espaços compartilhados, integrados e articulados aos espaços públicos do entorno imediato. “A disposição das unidades habitacionais contribui para efetivar a vigilância natural e auxilia na redução das oportunidades criminais desta comunidade²⁴⁸.”

²⁴⁶ REYNALD & ELLFERS, 2009, op. cit., p. 32

²⁴⁷ Leonardo Avritzer. **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.

²⁴⁸ Ryan Sullivan. **Shared Open Space: Signs of community life in the Danish suburban landscape**. Fulbright Investigation: Creative Commons, 2006.



Figuras 94 (a-b). Hierarquia clara e boa articulação entre os espaços públicos e comunais, Conjunto Habitacional Sibeliusparken, Rødovre, Dinamarca.
FONTE: © (a) DAB, 2008 (b) Bo Grönlund, 1998.

Outro ponto importante se refere à unidade de análise escolhida por Newman. O que o arquiteto considera como “espaço ou atmosfera residencial está sujeito a distintas interpretações²⁴⁹.” Por exemplo, se a unidade analítica adotada é um conjunto habitacional, é necessário reconhecer que este padrão *per se* é dotado de atributos, conotações formais e contextos espaciais muito diferentes entre si, ainda que estes sofram dos mesmos males e até tenham o mesmo padrão tipológico. Espacialmente falando, a influência de certas características físicas de um conjunto habitacional sobre o comportamento dos indivíduos nem sempre terá o mesmo influxo em outros conjuntos da mesma ordem. Isso porque a própria atmosfera residencial em si já é imbuída de particularidades que se submetida à prescrição de atributos de defensibilidade como normas universais, além de determinarem resultados diferentes, estes também produzirão impactos completamente diversos. Da mesma forma, o rebatimento das práticas defensivas em relação aos espaços públicos contíguos ou circunscritos nestas unidades de análise também implicará em reverberações diferentes. Por esta razão, é prudente que os parâmetros estipulados possam contextualizar e nortear da forma mais precisa possível tanto as críticas quanto as diretrizes intervenientes na unidade de análise. Unidades estas, que sob a luz de um inventário tipológico múltiplo e sua respectiva configuração, estarão mais ou menos propensas a acolher medidas defensáveis estipuladas, ou não, pelo viés determinista.

²⁴⁹ REYNALD & ELLFERS, 2009, op. cit., p. 32

Sobre o controle informal das áreas comunais, este pode ser obtido se tanto o “potencial físico quanto o potencial social puderem ser maximizados pelos indivíduos²⁵⁰.” O potencial físico intensifica os simbolismos territoriais e os valores de propriedade. Já o potencial social estimula a civilidade, a sociabilidade e o senso de pertencimento no fortalecimento das relações humanas. Com base nesta assertiva, aqui se reforça a importância de uma definição espacial mais categórica da unidade de análise. É possível identificar, dentro de uma mesma unidade de análise, diferentes núcleos familiares, grupos sociais e associações informais com propósitos variados que se relacionam, ou não, e moldam a estrutura social da localidade. Logicamente, é necessário averiguar como a regulamentação do controle territorial destas áreas é visível aos olhos de outros beneficiários da localidade como, por exemplo, comerciantes e prestadores de serviços locais, tanto quanto o impacto das medidas interventivas em relação aos níveis securitários nos espaços públicos. Uma vez que o controle informal exercido seja tão categórico e rígido quanto os aparatos físicos de defensibilidade, a intercambialidade sócioespacial²⁵¹ pode ser comprometida e, então, minar qualquer tipo de correspondência relacional produtiva entre os espaços públicos e comunais. Atlas²⁵² reforça o discurso de que insumos financeiros são exigidos na gestão da segurança visando melhorias na qualidade do ambiente construído, contratação de mão de obra e incremento das redes de tecnologia e comunicação facilitando reportar eventuais casos e incidentes. Entretanto, por razões políticas, econômicas e de outras naturezas, nem todas as localidades são capazes de arcar com dispêndios deste porte.

Estabelecidos os mecanismos de reforço territorial e mecanismos de controle, indivíduos manifestam diferentes níveis de percepção em relação à localidade. Diferentemente da percepção dos moradores e usuários locais, transgressores avaliam a territorialidade em diferentes tipos de unidades espaciais²⁵³. Obedecendo sistematicamente a uma lógica perceptiva, muitas vezes, transgressores visualizam e identificam as oportunidades delitivas a partir de uma ordem decrescente de unidades de espaço que graduam desde a localidade até o indivíduo.

²⁵⁰ REYNALD & ELLFERS, 2009, op. cit., p. 32

²⁵¹ A associação do termo sócio-espacial à intercambialidade é entendida aqui como a troca de experiências efetuadas em “uma comunidade socialmente organizada e que se apropria do território que produzem.” Ver Xisto S. de S. de S. Júnior. **Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social urbano**. In: Revista Formação, Nº 14, Vol. 1, Presidente Prudente: UNESP, 2007, p. 150-166

²⁵² ATLAS, 2008, op. cit., p. 100

²⁵³ REYNALD & ELLFERS, 2009, op. cit., p. 32

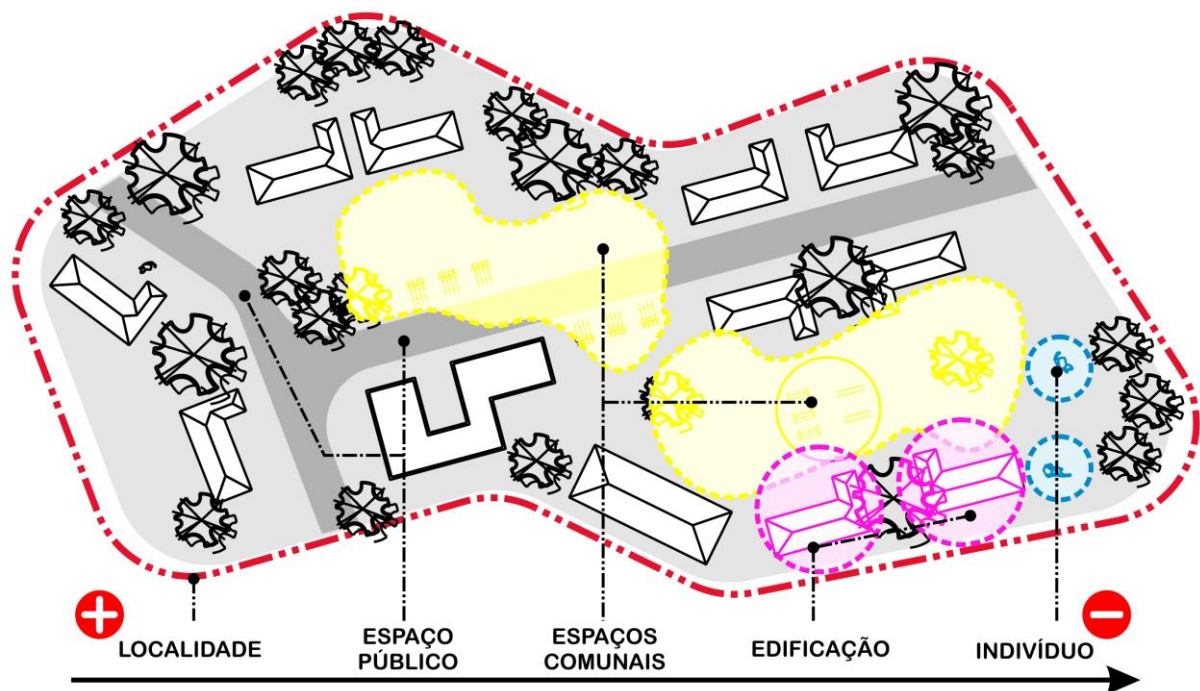


Figura 95. Percepção gradativa dos níveis de territorialidade aos olhos do infrator.
 FONTE: © Do autor, 2009.

Em um primeiro momento, os infratores estabelecem o reconhecimento das possíveis oportunidades em nível local avaliando quais alvos se mostram mais ou menos vulneráveis às investidas. Assim, na medida em que os transgressores identificam os níveis existentes de territorialidade, estes automaticamente migram dos níveis mais altos (e.g. fragilidade ou ausência de coesão comunitária) para os níveis mais baixos (e.g. indivíduos vulneráveis) até se depararem com alguma oportunidade que possibilite o cometimento do crime. Por isso, é essencial que ao se instituir medidas defensáveis, também seja possível reduzir ou eliminar características espaciais que facilitem abordagens delitivas nos espaços públicos contíguos. Por conseguinte, não os facultaria como meros canais interlocutores do crime dentre as distintas hierarquias espaciais que compõem a localidade em questão.

É apropriado observar que a vulnerabilidade de alvos estáticos (residências, edificações comerciais, stands de venda, etc.) concede maiores oportunidades de investidas em razão de uma possível vigilância, reversa e periódica, pelo próprio transgressor ou *olheiro*. Isto se transfigura em uma situação dúbia para o transgressor. Por um lado, é mais venturosa em razão de um conhecimento prévio da rotina de determinado alvo estático. Por outro, transgressores estão mais sujeitos ao cerco pelo fato de estarem concentrados em um ponto espacial delimitado e, conseqüentemente, estarem propensos à captura.

Espaços públicos podem operar como ponto estratégico para vigília de alvos estáticos previamente estipulados pelos transgressores que identificam ali algum tipo de oportunidade. Por outro lado, alvos dinâmicos (pedestres, motoristas, etc.) depreendem chances de burlar algum tipo de vigilância ocasional ao passo que, teoricamente, é mais fácil deslocá-los, sob coerção ou violência, a partir do ponto de abordagem para recintos escondidos nas cercanias da localidade ou conduzi-los para áreas mais remotas. Neste caso, os alvos estão mais suscetíveis a danos tanto psicológicos quanto físicos. Cabe identificar, então, durante o processo de escolha das medidas intervencionais, quais espaços públicos apresentam predisposição para desenvolver tais características e, então, estabelecer critérios mais eficazes para que não se prefigurem tão expostos nem propiciem o aparecimento de oportunidades delitivas, ainda que temporariamente.

Identifica-se uma paridade conceitual no escopo teórico do Espaço Defensável e da Primeira Geração do CPTED. A partir da observação efetuada por Crowe em relação aos desdobramentos sobrevividos do controle de acesso e territorial no processo de defensibilidade espacial foi possível categorizar distintos tipos de vigilantismo. Segundo Crowe²⁵⁴, a vigilância, por exemplo, pode ser definida em três categorias: **vigilância natural** (favorecida através das estratégias de desenho espacial tal qual na abordagem determinista); **vigilância organizada** (estabelecida por empregados e/ou equipes constituídas por guardas ou vigilantes); e **vigilância mecânica** (facultada por dispositivos mecânicos ou eletrônicos). Estas estão diretamente relacionadas à categorização efetuada para o controle de acesso. Na prática, estas não são categorias completamente exclusivas e empregadas isoladamente e os espaços podem ser defendidos através de outros aparatos assim como a combinação de técnicas e estratégias de acordo com as necessidades da localidade. Sob o ponto de vista econômico, tanto o método organizado quanto o método mecânico demonstram ser mais dispendiosos enquanto o método natural implica em baixos custos, quando necessários, ou inexistentes. Teoricamente, diretrizes organizadas e/ou mecânicas são mais bem aplicadas aos espaços transicionais e privados do que propriamente aos espaços públicos que, por sua vez, estão sujeitos às estratégias pautadas no controle de acesso passivo e vigilantismo natural e formal.

²⁵⁴ Timothy D. Crowe. **Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts**. London: Butterworth-Heinemann, 1991.



Figura 96. Classificação dos conceitos de controle de acesso e vigilância.

FONTE: Do autor (Adaptado de CROWE, 1990), 2009.

Os praticantes da segunda vertente do CPTED não se dissociaram dos principais conceitos prescritos pela primeira teoria. Ao contrário, a raiz teórica fundamental foi mantida e associada às novas proposições ideológicas na busca pela constituição de uma abordagem mais global e consistente e por resultados mais efetivos na prevenção do crime. Em termos comparativos, a questão da territorialidade está para a primeira geração assim como a coesão social está para a segunda como pedra fundamental no aporte teórico. O reforço territorial, quando exercido coletivamente, fornece subsídios para o fortalecimento da coesão social. Localidades socialmente coesas, teoricamente, são mais resilientes, porém não isentas, às investidas criminais. Entretanto, segundo o pesquisador Stephen Schneider²⁵⁵, como é possível fomentar a coesão social em localidades já desgastadas espacial, econômica e socialmente? Seguindo o raciocínio de Schneider, indaga-se, e quando tais localidades já apresentam índices relevantes de criminalidade, o controle informal pode efetivamente existir ou ser estimulado? Como o espaço público é abordado nesta perspectiva? Programas de prevenção podem auxiliar a promover a coesão social e o controle informal ao mesmo tempo em que contribuem para ações coletivas contra a desordem e o crime? Segundo Schneider²⁵⁶, a categorização das distintas táticas preventivas auxilia no reconhecimento dos propósitos intervencionais que podem ser de cunho individualista e privado (e.g. dificultamento de alvos, esquiva de certas partes da cidade) ou de natureza coletiva e pública (e.g. monitoramento da localidade por parte dos habitantes).

²⁵⁵ Stephen Schneider. **Refocusing crime prevention: collective action and the quest for community**. Toronto: University of Toronto Press, 2007.

²⁵⁶ Ibid., p.27.

Quanto à obtenção da coesão social, esta é uma tarefa difícil de efetuar. Em primeiro lugar, sua condição *per se* não é exequível em razão da dependência de uma série de variáveis em relação aos indivíduos como, por exemplo, isolamento, inabilidade em lidar em processos coletivos, etc. Dentre uma série de dificuldades, o criminologista Adam Crawford²⁵⁷ relata que um dos principais problemas que entravam o alcance da coesão social é o deslocamento populacional. O papel da localidade como força para coesão social se debilita pelo constante deslocamento geográfico. Para agravar a situação, a influência de problemas como, por exemplo, pobreza, desemprego, conflitos territoriais e insalubridade obstaculizam, em distintas instâncias, os objetivos intervencionais.

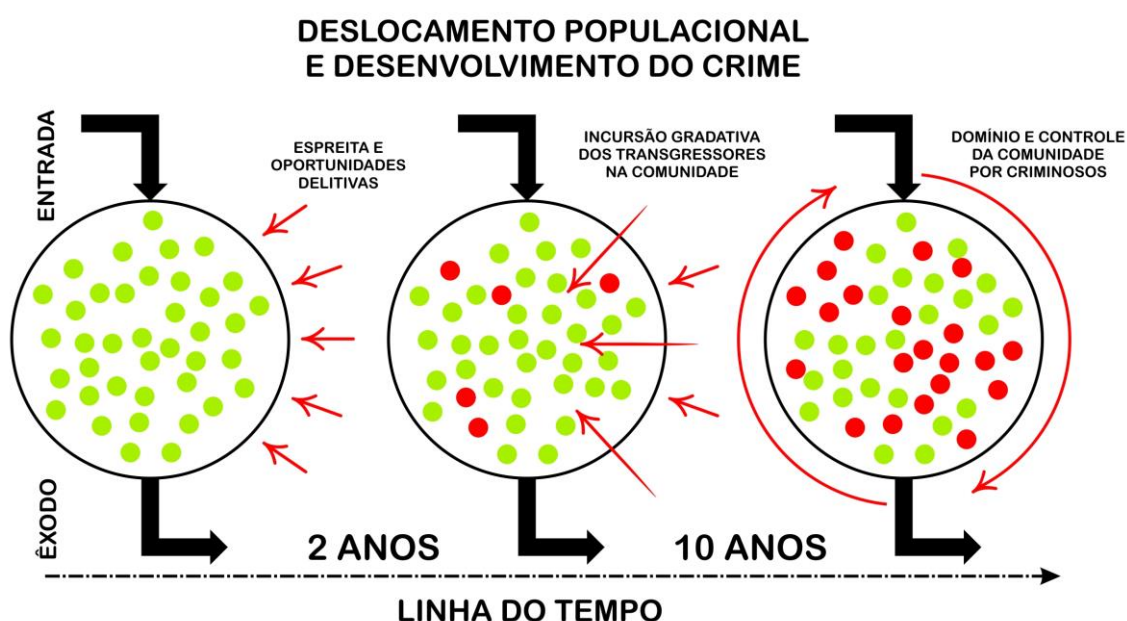


Figura 97. Degeneração gradativa de uma localidade genérica sob o ponto de vista do deslocamento populacional. FONTE: © Do autor, 2009.

Em segundo lugar, sob o prisma da abordagem determinista, é necessário observar em quais circunstâncias, de fato, a forma urbana, leia-se espaço público, é capaz de amparar o desenvolvimento da coesão social. Tal vetor opera unicamente como suporte material para o desenvolvimento de uma morfologia sócio-cultural ou sua capacidade espacial suplanta seus limites para se tornar um mecanismo preventivo compatível com a realidade da localidade? São questionamentos complexos que transcendem uma correspondência meramente biunívoca.

²⁵⁷ Adam Crawford. **Joined-up but fragmented: Contradiction, ambiguity and ambivalence at the heart of New Labour's 'Third Way'**. In: Roger Matthews & John Pitts. **Crime, disorder and community safety: a new agenda?** London: Routledge, 2001, p. 54-79

O espaço público é o receptáculo físico onde indivíduos, grupos sociais e distintas identidades manifestam e materializam suas culturas e valores. É, também, um potencial recurso para garantia da democracia. Entretanto, o mesmo espaço público adquire diferentes conotações aos distintos tipos de usuários e tal significação pode ser demonstrada tanto benigna quanto nocivamente. E, diante de uma perspectiva negativa, a exequibilidade da coesão social se torna dificultosa. Em termos práticos, é necessário verificar quais aspectos espaciais da localidade a tornam propensa para sustentar meios eficientes de se alcançar a coesão social.



Figura 98. Biblioteca ao ar-livre em Magdeburg, Alemanha – Uma boa opção de incentivo à cultura, educação e obtenção da coesão social no espaço público. FONTE: © www.channelbeta.net, 2011.

Quanto à conectividade, termo frequentemente associado ao contexto espacial, aqui se conota como estreitamento de relações. Associações de moradores ou representantes locais devem procurar estabelecer contatos com agências externas à localidade como, por exemplo, instituições governamentais ou ONGs com o objetivo de prestar assistência na resolução de problemas que estão além da capacidade local de mediação. À luz da abordagem determinista, a conectividade se configura mais como uma estratégia interlocutora visando benfeitorias para a mitigação e erradicação do crime através da criação de alianças e parcerias mais do que propriamente uma tática espacial com propósitos estritamente defensivos. O que não invalida, através de tais intermediações e agregações, desígnios defensáveis espaciais.

No que diz respeito à cultura da localidade, esta se apresenta como outra questão extremamente delicada. A natureza cultural de uma localidade é mais bem explicada através de estudos sociológicos, etnográficos e antropológicos pautados no multiculturalismo²⁵⁸ e seus efeitos na constituição da coesão social. Apesar da sua importância para estimativas mais precisas, não se pretende aqui avaliar em que condições o multiculturalismo gera conflitos que possam fecundar o surgimento de oportunidades criminais e, conseqüentemente, apresentar alterações na dinâmica dos espaços públicos, mas ressaltar sua importância na compreensão da cultura da localidade e ratificar seu papel no estabelecimento de diretrizes preventivas.



Figuras 99 (a-c). Multiculturalismo: complexidade e (in)tolerância? (a) Incursão ocidental em Jacarta, Indonésia; (b) Letreiros globais na tradicional cidade de Praga, República Tcheca e (c) Mulçumano em tributo à Itália nas ruas de Toronto, Canadá. FONTE: (a) © D. Lumenta (Flickr), 2008; (b) © Zsolt Séra (Flickr), 2009 e (c) © Talayeh Saghatichian (Flickr), 2008.

Tendo em mente que uma localidade é normalmente composta por distintos grupos sociais, independente do seu quantitativo populacional, e que tais grupos detêm predileções culturais distintas, geralmente o uso do espaço público é feito sob um consenso informal. Contudo, segundo Low *et al.*²⁵⁹, conflitos podem emergir quando duas ou mais culturas se rivalizam, por exemplo, pelo controle do uso do solo. Em muitos casos, tanto quanto em arranjos residenciais, o espaço público é utilizado como extensão para o desenvolvimento das atividades sociais e culturais, onde, frequentemente, tal contenda desencadeia conflitos que se refletem na vida da localidade.

²⁵⁸ Ver mais em: Jeffrey G. Reitz, Raymond Breton, Karen Kisiel Dion & Kenneth L. Dion. **Multiculturalism and Social Cohesion: Potentials and Challenges of Diversity**. London: Springer, 2009.

²⁵⁹ Setha M. Low; Dana Taplin & Suzanne Scheld. **Rethinking urban parks: public space & cultural diversity**. Austin, TX: University of Texas Press, 2005.

Em casos mais brandos, uma disputa pode ser relacionada ao aproveitamento de área em benefício próprio. Ainda que tal condição não suscite diretamente oportunidades espaciais para o crime, em casos mais graves como, por exemplo, bairros étnicos ou bairros carentes próximos a favelas, a formação e o domínio territorial de quadrilhas pode comprometer a vitalidade da localidade quando relacionados a negócios ilícitos como tráfico de drogas e prostituição. Em muitas ocasiões, os limites são extrapolados à esfera espacial pública através de tiroteios, violência corporal e assassinatos oriundos de retaliações, ajuste de contas, vingança por parte de grupos rivais ou repressão por parte das autoridades policiais.



Figuras 100 (a-b). *Chinatowns*²⁶⁰ e *Koreatowns*²⁶¹: crime organizado por trás da expressão cultural? (a) Chinatown em Nova Iorque, EUA e (b) Koreatown em Toronto, Canadá.

FONTE: (a) © Jeremy Barwick (Flickr), 2009 e (b) Burlap Jacket (Flickr), 2005.



Figura 101. Contiguidade espacial em favelas de diferentes facções no Complexo da Maré, Rio de Janeiro.

FONTE: Do autor, 2009.

²⁶⁰ Ver mais em: Ko-lin Chin. **Chinatown gangs: extortion, enterprise, and ethnicity**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

²⁶¹ Ver mais em: Nancy Abelmann & John Lie. **Blue Dreams: Korean Americans and the Los Angeles Riots**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.

Outra questão importante se reporta aos arranjos espaciais sob o ponto de vista organizacional. Diversos assentamentos e arranjos humanos são gerados organicamente sem qualquer tipo de assistência ou orientação urbanística. Amos Rapoport²⁶² afirma que nem todas as unidades sociais identificáveis em uma localidade são expressas espacialmente. Apesar de uma organização formal e morfológica racional, estas mantêm áreas de influência dentro da localidade e, ocasionalmente, são dotadas de coesão social. Rapoport²⁶³ afirma que a sugestão de indícios físicos pode ser menos relevante em certas culturas, porque locais ou circunstâncias são *conhecidos*, ora em razão do uso frequente ora devido a regras rígidas e compartilhadas. É prudente aos interventores compreender o funcionamento destas dinâmicas internas na constituição das fronteiras simbólicas e materiais. Pois, aos olhos de um forasteiro, indícios sociais não são sensíveis à primeira instância, porém, ao passo que se avança espacialmente dentro da localidade, estes podem se revelar sutil ou flagrantemente. Tais indícios podem laborar tanto benigna quanto maleficamente, especialmente em localidades ou arranjos espaciais envolvidos com o crime e geradores da violência.

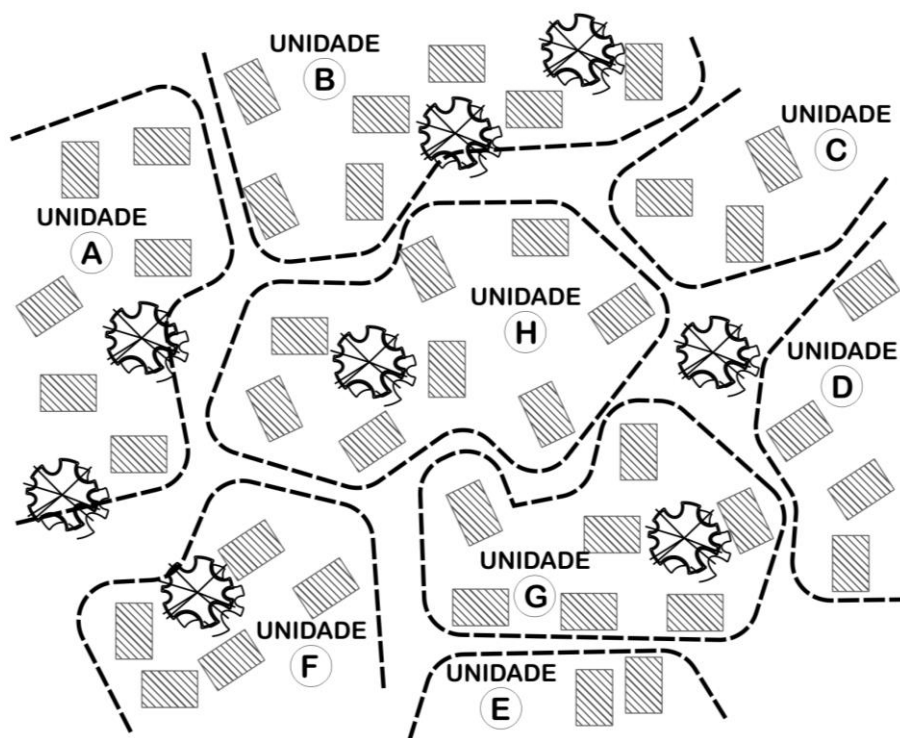


Figura 102. Unidades sociais não expressas espacialmente.
FONTE: © Do autor, 2009 com base em RAPOPORT, 1990.

²⁶² Amos Rapoport. **The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach.** Tucson: University of Arizona Press, 1990.

²⁶³ Ibid., p.149

4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ACERCA DA ABORDAGEM DETERMINISTA

Enquanto mecanismo intervencional sob o viés puramente físico, a abordagem determinista pode se apresentar mais favorável em contextos individualistas do que efetivamente em contextos coletivistas na prevenção das oportunidades criminais. Isso porque o contexto da coletividade envolve questões como coesão comunal, direitos e, sobretudo, consenso. A abordagem determinista também carece de estudos mais detalhados em relação aos diversos tipos de arranjos espaciais. Não somente do ponto de vista funcional, mas também sob o prisma social, cultural, organizacional e econômico. Principalmente intervenções que lidem exclusivamente com os conceitos do Espaço Defensável e da Primeira Geração do CPTED. Por outro lado, a Segunda Geração do CPTED rompe a rigidez do caráter determinista e através da inserção de componentes sociais torna a estratégia mais integralizada. Pode-se afirmar que o escopo teórico da Segunda Geração do CPTED, ancorado à base física da primeira geração, conforma o arranjo espacial como o invólucro para a legitimação de outras estratégias de cunho não-espacial como programas de desenvolvimento social e educacional, por exemplo. Reconhece-se a legitimidade do uso de aparatos e mecanismos físicos como forma de proteção. Entretanto, é também imperioso ratificar o papel estruturador dos espaços públicos provendo-lhes o máximo de resiliência. Pois, rupturas esturradas entre os distintos arranjos espaciais e seus respectivos espaços públicos aumentam os níveis de segregação sócio-espacial, contribuem para o esvaziamento extramuros e intensificam as oportunidades de práticas delitivas.

Evidentemente, não se pretende crucificar a abordagem determinista, nem considerá-la como um método de prevenção equivocado ou improficiente. Mas, em muitos casos, a abordagem determinista dá margem para que certos aspectos da defensibilidade se manifestem de forma um tanto quanto rígida. O espaço público, por natureza, é um bem comum que se comporta de forma dualista, pois ao mesmo tempo em que molda a estrutura espacial, também é afetado pela sua circunvizinhança. Por isso, não é possível dissociar o espaço público do seu entorno imediato. A paranóia em busca da segurança e a rigidez de certos aparatos defensivos - encontrados cada vez mais nos recorrentes enclaves urbanos - quando pautados em intervenções deterministas extremistas acarretam em reverberações que comprometem a eficácia do espaço público.



Figura 103. Edmonton: Uma das primeiras cidades adeptas da Segunda Geração do CPTED, Alberta, Canadá.
FONTE: © Creative Commons por Denni, 2005.

É necessário ter em mente que, muitas vezes, aspectos sociais são mais importantes no processo de prevenção criminal do que exclusivamente a simples inserção de mecanismos físicos. Além disso, apesar da forma urbana, por si só, não determinar excepcionalmente o comportamento dos indivíduos ou grupos sociais, seus atributos e características espaciais contribuem para os distintos modos de apropriação e uso, estimulam a capacidade sensória e perceptiva. Materialmente, certas ambiências favorecem a manifestação de certos comportamentos espaciais e, ao mesmo tempo, inibem outros tipos através da configuração de suas superfícies, fechamentos, passagens, elementos morfológicos, etc. E, enquanto construção simbólica, a atmosfera material fornece uma série de indícios, interpretações e particularidades que, por conseguinte, estruturam e determinam o comportamento através de uma série de códigos culturais e convenções sociais amparadas pela espacialidade da forma urbana.

Logicamente, é importante que a estrutura urbana possua uma hierarquia espacial legível e reconhecível. Contudo, em certos contextos, é necessária uma avaliação da interface pública da arquitetura. Particularmente quando esta afeta a qualidade de vida extramuros e produz roturas bruscas no domínio público. Por isso, espera-se que os órgãos governamentais – em sua responsabilidade de gerir e regulamentar – adotem instrumentos urbanísticos que beneficiem o espaço público, enquanto vetor estruturador de uma sociedade democrática, a localidade, e numa escala progressiva, a cidade.

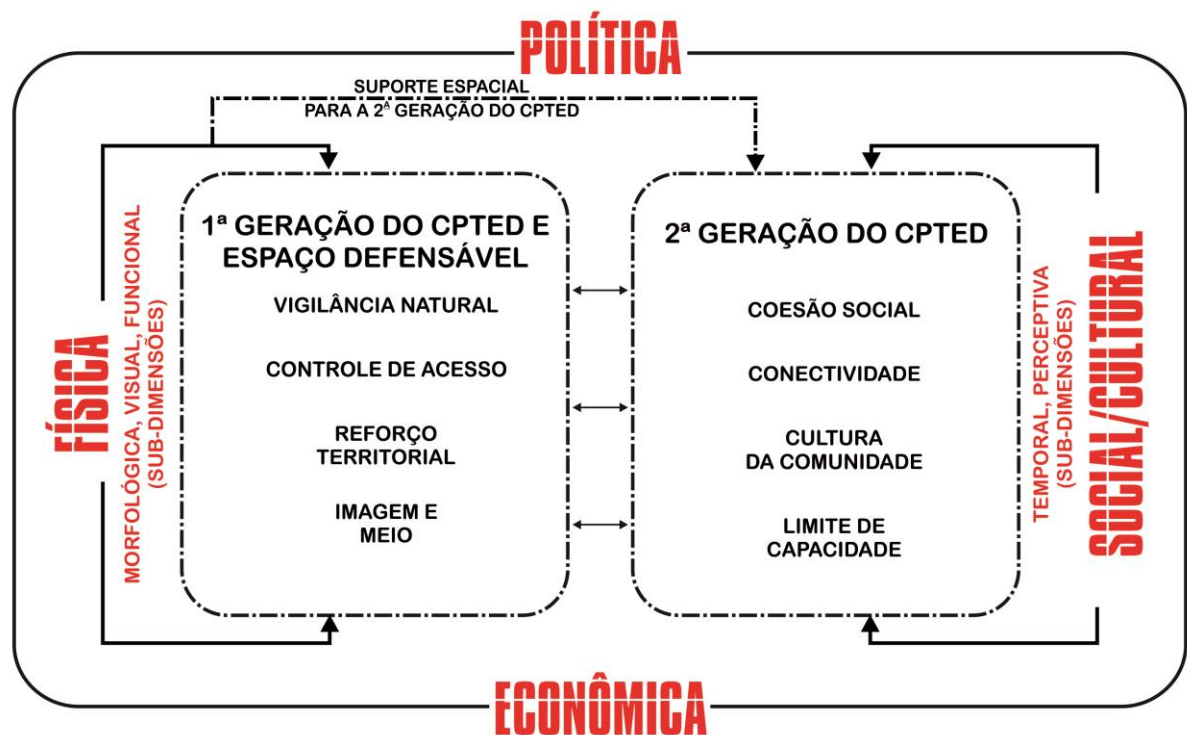


Figura 104. Diagrama relacional entre as dimensões do espaço público sob o viés determinista.
FONTE: © Do autor, 2009.

É oportuno reforçar o discurso de que uma avaliação contextualista e localista é sempre imprescindível para que todas as dimensões constituintes do espaço público sejam beneficiadas do modo mais abrangente possível. Por conta dos diversos padrões delitivos que compõem a geografia do crime, a abordagem determinista nem sempre poderá responder cabalmente às distintas espacialidades em que os eventos criminais se desdobram. Acessibilidade e topografia, por exemplo, podem gerar certos entraves para implantação de métodos de prevenção sob a tutela determinista. Como mencionado anteriormente, dentro das suas limitações, a abordagem determinista é capaz de solucionar certas particularidades do crime e da violência, especialmente, se os métodos intervencionais se ancorarem em estratégias suplementares amparadas por iniciativas de cunho social e cultural. Almeja-se que, quando a adoção dos conceitos deterministas seja feita, a abordagem não converta os espaços públicos da localidade em arranjos invariavelmente cerrados, não descaracterize seus valores culturais e sociais, e não transforme seus espaços públicos em meros canais de circulação ou fragmentos residuais do tecido urbano.

CAPÍTULO 5 – ABORDAGEM HUMANISTA

A abordagem humanista é francamente direcionada às condições geradoras da diversidade urbana defendidas por Jane Jacobs em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*²⁶⁴. Considera-se humanista por relacionar planejamento urbano e planejamento social. Cinquenta anos após a primeira edição e apesar das grandes transformações urbanas ocorridas ao longo deste tempo, as idéias e análises da autora ainda têm grande influência e impacto na formulação do pensamento urbanístico contemporâneo. Sob uma ótica longitudinal, a argumentação que sustenta o discurso da autora é pautada no imperativo da diversidade urbana atuando como força motriz para a manutenção da segurança dos indivíduos assim como a vitalidade urbana da localidade. Essa diversidade urbana operaria como um antídoto para grande parte dos males urbanos que afetam as cidades. Considera-se aqui, então, a laboriosidade das observações e pressupostos proferidos por Jacobs na adequação de um escopo teórico capaz de lidar com os embargos derivados do crime e da violência.

Árdua defensora da vida urbana, Jacobs se posiciona rigidamente ao disparar críticas radicais em relação ao rigoroso planejamento urbano norte-americano que havia se desenvolvido no final da Segunda Guerra Mundial. Jacobs alegava que a ortodoxia do urbanismo pautado na tábula rasa era plenamente responsável pela danosa monotonia que devastava tipologias urbanas tradicionais tornando-as subutilizadas ou escampadas. Em uma tentativa de introduzir novos princípios de planejamento urbano, Jacobs investe duramente contra três dos principais movimentos da escola do planejamento urbano ortodoxo representado por três urbanistas que se transformaram em paradigmas dentro da história do urbanismo moderno: o Movimento *City Beautiful*²⁶⁵ liderado por Daniel Burnham em 1893; o Movimento *Garden City*²⁶⁶ instituído pelo culturalista Ebenezer Howard em 1898; e o Movimento *Radiant City*²⁶⁷ sob a tutela do arquiteto progressista franco-suíço Le Corbusier em 1924.

²⁶⁴ JACOBS, 2000, op. cit.

²⁶⁵ Ver GOSLING & GOSLING, 2003, op. cit.

²⁶⁶ Ver Françoise Choay. **O Urbanismo: Utopia e realidades, uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

²⁶⁷ Ibid.

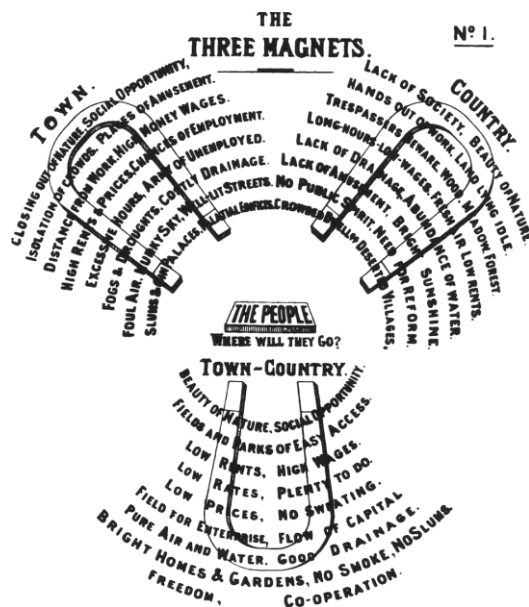


Figura 105. Garden City – Diagrama dos três ímãs criado por Ebenezer Howard.
 FONTE: © Wikimedia Commons, 2009.

Jacobs²⁶⁸ criticava veementemente a rigorosa separação de usos do solo em diferentes partes da cidade e a forçosa concentração de usos similares em núcleos exclusivos tais como centros cívicos e *malls*, por exemplo. Da mesma forma, Jacobs²⁶⁹ reprovava efusivamente os novos empreendimentos residenciais oriundos do movimento moderno que eram corporificados através dos já mencionados maciços blocos de concreto fincados sobre infundáveis gramados verdes e localizados em zonas longínquas. Para manifestar o fracasso dos novos empreendimentos imobiliários residenciais, Jacobs voltou sua atenção para os altos índices de criminalidade, no qual observou alguns pontos importantes:

- Existência de uma nítida delimitação física entre o espaço público e o espaço privado (Não somente espaço residencial). Pois a clareza acerca da função de determinado espaço é uma das condições inauferíveis para territorialidade;
- A necessidade dos olhos da rua, isto é, o estímulo à vigilância natural por parte dos moradores que seriam os responsáveis e proprietários naturais da rua;
- Espaços públicos como ruas e parques destituídos de uso intensivo e vigilância são mais propensos ao aumento das taxas de violência e criminalidade;
- Bairros residenciais deveriam comportar uma mistura de pessoas, usos, edifícios novos e antigos.

²⁶⁸ JACOBS, 2000, op. cit., p. 13

²⁶⁹ Ibid. p.14

Essas profundas e intrincadas mazelas estavam subjacentes à delinquência, violência e criminalidade tanto nos subúrbios quanto nos centros urbanos. Assim, caso houvesse alguma intenção de conservar uma sociedade urbana apta a diagnosticar problemas sociais graves e mantê-los sob controle, então, inicialmente se deveria, sob quaisquer circunstâncias, encorajar e incentivar as forças factíveis para a preservação da segurança e da civilidade. Como solução para obter uma satisfatória vivacidade local, Jacobs prognosticava a diversidade urbana como o antídoto ideal contras às chagas resultantes do declinante zoneamento monofuncional. A autora acreditava que a diversidade de usos, diferentes classes sociais, variações tipológicas, gênero e raça poderiam contribuir para o florescimento da vitalidade urbana local. Tal diversidade poderia ser obtida através de quatro condições essenciais, descritas a seguir.

5.1 NECESSIDADE DE USOS PRINCIPAIS COMBINADOS

De acordo com Jacobs:

“Primeira condição – O distrito, e sem dúvida o maior número possível de segmentos que o compõem, deve atender a mais de uma função principal: de preferência, a mais de duas. Estas devem garantir a presença de pessoas que saiam de casa em horários diferentes e estejam nos lugares por motivos diferentes, mas sejam capazes de utilizar boa parte da infraestrutura.”

A autora sugere que usos principais combinados com usos secundários sejam devidamente distribuídos na localidade possibilitando, dessa maneira, a dinamização da vitalidade urbana. Assim, através da multiplicidade de usos, a localidade apresentaria um considerável nível de atratibilidade em razão de uma disponibilidade de opções permitindo a movimentação e experimentação do espaço público e, teoricamente, inibindo a ação de possíveis infratores.

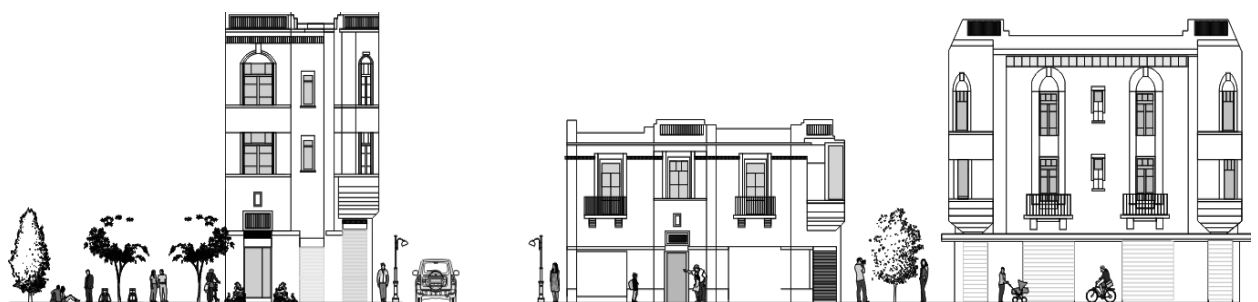
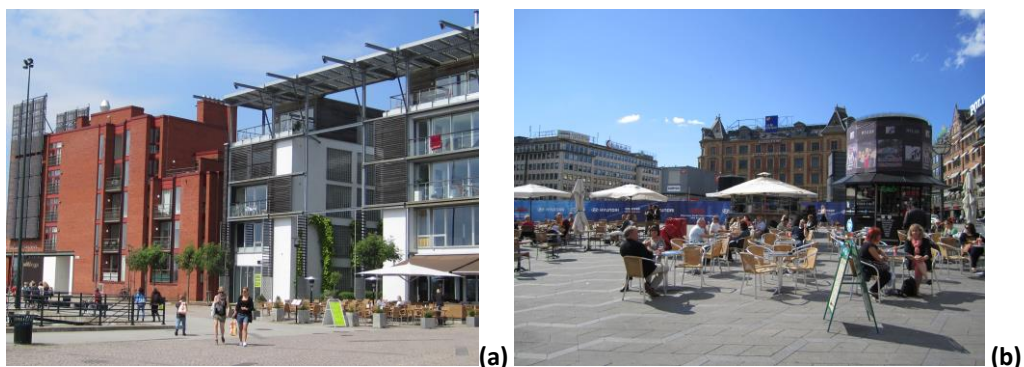


Figura 106. A diversidade de usos gera maior concentração de pessoas e, subsequentemente, maior movimentação nas ruas. FONTE: © Do autor, 2009.

Jacobs ainda ressalta que nenhum bairro, seja este bem localizado ou próspero, pode desconsiderar a presença de pessoas ao longo do dia sem com isso frustrar seu potencial para gerar diversidade. A cadência entre os usos de uma localidade permitindo diferentes pessoas em diferentes horários do dia pode produzir um resultado economicamente catalisador, ou nas palavras de Jacobs, um ambiente fértil para a diversidade derivada²⁷⁰. Se tal diversidade atender apenas a usos principais, esta pode se tornar ineficiente. Para tal, a eficiência deve estar agregada às outras três condições estimuladoras da diversidade, contudo a fusão dos usos necessita laborar convenientemente.



Figuras 107 (a-b). O resgate dos espaços públicos é um dos elementos-chave para geração da diversidade urbana. (a) Mälmo e (b) Copenhague, Suécia. FONTE: (a-b) © La Citta Vita (Flickr), 2009.

5.2 NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS

“Segunda condição – A maioria das quadras deve ser curta; ou seja, as ruas e as oportunidades de virar esquinas devem ser frequentes.”

Jacobs relata que longas distâncias prejudicam a vitalidade urbana da localidade. O efeito de ruas auto-isoladoras sobre a economia possui um impacto igualmente inibitório. Uma vez que longas distâncias são ofertadas ao morador e este não possui escapatória, geralmente, suas atividades nos arredores da rua são executadas uma única vez ao dia, no máximo, duas vezes, muito em razão da ausência de conforto físico em seu deslocamento. Da mesma forma, comerciantes e prestadores de serviços geralmente se instalam nas vias de maior movimentação, concentrando atividades ao longo de um ou dois eixos, estagnando polaridades desarticuladas com áreas circundantes e não estabelecendo relações com eventuais comércios de menor porte em ruas menos utilizadas.

²⁷⁰ Diversidade derivada é um termo que se aplica aos empreendimentos que surgem em consequência da presença de usos principais com o propósito de servir às pessoas atraídas pelos usos principais. In: JACOBS, 2007, op. cit., p. 178

Através da disposição e dimensionamento das quadras, seria possível avaliar o grau de permeabilidade e o caráter relacional entre pedestres e forma urbana dentro da escala local assim como investigar a conformação dos usos existentes nos trajetos mais recorrentes. Jacobs²⁷¹ alega que no caso de quadras longas, pessoas de fora que estejam na localidade por alguma razão também são mantidas afastadas pela mesma. Isso porque se obstrui a formação de combinações admissivelmente complexas de usos urbanos e sua natureza neutraliza as vantagens potenciais que as cidades proporcionam à incubação, experimentação e numerosos empreendimentos de menor porte, na medida em que estes necessitam da presença dos grandes empreendimentos para sua subsistência.

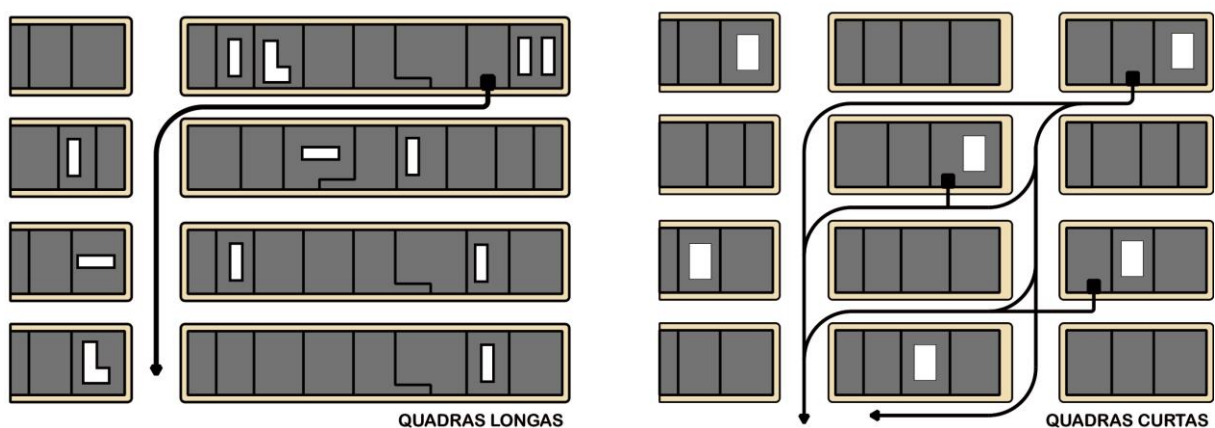


Figura 108. O primeiro desenho ilustra a única possibilidade de deslocamento na vizinhança enquanto o segundo demonstra as possíveis alternativas de trajetos. FONTE: © Do autor com base em JACOBS, 2000.

Em relação ao dimensionamento das quadras, Jacobs²⁷² verte ainda mais críticas contra o planejamento urbano ortodoxo quando seus respectivos adeptos afirmam que um grande número de ruas é considerado um esbanjamento. Ademais, defensores do urbanismo moderno anatematizavam o uso do solo destinado às ruas, pois aspiravam que o solo se conformasse com intermináveis áreas verdes planejadas. Projetos residenciais de superquadras eram substancialmente passíveis de todas as mazelas e deficiências fornecidas pelas quadras longas sob uma ótica mais dilatada, pois suas vias e ruas constituintes raramente ofereciam uma razão plausível para que pessoas estivessem ali. Prova da contundente constatação de Jacobs é o vasto número de projetos habitacionais construídos sob preceitos modernistas e que no futuro se tornaram legítimos centros de criminalidade e delinquência como abordado no capítulo 3.

²⁷¹ JACOBS, 2000, op. cit., p. 200

²⁷² Ibid. p.205

5.3 NECESSIDADE DE PRÉDIOS ANTIGOS

“Terceira condição – O distrito deve ter uma combinação de edifícios com idades e estados de conservação variados, e incluir *boa porcentagem de prédios antigos*.”

Ao discorrer sobre esta condição, Jacobs não se refere aos edifícios valorizados historicamente nem edifícios que foram recentemente renovados, embora ressalte o valor dos mesmos, mas sim acerca de uma parcela considerável de prédios antigos simples, de valor módico e até mesmo a existência de prédios deteriorados. A autora argumenta que se certa área abrigar unicamente prédios novos, empresas que futuramente venham a se instalar ali estarão automaticamente sujeitas àquelas que podem efetivamente arcar com os custos dos novos edifícios. Pequenas e médias empresas e estabelecimentos voltados para o comércio varejista e prestação de serviços locais são indispensáveis à vida urbana nas ruas, se adaptando sensivelmente aos edifícios antigos, especialmente prédios de caráter misto.



Figuras 109 (a-c). Edifícios antigos também contribuem para manutenção da memória e história urbana da comunidade. (a) Tipologia clássica da arquitetura holandesa em Amsterdam; (b) Sobrado revitalizado no Centro do Rio de Janeiro e (c) Novas identidades de casas na vizinhança de Adams Morgan, Washington, DC.
FONTE: (a) © Do autor, 2008; (b) © Fabito Gonçalves (Flickr), 2008 e (c) © Alexey Bersenev (Flickr), 2010.

Para Jacobs, o único mal dos prédios e edificações antigas em uma localidade é a questão da idade (resistência) e estado de conservação (aspecto visual). Sob o ponto de vista criminológico, como mencionado anteriormente, edificações abandonadas podem ser apropriadas ilegalmente por criminosos ou transgressores.

5.4 NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO

“Quarta condição – O distrito precisa ter uma concentração suficientemente alta de pessoas, sejam quais forem seus propósitos. Isso inclui pessoas cujo propósito é morar lá.”

Um considerável nível de densidade de indivíduos é fundamental para a maturação da diversidade e, conseqüentemente, florescimento da vitalidade urbana. Jacobs²⁷³ alega que a relação entre afluência populacional e diversidade de usos não é considerada em bairros predominantemente residenciais. Sem a concentração populacional, possivelmente só haveria a provisão de infra-estrutura básica ou parca diversidade de usos em áreas relativamente próximas aos arranjos residenciais e/ou exíguos pontos de convergência local. Por isso, agrupamentos residenciais em um bairro necessitam ser complementados por outros tipos de usos principais, de modo que haja relativa quantidade de indivíduos distribuídos pelas ruas nos mais diversos horários.



Figura 110. A padronização como solução para o barateamento da construção em alguns casos conduz à monotonia espacial e pode estorvar a diversidade. Habitação popular serial em massa, Ixtapaluca, México.
FONTE: © www.imagenesaereasdemexico.com, 2009.

²⁷³ JACOBS, 2000, op. cit., p 222

Segundo Jacobs, densidades populacionais são tão importantes para os bairros assim como para seu desenvolvimento. Porém altas concentrações populacionais demandam áreas substancialmente compatíveis. Por esta razão, se acarreta no aumento das necessidades urbanas pelo simples fato de existirem indivíduos com gostos e aptidões diversificados e consequentemente a necessidade da provisão de serviços e equipamento urbanos que possa atender satisfatoriamente a esta clientela. Jacobs²⁷⁴ também alerta para o fato do mal-entendido entre baixas e altas densidades urbanas. Normalmente sempre se confunde alta densidade populacional com superlotação de moradias. Porém, alta densidade populacional significa uma grande quantidade de moradias por acre, enquanto superlotação significa uma grande quantidade de pessoas compartilhando uma residência em relação ao número de cômodos existentes. Para Jacobs, densidades habitacionais adequadas seriam aquelas diretamente relacionadas à questão da funcionalidade e baseadas no equilíbrio, laborando de acordo com as circunstâncias pertinentes à localidade.

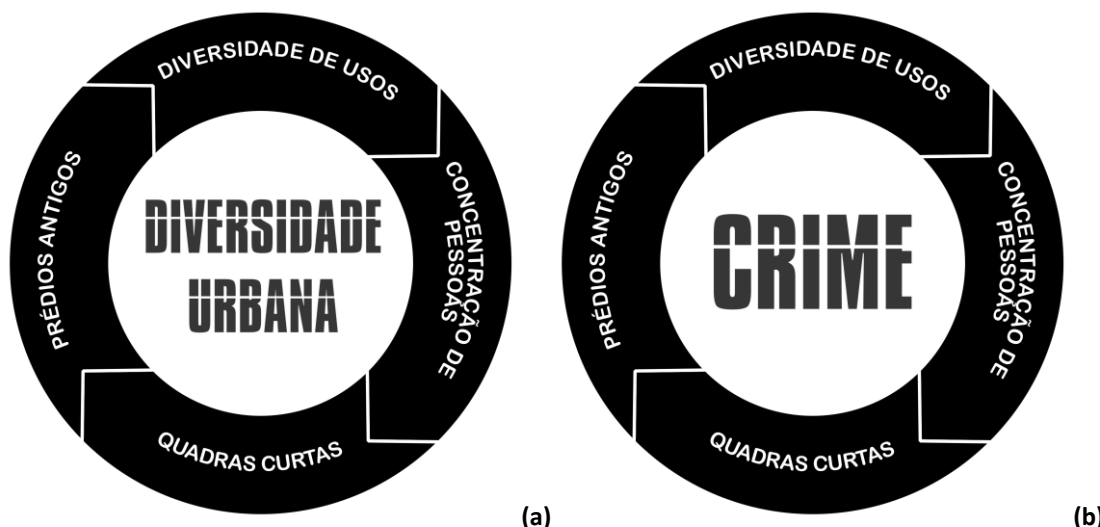


Figura 111. O comércio varejista é um dos grandes trunfos para atrair e concentrar pessoas, Oxford, Inglaterra. FONTE: © Pete Riches (Flickr), 2010.

A partir do funcionamento concomitante das quatro condições geradoras da diversidade urbana, Jacobs acredita que é possível estabelecer diretrizes de planejamento urbano com o objetivo de alcançar a combinação mais adequada de elementos pertinentes a cada localidade na busca pela melhor estruturação urbana possível.

²⁷⁴ JACOBS, 2000, op. cit., p 223

5.5 O ESPAÇO PÚBLICO EM RELAÇÃO À ABORDAGEM HUMANISTA



Figuras 112 (a-b). (a) Condições geradoras da diversidade urbana e (b) Condições geradoras da diversidade como estratégia de prevenção do crime. FONTE: (a-b) Do autor, 2009.

A partir da compreensão basilar das condições geradoras, adota-se a diversidade urbana enquanto estratégia de prevenção do crime e fomento da segurança urbana nos espaços públicos. Ao mesmo tempo, busca-se verificar o grau interrelacional entre as condições geradoras da diversidade como forma de identificar possíveis lacunas e torná-las mais resilientes na contenda contra as possíveis oportunidades delitivas.

5.5.1 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE USOS PRINCIPAIS COMBINADOS

É amplamente discutido na elaboração de muitas propostas urbanísticas que a diversidade de usos é um mecanismo potencial para atingir um padrão aceitável e equilibrado de qualidade de vida urbana. Todavia, é necessário que tais usos estejam dispostos de modo compatível com a dinâmica urbana local, sem provocar a intumescência de um contingente populacional que sobrecarregue sua capacidade de suporte espacial. Localidades favorecidas pela diversidade de usos intensificam a variedade dos estilos de vida, propiciam oportunidades sociais, culturais e econômicas e instituem um padrão de movimentação e circulação moderadamente cíclico durante diversos momentos do dia. Entretanto, o quão múltiplo deve ser esta combinação de usos (principais combinados a secundários e/ou esporádicos) e até que ponto afeta a vida dos seus habitantes e da localidade? Da mesma forma, até que ponto a diversidade de usos também é geradora direta ou indireta do crime e da violência?



Figuras 113 (a-b). Espaços livres públicos e suas possibilidades de uso.
(a) Rua comercial em Beijing, China e (b) Aterro do Flamengo, Rio de Janeiro.
FONTE: (a) © Mr. Mark (Flickr), 2006 e (b) © Adriano Ferreira Rodrigues (Flickr), 2009.

Primeiramente, é necessário destacar alguns pontos acerca do conceito da diversidade de usos. Segundo Jacobs²⁷⁵, em alguns casos, a diversidade *per se* pode ser autodestrutiva, visto que quando esta se apresenta incidente e atraente, é desenvolvida nesta localidade uma concorrência acirrada pelo espaço, no qual a dimensão econômica adquirida se intensifica cada vez mais. Sob a luz das estratégias mercadológicas, estas podem, em determinado momento, converter a diversidade em homogeneidade. Isto porque a prevalência de um ou mais usos em alta intensidade pode perfeitamente minar e, conseqüentemente, aniquilar usos secundários e esporádicos em razão da sobrecarga destes usos principais na localidade. Conseqüentemente, a robustez cíclica de tais usos se transfigura na recorrente oscilação entre monotonia e abarrotamento temporário de indivíduos comumente observada em grandes centros ou bairros exclusivamente monofuncionais. Em consequência disto, é possível que sobrevenham condições desfavoráveis às possibilidades de desenvolvimento local. Ou em razão de uma distribuição sazonal e pontual de indivíduos ou, até mesmo, inabilidade em canalizar e agregar tais indivíduos naquela localidade em outros horários. Dessa maneira, sob uma ótica generalista, o ideal seria primar pelo equilíbrio entre um razoável número de usos principais combinados a um alto número de usos ancilares distribuídos de forma coerente e ordenados dentro da lógica urbana local. Muitas vezes, o predomínio de um ou dois tipos de uso principal ao induzir à proliferação deste mesmo uso pode engendrar intervalos de inércia na promoção e estímulo à diversidade de usos e, por conseguinte, limitar um número maior de ofertas e possibilidades de escolhas aos indivíduos.

²⁷⁵ JACOBS, 2007, op. cit., p. 269

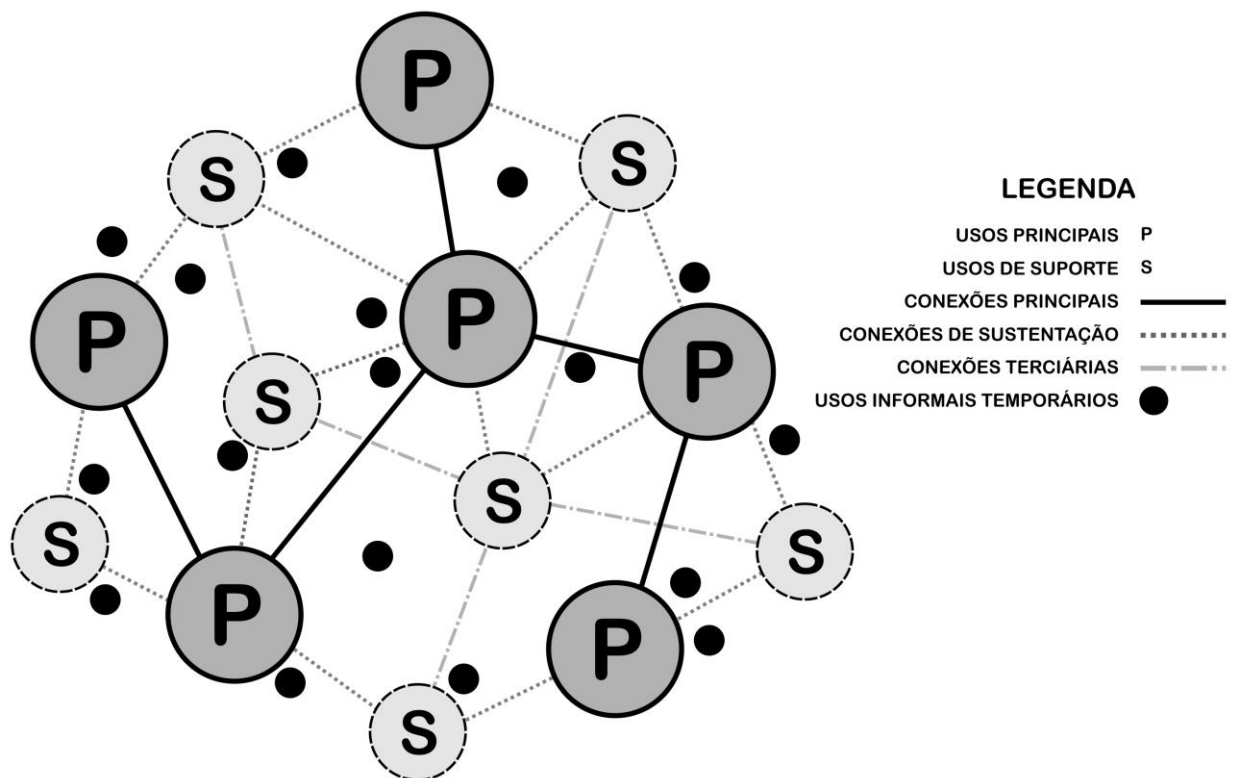


Figura 114. Diagrama distributivo esquemático da combinação de usos. FONTE: © Do autor, 2009.

Outra questão se reporta à lógica distributiva espacial dos distintos usos no tecido urbano. No planejamento urbano tradicional, muito em função dos códigos de zoneamento, os usos e funções são predominantemente distribuídos horizontalmente ao longo do tecido urbano e espacialmente associados aos espaços públicos, isto é, voltados diretamente para a rua. De fato, a distribuição horizontalizada dos usos não se extinguiu e ainda é bastante utilizada no planejamento urbano justamente pela facilidade em forjar distintos arranjos espaciais no ordenamento do território. Contudo, em razão de diversas transformações urbanas como, por exemplo, o adensamento do tecido urbano, a escassez de áreas livres para construção e o crescimento do crime, esta lógica distributiva dos usos também sofreu alterações. Atualmente, é possível observar a transposição e internalização desta diversidade de usos e funções para núcleos verticalizados e fechados com shopping-centers e galerias comerciais. Naturalmente, tal particularidade é muito mais relacionada a uma lógica mercadológica e operacional do que propriamente especulações de caráter orientativo acerca da diversidade de usos. Porém, esta alteração distributiva e organizacional dos usos implica em consequências na lógica espacial e, devido a isto, o esquema configuracional adotado, sob a ótica sócio-espacial, resvala igualmente sobre a dinâmica espacial da geografia do crime.

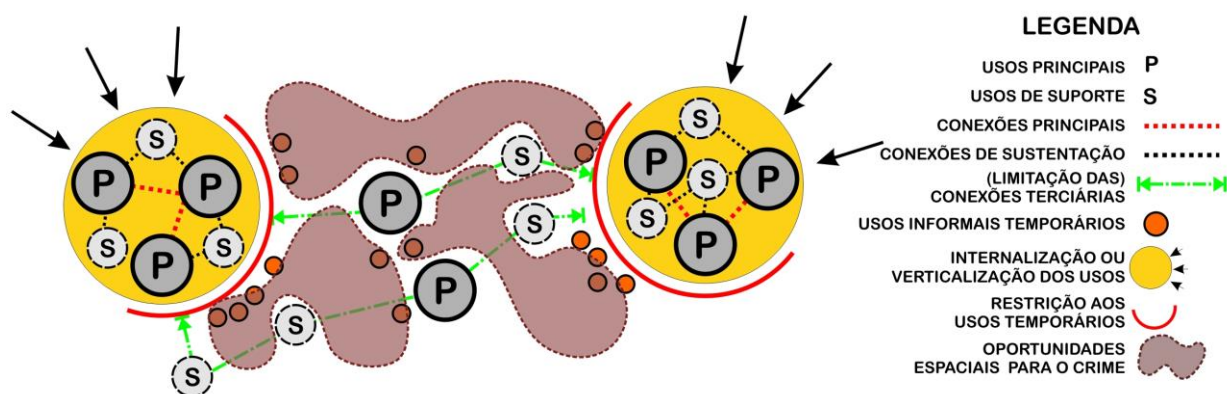


Figura 115. A internalização ou verticalização de usos fragmentam a estruturação urbana e geram zonas propensas às práticas delitivas. **FONTE:** Do autor, 2009.

Com a internalização e/ou verticalização dos usos uma série de implicações sob o ponto de vista da dinâmica sócio-espacial é gerada. Primeiramente, a convergência de usos em núcleos pontuais retoma o discurso filosófico dos enclaves urbanos e, por conseguinte, na imposição de filtros sociais à acessibilidade e no gradual esvaziamento do espaço público. Em segundo lugar, a concentração nuclear dos usos dilapida a estrutura espacial urbana ao desconfigurar a conexão espontânea entre indivíduos e os diversos usos que compõem o tecido urbano. Em terceiro lugar, com a ruptura relacional entre usos formais (principais e secundários, em geral, comércio e serviços) e usos temporários informais, na maioria das vezes, muitos destes últimos são banidos ou até extinguidos. Se arrolados ao comércio varejista ou prestação de serviços e, em razão deste enfraquecimento hierárquico dos usos, são forçados a se deslocar para outras áreas onde seja possível se firmar e manter um grau similar de aproximação entre os usos principais e secundários. Se associados à cotidiana apropriação dos espaços públicos como caminhar, sentar, ler, brincar, enfim, usos atrelados ao engajamento da sociabilidade urbana, muitas vezes tais práticas costumeiras não se adéquam à nova realidade espacial simplesmente pela ausência de vitalidade urbana na localidade. E, por último, a transposição da diversidade de usos tradicionais para nichos socialmente depurativos ou envoltórios herméticos se confabula como uma empreitada quase cega *aos olhos da rua* tão almejados por Jacobs gerando o comprometimento dos níveis de vigilância natural. Em decorrência da ausência de viço urbano e de uma provável monotonia, intensifica-se o grau de vulnerabilidade dos indivíduos e riscos de vitimização, predisposição para a manifestação de atividades ilícitas, exposição ao vandalismo e desordem urbana, etc.



Figuras 116 (a-b). A internalização dos usos compromete a sua diversidade ao restringir a coexistência de usos informais temporários. (a) Vendedora ambulante em Bucheon-si, Kyonggi-do, Coréia do Sul e (b) músicos em Taormina, Itália. FONTE: (a) © Craig Talbot (Flickr), 2007 e (b) © Joe Crivello (Flickr), 2008.

Considerando a diversidade de usos pautada no planejamento urbano tradicional, como defendido por Jacobs, esta é deliberativamente favorável em gerar pontos de convergência e aglomeração de público. Analogamente, tal concentração de distintos usos também é passível de atrair a atenção de transgressores por distintas motivações. Como discutido ao longo da dissertação, é possível que áreas perimetrais e/ou transicionais, especialmente com baixo nível de vigilância, operem como zonas de conforto para o cometimento de crimes. Por esta razão, é providente que a diversidade de usos gere pontos de convergência que sejam amparados por uma rede hierárquica de usos convenientemente combinados que se estenda às áreas contíguas cadenciando o maior número de possibilidades possível aos indivíduos dentro do contexto em questão. Este assessoramento aos usos principais combinados quando efetivado por usos secundários e usos informais temporários gera o que Jacobs considera como diversidade derivada²⁷⁶. A diversidade derivada é um termo aplicável aos empreendimentos que emergem em decorrência da existência dos usos principais e que, se bem aplicada aos usos principais combinados e às outras três condições geradoras da diversidade, a diversidade derivada tem grandes chances de ser bem-sucedida. Naturalmente, tais usos não devem se tornar predominantes para não comprometer os demais. Além disso, Jacobs²⁷⁷ argumenta que para reter a perenidade e vitalidade urbana com o propósito de prosperar e mudar, quando for necessário, a diversidade derivada deve preservar seu alicerce com os usos principais combinados, ou seja, a presença de indivíduos ao longo do dia ou da noite por motivos distintos.

²⁷⁶ JACOBS, 2007, op. cit., p. 178

²⁷⁷ Ibid.

Por mais que a diversidade de usos não seja absoluta em sanar a problemática do crime, quando associada às demais condições geradoras da diversidade urbana, esta se torna uma ferramenta potencial e determinante dentro das estratégias interventivas adotadas. É desejável que a orientação distributiva dos usos envolva, sempre que possível, a inserção de um número mínimo de serviços e equipamentos urbanos básicos²⁷⁸ dispostos estrategicamente para que não haja convergência absoluta de usos e, desta forma, a dispersão espacial possa estimular diferentes padrões de deslocamento e fixação na localidade. Meio à provisão destes equipamentos urbanos é latente a existência de equipamentos relativos à segurança tal como posto policial e guaritas de vigilância distribuídas taticamente ao longo da localidade e em conformidade com o ritmo da vizinhança. Além de intensificar a vigilância natural nos espaços públicos com a presença de um número considerável de indivíduos, a diversidade de usos combinados também favorece oportunidades para interação social, conveniência de acesso aos serviços, estabelecimento de localidades socialmente mais diversas, legitimação identitária, incremento da qualidade do ambiente construído, etc. As possibilidades para o estímulo da diversidade de usos como engenho preventivo do crime são diversas, porém, cabe à avaliação contextual e à cooperação das demais condições geradoras da diversidade urbana estabelecer meios efetivos para alcançá-la de forma plena.



Figura 117. Estímulo à diversidade cultural como estratégia do programa de revitalização urbana em Dallas, Estados Unidos. FONTE: © Nigel Young/Foster + Partners, 2009.

²⁷⁸ Ver Anexo VII

5.5.2 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE QUADRAS CURTAS

Sob o ponto de vista teórico, tal condição exprime por si só o seu valor. A vantagem da existência de quadras curtas oferece um número maior de caminhos e rotas possibilitando um leque maior de escolhas. Da mesma forma, fornece oportunidades aos indivíduos para o encontro casual e chances de sociabilizar. Ao contrário da abordagem determinista que é preferencialmente dada de forma endógena, o humanismo prima pelo contexto exterior. Quadras curtas, acessíveis a todos os indivíduos e associadas aos espaços públicos são vitais para a diversidade urbana e, por conseguinte, para o estímulo à vigilância natural. Naturalmente, esta condição deve levar em conta questionamentos acerca da dialética entre público-privado, espaço aberto-fechado, fluxos, acessibilidade, legibilidade, níveis de permeabilidade, dentre outros atributos espaciais.



Figuras 118 (a-b). Diferentes tipologias de quadras curtas.
(a) Camden, Nova Jersey, EUA e (b) Eindhoven, Holanda. FONTE: © Google Earth, 2009.

Em uma paráfrase do título de Jacobs, Panerai *et al.*²⁷⁹ avaliam e criticam as consequências do urbanismo moderno no esfacelamento da morfologia urbana. Versando impugnações acerca da efetividade e qualidade de quadras excessivamente longas, os autores defendiam a importância de elementos do planejamento urbano tradicional como fator decisivo para qualidade urbana das cidades. Ao contrário de grande parte das longas quadras que são invariavelmente cansativas e induzem gradativamente à esterilidade espacial, quadras curtas tornam a estrutura urbana mais flexível, menos saturada e o fluxo peatonal é mais bem distribuído ao longo da estrutura urbana.

²⁷⁹ Philippe Panerai, Jean Castex, Jean-Charles Depaule & Ivor Samuels. **Urban forms: the death and life of the urban block**. Woburn: Architectural Press, 2004.



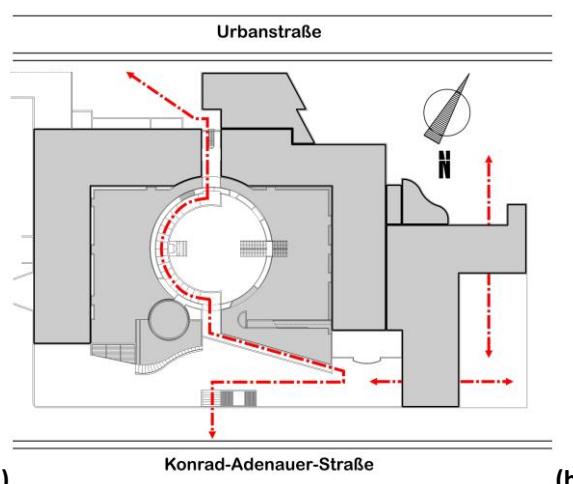
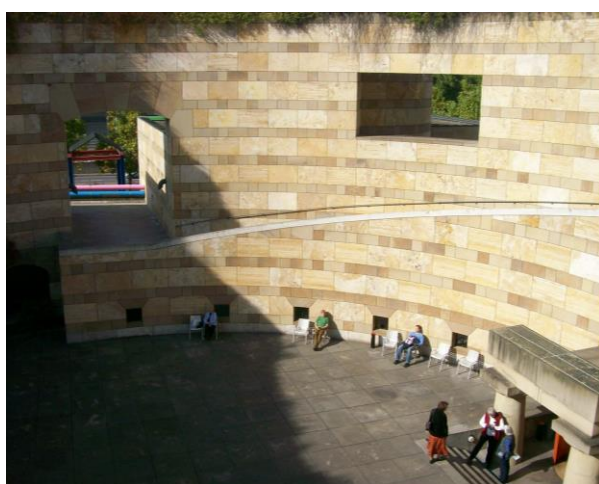
Figuras 119. Densidade espacial: Um dos maiores contrapontos entre superquadras e quadras curtas.
(a) Sarajevo, Bósnia e Herzegovina e (b) Buenos Aires, Argentina. FONTE: © Google Earth, 2009.

Ao mesmo tempo em que quadras curtas intensificam o grau de permeabilidade espacial ao facilitar o deslocamento dos indivíduos, este também pode elevar o grau de escoamento dos transgressores fornecendo um número maior de rotas de fuga. Tanto quanto uma combinação de usos é almejada, também é conveniente que exista uma equilibrada variedade tipológica de quadras urbanas dispostas adequadamente para atender aos diversos tipos de usos. Pois, decerto, certos equipamentos urbanos e certas tipologias carecem de quadras compatíveis ao seu programa como, por exemplo, escolas, clubes ou estádios esportivos. Não se pretende aqui adotar a idéia de converter deliberadamente quadras longas em curtas, pois o tecido urbano não opera de forma retrátil ou pantográfica e interposições urbanas negligentes podem produzir resultados irreversíveis.



Figuras 120. Quadras curtas produzem tecidos urbanos mais tenses e densificados. (a) Frankfurt, Alemanha, (b) Curitiba, Brasil e (c) Copenhagen, Dinamarca. FONTE: © Google Earth, 2009.

Quando necessário, incursões em quadras longas podem torná-las mais permeáveis e acessíveis adequando-as ao contexto. Esta reconversão corrobora com a primeira condição geradora da diversidade ao dar suporte espacial à variedade de usos, especialmente para pequenos empreendedores e comerciantes varejistas locais. O equilibrado grau relacional entre quadras curtas e quadras longas permeáveis potencializa a cadência dos ritmos urbanos e estabelece uma hierarquia espacial benéfica à estrutura da cidade. Arranjos urbanos com este perfil configuracional são plenamente capazes de fornecer benefícios como, por exemplo, a amenização dos deslocamentos peatonais, a ampliação da capacidade de escolha dos indivíduos, a aproximação e integração dos usos combinados e, principalmente, na reedificação do valor do espaço público.



Figuras 121 (a-b). A Neue Staatsgalerie²⁸⁰ do arquiteto escocês James Stirling em Stuttgart, Alemanha, é um bom exemplo de adaptação do projeto arquitetônico à quadra longa e da sua relação com o entorno favorecendo a permeabilidade espacial. (a) Interior da galeria visto do lado exterior e (b) implantação e permeabilidade espacial. FONTE: (a-b) © Do autor, 2008.

²⁸⁰ Ver mais em: Sharon MacDonald. **A Companion to Museum Studies**. Oxford: Blackwell, 2006.

Quadras urbanas²⁸¹ produzem distintas combinações espaciais e diferentes tipos de tecido urbano, cada qual constituído com suas particularidades acerca da forma e estrutura espacial, graus relacionais e funcionalidades. Como consequência dos resultados destas regras geométricas, Panerai *et al.*²⁸² afirmam que, além de se conformarem como um produto espacial, as quadras também são resultados de determinantes econômicos, sociais e culturais que têm seu rebatimento sobre a produção da cidade e também são resultados da pressão das condições sociais sobre seus habitantes. Lançar mão do uso de quadras curtas, em muitos casos, pode se tornar um benefício conveniente quando a localidade se encontra desgastada fisicamente e há interesse por parte dos governantes em reestruturá-la urbanisticamente em prol do bem-estar comum. Funcionalmente, quadras curtas maximizam a capacidade do espaço público em dar suporte aos usos adjacentes e equilibrar o ritmo dos fluxos e deslocamentos, intensificando os níveis de vigilância natural e dificultando o surgimento de oportunidades criminais.



Figuras 122 (a-d). Cidades que oferecem a oportunidade de virar a esquina: (a) Rotterdam, Holanda; (b) Lisboa, Portugal; (c) Belo Horizonte, Brasil e (d) Madrid, Espanha.

FONTE: (a) © Denise Hsu, 2008; (b) © Gerard de Boer, 2011; (c) © Xavier Alonso, 2011 e (d) © Romeu de Bruns, 2010.

²⁸¹ As tipologias de quadras urbanas mais comuns podem ser vistas no Anexo VIII.

²⁸² PANERAI *et al.*, 2004, op. cit., p. X

5.5.3 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE PRÉDIOS ANTIGOS

A terceira condição geradora da diversidade, se bem utilizada, é capaz de alcançar objetivos múltiplos. Diretrizes arroladas à prevenção do crime podem ser traçadas em concomitância aos processos de regeneração urbana. É fundamental que o resgate de edifícios antigos seja feito tanto social quanto fisicamente. Em primeiro lugar, a existência de prédios antigos auxilia na estruturação da localidade assim como na distribuição e locação de usos distintos. Sob a ótica social, uma quantidade razoável de prédios antigos com usos diversificados e direcionados às distintas camadas sociais da população, intensifica e favorece a diversidade social. Prédios antigos quando utilizados convenientemente como mecanismo intervencional evitam o enobrecimento urbano²⁸³, estimulam o desenvolvimento econômico local, e contribuem para a integração social.



Figuras 123 (a-b). Edifícios antigos podem alterar ou preservar o uso original. (a) Armazéns restaurados em Portland, EUA. (b) Casario operário em Recife.

FONTE: (a) © Dennis Knothe (Flickr), 2008 e (b) © Ernani Macena (Flickr), 2007.

Sob a ótica física e material, como mencionado anteriormente, edificações desocupadas e degeneradas ao longo do tempo são propensas de serem apropriadas irregularmente. Se convertidas em cortiços, abrigo para mendigos, esconderijo de possíveis infratores, depósito de entulho e lixo, local para desova e até mesmo pontos de venda ou consumo de entorpecentes, é provável acarretar em uma rotina e uma rotatividade de atividades ilícitas, atraindo, então, a presença de um público indesejável, desfigurando a identidade local e intensificando a sensação de insegurança e, principalmente, elevando o índice de criminalidade na localidade.

²⁸³ Ver mais sobre em: Rowland Atkinson & Gary Bridge. **Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism**. New York: Routledge, 2005.

Sob o ponto de vista histórico e cultural, a manutenção de prédios antigos também preserva a memória urbana local. A justaposição de distintas culturas, muitas vezes traduzidas através da arquitetura, enriquece a imagem urbana e ajuda a minimizar as distâncias e diferenças sócio-culturais. Com a preservação de edifícios de distintas tipologias e épocas, é possível aclimatá-los e recondicioná-los à realidade da vida urbana contemporânea. Edificações ociosas podem ser reabilitadas e distribuídas de forma democrática aos grupos culturais existentes e incumbindo-lhes a tarefa de perpetuar seus traços culturais. James Douglas alega que o melhor modo de reter o caráter da paisagem da rua é adaptando-a aos seus edifícios²⁸⁴. Dessa forma, a instauração de uma relação entre edifícios conservados e seus espaços públicos propicia aos indivíduos uma atmosfera salutar.

Quanto ao aspecto econômico, o resgate de edifícios antigos pode resultar em uma considerável redução de custos aos cofres governamentais. Edificações de grande porte podem ser convertidas em sedes administrativas, repartições públicas, escolas, etc., enquanto edifícios de pequeno e médio porte podem ser convertidos em ateliês, comércio varejista, etc, intensificando a diversidade de usos. No entanto, segundo Jacobs, o principal uso destinado aos edifícios antigos deve ser o uso residencial. Habitação de qualidade redistribuída de forma estratégica e inteligente sobre uma estrutura urbana diversificada gera uma concentração razoável de indivíduos, intensifica o padrão de qualidade de vida e oferece aos habitantes o senso de pertencimento.

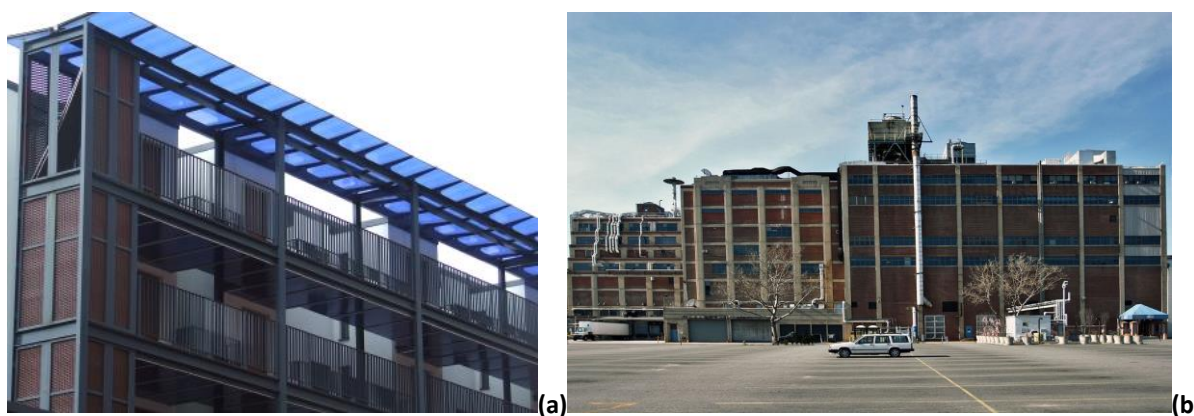


Figura 124. Reconversão de fábricas para habitação. (a) Antiga fábrica de geléia em Bermondsey, Londres e (b) desenvolvimento habitacional em andamento de uma antiga fábrica, Bushwick, Brooklyn, Nova Iorque.

FONTE: (a) © www.london-se1.co.uk, 2007 e (b) © f.trainer (Flickr), 2007.

²⁸⁴ James Douglas. **Building adaptation**. Amsterdam: Elsevier, 2006.

5.5.4 AVERIGUAÇÃO DA NECESSIDADE DE CONCENTRAÇÃO

A necessidade de concentração está intrinsecamente associada à condição da diversidade de usos principais. Aglutinações populacionais necessitam dispor de uma variedade de opções que as mantenha em determinado local durante diversos horários do dia ou da noite. Todavia, a concentração de pessoas pode conduzir ao binômio crime-lugar, mesmo sabendo que esta relação não é uniforme nem estática. Grandes concentrações de pessoas são os dois lados da mesma moeda. Se por um lado contribui para a vigilância natural em razão de um razoável número de habitantes e transeuntes se deslocando nos espaços públicos, por outro lado não impede criminosos de agirem livremente e se dispersarem no meio da multidão. Uma grande concentração de pessoas, independente do seu propósito, tende a aglomerar todos os tipos de indivíduos, desde os mais idôneos até perpetradores locais e ocasionais. Locais porque cotidianamente se encontram ali e já conhecem a rotina e dinâmica da localidade e ocasionais por perceberem algum tipo de oportunidade para agir.



Figuras 125 (a-b). O furto é o crime mais comum em espaços com grandes concentrações de indivíduos.

FONTE: (a) © Steev (Flickr), 2008 e (b) © Laura Napier, 2005.

Felson²⁸⁵ relata que é necessário considerar implicações específicas do crime relacionadas à alta densidade populacional em termos de perpetradores motivados, alvos convenientes e métodos de proteção adequados, pois possibilita a compreensão do *modus operandis* dos transgressores e auxilia na instauração de métodos preventivos. Entretanto, é oportuno ressaltar que a relação entre alta densidade populacional e crime é constituída de uma natureza muito mais complexa do que se possa presumir de antemão.

²⁸⁵ FELSON, 1998, op. cit., p. 64

Sob o ponto de vista macro, isto é, em termos de contingente populacional, um bom exemplo pode ser ilustrado através da comparação entre cidades norte-americanas e japonesas. Cidades japonesas possuem densidades populacionais três ou quatro vezes maiores que muitas cidades norte-americanas, entretanto as taxas de crime são significativamente mais baixas do que as taxas encontradas nos Estados Unidos ou mesmo em cidades da América Latina como a violenta Cidade do México, por exemplo. Wilson & Herrnstein²⁸⁶ descrevem que homogeneidade na população, preservação do estilo de vida peculiar à cultura nipônica, ênfase em grupos de solidariedade e preocupação em relação a outras pessoas mais do que nos direitos das mesmas, por exemplo, são alguns dos possíveis fatores para as baixas taxas de crime. Isto leva a concluir que os cidadãos japoneses se importam mais com as realizações sociais do que com preocupações individuais. Por esta razão, teoricamente, a alta densidade populacional nas cidades não deve ser considerada como causa absoluta para a disseminação do crime, a influência de outros fatores como a pobreza e o desemprego é determinante no aumento das taxas de criminalidade.



Figuras 126 (a-b). (a) Tóquio, Japão e (b) Washington D.C., Estados Unidos.
FONTE: (a) © Thomas Lottermoser (Flickr), 2006 e (b) © Dan Macy (Flickr), 2008.

Uma concentração suficientemente alta de pessoas nem sempre é dada em razão de um único tipo de uso principal. Daí a importância da calibragem cônica na distribuição dos usos locais. Dessa maneira, a concentração de indivíduos é dada em relação às suas necessidades de consumo, espaciais, sociais, pessoais e culturais. Carr *et al.*²⁸⁷ alegam que oportunidades para entrosamentos engajados dependem amplamente da variedade de oportunidades proporcionadas, pois espaços se diferem um dos outros da mesma forma que seus grupos constituintes.

²⁸⁶ James Q. Wilson & Richard J. Herrnstein. **Crime and Human Nature**. New York: Simon and Schuster, 1985.

²⁸⁷ CARR *et al.*, 1995, op. cit., p. 48

Concentrações são mensuráveis sob vários aspectos e afetam o espaço público de formas distintas. Certos tipos de concentração são gerados por uma conjunção de usos ou até mesmo a partir da dominância de um único tipo de uso principal apoiado por alguns usos secundários. É necessário ressaltar que as distintas densidades de concentração de indivíduos dependem de alguns elementos fundamentais para sua subsistência. Basicamente, não existe concentração *per se*. Indivíduos não se aglomeram aleatoriamente sem que exista alguma razão para estarem em determinado local. Segundo Roland L. Warren²⁸⁸, quanto maior a concentração de pessoas, maior deve ser o grau de especialização da localidade para que tais concentrações perdurem. Em razão disso, se reforça que sem uma diversidade de usos razoavelmente combinados ou atividades, não existe nenhuma espécie de concentração. Se, porventura, algum tipo de concentração insurgir sem a existência de usos predeterminados, tal concentração é ocasionada pela imprevisibilidade, tão logo se conformando tanto instável quanto efêmera.

Outra questão importante é a avaliação dos arranjos espaciais gerados pela combinação de usos sob o ponto de vista econômico. Localidades economicamente bem-sucedidas são mais propensas a atrair e conglomerar indivíduos em seus arranjos espaciais por dispor de uma ampla sorte de usos e serviços. Teoricamente, tais arranjos também são inclinados a congregar um número maior de transgressores, justamente pela presença de um número maior de alvos e vítimas potenciais. Todavia, como gerar a concentração de indivíduos em localidades desfavorecidas economicamente e sem acesso aos serviços básicos? Como estabelecer a permanência de indivíduos em localidades assoladas pela criminalidade e com alto nível de desorganização social? Estruturalmente, estas localidades não são capazes de gerar concentração e se conformam como nichos urbanos insípidos, degenerados ou tendentes à degradação sócio-espacial e, conseqüentemente, vulnerável à criminalidade, e comumente evitadas e dissociadas da vida urbana citadina. Baixos níveis concentracionais, muitas vezes, convertem arranjos espaciais em meros fragmentos da localidade. Um exemplo, em uma escala mais ampla, são os conhecidos bairros *de passagem*. Basicamente localizados entre bairros de maior fluxo e concentração de pessoas e serviços, geralmente são monofuncionais e predispostos à inoperância econômica.

²⁸⁸ WARREN, 1965 *apud*. Bert Swanson & Edith Swanson. **Discovering the Community**. New York: Ardent Media, 1977, p.37.



Figuras 127 (a-b). Como gerar concentração em arranjos assolados na pobreza e segregados social e espacialmente? (a) Conjunto habitacional em Alexandria, Egito e (b) bairro próximo à Nanjing Road, principal centro comercial de Xangai, China. FONTE: (a) © Husar (Flickr), 2007 e (b) © Mind The Gap (Flickr), 2007.

Presumindo-se que a diversidade de usos é estruturada de forma hierárquica e considerando que existe uma relação intrínseca entre a diversidade de usos e a concentração de indivíduos, é possível afirmar que uma hierarquia de concentrações também é constituída. Se uma boa diversidade de usos fomenta certos aspectos securitários como a vigilância natural e a inibição de práticas delitivas, ao passo que as combinações de usos são reduzidas ou inexistentes, também gera o desinteresse pela área e o enfraquecimento da capacidade de concentrar indivíduos.

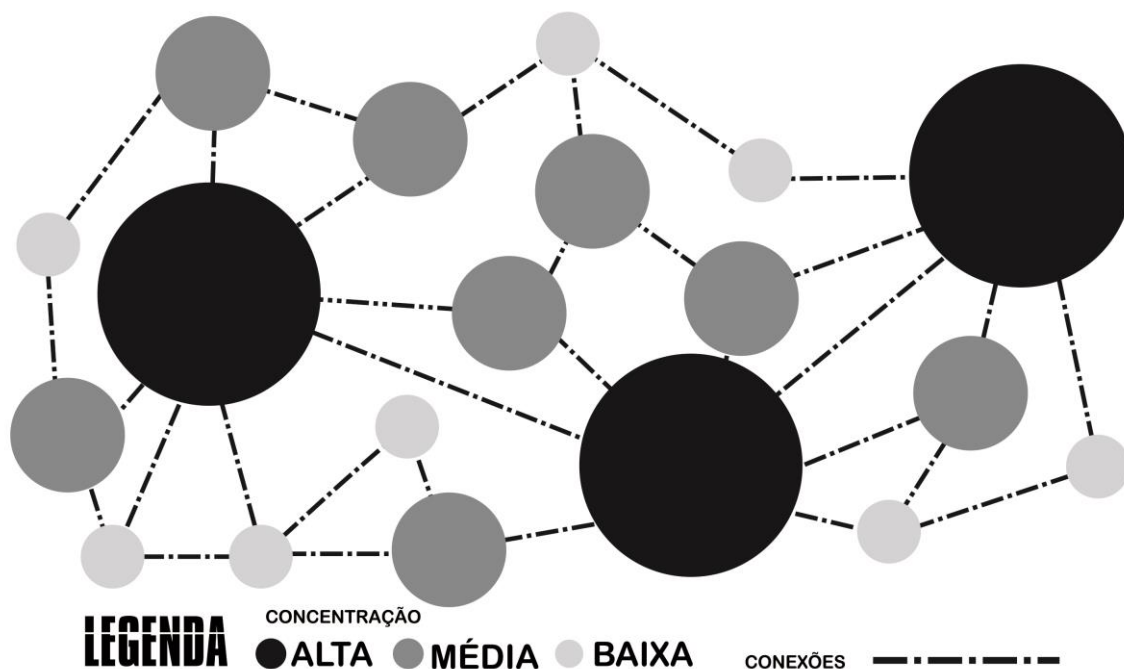


Figura 128. Esquema hierárquico genérico de concentrações. FONTE: © Do autor, 2009.

5.6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS ACERCA DA ABORDAGEM HUMANISTA

No ano em que o Muro de Berlim era erguido e o russo Yuri Gagarin era eternizado como o primeiro homem a viajar pelo espaço sideral, os ideais de Jane Jacobs sentenciavam seu legado. Apesar do caráter nostálgico que gira em torno da abordagem humanista e ainda que a realidade urbana retratada por Jacobs seja direcionada à cidade norte-americana, suas contundentes observações ainda são de grande valia e repercutem frequentemente em estratégias urbanísticas contemporâneas, onde muitas lidam com a problemática do crime.

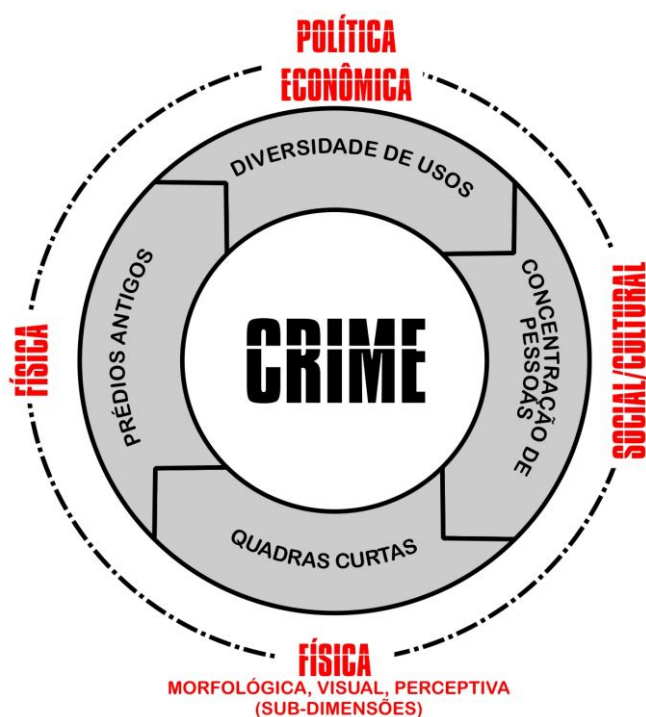


Figura 129. Diagrama relacional entre a abordagem humanista e as dimensões do espaço público.
FONTE: © Do autor, 2009.

Ao estruturar seu discurso sobre a natureza peculiar das cidades, Jacobs assevera que espaços públicos são os seus órgãos mais vitais²⁸⁹. E, apesar dos distintos problemas que lamentavelmente assolam as cidades contemporâneas, espaços públicos ainda os são. Por esta razão, é imprescindível torná-los mais seguros para que a cidade também se apresente mais segura. Suas proposições não operam como um guia, como a própria Jacobs frisou²⁹⁰, mas à luz do problema do crime, estas agregam valor e resgatam a dimensão pública da cidade tão erodida e fragmentada em uma sorte de localidades.

²⁸⁹ JACOBS, 2000, op. cit., p. 29

²⁹⁰ Ibid. p. 15

Sob um viés democrático, as condições geradoras da diversidade urbana atendem de forma mais direta a problemática do crime nos espaços públicos. Segundo o antropólogo social Ulf Hannerz²⁹¹, a diversidade, em si, é uma espécie de abertura na ordem cultural das cidades. Sendo assim, é possível associar tal abertura da diversidade diretamente às dimensões constituintes do espaço público. A interface física por ser a base material das práticas sócio-espaciais. Cultural e socialmente por oferecer opções de escolhas e possibilidades aos distintos indivíduos e grupos. Concernente ao prisma político, a diversidade possibilita estabelecer metas para o desenvolvimento urbano acompanhadas de processos regenerativos e preventivos. E, por fim, a diversidade urbana se conforma como um potencial catalisador para alavancar a prosperidade econômica local.

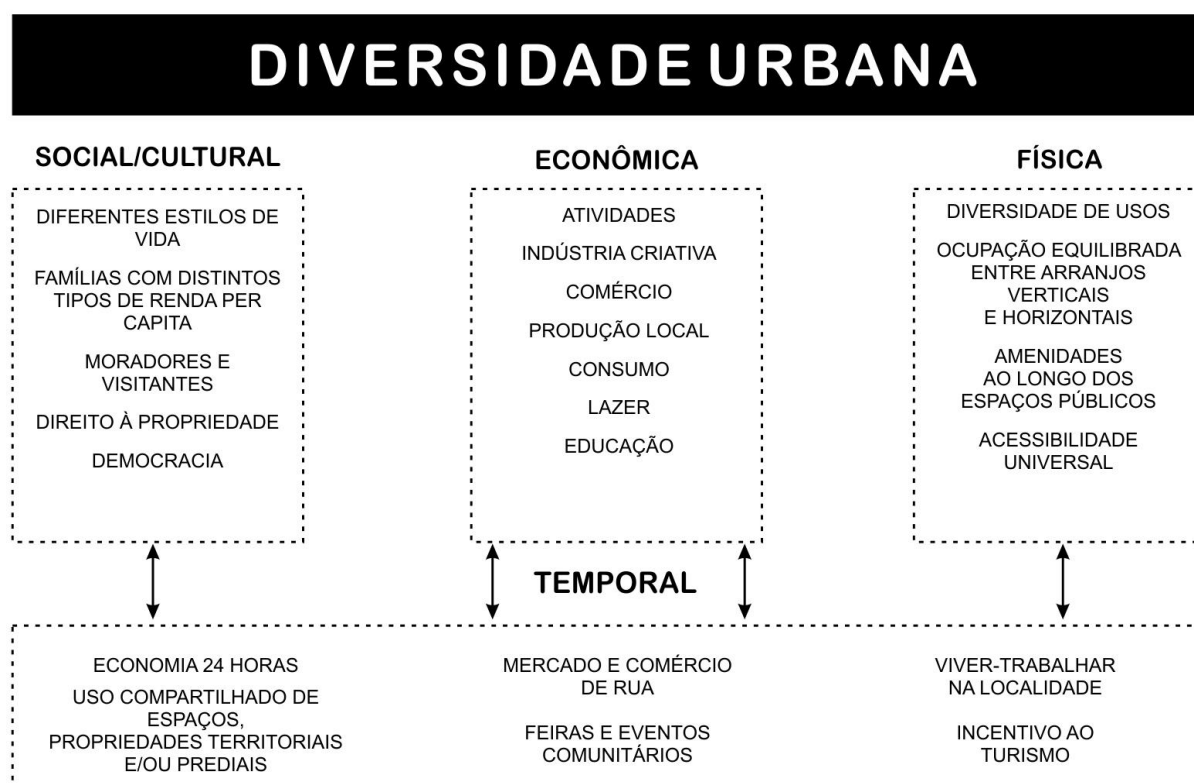


Figura 130. Dimensões favorecidas pela diversidade urbana. FONTE: © Do autor, 2011.

Quando dada de forma estratégica e arguciosa, a dimensão temporal, em geral associada aos usos e às atividades, juntamente com os usos permanentes potencializa a diversidade urbana em operar como vetor genuíno da regeneração urbana e, em muitos casos, como mecanismo paliativo para certas oportunidades criminais nos espaços públicos.

²⁹¹ Ulf Hannerz. **Cultural complexity: Studies in the social organization of meaning**. New York: Columbia University Press, 1992.

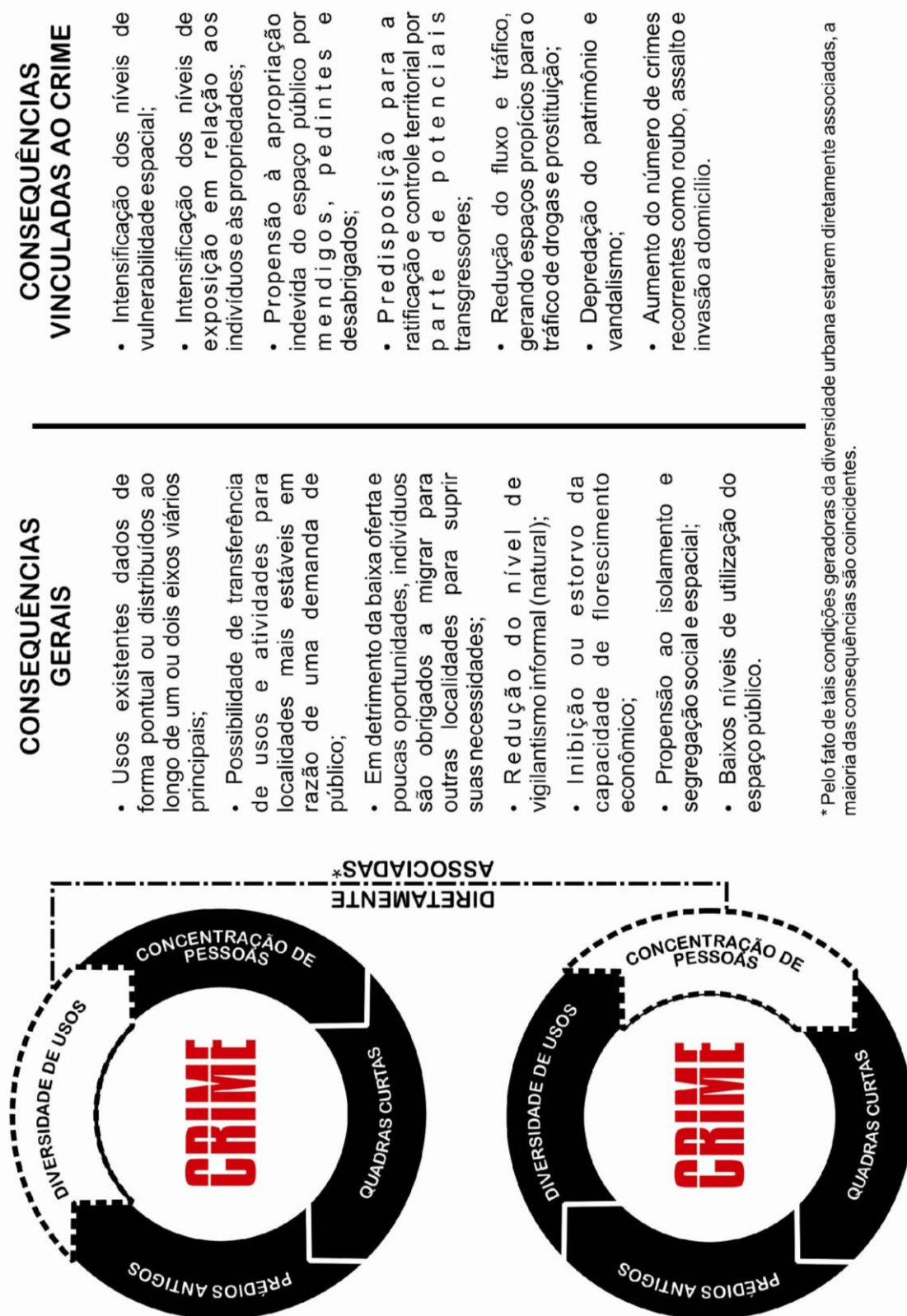


Figura 131. Rompimento do elo entre as condições geradoras da diversidade e suas consequências diretas e associadas ao crime. FONTE: © Do autor, 2011.

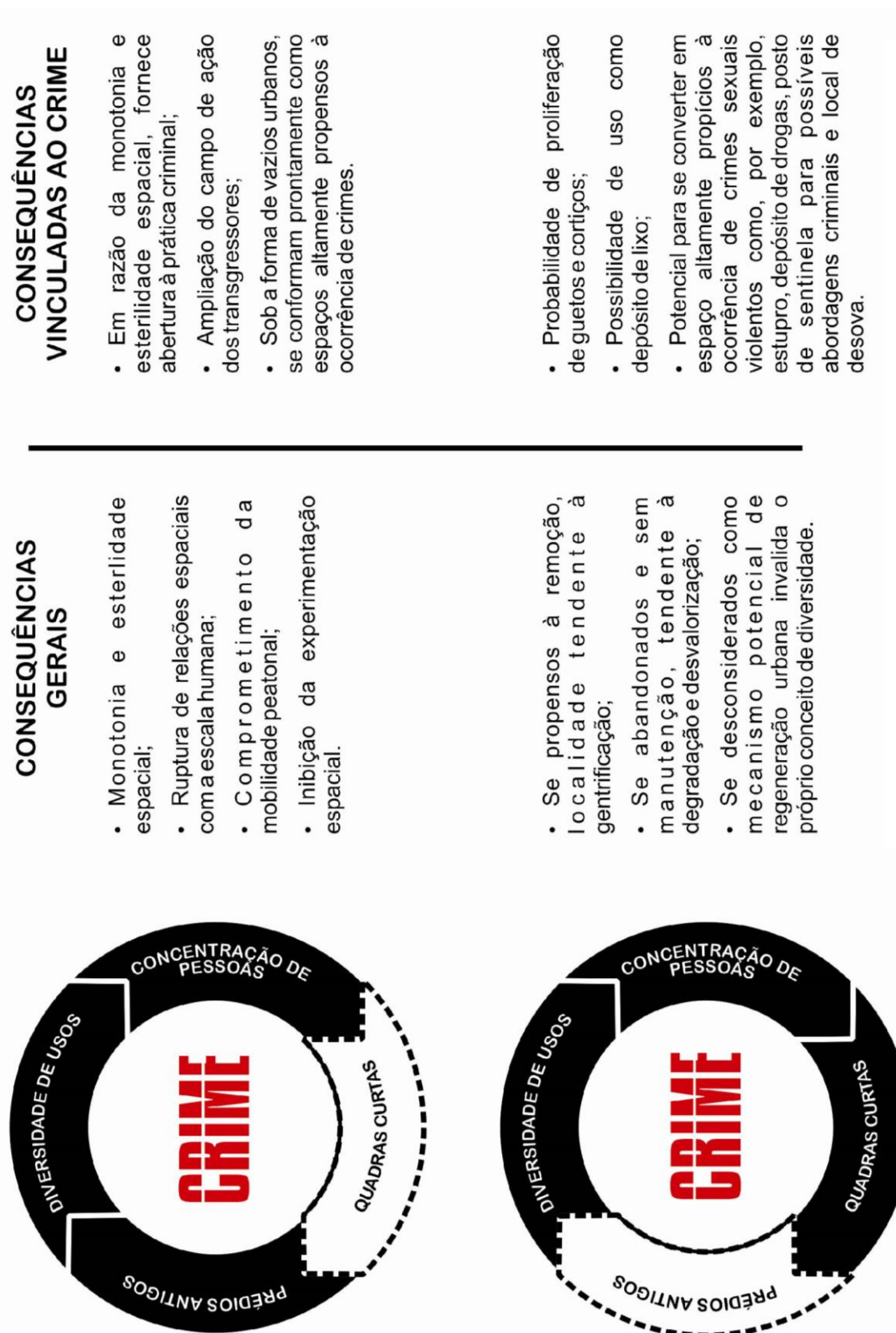


Figura 132. Rompimento do elo entre as condições geradoras da diversidade e suas consequências diretas e associadas ao crime. FONTE: © Do autor, 2011.

Ao prefixar espaços públicos como vetores estruturadores das estratégias de prevenção do crime, a abordagem humanista busca procura romper com uma série de paradigmas e patologias sócio-espaciais tais como proximidade física versus distanciamento social, inibição e redução do processo de internalização de funções, mitigação do caráter segregativo entre os arranjos espaciais, melhoria do ambiente construído, dentre outros. Mais do que conotar uma espécie de releitura utópica do urbanismo tradicional, a abordagem humanista preconiza o resgate da cidadania, da urbanidade, e do espaço público acessível e irrestrito. Espaço público como componente basilar da articulação dos interesses sociais, da segurança, da participação e envolvimento popular e do bem-estar coletivo na incansável busca pela construção e consolidação de uma sociedade mais justa, segura e democrática.



Figura 133. Vida urbana em Kalverstraat, Amsterdam, Holanda. FONTE: © Hei-Yu Tang (Flickr), 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação procurou analisar o espaço público enquanto objeto de duas abordagens teóricas de prevenção do crime e da violência assim como seu papel como fio condutor de estratégias preventivas. Da mesma forma, buscou-se identificar e compreender os conceitos que fundamentam tais abordagens e legitimá-los como potenciais aliados do urbanismo e como ferramenta intervencional no processo de planejamento ao operar na contenção dos ensejos criminais e manifestações da violência urbana. Tanto quanto, as observações e críticas aqui versadas se pautam na busca pela maior efetividade das medidas interventivas, no resgate e no restabelecimento dos espaços públicos em seu papel de vetor articulador indispensável à vida cidadina.

Optou-se por ilustrar exemplos pontuais do que propriamente estudos de caso mais detalhados em razão da complexidade que envolve as intrincadas e dicotômicas relações entre crime e espaço público e, por conseguinte, a provisão da segurança urbana. Em certos contextos, estudos de caso poderiam soar tendenciosos a uma ou outra teoria em razão de particularidades que oscilam desde reminiscências locais à compatibilidade de implantação, por exemplo. Tal adaptabilidade do aporte conceitual, longe de ser um mal, em situações similares pode não surtir o mesmo efeito justamente pelo fato de que espaços públicos, apesar de similaridades tipológicas, formais e constitutivas, são substancialmente distintos em sua conjuntura e conteúdo. Não se trata de atribuir valor ao escopo intervencional de uma ou outra abordagem, pois certamente acarretaria em avaliações duvidosas e arraigadas a conclusões temporais. Na verdade, trata-se de extrair o melhor de cada abordagem para a elaboração de intervenções que na prática sejam tão exequíveis quanto efetivas.



Figuras 134 (a-b). Vida urbana nos espaços públicos durante o dia e à noite. (a) San Diego, Califórnia e (b) Temple Street, Hong Kong. FONTE: (a) © Roman Potocki (Flickr), 2008 e (b) © Jasmine Yung (Flickr), 2009.

A partir das considerações supracitadas e da análise acerca das abordagens de prevenção do crime, ressaltam-se algumas considerações no tocante ao espaço público. Em uma avaliação geral, tanto a abordagem determinista quanto a abordagem humanista, logicamente, dentro de suas potencialidades e limitações, são capazes de ser efetivas no combate ao crime. Isso porque localidades e seus respectivos espaços públicos, a despeito da similaridade entre padrões espaciais, não apresentam os mesmos índices de criminalidades assim como a incidência de certos padrões criminais diferem tanto espacialmente quanto estruturalmente na composição da geografia do crime.

Em muitos casos, por exemplo, a sensação de medo e insegurança nos espaços públicos é instilada unicamente pela falta de manutenção do sistema público de iluminação urbana²⁹² na simples tarefa de substituir lâmpadas quebradas ou queimadas. Naturalmente, não se pretende desconsiderar os riscos engendrados pela ausência de iluminação urbana nem adotar um posicionamento reducionista em relação ao problema em questão. Mas, sim, ressaltar que, muitas vezes, a resolução de certos aspectos circunstanciais do crime ou do favorecimento imediato das práticas delitivas, é perfeitamente possível em ser amenizado ou sanado através de encargos laborativos básicos e que não exigem nenhum tipo de intervenção mais primorosa nem táticas meticulosas de prevenção. Muitas vezes, estes triviais malogros urbanos se tornam o estopim para o início de um processo de degeneração urbana e, subsequentemente, em longo prazo, componentes típicos da ambiência delitiva.



Figuras 135 (a-b). Melhorias na iluminação urbana reduzem os riscos de vitimização. Liverpool, Reino Unido.

FONTE: © Clangerland (Flickr), 2007.

²⁹² Ver mais em: Malcolm Ramsay & Rosemary Newton. **The Effect of Better Street Lighting on Crime and Fear: A Review.** Crime Prevention Unit Paper Nº. 29. London, UK: Home Office, 1991; L. J. Loewen; G. D. Steel & P. Suedfeld. **Perceived safety from crime in the urban environment.** Journal of Environmental Psychology, 13, 1993, p.323-331

Um ponto fundamental é a necessidade de estreitamento dos laços entre as teorias de prevenção do crime na constituição de abordagens mais integralizadas. Não se pretende com tal associação instituir o estabelecimento de uma panacéia intervencional pronta a solucionar qualquer tipo de problema sob qualquer circunstância. Mas, canalizar as vantagens oferecidas pelo aporte conceitual de cada abordagem na elaboração de análises mais precisas, diretrizes consistentes, metas e proposições viáveis, capazes de atacar o problema de forma direta. Com tal permutação, também é possível prognosticar possíveis lacunas e imprevistos e, ao mesmo tempo, reduzir a margem de erro na implantação das intervenções propositivas. Naturalmente, dependendo de cada caso, uma teoria pode ser adequada do que a outra. Há casos em que nenhuma das abordagens poderá ser aplicada em razão do alto grau de criminalidade e violência ou outro aspecto relevante.

Outra questão crucial acerca das abordagens teóricas de prevenção do crime é a necessidade de contextualização. Cada localidade é única. Semelhanças entre padrões espaciais, sociais ou culturais assim como padrões criminais são parâmetros que oscilam em razão da sazonalidade e fatores circunstanciais. Nenhuma localidade se comporta de forma inalterável ou imutável ao longo da sua existência. Por isso, ao se instituir os métodos preventivos é providente observar a dinâmica pertinente à localidade. Assaltos ou furtos a transeuntes nos espaços públicos, por exemplo, se esgueiram relativamente da abordagem determinista já que esta é mais voltada para o âmbito privado. Em contrapartida, a abordagem humanista se mostra mais propensa em auxiliar o combate de tal prática delitiva. Como foi visto nos tipos de localidade do Capítulo 03, o crime e a violência se manifestam de forma distinta e, em muitos casos, sob condições localistas específicas. Portanto, a contextualização e um detalhado diagnóstico²⁹³ acerca da realidade local efetuado de forma séria é o primeiro passo para a instituição de medidas preventivas eficazes. Desde a eliminação pontual de pontos de venda de drogas até drásticas cirurgias no tecido urbano, as possibilidades de intervenção são amplas. Muitas vezes, os resultados, bem-sucedidos ou não, nem sempre se apresentam de modo imediato, pois dependem de outros fatores para sua avaliação como, por exemplo, impactos diretos e indiretos no ambiente construído, percepção e resposta dos indivíduos perante a intervenção, escala de abordagem, etc.

²⁹³ O Anexo IX é uma versão não definitiva de uma ficha de análise do espaço público sob o viés do crime.

A tabela abaixo fornece um breve comparativo das abordagens de prevenção do crime em relação às dimensões do espaço público. Naturalmente, tais observações são ancoradas no aporte teórico remissivo a cada abordagem e não se intenciona conformá-las como assertivas de caráter prognóstico e definitivo, mas sim, ressaltar as implicações oriundas de tal fundamentação conceitual na estruturação das diretrizes e estratégias de prevenção e, por conseguinte, a configuração dos espaços públicos urbanos.

DIMENSÕES DO ESPAÇO PÚBLICO	ABORDAGEM DETERMINISTA²⁹⁴	ABORDAGEM HUMANISTA
DIMENSÃO POLÍTICA	Pouco ou nenhum envolvimento dos indivíduos nos processos e tomadas de decisão acerca da vida comunitária; Políticas locais fragmentadas; Predominantemente individualista comprometendo a democracia.	Considerável envolvimento dos indivíduos nos processos e tomadas de decisão acerca da localidade; Políticas locais integradas; Predominantemente coletivista beneficiando a democracia.
DIMENSÃO ECONÔMICA	Valor econômico suprimido ou negligenciado; Vantajoso economicamente sob a ótica do capital privado; Comprometimento da economia informal de rua da localidade.	Valor econômico altamente incentivado e direcionado à vida urbana; Vantajoso economicamente sob a ótica da democracia; Favorecimento da economia informal de rua da localidade.
DIMENSÃO SÓCIO-CULTURAL	Anonimidade como fator de perigo; Espaço doméstico e/ou privado segregado e dissociado do domínio público; Identidade e coesão social fragmentadas; Territorialidade nítida e ruptura de relações com a localidade; Práticas sócioespaciais exercidas no interior dos arranjos e, geralmente, sem participação da vida comunal.	Anonimidade como fator de segurança; Espaço doméstico e/ou privado estendido e/ou associado ao domínio público; Identidade e coesão social consolidadas; Territorialidade nítida e preservação das relações com a localidade; Práticas sócio-espaciais exercidas no domínio público e com a participação de membros da localidade.
DIMENSÃO FÍSICA	Desenho espacial predominantemente controlado, inibidor e restritivo; Predomínio de aparatos e mecanismos físicos de proteção; Hierarquia espacial definida, altamente controlada e restrita; Pouca ou nenhuma relação com os espaços públicos adjacentes.	Desenho espacial predominantemente aberto, atrativo e acessível; Aparatos de proteção física associados a estratégias sociais de controle; Hierarquia espacial definida, permeável e acessível; Boa relação entre os arranjos e os espaços públicos adjacentes.

Tabela 04. Breve comparativo entre as abordagens determinista e humanista em relação às dimensões do espaço público. FONTE: © Do autor, 2011.

²⁹⁴ Considera-se aqui o escopo teórico do determinismo físico comum entre a Teoria do Espaço Defensável e a 1ª geração do CPTED.

Com base na Tabela 04 e nas análises feitas ao longo da dissertação foi possível constatar que a abordagem humanista é a que mais favorece o espaço público enquanto vetor estratégico de prevenção do crime e da violência. Justamente pelo fato de considerar a dimensão pública urbana, seus atributos funcionais e também reconhecer a importância das relações espaciais e formais que se sucedem diretamente sobre a interface do domínio público. A segurança é manifestada e efetivada não somente pela inserção de aparatos físicos de proteção. Logicamente que estes são necessários e, em alguns casos, imperativos, porém a segurança também é feita através da confiança dos indivíduos na localidade e do comprometimento com a vida comunal. A localidade perde sua identidade quando a continuidade e o caráter dos seus espaços públicos são rompidos. Com isso, a fragmentação social também é intensificada tanto quanto as oportunidades delitivas. Retomar ideais urbanísticos tradicionais não significa em hipótese alguma vivenciar uma nostalgia utópica, mas readequá-los de modo inteligente à realidade contemporânea das cidades e torná-los um mecanismo apto a combater as reverberações do comportamento antissocial, da violência e do crime na formulação de estratégias de prevenção.

Já a abordagem determinista se mostra menos favorável à natureza dos espaços públicos. Certos aparatos físicos de proteção e dificultamento de alvos como, por exemplo, muros ou barreiras, são mais bem empregados no âmbito privado. Justamente pela questão relacionada ao controle territorial. No domínio público, teoricamente, a acessibilidade e uso são universais aos indivíduos. Deliberar artefatos defensivos ao longo dos espaços públicos pode, em muitos casos, comprometer tanto sua vitalidade quanto funcionamento. Tanto a dinâmica funcional quanto espacial são dadas de forma distinta em ambos os domínios. Espaços públicos são inerentemente instáveis, apesar da sua vocação e predisposição para certos tipos de atividades. Do mesmo modo, a dinâmica do crime nem sempre segue a lógica espacial ou funcional existente no âmbito público. Isso pelo fato de que transgressores definem e estabelecem suas próprias regras e artifícios. E neste caso, estratégias de proteção exclusivamente físicas podem sucumbir diante da destreza e malícia dos criminosos. Eventualmente, estas podem dar a falsa impressão de segurança aos indivíduos, pois ao mesmo tempo em que os métodos de proteção e segurança se especializam, o crime também evolui paralelamente a estas alterações procurando burlar a eficácia depreendida pelos mecanismos e táticas de proteção.

Na abordagem determinista, particularmente, a Teoria do Espaço Defensável de Newman e a Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental (CPTED) de Jeffrey são exemplos de estratégias de prevenção do crime comumente encontradas no tecido urbano pelo fato do seu discurso ser facilmente traduzido em recomendações descritivas e, muitas vezes, prescritivas. Não há nenhuma espécie de comprometimento com a dimensão sócio-cultural nem com a vida urbana extramuros, muito menos com os espaços públicos adjacentes. Enclaves fortificados urbanos certamente se apresentam como o paroxismo supremo da materialização contemporânea de preceitos pautados na defensibilidade espacial na busca pela efetivação da segurança. Segurança essa, que nos últimos anos adquiriu valor mercadológico de extrema pujança nas campanhas publicitárias dos empreendedores imobiliários. A associação direta entre os termos imóvel e segurança, atualmente, intensifica categoricamente o valor de propriedade. Por outro lado, a Segunda Geração do CPTED se mostra como a mais razoável teoria dentro da categoria determinista no tocante ao espaço público. Apesar de conservar os preceitos de defensibilidade espacial, esta incorpora e considera valores da dimensão social no escopo do planejamento ampliando o campo de ação das estratégias. Seus adeptos têm plena consciência de que nem todos os indivíduos desenvolvem um sentimento de compartilhamento e sociabilidade em relação à localidade. Contudo, segundo Atlas²⁹⁵, para os defensores do CPTED da Segunda Geração, desenvolver e estreitar os laços sociais dos indivíduos e estimular o senso de pertencimento e envolvimento é a melhor garantia contra o isolamento social, o crescimento do crime e o desinteresse de ocupação.



Figura 136. Uma das cidades adeptas da 2ª Geração do CPTED, Calgary, Canadá. FONTE: © Wikimedia Commons, 2011.

²⁹⁵ Op. Cit. **ATLAS**, 2008. p.88

No contexto de ambas as abordagens, é válido ressaltar uma observação relativa à implementação das estratégias de prevenção do crime. Ao se intervir em determinado arranjo espacial onde a fala do crime se manifesta preponderantemente, em muitos casos, é dar margem ao escoamento de incidentes e oportunidades delitivas em arranjos e lacunas espaciais vulneráveis à investida criminal no entorno das unidades intervindas. A despeito do tipo de estratégia adotada, sugere-se que esta possa, além de atender prontamente o arranjo espacial degenerado – seja um conjunto habitacional ou centro de bairro, por exemplo – considerar os impactos reverberados pela intervenção nos arranjos espaciais que constituem a circunvizinhança imediata. Seria providente que o plano de ação pudesse não somente agir diretamente sobre o foco da problemática como também concentrar esforços para as áreas subjacentes com o intuito de que nas mesmas o crime não possa se desenvolver nem se proliferar. Bom exemplo disso são as Unidades de Polícia Pacificadora no Rio de Janeiro. Certas áreas pacificadas levaram traficantes se espalhar pela zona metropolitana e a migrar para localidades, próximas ou não, das antigas comunidades. Estas também se caracterizam por serem menos visadas pelos órgãos policiais. Entretanto, tal migração forçada para estas áreas, até então calmas e despreocupadas, acarretou no aumento de roubos, na redistribuição da rede de tráfico de entorpecentes e na militarização e formação de novos núcleos do crime.

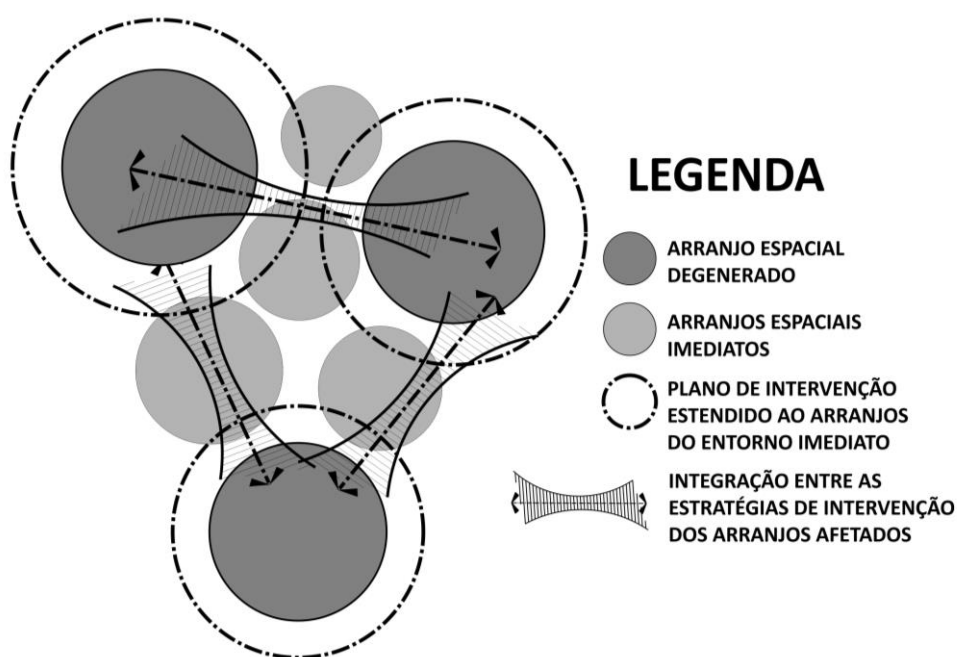


Figura 137. Esquema gráfico em relação à implantação da estratégia de prevenção. FONTE: © Do autor, 2012.

Abre-se aqui um breve parêntese acerca do espaço público carioca. Atualmente, a Cidade do Rio de Janeiro é a sede dos dois eventos esportivos mais importantes do mundo: a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Diante de tantos vultosos investimentos e consideráveis transformações urbanas, qual o papel que o espaço público tem desempenhado na definição dos processos de estruturação urbana da cidade para abrigar ambas as competições? Qual o legado que estes eventos deixarão para a cidade e seus habitantes? Em alguns bairros do subúrbio, por exemplo, como se não bastassem os processos de desapropriação e remoção, certas obras voltadas para melhoria do sistema de transportes públicos têm produzido impactos negativos na configuração espacial da localidade. Além das drásticas rupturas na tessitura física, como consequência, nota-se a flagrante residualização do espaço público, aumento de atividades criminais como assalto a pedestres, vandalismo e a intensificação da presença de usuários de drogas e desabrigados. Naturalmente que iniciativas em prol da melhoria da mobilidade urbana são perfeitamente válidas e muito bem-vindas, todavia de que forma tais intervenções estão sendo efetuadas sobre o tecido urbano da cidade? Os planos e as diretrizes abrangem o espaço público estilhaçado por estas obras infraestruturais? Existe uma previsão de melhorias para as áreas afetadas ou estas já estão lastimavelmente conformadas sob a condição *res derelicta*? Estes são meramente questionamentos recentes derivados de observações pessoais da vida pública cotidiana para pesquisas não muito distantes e que merecem ser tratados com seriedade e atenção antes que o panorama fatural adquira proporções mais graves.



Figuras 138 (a-b). Progredir sim, mas quais são os custos? Impactos urbanos da construção da Transcarioca no subúrbio de Madureira, Rio de Janeiro. (a) Pichações, assaltos e intensificação do medo e do crime; e (b) fragmentação, desertificação e esterilidade espacial. FONTE: (a-b) © Do autor, 2012.



Figura 139. É possível ter esperança de que os espaços públicos voltem a ser mais do que meros canais de circulação. Mercado livre de Ortaköy, Istanbul, Turquia. FONTE: © Brenda Machuca Muñiz (Flickr), 2007.

Na ordem do dia, a segurança urbana não é apenas um problema de natureza absoluta. A raiz que sustenta o infortúnio da insegurança nos indivíduos sobre os espaços públicos e comuns pode estar arraigada a outros problemas de grandeza maior como, por exemplo, a fome, a pobreza extrema ou a falta de condições dignas para viver. É perceptível que o caminho, apesar de longo e árduo, para efetivação de níveis aceitáveis de segurança não depende somente dos preceitos das teorias de prevenção do crime *per se*. Educação, saúde, distribuição de recursos de forma mais igualitária, oportunidades de emprego também são fatores absolutamente cruciais para o desenvolvimento humano e urbano. Assim, torna-se possível instaurar estratégias que efetivamente busquem reduzir os níveis de criminalidade e violência. A fragilidade sócio-espacial está longe de ter um fim, mas iniciativas diligentes que busquem amenizá-las, restituí-las e saná-las, devem ser estimuladas frequentemente. Estar ciente do que o contexto apresenta e, principalmente, representa para uma determinada localidade é muni-la com predicados singulares que possibilitem o florescimento da sua própria vitalidade e de seus integrantes.

Esta dissertação procurou, na medida do possível, confrontar a cruciante realidade do perverso universo do crime que gira em torno dos espaços públicos e a contribuição das estratégias preventivas em proporcionar ambiências urbanas mais seguras aos cidadãos. Pleiteia-se, também, a congregação de esforços fulcrais dos diversos atores envolvidos sempre em busca de soluções concretas na resolução dos problemas existentes e na legitimação máxima de espaços públicos democraticamente seguros. É possível afirmar que a transformação do espaço público urbano, com especial atenção ao provento da segurança urbana, deve ser efetivamente abordada no entendimento do seu contexto local e na compreensão da sua constituição sócio-espacial como produto dos processos urbanos, onde as abordagens teóricas de prevenção do crime associadas ao urbanismo como mecanismo intervencional, são habilmente capazes de auxiliar na redução dos entreveros territoriais, mazelas urbanas e contenção dos ensejos criminais através da participação das instituições responsáveis e do seu principal beneficiário: o cidadão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABELMANN, Nancy & LIE, John. **Blue Dreams: Korean Americans and the Los Angeles Riots**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1997.
- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: Do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.
- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1987.
- AMIN, Ash. **Post-Fordism: A reader**. Oxford: Blackwell, 1994.
- AMSTER, Randall. **Street people and the contested realms of public space**. New York: LFB Scholarly, 2004.
- ARBER, Sara; DAVIDSON, Kate & GINN, Jay. **Gender and ageing: changing roles and relationships**. Berkshire: McGraw-Hill International, 2003.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- ATKINSON, Rowland & BRIDGE, Gary. **Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism**. New York: Routledge, 2005.
- ATLAS, Randall I. **21st Century Security and CPTED: Designing for Critical Infrastructure Protection and Crime Prevention**. London: CRC Press, Taylor & Francis Ltd, 2008.
- AUGÉ, Marc. **Non-Places: Introduction to an anthropology of supermodernity**. London & New York: Verso Books, 1995.
- AVRITZER, Leonardo. **Democracy and the public space in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- BALL, Kirstie & WEBSTER, Frank. **The Intensification of Surveillance: Crime, Terrorism and Warfare in the Information Age**. London: Pluto Press, 2003.
- BARRETO, Gustavo A. **Building Community: An Environmental Approach to Crime Prevention**. Dissertação de Mestrado. Louisiana: Louisiana State University, 2001, 148p.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECHTEL, Robert B. & CHURCHMAN, Arza. **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley & Sons, 2002.
- BLAKE, Peter. **Form Follows Fiasco: Why Modern Architecture Hasn't Worked**. Toronto: Little, Brown & Co: Boston, 1977.
- BOGUS, Lucia & RIBEIRO, Luíz Cesar Q. (Org.) **Cadernos Metrópole**, Nº 04. São Paulo: EDUC, 2000.

BORJA, Jordi. **Citizenship and Public Space**. In: Urbanitats Nº 7, Centre of Contemporary Culture of Barcelona, Barcelona, 1998.

BORJA, Jordi & MUXÍ Zaida. **El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

BRUEGMANN, Robert. **Sprawl: a compact history**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

BRUM, Mario Sergio. **A construção da identidade de favelado a partir das relações das favelas com o Estado**. In: Seminário Nacional Região Metropolitana: Governo, Sociedade e Território, 2003, São Gonçalo. CD-ROM dos Anais do Seminário Nacional Região Metropolitana: Governo, Sociedade e Território. Rio de Janeiro: UERJ, 2003.

BRUM, Mario S. **Cidade ou favela? Visões sobre a favela a partir de depoimentos de moradores no Conjunto Habitacional da Cidade Alta**. In: VII Encontro Regional Sudeste de História Oral, Rio de Janeiro, Novembro, 2007.

BRYMAN, Alan E. **The Disneyization of Society**. London: Sage Publications, 2004.

BÜRKLIN, Thorsten & PETEREK, Michael. **Urban building blocks**. Berlin: Birkhäuser, 2008.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CARMONA, Matthew; MAGALHÃES, Claudio & HAMMOND, Leo. **Public Space: The management dimension**. New York: Routledge, 2008.

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner & TIESDELL, Steve. **Public places, urban spaces: the dimensions of urban design**. Oxford: Architectural Press, 2003.

CARR, Stephen; FRANCIS, Mark; RIVLIN, Leanne G. & STONE, Andrew M. **Public Space**. New York: Cambridge University Press, 1995.

CARVALHO, Thereza C. C. **As dimensões da habitação**. Revista Projeto. Nº 77, 1985, p. 95-103.

CENPHA/BNH. **Condições de vida em dois conjuntos habitacionais de interesse social: Cidade de Deus e Cidade Alta**. Rio de Janeiro, 1970.

CHIN, Ko-lin. **Chinatown gangs: extortion, enterprise, and ethnicity**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo: Utopia e realidades, uma antologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

CISNEROS, Henry G. From **Despair to Hope: Hope VI and the New Promise of Public Housing in America's Cities**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2009.

COHEN, Lawrence E. & FELSON, Marcus. **Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach**. American Sociological Review, Nº 44 (4), 1979, pp. 588-608.

COLQUHOUN, Ian. **Design out Crime: Creating Safe and Sustainable Communities**. London: Elsevier, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. **A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos**. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 2003.

COOPER, Rachel; EVANS, Graeme & BOYKO, Christopher. **Designing sustainable cities**. Oxford: Blackwell, 2009.

CROWE, Timothy D. **Crime prevention through environmental design: Applications of architectural design and space management concepts**. London: Butterworth-Heinemann, 1991.

CUTHBERT, Alexander R. & MCKINNELL, Keith G. **Ambiguous space, ambiguous rights - Corporate power and social control in Hong Kong**. In: Cities Journal, Elsevier Science, Vol. 14, Nº 05, 1997. pp. 295-311

DAVIS, Mike. **Cidade de quartzo: Escavando o futuro em Los Angeles**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1993.

DAVIES, Garth. **Crime, neighborhood, and public housing**. New York: LFB Scholarly, 2006.

DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

DEHAENE, Michiel & CAUTER, Lieven. **Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society**. New York: Routledge, 2008.

DONOGHUE, Jane. **Anti-Social Behaviour Orders: A Culture of Control?** London: Palgrave Macmillan, 2010.

DOUGLAS, James. **Building adaptation**. Amsterdam: Elsevier, 2006.

DUNCAN, Nancy. **BodySpace: Destabilizing Geographies of Gender and Sexuality**. London: Routledge, 1996.

EADE, John & MELE, Christopher. **Understanding the City: Contemporary and Future Perspectives**. Oxford: Blackwell, 2002.

ECK, John E. & WEISBURD, David. **Crime and Place**. Crime Prevention Studies, Volume 4. Washington, D.C.: Criminal Justice Press, 1995.

ELLIN, Nan. **Architecture of Fear**. New York: Princeton Architectural Press, 1997.

- ELLIN, Nan. **Postmodern Urbanism**. New York: Princeton Architectural Press, 1996.
- ENGLANDER, Elizabeth Kandel. **Understanding Violence**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 2006.
- ERDENTUG, Aygen & COLOMBIJN, Freek. **Urban Ethnic Encounters: The spatial consequences**. London: Routledge, 2002.
- EVANS, David J. & HERBERT, David T. **The geography of crime**. London: Routledge, 1989.
- FELSON, Marcus. **Crime and Everyday Life**, 2d edition. Thousand Oaks, CA: Pine Forge, 1998.
- FENSTER, Tovi. **Gender, Planning and Human Rights**. London: Routledge, 1999.
- FLUSTY, Steven. **De-Coca-Colonization: Making the Globe from the Inside Out**. London: Routledge, 2005.
- FRIEND, John Kimball & HICKLING, Allen. **Planning under pressure: the strategic choice approach**. Oxford: Butterworth-Heinemann, 2005.
- FRUMKIN, Howard; FRANK, Lawrence D.; JACKSON, Richard. **Urban sprawl and public health: designing, planning, and building for healthy communities**. Washington D.C: Island Press, 2004.
- FYFE, Nicholas R. **Images of the Street: Planning, identity and control in public space**. London: Routledge, 1998.
- GEHL, Jan. **Life between buildings: Using public space**. Copenhagen: The Danish Architectural Press, 2006.
- GELLER, E. Scott. **The psychology of safety handbook**. Boca Raton: CRC Press, 2001.
- GLENDINNING, Miles. **Rebuilding Scotland: the postwar vision, 1945-1975**. East Linton: Tuckwell Press, 1997.
- GONÇALVES, Rafael S. **A Política, o Direito e as Favelas do Rio de Janeiro. Um breve olhar histórico**. In: Urbana - Revista eletrônica do Centro interdisciplinar de estudo da cidade/CIEC-UNICAMP, Nº 1, 2006.
- GOODCHILD, Barry. **Homes, cities and neighbourhoods: planning and the residential landscapes of modern Britain**. Aldershot: Ashgate, 2008.
- GOSLING, David & GOSLING, Maria-Cristina. **The Evolution of American Urban Design: A Chronological Anthology**. Chichester: Wiley Academic, 2003.
- GOTTFRIED, Keith E. **Remarks of the Honorable Keith E. Gottfried**, General Counsel of the U.S. Department of Housing and Urban Development. Presentation at the Multi-Housing World Conference and Expo, September 21, 2006.

GRANT, Jill & MITTELSTEADT, Lindsey. **Types of gated communities**. In: Environment and Planning B; Planning and Design, Vol. 31, 2004, p. 913-930.

GREENE, Jack R. **The encyclopedia of police science**. New York: Routledge, 2006.

GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri. **Dicionário técnico jurídico**. 6ª ed. São Paulo: Rideel, 2004.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos do século XX**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

HANNERZ, Ulf. **Cultural complexity: Studies in the social organization of meaning**. New York: Columbia University Press, 1992.

HARGREAVES, Alec G. **Multi-Ethnic France: Immigration, Politics, Culture and Society**. New York: Routledge, 2007.

HAYS, Robert A. **The Federal Government and Urban Housing: Ideology and Change in Public Policy**. Albany: State University of New York Press, 1995.

HERZOG, Lawrence A. **Return to the center: culture, public space, and city building in a global era**. Austin: University of Texas Press, 2006.

HIRSCH, Arnold R. **Making the Second Ghetto: Race and Housing in Chicago, 1940-1960**. Chicago: University of Chicago Press, 1998.

HONDERICH, Ted. **The Oxford Companion to Philosophy**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HOU, Jeffrey. **Insurgent Public Space: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary**. New York: Routledge, 2010.

HUAT, Chua Beng & EDWARDS, Norman. **Public Space: Design, Use and Management**. Singapore: NUS Press, 1992.

HUNT, D. Bradford. **What went wrong with public housing in Chicago? A history of the Robert Taylor homes**. Illinois State Historical Society, Spring 2001.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JEFFREY, Clarence Ray. **Crime prevention through environmental design**. Beverly Hills: Sage Publications, 1971.

JENKS, Michael; BURTON, Elizabeth & WILLIAMS, Katie. **The Compact city: a sustainable urban form?** Oxford: Spon Press, 1996.

JESCHKE, Sabina; ISENHARDT, Ingrid; HEES, Frank & TRANTOW, Sven. **Enabling Innovation: Innovative Capability - German and International Views**. Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg, 2011.

JONES, Martin; JONES, Rhys & WOODS, Michael. **An Introduction to Political Geography: Space, place and politics**. London: Routledge, 2004.

JOHNSON, Louise C. **Cultural Capitals: Revaluating the Arts, Remaking Urban Spaces**. Burlington: Ashgate, 2009.

JÚNIOR, Xisto S. de S. de S. **Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social urbano**. In: Revista Formação, Nº 14, Vol. 1, Presidente Prudente: UNESP, 2007, p. 150-166.

KALYVAS, Stathis N. **The Logic of Violence in Civil War**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KELLY, Eric Damian & BECKER, Barbara. **Community Planning: An Introduction to the Comprehensive Plan**. Washington, D.C.: Island Press, 2000.

KIDOKORO, Tetsuo; OKATA, Junichiro; MATSUMURA, Shuichi & SHIMA, Norihisa. **Vulnerable Cities: Realities, Innovations and Strategies**. Tokyo: Springer, 2008.

KNOX, Paul & PINCH, Steven. **Urban Social Geography: An Introduction**. London: Prentice Hall, 2006.

KOONINGS, Kees & KRUIJT, Dirk. **Fractured cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America**. London: Zed Books, 2007.

KRIER, Robert. **Urban Space**. London: Academy Editions, 1979.

KRUG, Etienne G.; DAHLBERG, Linda L.; MERCY, James A.; ZWI, Anthony B. & LOZANO, Rafael. **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

KRUEGER, Rob & GIBBS, David. **The sustainable development paradox: urban political economy in the United States and Europe**. London: Guilford Press, 2007.

LANG, Jon. **Urban Design: A typology of Procedures and Products**. Oxford: Elsevier, 2005.

LEES, Loretta; SLATER, Tom & WYLY, Elvin. **Gentrification**. London: Routledge, 2008.

LEGATES, Richard T. & STOUT, Frederic. **The city reader**. London: Routledge, 2003.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck & MALEQUE, Miria Roseira (Org). **Espaço e Cidade: conceitos e leituras**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.

LISBOA, Roberto Senise. **Direito Civil de A a Z**. Barueri: Editora Manole, 2008.

LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia & EHRENFEUCHT, Renia. **Sidewalks: Conflict and Negotiation Over Public Space**. Cambridge: MIT Press, 2009.

LOUKAITOU-SIDERIS, Anastasia & BANERJEE, Tridib. **Urban Design Downtown: Poetics and Politics of Form**. California: University of California Press, 1998.

LOW, Setha M. **Theorizing the city: the new urban anthropology reader**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1999.

LOW, Setha M. **Urban Fear: Building the Fortress City**. City and Society № 9 (1), Annual Review, 1997, p. 53-72.

LOW, Setha M.; TAPLIN, Dana & SCHELD, Suzanne. **Rethinking urban parks: public space & cultural diversity**. Austin, TX: University of Texas Press, 2005.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LYON, David. **The Electronic Eye: The Rise of Surveillance Society**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

LYON, David. **Theorizing surveillance: The panopticon and beyond**. Devon, UK: Willan Publishing, 2006.

MACDONALD, Sharon. **A Companion to Museum Studies**. Oxford: Blackwell, 2006.

MADANIPOUR, Ali. **Design of urban space: an inquiry into a socio-spatial process**. United Kingdom: John Wiley and Sons, 1996.

MADANIPOUR, Ali. **Whose Public Space? International Case Studies in Urban Design and Development**. New York: Routledge, 2010.

MARANHÃO, Maria Helena G.; SANTOS, Élide D. & SIQUEIRA, Lúcia A. **Espaços Urbanos Seguros: Recomendações de projetos e gestão comunitária para obtenção de espaços urbanos seguros**. Olinda-PE, 2004.

MARCUSE, Peter & VAN KEMPEN, Ronald. **Globalizing cities: a new spatial order?** Oxford: Wiley-Blackwell, 2000.

MASSEY, Doreen. **Space, place, and gender**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

MATTHEWS, Roger & PITTS, John. **Crime, disorder and community safety: a new agenda?** London: Routledge, 2001.

MCGUIGAN, Jim. **Modernity and postmodern culture**. New York: McGraw-Hill International, 2006.

MELOTTI, Umberto. **Le banlieues: immigrazione e conflitti urbani in Europa**. Roma: Meltemi Editore, 2007.

MILLER, Kristine F. **Designs on the public: the private lives of New York's public spaces**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

MINISTERIO DE VIVIENDA Y URBANISMO. **Espacios urbanos seguros: Recomendaciones de diseño y gestión comunitaria para la obtención de espacios urbanos seguros**. Chile, Banco Mundial-Asociación Chilena de Municipalidades-Gobierno de Chile, 2003.

MITCHELL, Don. **The End of Public Space? People's Park, Definitions of the Public, and Democracy**. In: *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 85, No 1, 1995.

MITCHELL, Don. **The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space**. New York: Guilford Press, 2003.

MITRAŠINOVIĆ, Miodrag. **Total landscape, theme parks, public space**. Aldershot: Ashgate, 2006.

MONAHAN, Torin. **Surveillance in the Time of Insecurity**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2010.

MORÇÖL, Gökтуğ; HOYT, Lorlene; MEEK, Jack W. & ZIMMERMANN, Ulf. **Business Improvement Districts: Research, Theories, and Controversies**. Boca Raton: Auerbach Publications, 2008.

MORIARTY, Laura J. **Controversies in Victimology**. Cincinnati: Anderson, 2008.

MORRISON, Wayne. **Theoretical Criminology: from modernity to post-modernism**. London: Cavendish Publishing Limited, 1995.

MOULAERT, Frank; RODRÍGUEZ, Arantxa & SWYNGEDOUW, Erik. **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European cities**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MUMFORD, Eric. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000.

MUSTERD, Sako & SALET, Willem (Eds.). **Amsterdam Human Capital**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

NEAL, Zachary. **Seeking common ground: Three perspectives on public space**. In: *Proceedings Of The Institution Of Civil Engineers, Urban Design and Planning*, Volume 163, Issue 2, p.p 59-66, 2010.

NELL, Liza & RATH, Jan. **Ethnic Amsterdam: Immigrants and Urban Change in the Twentieth Century**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2009.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible Space**. New York: MacMillan, 1996.

NEWMAN, Oscar. **Defensible Space: Crime prevention through urban design**. New York: Macmillan, 1972.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John J. & WEINGAST, Barry R. **Violence and Social Orders: A Conceptual Framework for Interpreting Recorded Human History**. New York: Cambridge University Press, 2009.

OFFICE OF THE DEPUTY PRIME MINISTER. **Safer places**. London: Queen's printer, 2004.

ORUM, Anthony M. & NEAL, Zachary P. **Common Ground?: Readings and Reflections on Public Space**. New York: Routledge, 2009.

PACIONE, Michael. **Applied geography: Principles and practice - An introduction to useful research in physical, environmental and human geography**. London: Routledge, 1999.

PACIONE, Michael. **Urban Geography: A Global Perspective**. New York: Taylor & Francis, 2009.

PAIN, Rachel. **Space, sexual violence and social control: integrating geographical and feminist analyses of women's fear of crime**. In: Progress in Human Geography Vol. 15, December/1991. pp. 415-32

PAIN, Rachel & SMITH, Susan J. **Fear: Critical Geopolitics and Everyday Life**. Hampshire: Ashgate, 2008.

PANERAI, Philippe; CASTEZ, Jean, DEPAULE, Jean-Charles & SAMUELS, Ivor. **Urban forms: the death and life of the urban block**. Woburn: Architectural Press, 2004.

PARK, Robert E. **The City: Suggestions for the Study of Human Nature in the Urban Environment**. Chicago: University of Chicago Press, 1925.

PHILLIPS, Rhonda & PITTMAN, Robert H. **An introduction to community development**. Oxon: Routledge, 2009.

PILCHER, Jane. **Women in Contemporary Britain: An Introduction**. New York: Routledge, 1999.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Urbanismo. Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. **Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes**. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: IPP, Fevereiro de 2002.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO; BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Favela-Bairro: 10 anos integrando a cidade**. Rio de Janeiro: Banco Interamericano de Desenvolvimento, Setembro de 2003.

PUNTER, John & CARMONA, Matthew. **The design dimension of planning: theory, content, and best practice for design policies**. New York: Taylor & Francis, 1997.

RAPOPORT, Amos. **Aspectos humanos de la forma urbana**. Barcelona: Gustavo Gili, 1978.

RAPOPORT, Amos. **The meaning of the built environment: A nonverbal communication approach**. Tucson: University of Arizona Press, 1990.

REITZ, Jeffrey G.; BRETON, Raymond; DION, Karen Kiesel & DION Kenneth L. **Multiculturalism and Social Cohesion: Potentials and Challenges of Diversity**. London: Springer, 2009.

REYNALD, Danielle M. & ELFFERS, Henk. **The Future of Newman's Defensible Space Theory: Linking Defensible Space and the Routine Activities of Place**. In: European Journal of Criminology, Vol. 6 № 1, 2009, p. 25-46.

RODGER, Richard & HERBERT Joanna. **Testimonies of the City: Identity, Community and Change in a Contemporary Urban World**. Burlington: Ashgate, 2007.

ROTKER, Susana. **Citizens of Fear: Urban Violence in Latin America**. London: Rutgers University Press, 2002.

ROWE, Colin & KOETTER, Fred. **Collage city**. Cambridge: MIT, 1979.

SANTOS, Carlos Nelson F. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1988.

SANZ, Felipe Javier Hernando. **Diferentes tipos de espacios delictivos en el municipio de Madrid**. In: Boletín de la Real Sociedad Geográfica. Tomo CXXXVII- CXXXVIII, 2001- 2002, Madrid, p. 203-216.

SASSEN, Saskia. **Locating cities on global circuits**. Environment & Urbanization Vol. 14, № 1, April - Globalization and cities, 2002.

SASSEN, Saskia. **The Global City: New York, London, Tokyo**. Oxford: Princeton University Press, 2001.

SCHNEIDER, Richard H. & KITCHEN Ted. **Crime Prevention and the Built Environment**. London: Routledge, 2007.

SCHNEIDER, Richard H. & KITCHEN Ted. **Planning for crime prevention: a transatlantic perspective**. London: Routledge, 2004.

SCHNEIDER, Stephen. **Refocusing crime prevention: collective action and the quest for community**. Toronto: University of Toronto Press, 2007.

SENNETT, Richard. **Flesh and Stone: The Body and the City in Western Civilization**. New York: W.W. Norton, 1994.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHAFTOE, Henry. **Convivial Urban Spaces: Creating Effective Public Spaces**. London: Earthscan, 2008.

SIBLEY, David. **Geographies of Exclusion: Society and Difference in the West**. London: Routledge, 1995.

SIEFRING, Judith. **The Oxford Dictionary of Idioms**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

SILVA, Inaê Elias Magno. **Utopia e silêncio: vida pedestre, imagem e emoção em Brasília**. In: Cronos, Natal-RN, Vol. 9, Nº 1, Jan/Jun 2008, p. 35-64.

SKELTON, Tracey & VALENTINE, Gill. **Cool places: Geographies of youth cultures**. London: Routledge, 1998.

SMITH, Neil. **The new urban frontier: gentrification and the revanchist city**. London: Routledge, 1996.

SOJA, Edward. W. **Postmodern Geographies: The Reassertion of Space in Critical Social Theory**. London & New York: Verso, 1989.

SORKIN, Michael. **Variations on a theme park: The new American city and the end of public space**. New York: Hill and Wang, 1992.

STANILOV, Kiril. **The Post-Socialist City: Urban Form and Space Transformations in Central and Eastern Europe after Socialism**. Dordrecht: Springer, 2007.

STANKO, Elizabeth A. **Everyday Violence: Women's and Men's Experience of Personal Danger**. London: Pandora, 1990.

STANKO, Elizabeth A. **Women, Crime, and Fear**. In: Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 539, 1995. pp. 46-58

STEVENSON, Nick. **Cultural citizenship: cosmopolitan questions**. Berkshire: Open University Press, 2003.

STOLLARD, Paul. **Crime Prevention Through Housing Design**. London: Chapman and Hall, 1990.

STOLOFF, Jennifer A. **A Brief History of Public Housing**. Paper presented at the annual meeting of the American Sociological Association, August 14, Hilton San Francisco & Renaissance Parc 55 Hotel, San Francisco, CA, 2004.

SULLIVAN, Louis H. **The tall office building artistically considered**. Lippincott's Magazine, March 1896.

SULLIVAN, Ryan. **Shared Open Space: Signs of community life in the Danish suburban landscape**. Fulbright Investigation: Creative Commons, 2006.

SWANSON, Bert & SWANSON, Edith. **Discovering the Community**. New York: Ardent Media, 1977.

TASCHNER, Susana P. **Favelas e cortiços no Brasil: 20 anos de pesquisa e políticas**. Cadernos de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), São Paulo: Universidade de São Paulo, Nº 18, Mar/Abr, 1997.

TASCHNER, Susana P. **Política Habitacional no Brasil: Retrospectivas e Perspectivas**. Cadernos de Pesquisa do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação (LAP), São Paulo: Universidade de São Paulo, Nº 21, Set/Out, 1997.

TAYLOR, Ralph B. **Crime Prevention through Environmental Design (CPTED): Yes, No, Maybe, Unknowable, and All of the Above**. In: BECHTEL, Robert B. & CHURCHMAN, Arza. **Handbook of Environmental Psychology**. New York: John Wiley, 2002, p. 413-426

THWAITES, Kevin. **Urban Sustainability Through Environmental Design**. New York: Routledge, 2007.

TIBAIJUKA, Anna. **Building Prosperity: Housing and Economic Development**. London: Earthscan, 2009.

TONKISS, Fran. **Space, the city and social theory: Social relations and urban forms**. Cambridge: Polity Press, 2005.

TRANCIK, Roger. **Finding Lost Space: Theories of Urban Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1986.

TSENKOVA, Sasha & NEDOVIĆ-BUDIĆ, Zorica. **The urban mosaic of post-socialist Europe: space, institutions and policy**. Leipzig: Physica-Verlag Heidelberg, 2006.

UN-HABITAT. **Enhancing urban safety and security: global report on human settlements 2007**. UK and USA: Earthscan, 2007.

UN-HABITAT. **Understanding slums: Case studies for the Global Report on Human Settlements**. London: Earthscan, 2003.

UNITED NATIONS. **Report on the World Social Situation: Social Vulnerability: Sources and Challenges**. New York: United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2003.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VALENTINE, Gill. **The geography of women's fear**. In: Area 21, 1989. pp. 385-390

VAN DEN BERG, Leo. **The safe city: safety and urban development in European cities**. Burlington: Ashgate, 2006.

VAN DER HOEVEN, F. & ROSEMAN, Jürgen (Eds). **Urban transformations and sustainability: progress of research issues in urbanism**. Amsterdam: IOS Press, 2005.

VIEIRA, Liése Basso. **Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais**. Dissertação de Mestrado. PROPUR-UFRGS, 2002. 310p.

VOGEL, Ronald K. **Handbook of Research on Urban Politics and Policy in the United States**. London: Greenwood Press, 1997.

WARBURTON, Nigel. **Ernö Goldfinger: the life of an architect**. London: Routledge, 2004.

WEISBURD, David; BERNASCO, Wim & BRUINSMA, Gerben J. N. **Putting Crime in its Place: Units of Analysis in Geographic Criminology**. New York: Springer, 2009.

WHITZMAN, Carolyn. **The handbook of community safety, gender and violence prevention: practical planning tools**. UK & USA: Earthscan Publishings, 2008.

WHYTE, William Hollingsworth. **The Social Life of Small Urban Spaces**. Washington DC: The Conservation Foundation, 1980.

WILSON, James Q. & HERRNSTEIN, Richard J. **Crime and Human Nature**. New York: Simon and Schuster, 1985.

WILSON, Janet K. **The Praeger Handbook of Victimology**. Oxford: LLC, 2009.

WOOD, Elizabeth. **Housing Design: A Social Theory**. New York: Citizens Housing and Planning Council, 1961.

WORPOLE, Ken & GREENHALGH, Liz. **The freedom of the city**. London: Demos, 1996.

WUNDERLICH, Jens-Uwe & WARRIER, Meera. **A Dictionary of Globalization**. London: Routledge, 2007.

YIFTACHEL, Oren; LITTLE, Jo; HEDGCOCK, David & ALEXANDER, Ian. (Ed.) **The power of planning: spaces of control and transformation**. The GeoJournal library, Vol. 67. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2001.

YOUNG, Jock. **The vertigo of late modernity**. London: Sage, 2007.

ZIJDERVELD, Anton C. **Steden zonder stedelijkheid: cultuursociologische verkenning van een beleidsprobleem**. Deventer: Van Loghum Slaterus, 1983.

ZUKIN, Sharon. **The culture of cities**. Cambridge: Blackwell, 1995.

ZUKIN, Sharon. **Landscapes of power: From Detroit to Disneyworld**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1991.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://clickindiscreto.blogspot.com.br>

<http://wikipedia.org>

<http://www.flickr.com>

<http://www.panoramio.com>

<http://www.vitruvius.com.br>

<http://www.isp.rj.gov.br>

<http://synccity.blogspot.com.br/2012/03/marseille-integrative-model-for-inner.html>

ANEXO I

TIPOLOGIAS DO COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

A) MAU USO DO ESPAÇO PÚBLICO

- Abuso de substâncias ou narcóticos (uso de drogas, inalação de substâncias voláteis, descarte de seringas ou parafernália associadas ao uso de drogas);
- Tráfico de drogas (Presença de usuários e traficantes, pontos de venda de narcóticos, *bocas de fumo, cabeças de porco*);
- Comportamento agressivo, uso excessivo de álcool (bêbados e mendigos);
- Prostituição (Abordagem de clientes, anúncios e propagandas ilícitos, descarte de preservativos, atentado ao pudor);
- *Kerb-crawling* (Atividade de dirigir vagarosamente ao longo do meio-fio para conversar com uma prostituta à beira da calçada e contratar serviços);
- Vagabundagem e incômodo a residentes e/ou pedestres;
- Acampamentos ilegais (usuários de drogas, mendigos, desabrigados, etc.);
- Estacionamento ilegal, veículos abandonados utilizados como moradia por mendigos;
- Atos sexuais (Conduta sexual inapropriada, atentado ao pudor).

B) DESRESPEITO PELA LOCALIDADE OU PELO BEM-ESTAR

- Ruído (Perturbação da ordem urbana, veículos e motos barulhentos em horários inapropriados, música alta, alarmes acionados propositalmente; barulhos e ruídos oriundos de bares e/ou discotecas, etc.);
- Comportamento desordeiro (Gritaria, altercações, xingamentos, brigas, altercações entre grupos, discussões entre indivíduos alcoolizados, etc.);
- Comportamento incômodo (Incêndios, urinação em público, escalamento de muros e fachadas, obstrução de acesso às áreas comunitárias, jogos em locais proibidos ou inapropriados, esvaziamento de pneus, mendicância, etc.);
- Perturbação da paz e da ordem da localidade através de chamadas falsas para a polícia e/ou corpo de bombeiros.

C) ATOS DIRECIONADOS AOS INDIVÍDUOS

- Intimidação e assédio (Ameaças feitas por grupos, abuso verbal, *bullying*, perseguição, gesticulação obscena, etc.);
- Discriminação (Por raça, orientação sexual, gênero, religião, deficiência, idade, etc.) e, por conseguinte, ataques e investidas violentas sobre os indivíduos ou grupos vulneráveis.

D) DANOS AMBIENTAIS

- Danos de natureza penal e vandalismo (Pichação, danos contra abrigos de ônibus, cabines telefônicas, quiosques, anúncios publicitários, vegetação, edificações, patrimônio público, etc.);
- Sujeira e entulhos (Depredação e esvaziamento de latas e caçambas de lixo, espalhamento de lixo e/ou detritos, etc.)

ANEXO II

Constituição Federal - CF - 1988

Título V

Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas

Capítulo III

Da Segurança Pública

Art. 144 - A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

ANEXO III

TIPOLOGIA DOS ESPAÇOS DELITIVOS

ESCALA	PÚBLICO	PRIVADO ¹
MICROESCALA	PÁTIOS, ÁTRIOS, ESCADAS, PASSARELAS, PASSAGENS SUBTERRÂNEAS, ABRIGOS DE ÔNIBUS	QUINTAIS, PÁTIOS INTERNOS, CORREDORES, PORTARIAS
MESOESCALA	PRAÇAS, LARGOS, CALÇADAS, JARDINS PÚBLICOS, ÁREAS DESTINADAS AO LAZER, QUADRAS ESPORTIVAS, PASSEIOS, ESTAÇÕES DE TREM E METRÔ	JARDINS, ESTACIONAMENTOS RESIDENCIAIS, ÁREAS DE DESCANSO
MACROESCALA	ESPLANADAS, PARQUES PÚBLICOS, ANFITEATROS, TERRENOS OCIOSOS, VAZIOS URBANOS E INDUSTRIAIS, BOSQUES, PRAIAS	ESTACIONAMENTOS DE GRANDES ESTABELECIMENTOS COMO SHOPPING-CENTERS, CENTROS DE ENTRETENIMENTO E SUPERMERCADOS

¹ Cabe ressaltar que espaços delitivos de caráter privado aqui são considerados como espaços livres privados passíveis de acesso através dos espaços públicos contíguos e vulneráveis às investidas criminais diante das oportunidades delitivas.

ANEXO IV

FACÇÕES CRIMINOSAS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO²⁹⁴

I. COMANDO VERMELHO (CV)

Comando Vermelho é o nome de uma organização criminosa do Brasil. Criada em 1979 no presídio Cândido Mendes, Ilha Grande, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comum e presos políticos de esquerda, membros da Falange Vermelha, que lutaram contra a ditadura militar. Durante toda a década de 1990, o Comando Vermelho foi uma das organizações criminosas a mais poderosa do Rio de Janeiro, mas atualmente, seus líderes foram presos ou mortos.

O Comando Vermelho ainda controla partes da cidade e ainda é comum encontrar ruas pichadas com as letras "CV" em muitas favelas do Rio de Janeiro. Os principais grupos rivais do Comando Vermelho são o Terceiro Comando Puro (TCP) e Amigos dos Amigos. O TCP surgiu a partir de luta por poder entre os líderes do CV em meados da década de 1980. Entre os integrantes da facção que se tornaram notórios depois de suas prisões, estão Fernandinho Beira-Mar, Marcinho VP, Mineiro da Cidade Alta e Elias Maluco.

II. COMANDO VERMELHO JOVEM (CVJ)

Comando Vermelho Jovem era uma facção criminosa carioca, que ora atuava de forma autônoma, ora atuava como uma ala do Comando Vermelho, da qual foi uma dissidência, e que era mais frequentemente citada nas páginas policiais durante os anos noventa do século 20. No início do século 21, esta facção parece ter sido novamente reagrupada pelo Comando Vermelho, desaparecendo. Alguns dos antigos líderes do CVJ, tais como Marcinho VP, Fernandinho Beira-Mar, acabaram tornando-se mais tarde alguns dos mais poderosos líderes do CV.

²⁹⁴ FONTE: <http://pt.wikipedia.org>, Acessado em 19 de dezembro de 2009.

III. TERCEIRO COMANDO (TC)

O Terceiro Comando é uma facção criminosa carioca, surgida como contraponto ao Comando Vermelho depois de 1994. Ao contrário da facção rival, os detalhes de sua criação ainda são obscuros, mas acredita-se que tenha surgido a partir da Falange Jacaré, que se opunha ao CV já nos anos oitenta. Outros consideram que o TC surgiu de uma dissidência do Comando Vermelho e por policiais que passaram para o lado do crime, como o traficante Zaca, que foi policial militar e disputou sangrenta guerra com o traficante Marcinho VP no morro Dona Marta na zona Sul do Rio de Janeiro. O TC Passou a dominar pontos de venda a partir das zonas Oeste e Norte, áreas mais periféricas da cidade do Rio de Janeiro. Aliou-se à facção ADA (Amigos dos Amigos), em 1998, fortalecendo e ampliando a organização. Em 2002, surge uma dissidência, o Terceiro Comando Puro, liderada pelo traficante Facão.

Em Setembro de 2002, Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, um dos líderes do Comando Vermelho, articulou uma rebelião no presídio de Bangu I, em que foram executados as principais líderes do TC, dentre eles o traficante Ernaldo Pinto Medeiros, o Uê. Celsinho da Vila Vintém, da ADA, foi acusado de traidor, o que gerou a divisão entre TC e ADA. Após isso os traficantes do TC então passaram à ADA ou partiram de vez para o TCP. Porém, as divisões quase enfraqueceram o TC, que atualmente controla favela de Parada de Lucas.

IV. TERCEIRO COMANDO PURO (TCP)

O Terceiro Comando Puro é uma organização criminosa carioca, surgida no Complexo da Maré no ano de 2002, a partir de uma dissidência do (Terceiro Comando), liderada pelo Traficante Facão. Desde setembro de 2002, o TCP domina pontos de venda nas zonas Norte e Oeste, mais especificamente no bairro de Senador Camará, tendo pouca expressão no Centro e na Zona Sul. Em Senador Camará, as principais favelas são: Coréia, Rebu, Cavalo de Aço e Vila Aliança. A partir de 2005, porém, começou, como outras facções, a sofrer baixas com a ação das milícias.

V. TERCEIRO COMANDO JOVEM (TCJ)

Terceiro Comando Jovem era uma facção criminosa carioca formada nos anos noventa como uma espécie de ala juvenil do Terceiro Comando, por oposição ao Comando Vermelho Jovem. Desde a cisão entre o Terceiro Comando e o ADA ocorrido após o massacre promovido por Fernandinho Beira-Mar no Presídio Bangu I em 2002, não se tem tido mais notícias desta facção, considerada por muitos como extinta.

VI. AMIGOS DOS AMIGOS (ADA)

Amigos dos Amigos (ADA) é uma das três facções criminosas que dominam os pontos de venda de drogas no estado do Rio de Janeiro. A facção surgiu dentro dos presídios do Rio de Janeiro durante os anos 90, logo se aliando ao Terceiro Comando, para diminuir o poderio do Comando Vermelho. Seu fundador, Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, foi expulso do Comando Vermelho após matar o então líder da facção, Orlando Jogador. Na cadeia, se uniu a Celso Luís Rodrigues, o Celsinho da Vila Vintém e a José Carlos dos Reis Encina, o Escadinha. O ADA hoje mantém alguns poucos fortes complexos, como favela da Rocinha.

VII. MILÍCIA - RIO DE JANEIRO

As milícias são grupos criminosos formados por policiais e bombeiros, fora de serviço ou na ativa, que controlam por meio de contribuições dezenas de favelas da cidade do Rio de Janeiro, principalmente na zona oeste carioca. Estes grupos parapoliciais atuam em conjunto com a Guarda Municipal, o Sindicato dos Guardadores de Veículos e o respaldo de políticos e lideranças comunitárias locais. Mais de 200 favelas estariam sob o controle de milícias, que oferecem segurança aos moradores dessas comunidades. Há relatos de emprego de violência e intimidações contra aqueles que denunciam suas atividades ilegais. Além da cobrança de tributos de moradores, os milicianos controlam o fornecimento de muitos serviços aos moradores, geralmente a preços mais altos, incluindo a venda de gás, eletricidade e outros sistemas de transporte privado, além da instalação de ligações clandestinas de televisão a cabo.

ANEXO V

ESPAÇO OFENSÁVEL (OFFENSIBLE SPACE)²⁹⁵

Este anexo busca elucidar, de forma breve, o conceito de espaço ofensável mencionado no Capítulo 3 da presente dissertação. Em uma analogia reversa, o conceito de espaço ofensável²⁹⁶ adota, de forma ilegal, os princípios do espaço defensável postulados por Oscar Newman. Intuitivamente, transgressores e criminosos começaram a compreender melhor conceitos de territorialidade, vigilância, controle de acesso e, em contrapartida, passaram a incorporar estes princípios de ordem determinista para propósitos ilícitos ao gerar espaços seguros destinados ao crime, os chamados espaços ofensáveis. Tais espaços geram uma preocupação relevante na estrutura espacial cingida pelos transgressores ao delimitar seus territórios. Em contrapartida ao espaço defensável, infratores e criminosos estabelecem um tipo de inversão da ordem dos princípios definidos por Newman, muitas vezes de forma incôscia e maquinal, na estruturação e organização da ambiência física para propósitos criminais. É dito de forma incôscia e maquinal pelo fato dos transgressores destituírem do conhecimento técnico-acadêmico atinente aos princípios e idéias defendidas por Newman.



Figura 140. Barricada feita pelo tráfico na entrada da Favela da Grotta, Complexo do Alemão.

FONTE: © Márcia Foletto, 2010.

²⁹⁵ ATLAS, Randall. **The other side of CPTED**. In: Security Management, 1991.

²⁹⁶ A despeito do caráter neológico, adotou-se a tradução do termo *offensible* como ofensável por estar associado ao sentido de ofensivo, de ataque, em contraponto com o sentido de defesa do termo *defensible*.

Segundo Atlas, é constatada a factual existência de dois elementos fundamentais que viabiliza a organização do espaço ofensável: recursos financeiros e consenso²⁹⁷. Criminosos detêm de consideráveis insumos financeiros e vultosas quantidades de dinheiro, obtidos ilicitamente, seja através da atividade do tráfico ou através de roubos, assaltos ou outra fonte de renda ilegal, possibilitando as mudanças físicas, logísticas e operacionais necessárias para personificar sua segurança e, conseqüentemente, alterando a configuração espacial da localidade. O consenso é obtido através da imposição do controle absoluto do território através da coerção, poder de intimidação e prontidão de terceiros no auxílio e execução das intenções e tomadas de decisão acerca dos negócios ilícitos.

Existe uma considerável semelhança entre o espaço defensável e o espaço ofensável no que concerne às suas características básicas de implantação, cujo tal parentesco é alterado em razão das exigências particulares a cada caso. Enquanto no espaço defensável a localidade busca meios de se proteger do crime e evitar a degradação, o espaço ofensável conversivamente busca resguardar-se das investidas policiais e facções rivais em prol da defesa do seu território. Não essencialmente, territórios ou espaços sob o domínio do crime devem ter o aspecto depredado ou esbandalhado. Contudo, áreas debilitadas e privadas de serviços e recursos são propensas a abrigar ilegalidades desta natureza, já que a ausência de assistência ou benefícios por parte das autoridades ou a escassez de recursos próprios para benfeitorias locais, conduz à exposição e inclinação de serem submetidas à apropriação espacial por parte dos infratores acarretando na transfiguração da identidade local e afetando seriamente aspectos de ordem social e cultural.



Figuras 141 (a-b). Barricadas para dificultamento da ação policial na (a) Favela de Acari e (b) em Vila Kennedy, Rio de Janeiro. FONTE: (a) © Guilherme Pinto/Extra, 2011 e (b) © Agência O Dia/Arquivo, 2011.

²⁹⁷ O sentido de consenso empregado pelo autor significa a imposição determinada pelos transgressores. ATLAS, 2009. Op. Cit. p.20

Em uma análise comparativa entre o espaço defensável e o espaço ofensável, é possível perceber as semelhanças no procedimento de estruturação espacial:

ESPAÇO DEFENSÁVEL	ESPAÇO OFENSÁVEL
Identificação dos criminosos e infratores	Vigilantes e sentinelas a postos para o monitoramento de investidas policiais, estranhos ou grupos rivais
Vigilância natural (Controle passivo)	Domínio de acesso (Controle ativo)
Notificação dos problemas existentes à polícia	Notificação da chegada de policiais ou inimigos para promover ação rápida de deslocamento ou combate
Busca pelo estabelecimento de uma rede de comunicações	Rede de comunicações estabelecida
Melhoramento da ambiência física para reduzir oportunidades do crime e violência.	Melhorias mecânicas para proteção contra investida policial ou incursão de adversários potenciais
Territorialidade demarcada espacialmente e simbolicamente	Territorialidade demarcada espacialmente e simbolicamente

Tabela 05 – Comparativo os princípios de defensibilidade. FONTE: Do autor com base em ATLAS, 2008.

O controle sobre a localidade, acessibilidade, vigilância e características de territorialidade são praticados de forma negativa contribuindo para a degradação da localidade e suscitando uma imagem denegrida. Estudos feitos por Atlas na observação do espaço ofensivo constataram algumas características atinentes ao controle de acesso, estratégias de vigilância e aspectos configuracionais do território:

- Subordinados em sistema de vigília fazendo triagem em favor dos criminosos para determinar quem estaria qualificado a ganhar acesso ao local para comprar drogas ou efetuar outro tipo de transação ilícita;
- Vão fechados com grades ou outro tipo de vedação similar de modo que permita a visualização das atividades no exterior;
- Posicionamento de sentinelas em pontos estratégicos, tais como telhados, edificações localizadas em esquinas, escadarias, etc., com o intento de assegurar o controle visual da movimentação na localidade;
- Ausência de elementos que obstruam a passagem caso haja a necessidade de fuga; etc.



Figura 142. Policiais liberando vias de acesso na Favela do Jacarezinho, Rio de Janeiro.

FONTE: © Marcos de Paula/AE, 2012

Estas particularidades não conformam padrões definitivos da adaptação dos espaços sob o controle territorial em partido dos infratores, todavia entabulam os requisitos mínimos na modelação e ratificação da autoridade deferida pelos mentores na sistematização da esfera criminal e gerando razoável impenetrabilidade apta a resistir à entrada da polícia ou ao ataque de invasores potenciais. O reforço dos padrões de poder e territorial engendram automaticamente novas formas de segregação no espaço público, que por sua vez torna-se menos utilizado e atrofia ou relega o conglomeramento de atividades existentes.

ANEXO VI

RELAÇÃO DAS ÁREAS INTEGRADAS DE SEGURANÇA PÚBLICA (AISP)

DO ESTADO E CIDADE DO RIO DE JANEIRO

AISP 1 - Estácio, Rio Comprido, Cidade Nova, Catumbi, Santa Teresa e Centro (parte I)

AISP 2 - Glória, Catete, Flamengo, Botafogo, Laranjeiras, Cosme Velho, Humaitá e Urca

AISP 3 - São Francisco Xavier, Rocha, Riachuelo, Sampaio, Jacaré, Jacarezinho, Engenho Novo, Maria da Graça, Del Castilho, Cachambi, Lins de Vasconcellos, Méier, Engenho de Dentro, Todos os Santos, Água Santa, Encantado, Piedade, Abolição, Pilares, Tomás Coelho, Engenho da Rainha e Inhaúma.

AISP 4 - Caju, Vasco da Gama, São Cristóvão e Mangueira

AISP 5 - Santo Cristo, Gamboa, Saúde e Centro (parte II)

AISP 6 - Praça da Bandeira, Maracanã, Vila Isabel, Andaraí, Tijuca, Grajaú e Alto da Boa Vista

AISP 7 - São Gonçalo

AISP 8 - São Fidélis, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana

AISP 9 - Quintino Bocaiúva, Cascadura, Madureira, Campinho, Praça Seca, Engenheiro Leal, Cavalcanti, Turiaçu, Oswaldo Cruz, Bento Ribeiro, Marechal Hermes, Vaz Lobo, Vicente de Carvalho, Vila Kosmos, Vila da Penha, Irajá, Vista Alegre, Coelho Neto, Acari, Colégio, Rocha Miranda, Honório Gurgel, Barros Filho, Costa Barros, Parque Columbia e Pavuna.

AISP 10 - Rio Claro, Piraí, Pinheiral, Mendes, Barra do Piraí, Valença, Rio das Flores, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes.

AISP 11 - Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Bom Jardim, Nova Friburgo, Macuco, Trajano de Moraes e Santa Maria Madalena.

AISP 12 - Niterói e Maricá

AISP 13 - Centro do Rio de Janeiro

AISP 14 - Guadalupe, Deodoro, Anchieta, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Vila Militar, Campo dos Afonsos, Jardim Sulacap, Magalhães Bastos, Realengo, Padre Miguel, Bangu, Gericinó e Senador Camará.

AISP 15 - Duque de Caxias

AISP 16 - Complexo do Alemão, Olaria, Penha, Penha Circular, Brás de Pina, Cordovil, Parada de Lucas, Vigário Geral e Jardim América.

AISP 17 - Cidade Universitária, Galeão, Portuguesa, Jardim Guanabara, Jardim Carioca, Moneró, Cacuia, Ribeira, Zumbi, Pitangueiras, Praia da Bandeira, Cocotá, Tauá, Bancários, Freguesia e Bananal.

AISP 18 - Vila Valqueire, Tanque, Taquara, Pechincha, Freguesia, Cidade de Deus, Curicica, Gardênia Azul, Anil e Jacarepaguá.

AISP 19 - Copacabana e Leme

AISP 20 - Nilópolis, Mesquita e Nova Iguaçu

AISP 21 - São João de Meriti

AISP 22 - Ramos, Maré, Bonsucesso, Higienópolis, Manguinhos e Benfica.

AISP 23 - Ipanema, Lagoa, Jardim Botânico, Leblon, Gávea, Vidigal, Rocinha e São Conrado.

AISP 24 - Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Japeri e Queimados

AISP 25 - Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, Arraial do Cabo, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Armação de Búzios.

AISP 26 - Petrópolis

AISP 27 - Santa Cruz, Paciência e Sepetiba

AISP 28 - Porto Real, Quatis, Volta Redonda e Barra Mansa

AISP 29 - Laje do Muriaé, São José de Ubá, Italva, Itaperuna, Cardoso Moreira, Bom Jesus de Itabapoana, Natividade, Porciúncula e Varre-Sai.

AISP 30 - Carmo, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto e Teresópolis

AISP 31 - Joá, Itanhanga, Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes, Camorim, Vargem Pequena, Vargem Grande

AISP 32 - Casemiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Conceição de Macabu, Carapebus e Quissamã

AISP 33 - Mangaratiba, Angra dos Reis e Parati

AISP 34 - Magé e Guapimirim

AISP 35 - Itaboraí, Tanguá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu e Silva Jardim

AISP 36 - São Sebastião do Alto, Itaocara, Aperibé, Santo Antônio de Paduá, Miracema e Cambuci

AISP 37 - Resende e Itatiaia

AISP 38 - Sapucaia, Três Rios, Areal, Comendador Levy Gasparian e Paraíba do Sul

AISP 39 - Santíssimo, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba

AISP 40 - Belford Roxo

ANEXO VII

DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS URBANOS SEGUNDO ESCALAS URBANAS E AGENTES DE IMPLANTAÇÃO

AGENTES				EQUIPAMENTOS	ESCALAS URBANAS		
PRIVADO	PÚBLICO				VIZINHANÇA	BAIRRO	CIDADE
P	M	E	F	CRECHE	•	•	
P	M	E	F	PRÉ-ESCOLAR	•	•	
P	M	E	F	ESCOLA DE 1º GRAU	•	•	
P	M	E	F	ESCOLA DE 2º GRAU	•	•	
		M	E	F		•	•
		M	E	F		•	•
		M	E	F		•	•
P	M	E	F	HOSPITAL			•
	M	E	F	PRAÇA E ÁREAS VERDES	•	•	•
		E	F	PARQUES			•
		E	F	RESERVA FLORESTAL			•
P		E	F	CEMITÉRIO			•
P	M			MERCADO	•	•	•
P		E		MATADOURO			•
		E	F	CORPO DE BOMBEIROS		•	•
	M	E	F	DELEGACIA		•	•
	M	E		POSTO POLICIAL	•	•	•
P	M	E		POSTO TELEFÔNICO	•	•	•
	M	E	F	CORREIO E TELÉGRAFOS	•	•	•
	M	E	F	RODOVIÁRIA			•
	M	E	F	EDIFÍCIOS PÚBLICOS ADMINISTRATIVOS	•	•	•
P		E	F	INSTALAÇÕES DE INFRA-ESTRUTURAS			•

(P) PRIVADO – **(M)** MUNICIPAL – **(E)** ESTADUAL – **(F)** FEDERAL

FONTE: Carlos Nelson F. Santos. **A cidade como um jogo de cartas**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1988.

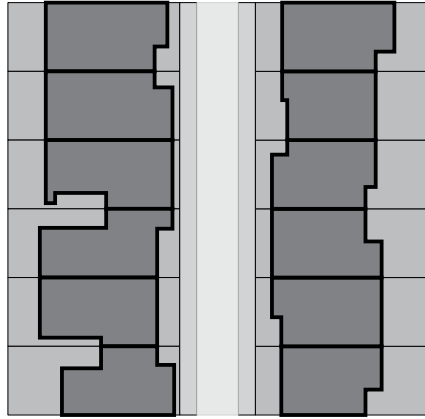
ANEXO VIII - QUADRAS URBANAS

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Constitutivamente as entradas e acessos às edificações são orientados em direção à rua, definindo o renque espacialmente e funcionalmente. Do ponto de vista econômico, o repetido uso de um mesmo protótipo facilita a construção das edificações, porém dependendo do grau de utilização pode tornar a paisagem homogênea e monótona.

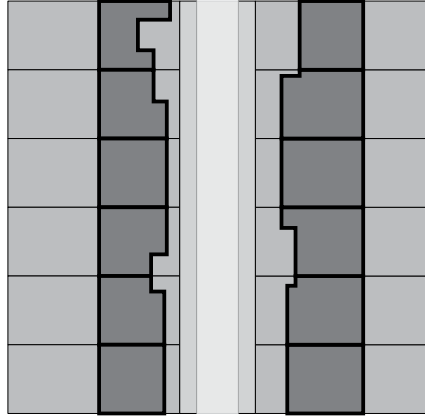
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Através da conexão direta com a rua, renques formam espaços urbanos claros e distinguíveis. Devido à sua orientação espacial, renques se caracterizam por uma definida demarcação espacial entre frente e fundos.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Em razão da eficiência econômica de elementos de construção padronizados, o renque oferece a vantagem de economizar espaço e custos desde que as edificações sejam erguidas em parcelas e lotes estreitos. Renques são ideais para implantação de usos mistos como, por exemplo, comercial no andar térreo e residencial nos pavimentos superiores.

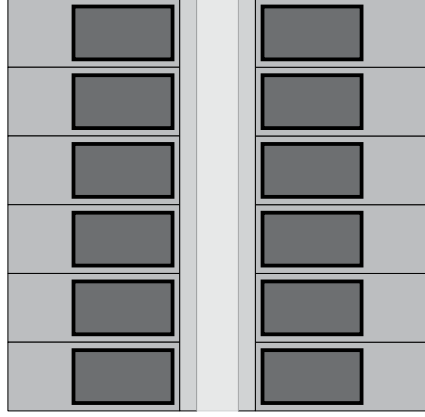
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Borneo Sporenburg, Amsterdam, Holanda



Los Angeles, Califórnia, Estados Unidos

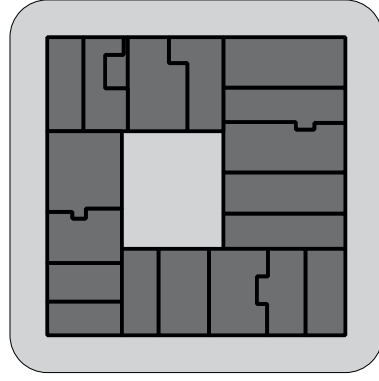
1. Tipologias urbanas extraídas de BÜRKLIN, Thorsten & PETEREK, Michael. **Urban building blocks**. Berlin: Birkhäuser, 2008.

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Consiste de um agrupamento de lotes no qual é circundado e acessado por todos os lados da rua. Possuem variações geométricas da mesma forma como suas esquinas constituintes.

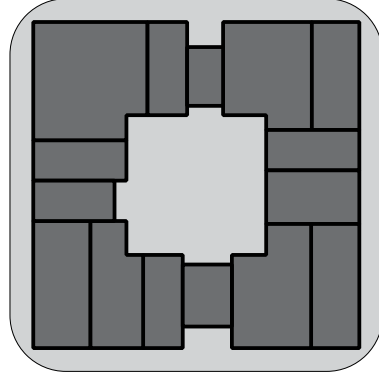
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O bloco perimetral é conectado à rede de ruas da cidade e alinhamento das construções os quais o definem espacial e geometricamente. Em virtude da sua racionalidade, permite um alto grau de densidade urbana e diversidade morfológica.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: É conveniente e adaptável a diversos usos e funções, especialmente se de caráter misto, devido à sua ligação direta com sistemas espaciais mais amplos. Seu interior pode ser adaptado às necessidades das edificações constituintes como pátios internos, estacionamentos ou áreas comunitárias.

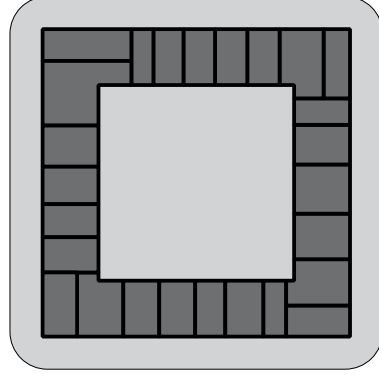
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Prenzlauer Berg, Berlim, Alemanha



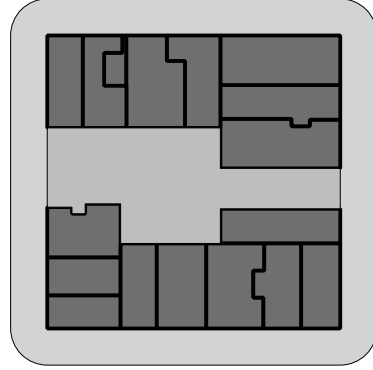
8º Arrondissement, Paris, França

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Morfologicamente é dado da mesma maneira que o bloco perimetral, entretanto seu acesso é dado pelo lado interno do bloco. O interior do bloco é considerado com unidade complementar às edificações constituintes da quadra. É destituído de relação direta com o sistema integrado das ruas e rotas de acesso pelo fato de se conformar endogenamente.

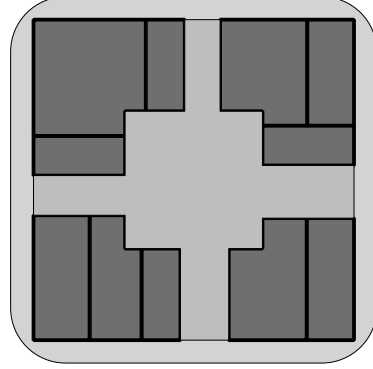
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Em geral é de caráter semipúblico e não são interconectados. Formalmente são independentes da estrutura como um todo e são menos adequados para integração urbana.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Geralmente utilizado como modelo para habitação social ou coletiva. Também é propício para desenvolvimento da alta densidade assim como boa concentração de diversidade de usos.

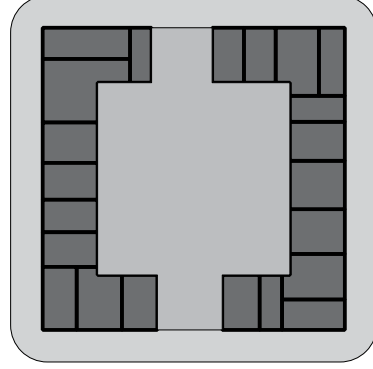
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Velká Ohrada, Praga, República Tcheca



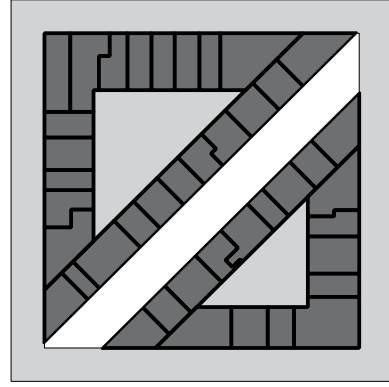
Chatterton e Denby, Leichworth, Reino Unido

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Na maioria dos casos é relacionado a uma rua ou passagem coberta. Por esta razão, somente é acessível aos pedestres. Pode ou não ser fechado em suas extremidades durante o período noturno. Sua morfologia pode ser variada, mas em geral é encontrada sob a forma de um corredor ou cruzamento de dois corredores.

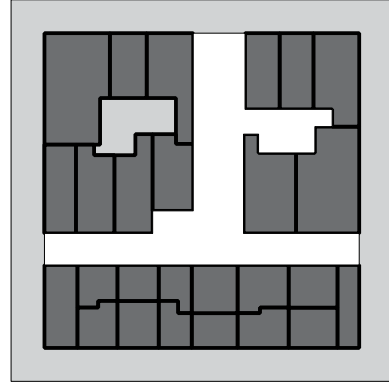
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Geralmente opera como caminhos articuladores dentro do tecido urbano entre espaços ou ruas principais, embora, em muitos casos, sua conformação soe ambígua no que concerne à acessibilidade plena.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Fundamentalmente influenciados por considerações econômicas na qual se manifesta pelo seu caráter comercial e/ou serviços.

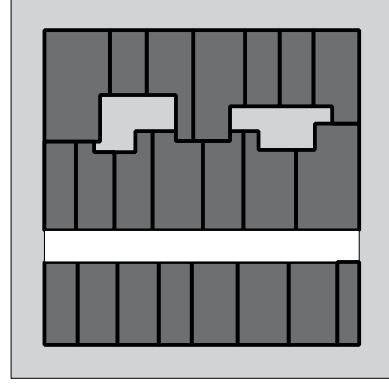
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I

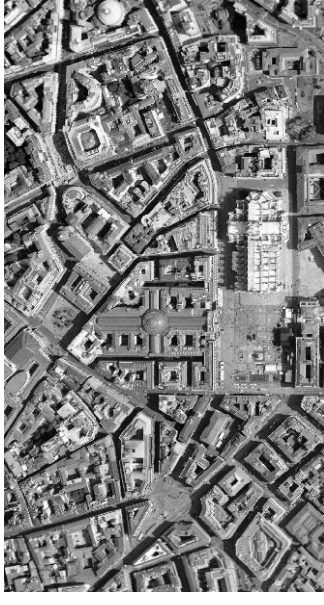


TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Galeria Vittorio Emanuele, Milão, Itália



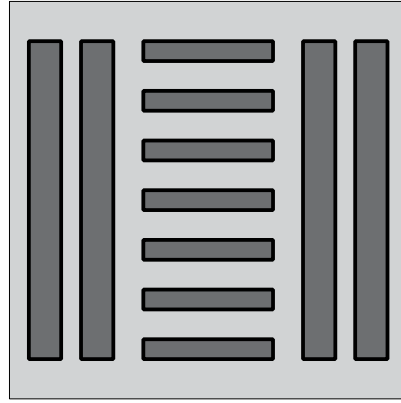
Galeria Burlington, Londres, Reino Unido

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Considerado como exemplo mais avançado do modelo em renque, entretanto não mantém nenhuma relação espacial direta com a rua. Por estar desvinculado de uma relação formal com a rua, pode ser orientado mais livremente. Geralmente é padronizado e repetido exaustivamente. Podem ser retilíneos, angulares ou curvilíneos.

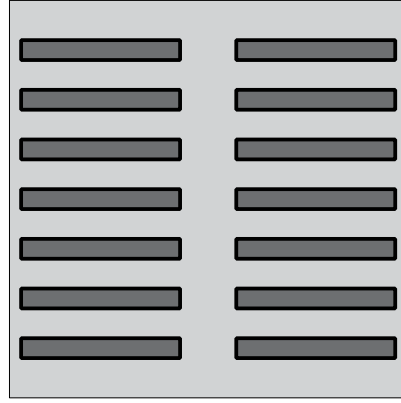
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Quando não são fechados, pode haver uma falta de legibilidade entre espaços públicos e privados. Quando reproduzidos em demasia, produzem grandes lacunas espaciais entre os blocos, fragilizando a estrutura urbana.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Em geral é destinado ao uso residencial. Podem estar alinhados paralelamente às ruas ou de forma perpendicular. Pelo fato de estarem desprendidos de limites fixos, aumenta o grau de permeabilidade do solo.

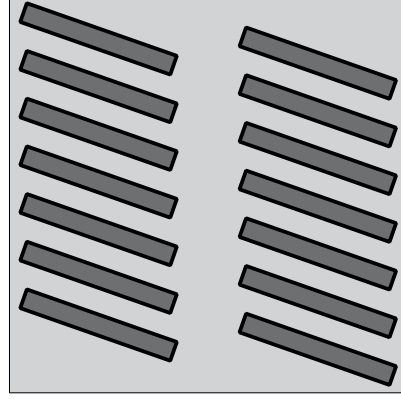
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Chertanovo Yuzhnoe, Moscou, Rússia



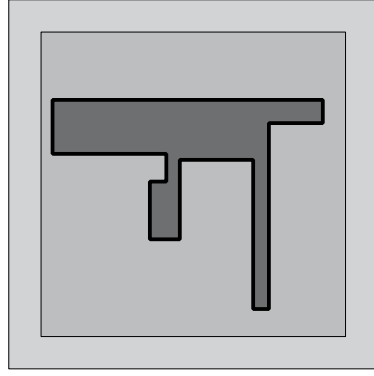
Lisen, Brno, República Tcheca

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Se refere a uma edificação isolada no lote, cuja pode ser facilmente identificável no seu entorno urbano. Em geral, são edificações bastante distintivas em relação ao seu porte, dimensão, geometria ou qualidades arquitetônicas. Quando não destacadas da estrutura urbana, sua distintividade é oriunda das unidades formadoras do todo.

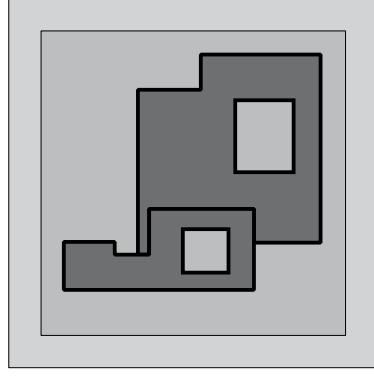
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Em geral, não estabelece nenhuma relação direta com as edificações ao redor. Na maioria das vezes, a meta é criar um tipo de estrutura que seja distinta das demais, criando uma paisagem urbana particular. Em alguns casos, edificações solitárias são desconexas da estrutura urbana e implantadas em localidades proeminentes tal como a parte mais alta do relevo de uma região.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Ainda que possa abrigar uma grande diversidade de usos, em geral, edificações isoladas no lote são caracterizadas por usos especializados tais como fábricas, museus, escolas, etc., além de serem guarnecidas com vastas extensões de áreas livres imediatas ao perímetro da sua construção.

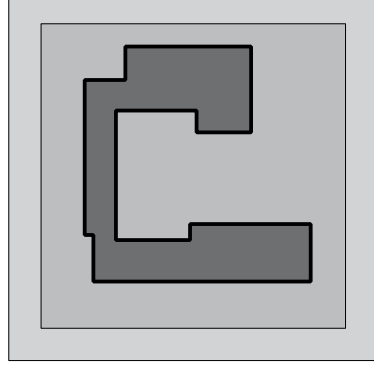
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Museu Mercedes-Benz, Stuttgart, Alemanha



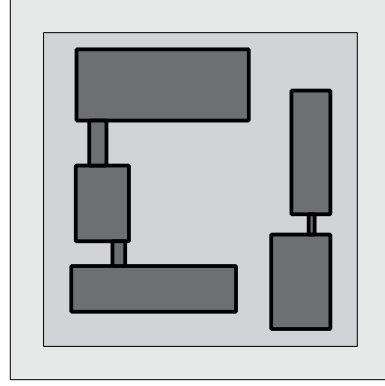
Museu de Bilbao, Bilbao, Espanha

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Em geral, caracterizado mais por uma lógica composicional interna do que organização urbana externa. A composição tipológica dos grupos pode ser muito uniforme, isto é, limitada a poucos tipos. Podem agrupar mais de uma tipologia urbana e abordar amplamente conceitos como fechamento, distância, proximidade, cheios e vazios, etc.

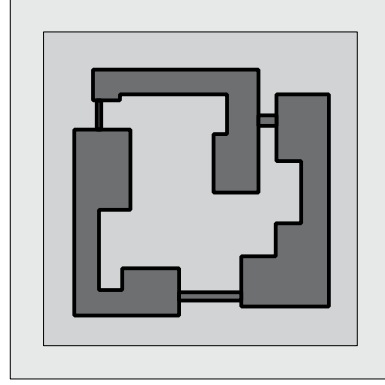
FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: A identidade compartilhada de edificações agrupadas resulta certa dissociação do contexto urbano. Além disso, edificações agrupadas formam seus próprios espaços urbanos internos e seqüências espaciais que compreendem distintos graus de distintividade dependendo da sua extensão e dimensão.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Em geral se referem a grupos institucionais, universidades, conjuntos residenciais ou comerciais. Espaços livres internos podem abrigar áreas comuais como pátios recreacionais ou estacionamentos.

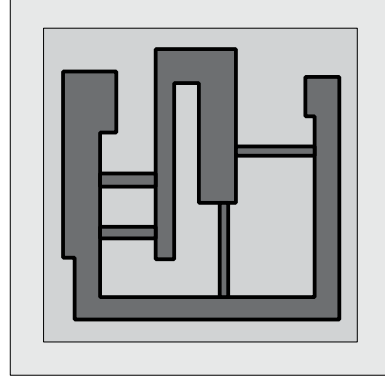
EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



TIPO I



TIPO II



TIPO III

EXEMPLOS PRÁTICOS



Central Beheer, Apeldoorn, Holanda



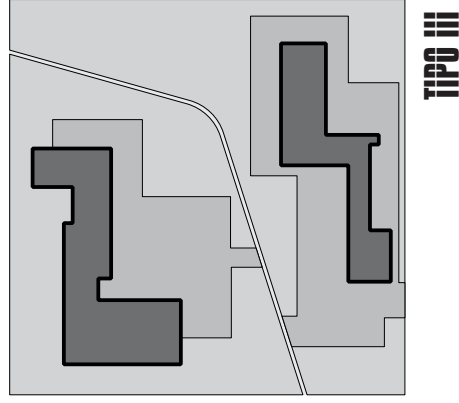
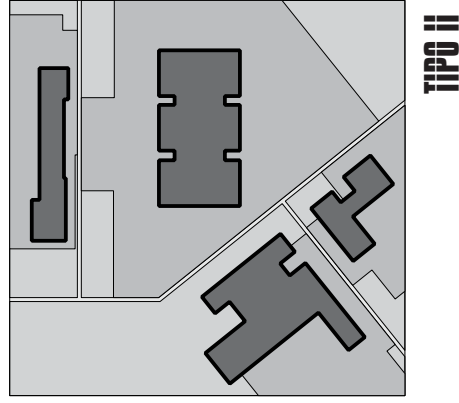
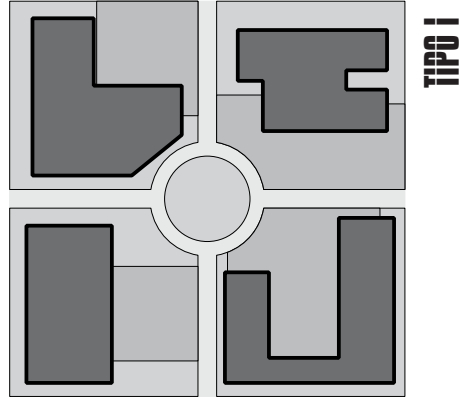
The Hagen, Berne, Suíça

FORMA E ESTRUTURA ESPACIAL: Similar ao solitário, porém distinto no que concerne às suas dimensões e portes. O termo *shed* é um conceito utilizado por Venturi², no qual a edificação é caracterizada pela sua abnegação por características e detalhes arquitetônicos assumindo caráter antiurbano. Estes assumem qualquer forma que possa ser efetuada estrutural, técnica e economicamente.

FORMAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: Podem se localizar em qualquer lugar. Entretanto, estes se conformam como uma ruptura do espaço urbano quando localizados em áreas de alta densidade, mas, na maioria das vezes, se encontram em zonas periféricas das cidades.

FUNÇÕES, ORIENTAÇÃO E ACESSO: Podem abrigar qualquer tipo de função. Sua forma e estrutura espacial resultam desta abertura funcional e permanente convertibilidade. Em geral, há uma vasta extensão de superfície destinada ao estacionamento de veículos.

EXEMPLIFICAÇÕES TIPOLOGICAS



Las Vegas, Nevada, Estados Unidos



Humble, Houston, Texas, Estados Unidos

2. VENTURI, Robert; BROWN, Denise S.; IZENOUR, Steven. **Aprendendo com Las Vegas: o simbolismo (esquecido) da forma arquitetônica.** São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

ANEXO IX - FICHA DE AVALIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

1. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

A. IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

ÁREA (m²): _____ PERÍMETRO (m): _____

B. ESBOÇO/DESENHO DO ESPAÇO

LEGENDA: (A) ÁRVORES; (AB) ARBUSTOS; (AG) ÁGUA; (AP) ARTE PÚBLICA; (B) BANCOS/ASSENTOS; (PA) PONTOS DE ACESSO; (L) LIXO/DETRITOS; (MN) MUDANÇA DE NÍVEL; (LA) EQUIPAMENTOS DE LAZER; (MU) MOBILIÁRIO URBANO; (I) ILUMINAÇÃO; (BA) BARREIRAS; (C) CONCENTRAÇÕES; (PC) PONTOS CRÍTICOS; (O) OUTROS [DESCREVER].

OBSERVAÇÕES:

C. TIPOLOGIA DO ESPAÇO

RUA [] PRAÇA [] LARGO [] PAÇO [] PÁTIO [] PARQUE [] JARDIM [] MIRANTE [] ELEVADO []
ESPAÇO INFRA-ESTRUTURAL [] VIA PEATONAL [] ORLA [] OUTRO [] QUAL: _____

D. ASPECTO FUNDIÁRIO E DE PROPRIEDADE

PÚBLICO [] PRIVADO [] PARCERIA PÚBLICA-PRIVADA []

E. HIERARQUIZAÇÃO (ÁREA DE ALCANCE/SERVIDÃO)

LOCAL (ATÉ 200m) [] VIZINHANÇA (ATÉ 500m) [] BAIRRO (ATÉ 1 km) [] METROPOLITANO []

F. RELAÇÃO FORMAL COM O ENTORNO

DIRETA [] INDIRETA [] INEXISTENTE

VIAS [] EDIFICAÇÕES [] OUTROS [] QUAIS: _____

G. RELAÇÃO FUNCIONAL COM O ENTORNO

DIRETA [] INDIRETA [] INEXISTENTE

VIAS [] EDIFICAÇÕES [] OUTROS [] QUAIS: _____

H. QUALIDADE DA RELAÇÃO COM O ENTORNO

EXCELENTE [] MUITO BOA [] BOA [] RAZOÁVEL [] RUIM [] INEXISTENTE []

I. DECLIVIDADE

PLANA (0-5%) [] SUAVE (5-25%) [] ACENTUADA (>25%) []

J. USOS E FUNÇÕES

CONTEMPLAÇÃO [] RECREAÇÃO E LAZER [] USO INSTITUCIONAL [] USO PARCIALMENTE PRIVADO []
CIRCULAÇÃO [] ESPAÇO TRANSICIONAL/INTERSTICIAL [] USO EDUCACIONAL [] USO ESPORTIVO []
JARDIM OU ESPAÇO COMUNITÁRIO [] OUTRO [] QUAL? _____

K. PRINCIPAIS USUÁRIOS IDENTIFICADOS

CRIANÇAS [] ADOLESCENTES [] ADULTOS [] IDOSOS [] OUTROS [] QUAIS? _____

L. RESPONSÁVEIS PELO CUIDADO E MANUTENÇÃO

MORADORES [] PROPRIETÁRIA DE ESTABELECIMENTOS/COMÉRCIO [] CENTRO COMUNITÁRIO
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES [] ÓRGÃOS PÚBLICOS [] QUAL? _____

M. ACESSIBILIDADE

GERAL: EXCELENTE [] MUITO BOA [] BOA [] RAZOÁVEL [] RUIM []

PORTADORES DE DEFICIÊNCIA: EXCELENTE [] MUITO BOA [] BOA [] RAZOÁVEL [] RUIM []

N. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

EXCELENTE [] MUITO BOA [] BOA [] RAZOÁVEL [] RUIM []

2. ATRIBUTOS FORMAIS E ESPACIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO

A. GRAU DE EXPOSIÇÃO (VISIBILIDADE E FECHAMENTO)

ABERTO (100% ACESSÍVEL) [] FECHADO SEM CONTROLE [] FECHADO COM CONTROLE []

B. TIPOS DE FILTROS OU BARREIRAS FÍSICAS

MUROS [] GRADES [] BLOCOS DE CONCRETO [] CANCELAS [] CERCAS [] VEGETAÇÃO ESPESSA []
CERCAS ELÉTRICAS [] ARAME FARPADO [] ELEMENTOS ANTI-SKATISTAS [] CONES [] CAVALETES []

C. FILTROS E BARREIRAS NÃO-FÍSICAS

GUARDAS/SEGURANÇA [] CÂMERAS E CIRCUITOS DE TELEVISÃO [] POSTO DE CONTROLE []

D. VISIBILIDADE (Abertura do campo visual do observador em relação ao espaço)

ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] RUIM [] INEXISTENTE []

E. LEGIBILIDADE (Identificação visual dos elementos e indivíduos no espaço)

ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] RUIM [] INEXISTENTE []

F. ORIENTAÇÃO ESPACIAL (Identificação das rotas e percursos no espaço)

MUITO BOA [] BOA [] RAZOÁVEL [] DEFICIENTE [] RUIM []

G. DELIMITAÇÃO ESPACIAL

RETA [] CURVA [] IRREGULAR []

H. CONECTIBILIDADE ESPACIAL (Qualidade das conexões espaciais com o espaço)

ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] RUIM [] INEXISTENTE []

I. ARTICULAÇÃO FUNCIONAL E ESPACIAL (Grau de apropriação do entorno sobre o espaço)

ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] RUIM [] INEXISTENTE []

J. ZONAS E ÁREAS ASSOCIADAS AO ESPAÇO

RESIDENCIAL [] COMERCIAL [] EDUCACIONAL [] INSTITUCIONAL [] INDUSTRIAL []

RECREACIONAL [] USO MISTO [] OUTRO [] QUAL: _____

K. PERMEABILIDADE ESPACIAL (Capacidade de locomoção e deslocamento no espaço)

NÃO-FILTRADA (DESOBSTRUÍDA) [] FILTRADA (PRESENÇA DE APARATOS FÍSICOS []

L. GRAU RELACIONAL COM ESPAÇOS PÚBLICOS ADJACENTES

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

M. GRAU DE ROBUSTEZ ESPACIAL (Proteção e capacidade de resiliência)

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

N. ASPECTO QUALITATIVO ESPACIAL (Aspecto estético e funcional do espaço)

ESPAÇO DINÂMICO [] ESPAÇO MODERADAMENTE DINÂMICO [] ESPAÇO ESTÁTICO []

O. GRAU DE ATRATIVIDADE (Capacidade de atrair e congregar indivíduos)

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

3. PERFIL CRIMINAL E VIOLENTAL DO ESPAÇO E ENTORNO IMEDIATO

A. A ÁREA POSSUI HISTÓRICO RELEVANTE EM RELAÇÃO À OCORRÊNCIA DE CRIMES E/OU ATOS DE VIOLÊNCIA?

SIM [] NÃO []

B. O ESPAÇO É PROPENSO À OCORRÊNCIA DE ALGUM CRIME?

SIM [] NÃO [] QUAL(IS)? _____

C. TIPOS DE CRIME CONTRA O INDIVÍDUO (Via dados estatísticos)

HOMICÍDIO [] LATROCÍNIO [] TENTATIVA DE HOMICÍDIO [] FURTO [] ROUBO [] SEQUESTRO []
LESÃO CORPORAL DOLOSA [] LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE [] TENTATIVA DE ROUBO []
ESTUPRO [] TENTATIVA DE ESTUPRO [] AGRESSÃO SEXUAL [] AGRESSÃO VERBAL (RACISMO,
DISCRIMINAÇÃO POR GÊNERO, IDADE, PREFERÊNCIA SEXUAL, ETC.) []
OUTRO [] _____

D. TIPOS DE CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO (Via dados estatísticos)

ROUBO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL [] ROUBO A ESTABELECIMENTO RESIDENCIAL []
ROUBO DE VEÍCULOS [] ROUBO EM TRANSPORTE COLETIVO [] ROUBO A BANCO []
ROUBO EM CAIXA ELETRÔNICO [] FURTO DE VEÍCULOS [] DEPREDACÃO [] VANDALISMO []
INCÊNDIO CULPOSO [] PIXAÇÃO []
OUTRO []: _____

E. ÁREAS OU TRECHOS MAIS PERIGOSOS

- I. _____
 - II. _____
 - III. _____
 - IV. _____
 - V. _____
- POR QUÊ?

F. HÁ POLICIAMENTO E/OU MONITORAMENTO?

I. SIM [] NÃO [] – SE SIM, QUAL É A FREQUÊNCIA?

EXCELENTE [] BOA [] RAZOÁVEL [] PRECÁRIA []

II. DE QUE FORMA? VIATURA [] GUARDAS [] OUTRO [] QUAL? _____

G. EXISTÊNCIA DE UNIDADES DE SEGURANÇA OU POSTOS POLICIAIS?

I. SIM [] NÃO [] – SE SIM, QUAL(IS)?

DELEGACIA [] DELEGACIA LEGAL [] POSTO POLICIAL [] CABINE/GUARITA POLICIAL [] BATALHÃO []
UNIDADE PACIFICADORA (UPP) [] QUARTEL (FORÇAS ARMADAS) []

4. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS DO CRIME E PERCEPÇÃO DA INSEGURANÇA E DO MEDO NO ESPAÇO E ENTORNO IMEDIATO

A. GRAU DE VIGILANTISMO NATURAL/INFORMAL

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

B. APROPRIAÇÃO ESPACIAL

IRRESTRITA [] RESTRITA [] CONDICIONADA (Leis locais, organização, etc.) []

LEGAL [] INDEVIDA []

EFETIVIDADE DA APROPRIAÇÃO: ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] RUIM []

C. HÁ INDIVÍDUOS OU GRUPOS DOMINANTES POTENCIALMENTE PERIGOSOS?

SIM [] NÃO [] QUAL(IS)? _____

D. GRAU DE VULNERABILIDADE DOS INDIVÍDUOS

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

E. GRAU DE VULNERABILIDADE DO PATRIMÔNIO

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

F. EXISTÊNCIA DE POTENCIAIS ESPAÇOS PARA A OCORRÊNCIA DE CRIMES OU ATOS DE VIOLÊNCIA NO LOCAL E ENTORNO IMEDIATO

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAIS?

TERRENO BALDIO [] ÁREAS SECUNDÁRIAS [] EDIFICAÇÕES ABANDONADAS [] BECOS [] VIELAS []

ESTACIONAMENTO [] QUIOSQUE/BANCA [] BANHEIRO PÚBLICO [] ESCADARIA [] ATALHOS []

ESQUINAS CEGAS [] PASSARELAS [] PARADAS DE ÔNIBUS [] ESTAÇÕES DE TREM E/OU METRÔ []

ESCONDERIJOS FORMADOS PELA VEGETAÇÃO [] ÁREAS MORTAS [] PASSAGEM SUBTERRÂNEA []

SINAIS DE TRÂNSITO LOCALIZADOS EM ÁREAS DE BAIXO MOVIMENTO OU VIGILANTISMO []

ÁREAS REBAIXADAS E COM BAIXA OU NENHUMA VISIBILIDADE DO NÍVEL DA RUA []

OUTRA [] _____

G. GRAU DE PERCEPÇÃO DE POTENCIAIS FONTES DE PERIGO

ALTO [] SATISFATÓRIO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM [] INEXISTENTE []

H. ILUMINAÇÃO PÚBLICA

EXCELENTE [] BOA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXA [] MUITO RUIM [] INEXISTENTE []

I. HORÁRIO(S) DO DIA MAIS PROPENSO À OCORRÊNCIA DE CRIMES

MANHÃ [] TARDE [] NOITE [] MADRUGADA

J. EXISTÊNCIA DE ÁREAS INTERDITIVAS (NO-GO AREAS)

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL(IS)?

ZONA DE TRÁFICO DE DROGAS [] REFÚGIO PARA MENDIGOS [] ZONA DE PROSTITUIÇÃO []

OUTRO(S) [] QUAL(IS)? _____

K. VESTÍGIOS DE LIXO, DETRITOS E SINAIS DE VANDALISMO

ALTO [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] INEXISTENTE []

L. EXISTÊNCIA DE PAREDES CEGAS QUE COMPROMETAM A VISUALIZAÇÃO DO ESPAÇO

SIM [] NÃO []

M. RUPTURAS ESPACIAIS (Mudança de nível, alteração de curso, desvios, etc.)

SIM [] NÃO [] SE SIM, HÁ O COMPROMETIMENTO DOS NÍVEIS DE SEGURANÇA?

SIM [] NÃO []

POR QUÊ? _____

N. EXISTÊNCIA DE PROVÁVEIS OU POTENCIAIS PONTOS DE SENTINELA OU ABORDAGEM CONTRA INDIVÍDUOS?

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL(IS)? _____

O. VOLUMETRIA DAS QUADRAS DEFINIDORAS DO ESPAÇO

MACIÇA (PLENAMENTE OCUPADA) [] FRAGMENTADA (PARCIALMENTE OCUPADA) []

P. TAXA DE OCUPAÇÃO NAS EDIFICAÇÕES DAS QUADRAS DEFINIDORAS DO ESPAÇO

ALTA (> 90%) [] SATISFATÓRIA (70-89%) [] REGULAR (40-69%) [] BAIXA (< 40%) []

Q. ORIENTAÇÃO DAS ENTRADAS DAS EDIFICAÇÕES EM RELAÇÃO AO ESPAÇO

PREDOMINANTEMENTE FRONTAL [] PREDOMINANTEMENTE LATERAL [] INEXISTENTE []

R. O POSICIONAMENTO/LOCAÇÃO DOS COMPONENTES ESPACIAIS (BANCOS, MARQUISES, MURETAS, CABINES, QUIOSQUES, ETC.) FAVORECEM A INCURSÃO DE TRANSGRESSORES NO ESPAÇO PRIVADO?

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL(IS) ELEMENTOS E DE QUE MANEIRA?

(UTILIZAR O ITEM 5 (CINCO) ATRAVÉS DE DESENHO ILUSTRATIVO, SE NECESSÁRIO)

S. COMPONENTES ESPACIAIS COMO LIXEIRAS, PLACAS PUBLICITÁRIAS, ASSENTOS, ETC. SÃO VULNERÁVEIS À DEPREDACÃO?

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL(IS)? _____

T. EXISTÊNCIA DE PROJETOS OU ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO DO CRIME E DA VIOLÊNCIA PARA A ÁREA

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL(IS)? _____

EFETIVIDADE: ALTA [] SATISFATÓRIA [] RAZOÁVEL [] BAIXO [] RUIM []

U. É PERCEPTÍVEL ALGUM TIPO DE CONFLITO NO ESPAÇO

SIM [] NÃO [] SE SIM, QUAL (IS)? _____

5. ESBOÇOS COMPLEMENTARES

ESBOÇO 01

ESBOÇO 02

ESBOÇO 03

OBSERVAÇÕES:

6. ANÁLISE F.O.F.A (SWOT ANALYSIS)

FORÇAS (STRENGTH):

FRAQUEZAS (WEAKNESS):

OPORTUNIDADES (OPPORTUNITIES):

AMEAÇAS (THREATS):

OBSERVAÇÕES:

7. INFORMAÇÕES FINAIS E COMPLEMENTARES

A. AVALIAÇÃO

B. SUGESTÕES

C. OUTROS

OBSERVAÇÃO: Este questionário é de caráter descritivo com propósitos investigativos.

ANEXO X - BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

- ARIAS, Enrique Desmond. **Drugs and democracy in Rio de Janeiro: trafficking, social networks, and public security**. North Carolina: UNC Press, 2006.
- ABRAHAMSON, Mark. **Global Cities**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- ANDRUSZ, Gregory. **Cities after socialism: urban and regional change and conflict in post-socialist societies**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1996.
- ATKINSON, Rowland & BRIDGE, Gary. **Gentrification in a Global Context: The new urban colonialism**. New York: Routledge, 2005.
- BALL, Kirstie & WEBSTER, Frank. **The Intensification of Surveillance: Crime, Terrorism and Warfare in the Information Age**. London: Pluto Press, 2003.
- BARTON, Hugh. **Sustainable communities: the potential for eco-neighbourhoods**. London: Earthscan, 2000.
- BEATLEY, Timothy. **Green urbanism: Learning from European Cities**. Washington DC: Island Press, 2000.
- BEATLEY, Timothy. **Native to nowhere: sustaining home and community in a global age**. Washington DC: Island Press, 2004.
- BEN-JOSEPH, Eran & SZOLD, Terry S. **Regulating Place: Standards and the Shaping of Urban America**. London: Routledge, 2005.
- BENNETT, Sarah & BUTLER, John H. **Locality, regeneration & divers[c]ities**. (Advances in Art & Urban Futures Volume 1). Bristol: Intellect Books, 2000.
- BERGER, Peter L. **The Limits of Social Cohesion: Conflict and Mediation in Pluralist Societies**. Oxford: Bertelsmann Foundation Publishers, 1998.
- BIDDULPH, Mike. **Introduction to residential layout**. Oxford: Elsevier, 2007.
- BINGAMAN, Amy; SANDERS, Lise & ZORACH, Rebecca. **Embodied Utopias: Gender, social change, and the modern metropolis**. New York: Routledge, 2001.
- BODY-GENDROT, Sophie. **The social control of cities: a comparative perspective**. Blackwell Publishers: Oxford, 2000.
- BOGART, William T. **Don't Call It Sprawl: Metropolitan Structure in the Twenty-First Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BRIDGE, Gary & WATSON, Sophie. **A companion to the city**. Oxford: Blackwell, 2002.
- BROWN, Mark & PRATT, John. **Dangerous offenders: punishment and social order**. London: Routledge, 2000.
- BRUHN, John. **The Group Effect: Social Cohesion and Health Outcomes**. London: Springer, 2009.
- BRUHN, John G. **The Sociology of Community Connections**. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 2005.
- CANTLE, Ted. **Community Cohesion: A New Framework for Race and Diversity**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.
- CONDON, Patrick M. **Design charrettes for sustainable communities**. Washington: Island Press, 2008.
- COOKE, Philip. **The rise of the Rustbelt**. London: UCL Press, 1995.
- COUCH, Chris; FRASER, Charles & PERCY, Susan. **Urban Regeneration in Europe**. Oxford: Blackwell, 2003.
- CURRAN, Raymond J. **Architecture and the urban experience**. New York: Van-Nostrand Reinhold Co, 1983.
- CUTHBERT, Alexander R. **The form of the cities: political, economy and urban design**. London: Blackwell, 2006.
- DAVID, Bruno & WILSON, Meredith. **Inscribed Landscapes: Marking and Making Place**. Honolulu: University of Hawai Press, 2002.
- DEAR, Michael J.; FLUSTY, Steven. **The spaces of postmodernity: readings in human geography**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2002.

DEBEN, Léon; HEINEMEIJER, Willem & VAN DER VAART, Dick. **Understanding Amsterdam: Essays on economic vitality, city life and urban form**. Amsterdam: Het Spinhuis, 2000.

DECKKER, Thomas. **The Modern City Revisited**. London: Spon Press, 2000.

DEHAENE, Michiel; CAUTER, Lieven. **Heterotopia and the City: Public Space in a Postcivil Society**. New York: Routledge, 2008.

DOVEY, Kim. **Framing Places: Mediating power in built form**. London: Routledge, 1999.

EBERHARD, John Paul. **Brain landscapes: the coexistence of neuroscience and architecture**. New York: Oxford Press, 2009.

EDGAR, Iain R. & RUSSELL, Andrew. **The Anthropology of Welfare**. New York: Routledge, 1998.

ELLIN, Nan. **Integral Urbanism**. London: Routledge, 2006.

FAY, Marianne. **The Urban Poor in Latin America**. Washington: The World Bank, 2005.

FENSTER, Tovi. **Gender, Planning and Human Rights**. London: Routledge, 1999.

FINCHER, Ruth; SAUNDERS, Peter. **Creating Unequal Futures? Rethinking Poverty, Inequality and Disadvantage**. Singapore: CMO Image Printing Enterprise, 2001.

FISHMAN, Robert. **Bourgeois utopias: The Rise and Fall of Suburbia**. New York: Basic Books, 1987.

FLEMING, David. **City of Rhetoric: Revitalizing the Public Sphere in Metropolitan America**. New York: Suny Press, 2008.

FLINT, John & ROBINSON, David. **Community cohesion in crisis? New dimensions of diversity and difference**. Bristol: The Policy Press, 2008.

FRANCE, Robert L. **Handbook of Regenerative Landscape Design**. Boca Raton: CRC Press, 2008.

FRANCK, Kare A. & STEVENS, Quentin. **Loose Space: Possibility and diversity in urban life**. London: Routledge, 2007.

FREY, Hildebrand. **Designing the City: Towards a more sustainable urban form**. London: Spon Press, 1999.

FRUMKIN, Howard; FRANK, Lawrence & JACKSON, Richard. **Urban Sprawl and Public Health: Designing, Planning, and Building for Healthy Communities**. London: Island Press, 2004.

GILLING, Daniel. **Crime prevention: Theory, policy and politics**. London: Routledge, 2005.

GOUGH, Jamie; EISENSCHITZ, Aram & MCCULLOCH, Andrew. **Spaces of Social exclusion**. New York: Routledge, 2006.

GRUIS, Vincent; VISSCHER, Henk & KLEINHANS, Reinout. **Sustainable neighbourhood transformation**. Amsterdam: IOS Press, 2006.

HAGEDORN, John M. A **World of Gangs: Armed Young Men and Gangsta Culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.

HARVEY, Sheila & FIELDHOUSE, Ken. **The Cultured Landscape: Designing the environment in the 21st century**. London: Routledge, 2005.

HEALEY, Patsy. **Urban Complexity and Spatial Strategies: Towards a Relational Planning for Our Times**. London: Routledge, 2007.

HELMS, Gesa. **Towards Safe City Centres: Remaking the Spaces of an Old-Industrial City**. Hampshire: Ashgate, 2008.

HERBERT, Joanna. **Negotiating Boundaries in the City: Migration, Ethnicity, and Gender in Britain**. Hampshire: Ashgate Publishing, 2008.

HOUGH, Michael. **Cities and Natural Process**. London: Routledge, 1995.

HUTCHISON, Ray; KRASE, Jerome. **Ethnic landscapes in an urban world. Volume 8, Research in urban sociology**. Amsterdam: Elsevier, 2007.

IVESON, Kurt. **Publics and the City**. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

JEFFRIES, Vincent. **Handbook of Public Sociology**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

JENKS, Mike; BURTON, Elizabeth & WILLIAMS, Katie. **Compact cities: Sustainable urban forms for developing countries**. London: Taylor & Francis, 2000.

JENKS, Mike; KOZAK, Daniel & TAKKANON Pattaranan. **World cities and urban form: fragmented, polycentric, sustainable?** London: Routledge, 2008.

KING, Peter. **Choice and the End of Social Housing**. London: The Institute of Economic Affairs, 2006.

KIRBY, Peadar. **Vulnerability and Violence: The Impact of Globalisation**. London: Pluto Press, 2006.

KOONINGS, Kees & KRUIJT, Dirk. **Fractured cities: Social exclusion, urban violence and contested spaces in Latin America**. London: Zed Books, 2007.

KRIER, Rob. **Urban Space**. London: Academy Editions, 1979.

LAGUERRE, Michel S. **Urban Multiculturalism and Globalization in New York City: An Analysis of Diasporic Temporalities**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

LANG, Robert E. **Edgeless cities: exploring the elusive metropolis**. Washington, D.C.: Brookings Institution Press, 2003.

LEACH, Neal. **The Hieroglyphics of Space: Reading and experiencing the modern metropolis**. London: Routledge, 2002.

LEINBERGER, Christopher B. **The option of urbanism: investing in a new American dream**. Washington: Island Press, 2008.

LEVY, Jacob T. **The Multiculturalism of Fear**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LEWIS, Sally. **Front to Back: A design agenda for urban housing**. Oxford: Architectural Press, 2005.

LIGHT, Andrew & SMITH, Jonathan M. **The Production of Public Space**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, 1998.

LYON, David. **Surveillance as Social Sorting: Privacy, risk, and digital discrimination**. London: Routledge, 2003.

MACEK, Steve. **Urban Nightmares: The Media, the Right, and the Moral Panic over the City**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

MADANIPOUR, Ali. **Design of urban space: an inquiry into a socio-spatial process**. United Kingdom: John Wiley and Sons, 1996.

MANGIN, David & PANERAI, Philippe. **Projet urbain**. Marseille: Éditions Parenthèses, 2005.

MARSHALL, Stephen. **Cities, design and evolution**. London: Routledge, 2008.

MARSHALL, Tim. **Transforming Barcelona: the renewal of a European metropolis**. London: Routledge, 2004.

MATTHEWS, Roger & PITTS, John. **Crime, Disorder and Community Safety: A new agenda?** London: Routledge, 2005.

MILLAR, James R. & WOLCHIK, Sharon L. **The social legacy of communism**. Cambridge: University Press, 1994.

MOHANAN, Torin. **Surveillance and security: technological politics and power in everyday life**. Routledge: New York, 2006.

MOHANAN, Torin. **Surveillance in the Time of Insecurity**. Piscataway: Rutgers University Press, 2010.

MONCLÚS, Javier & GUÀRDIA, Manuel. **Culture, Urbanism and Planning**. Aldershot: Ashgate, 2006.

MOULAERT, Frank; RODRÍGUEZ, Arantxa & SWYNGEDOUW, Erik. **The globalized city: economic restructuring and social polarization in European cities**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

MUSTERD, Sako & SALET, Willem (Eds.). **Amsterdam Human Capital**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2003.

NEAL, Peter. **Urban Villages and the Making of Communities**. London: Spon Press, 2003.

NICOLAIDES, Becky M.; WIESE, Andrew. **The suburb reader**. Routledge: London, 2006.

PICKERING, Sharon; WEBER, Leanne. **Borders, Mobility and Technologies of Control**. Dordrecht: Springer, 2006.

PLATT, Rutherford H. **The Humane Metropolis: People and Nature in the 21st-Century City**. Amherst: University of Massachusetts Press, 2006.

PRATO, Giuliana B. **Beyond multiculturalism: Views from anthropology**. Surrey: Ashgate Publishing, 2009.

RAE, Douglas W. **City: urbanism and its end**. New Haven: Yale University Press, 2003.

RASMUSSEN, Steen E. **Villes et Architectures: Un essai d'architecture urbaine par le texte et l'image**. Marseille: Éditions Parenthèses, 2008.

READ, Stephen & PINILLA, Camilo. **Visualizing the Invisible: towards an urban space**. Amsterdam: Techne Press, 2006.

REEVES, Paul. **An Introduction to Social Housing**. Oxford: Elsevier, 2005.

REID, Lesley Williams. **Crime in the City: A Political and Economic Analysis of Urban Crime**. New York: LFB Scholarly Publishing, 2003.

ROODHOUSE, Simon. **Cultural Quarters: Principles and Practice**. Bristol: The Cromwell Press, 2006.

ROSS, Kristin. **The Emergence of Social Space: Rimbaud and the Paris Commune**. University of Minnesota Press: Minneapolis, 1988.

ROSS, Marc H. **Cultural Contestation in Ethnic Conflict**. New York: Cambridge University Press, 2007.

ROTKER, Susana. **Citizens of Fear: Urban Violence in Latin America**. London: Rutgers University Press, 2002.

ROWE, Peter G. **Housing and Modernity**. MIT Press, Massachusetts, 1993.

SALERNO, Roger A. **Landscapes of abandonment: capitalism, modernity, and estrangement**. University of New York Press: New York, 2003.

SANDERS, Bill. **Youth Crime and Youth Culture in the Inner City**. New York: Routledge, 2005.

SCHNEIDER-SLIWA, Rita. **Cities in Transition: Globalization, Political Change and Urban Development**. Dordrecht: Springer, 2006.

SCHOLAR, Richard. **Divided Cities: The Oxford Amnesty Lectures 2003**. Oxford University Press: Oxford, 2006.

SILVESTRI, Marisa & CROWTHER-DOWEY, Chris. **Gender and crime**. London: SAGE Publications, 2008.

SORKIN, Michael. **Indefensible space: the architecture of the national state**. Routledge: New York, 2008.

SORKIN, Michael. **Some Assembly Required**. Minnesota Press: Minneapolis, 2001.

SOUTHWORTH, Michael; BEN-JOSEPH, Eran. **Streets and the shaping of towns and cities**. London: Island Press, 2003.

STEARNS, Peter N. **American fear: The causes and consequences of high anxiety**. CRC Press, Taylor & Francis Ltd: London, 2006.

STEVENS, Quentin. **The ludic city: Exploring the potential of public spaces**. Routledge: London, 2007.

THOMPSON, Catharina W. & TRAVLOU, Penny. **Open Space, people space**. New York: Taylor & Francis, 2007.

THORNS, David C. **The transformation of cities: urban theory and urban life**. Palgrave Macmillan: New York, 2002.

TOWERS, Graham. **An Introduction to Urban Housing Design: At Home in the City**. Oxford: Elsevier, 2005.

TRIP, Jan Jacob. **What makes a city? Planning for "quality of place". The case of high-speed train station area redevelopment**. Amsterdam: IOS Press BV, 2007.

TSENKOVA, Sasha. **Housing Policy Reforms in Post Socialist Europe: Lost in Transition**. Physica-Verlag: Heidelberg, 2009.

VARADY, David P. **Desegregating the City: Ghettos, Enclaves, and Inequality**. University of New York: New York Press, 2005.

VENKATESH, Sudhir Alladi. **American project: the rise and fall of a modern ghetto**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

WALMSLEY, Dennis J. **Urban Living: the individual in the city**. London: Longman, 1988.

WEISEL, Deborah L. **Contemporary Gangs: An Organizational Analysis**. New York: LFB Scholarly Publishing LLC, 2002.

WILKINSON, Richard. **Unhealthy Societies: The Afflictions of Inequality**. London: Routledge, 1996.

WISE, Amanda & VELAYUTHAM, Selvaraj. **Everyday Multiculturalism**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

WORTLEY, Richard; MAZEROLLE, Lorraine & ROMBOUTS, Sacha. **Environmental Criminology and Crime Analysis**. London: Willan Publishing, 2008.

ZIELENBACH, Sean. **The art of revitalization: improving conditions in distressed inner-city neighborhoods**. New York: Garland Publishing, 2000.

